

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**HUGO FREITAS DE MELO**

**O *DOMINIUM* UNIVERSITÁRIO:  
Grupos dirigentes e a sociogênese do espaço acadêmico-científico no Maranhão  
(1918-1970)**

São Paulo

2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**HUGO FREITAS DE MELO**

**O *DOMINIUM* UNIVERSITÁRIO:**

**Grupos dirigentes e a sociogênese do espaço acadêmico-científico no Maranhão  
(1918-1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Miceli Pessoa de Barros.

São Paulo

2021

**Catálogo na Publicação**  
**Serviço de Biblioteca e Documentação**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**

M528d      Melo, Hugo Freitas de  
              O dominium universitário: grupos dirigentes e a sociogênese do espaço acadêmico-científico no Maranhão (1918-1970) / Hugo Freitas de Melo; orientador Sergio Miceli Barros - São Paulo, 2021. 372f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Dominium universitário. 2. Espaço acadêmico e científico. 3. Grupos dirigentes. 4. Intelectuais. 5. Maranhão. I. Barros, Sergio Miceli, orient. II. Título.

MELO, Hugo Freitas de.

O *dominium* universitário: grupos dirigentes e a sociogênese do espaço acadêmico-científico no Maranhão (1918-1970)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em:        /        /

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sergio Miceli Pessôa de Barros (Orientador)  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Profa. Dra. Ana Paula Hey  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Profa. Dra. Marcia Cristina Consolim  
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

---

Prof. Dr. Carlos Benedito Martins  
Universidade de Brasília (UnB)

*Para minha mãe, Odarci Freitas, com amor e gratidão.*

## AGRADECIMENTOS

Concluir uma etapa de formação acadêmica nunca é tarefa fácil, ainda mais em se tratando de um doutorado transcorrido sob circunstâncias deveras excepcionais que marcam a história do Brasil e do mundo. Logo de início, a minha turma 2016 do PPGS/USP foi aturdida pelo impeachment da presidente reeleita Dilma Rousseff. Em seguida, assistimos à ascensão do neofascismo ao poder pela via eleitoral e, por fim, fomos acometidos, na condição de epicentro mundial, pelos efeitos devastadores da pandemia da Covid-19 que já ceifou a vida de centenas de milhares de brasileiros e de milhões de pessoas em escala global. E continua-se contando os óbitos e os novos infectados diariamente.

A conjunção desses fatores históricos dramáticos resultou, ao menos, em três cenários bastante nocivos ao Brasil: o realinhamento do país às políticas de austeridade impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); a redução de seu protagonismo no cenário internacional, particularmente no que tange aos BRICS e ao Mercosul; e o reposicionamento retrógrado da então sexta maior economia do mundo a patamares de subdesenvolvimento, levando o país à recessão, ao desemprego em larga escala e ao retorno ao mapa da fome, dentre outras mazelas sociais.

Tudo isso impactou profundamente nos investimentos em Educação e Ciência nos últimos cinco anos, sobretudo nas universidades públicas brasileiras, responsáveis por mais de 95% de toda a produção científica nacional (CAPES, 2019), mas que foram submetidas a cortes astronômicos e asfixiantes em seus orçamentos, diminuindo-se drasticamente a oferta de bolsas de pós-graduação e de iniciação científica e o financiamento de programas de qualificação docente em todo o país, para ficarmos apenas nos exemplos mais severos relativos à esfera de produção e difusão do conhecimento científico.

Em face a essa conjuntura extemporânea, ao recrudescimento do autoritarismo no país, ao crescimento do conservadorismo de verniz religioso e militar, aos movimentos anti-ciência, antivacina, anti-intelectualismo, de perseguição a professores, de censura ao pensamento crítico como o “Escola sem partido”, somado às perdas

dolorosas de familiares e amigos para a pandemia, impôs-se, de modo determinante, a todos os pesquisadores brasileiros, especialmente aos de nível de pós-graduação, a necessidade de zelo redobrado tanto com a saúde corporal quanto com o equilíbrio mental e emocional.

Nesse sentido, a família, os amigos e todos aqueles que me ajudaram a enfrentar essa jornada foram peça-chave para encontrar afeto, alegrias e acolhimento onde só existia indiferença, individualismo e solidão, especialmente por se tratar de um doutorado feito por um nordestino oriundo do estado mais pobre da federação realizado na melhor universidade da América Latina, situada na maior e mais rica cidade brasileira. É a eles a quem rendo meus mais sinceros agradecimentos pelo término deste ciclo não apenas acadêmico, mas de vida. Afinal, são praticamente vinte anos dedicados ao universo universitário, desde o ingresso na graduação.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Odarci Freitas, minha maior incentivadora e apoiadora. Sonhar em ver um “filho doutor” exigiu muitos esforços, fê e investimentos da genitora zelosa e amorosa que não se abnegou de continuar me ajudando, agora na criação do meu pequeno príncipe Hugo Raphaell, de quem tive de me afastar pela primeira vez devido à mudança para São Paulo, perdendo para sempre alguns dos momentos mais preciosos de sua infância. Mãe, você é meu orgulho e minha referência de vida! Agradeço todos os dias pela bênção de tê-la como mãe. Sem você, nada disso teria acontecido! Esta conquista é nossa!

Ainda no âmbito familiar, agradeço imensamente à minha estimada tia Célia que, com muita generosidade e afeto, me recebeu em sua casa como a um filho, a partir do segundo ano do doutorado. Residente na capital paulista, ela foi um bálsamo de acolhimento com quem eu pude partilhar as angústias, os temores e as alegrias de uma empreitada dessa envergadura. Obrigado do fundo do coração, tia Célia!

No que concerne ao aspecto profissional, sublinho um agradecimento especial ao meu orientador Sergio Miceli, que se tornou um amigo e grande incentivador, desde o primeiro contato, ao topar o desafio de orientar um trabalho acadêmico de um desconhecido maranhense que nunca havia antes estudado na USP. Das reuniões presenciais que se seguiram antes da pandemia até o trabalho de orientação feito de modo remoto, o professor Sergio mostrou-se extremamente atencioso, diligente e gentil.

Essas qualidades pessoais somadas à generosa orientação da pesquisa, realizada com muita autonomia depois de uns primeiros passos trôpegos e periclitantes, possibilitaram-me as melhores condições possíveis para uma escrita arrojada, cuidadosa e segura, resultando na versão que o leitor tem em mãos. Ter sido seu orientando foi uma honra de enorme aprendizado. Muitíssimo obrigado, professor Sergio!

Nessa esteira, estendo meus agradecimentos a todos os professores do Departamento de Sociologia, em especial ao Marcos Alvarez, cuja solicitude foi de grande alegria e satisfação. Aos funcionários da Secretaria do PPGS, pelos préstimos e atenção despendidos, minha profunda gratidão! Obrigado, também, aos professores Luiz Jackson e Fernando Pinheiro, que coordenam e animam as discussões do Núcleo de Sociologia da Cultura, espaço de ricas leituras, trocas e debates imprescindíveis para algumas das opções feitas na tese. Da mesma forma, agradeço à professora Ana Paula Hey, cujas contribuições na Banca de Qualificação e nas conversas que dali se seguiram foram fundamentais para a retomada do projeto inicial, com mais confiança e profundidade nas dimensões de análise observadas.

No que respeita aos laços fraternos genuinamente construídos, agradeço à adorável amiga Ellen Elsie, cuja prazerosa companhia nos rolês musicais, nas animadas rodas de conversas e nas trocas acadêmicas e confidenciais desanuviou os dias nublados, cimentando uma amizade para além dos muros da Universidade. Ellen, você mora em meu coração! Ao querido amigo Rodrigo Amaral, muito obrigado pela amizade sincera e pelos passeios turísticos e culturais paulistanos. E em nome de todos os membros do Núcleo de Sociologia da Cultura, agradeço ao amigo Weslei Estradiote, quem me apresentou o grupo e sempre manteve ativa nossa parceria, através da troca de textos, informações e projetos em comum.

Por fim, destaco um agradecimento honroso às instituições que viabilizaram a realização deste estudo. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida que ofereceu o suporte financeiro necessário para a estabilidade material do pesquisador ao longo de todo o processo de coleta, sistematização e análise dos dados, meu muito obrigado! Aos servidores do Palácio Cristo Rei dedicados à preservação do Memorial “Cristo Rei” sobre a história da Universidade Federal do Maranhão, minha gratidão pelo apoio e colaboração à



pesquisa! Aos funcionários da Cúria Metropolitana de São Luís pelo acesso aos arquivos do *Jornal do Maranhão*, pelas longas conversas sobre alguns dos personagens eclesiásticos históricos e sobre possíveis fontes e suas (im)prováveis localizações referentes à atuação da Igreja no âmbito da educação superior, muito obrigado! E aos colegas docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, campus de São Bernardo-MA, pelo apoio inestimável na etapa final da redação do trabalho, minha gratidão.

Agradeço, em especial, ao amigo Natalino Salgado Filho que, na condição de (ex-)reitor da UFMA, acolheu com muito entusiasmo a proposta dessa pesquisa desde o seu nascedouro, possibilitando-me o acesso irrestrito ao acervo do Memorial “Cristo Rei”, além de ter sido um dos grandes apoiadores com a cessão generosa de livros (alguns raros e esgotados) sobre a história do Ensino Superior no Maranhão.

Todos os citados, representando também a parcela daqueles que não puderam ser mencionados devido aos propósitos e à economia desta seção, de algum modo e cada um a seu modo, foram de fundamental importância para que este momento de encerramento de ciclo acadêmico e de cumprimento de uma etapa da minha vida profissional e pessoal fosse possível, o que dá a dimensão coletiva do trabalho árduo e rigoroso de pesquisa feito, muitas vezes, na companhia solitária dos vultos da história que se revelam nas entrelinhas de papéis velhos e empoeirados.

*O progresso científico é um fragmento, o mais importante indubitavelmente, do processo de intelectualização a que estamos submetidos desde milênios e relativamente ao qual algumas pessoas adotam, em nossos dias, posição estranhamente negativa.*

*Max Weber*

## RESUMO

Este estudo tem por objeto o exame das dinâmicas sociais que mediaram as relações entre Igreja, Estado e mecenato privado através das quais emergiram grupos de intelectuais que presidiram as distintas etapas de formação do Ensino Superior no Maranhão, num intervalo temporal recortado a partir da Primeira República até a instauração da Ditadura Militar. Trata-se de uma investigação sobre os condicionantes estruturais, os mecanismos operacionais e as lógicas de atuação coletivas e individuais que puseram em funcionamento as engrenagens desse espaço intelectual específico, no bojo do qual travaram-se as disputas concorrenciais pelo monopólio da dominação simbólica legítima, as lutas de forças pela imposição dos princípios de afirmação e de legitimação da atividade acadêmico-científica e os embates pelo controle do acesso aos postos docentes e dirigentes das escolas superiores. A partir da aplicação do conceito inédito de *dominium* social, aqui erigido num diálogo crítico entre as formulações teóricas de Pierre Bourdieu, Max Weber e Norbert Elias, foi possível a arquitetura de três dimensões de análise para tornar compreensíveis as intersecções de práticas e lógicas que tipificam os fenômenos sociais em contextos periféricos sem descurar, no entanto, dos liames estruturais que os enredam às escalas regional, nacional e transnacional. Em primeiro, procedeu-se à sociogênese desse espaço de produção científica sublinhando-se a inflexão paradigmática nos critérios de afirmação e de consagração intelectual como subproduto das lutas de forças entre as frações cultas dominantes pela definição da atividade intelectual por excelência (Capítulo 1). Além disso, examinou-se a mutação das modalidades institucionais da educação superior, salientando-se a estruturação do aparato universitário montado pela Igreja, pautada nos critérios de uma “ciência em nome de Deus”, até a federalização do sistema universitário nacional (Capítulo 2). Em seguida, com base no método prosopográfico e na elaboração de quadros sinóticos, tratou-se da morfologia dos grupos dirigentes do Ensino Superior, analisando-se estatisticamente os registros sociográficos coletados. Foram explicitados padrões dominantes de carreira socioprofissional relativos aos diplomados em Direito e em Medicina, ressaltando-se, ainda, os perfis sociais dissonantes ilustrativos do autodidatismo e do sacerdócio (Capítulo 3). Por fim, analisou-se a trajetória de quatro casos representativos dos perfis destacados, apreendendo-se a relação entre trunfos, recursos e o patrimônio de disposições individuais mobilizados no acesso às posições consideradas, cujo peso variou conforme a ascensão ou o descenso dos agentes na estrutura dos cargos públicos de poder, revelando-se as estratégias e os repertórios de atuação política e cultural (Capítulo 4). Este estudo evidencia, assim, a dupla face dos modos de dominação, política e simbólica, caracterizada pela homologia estrutural entre as posições de poder político e de poder intelectual, sinalizando-se o aumento da valorização dos capitais simbólico e de socializações em detrimento da fraca institucionalização, da forte interdependência às estruturas de poder e da limitada autonomia do *dominium* universitário.

**Palavras-Chave:** *Dominium* universitário; Espaço acadêmico-científico; Grupos dirigentes; Intelectuais; Maranhão.

## ABSTRACT

This study aims to examine the social dynamics that mediated the relations between Church, State and private patronage through which groups of intellectuals emerged and came to preside over the multi-stage formation of Higher Education in the Brazilian State of Maranhão within the interval from the First Republic until the establishment of the Military Dictatorship. This is an investigation on the structural constraints, the operational mechanisms and the collective and individual action logics that set in motion the gears of a specific intellectual space where competitive disputes were fought aiming 1) the monopoly of legitimate symbolic domination, 2) the imposition of affirming and legitimizing principles of the academic-scientific activity and 3) the access control to teaching and steering positions in High Schools. By using the unprecedented concept of social *dominium*, built here in a critical dialogue between the theoretical formulations of Pierre Bourdieu, Max Weber and Norbert Elias, it was possible to architecture three analytical dimensions that construe the actions and logics intersections that typify social phenomena in peripheral contexts, without neglecting its structural links intertwined at regional, national and transnational scales. First, I proceeded to the sociogenesis of this scientific production space, emphasizing the paradigmatic inflection in the criteria of affirmation and intellectual consecration as a by-product of the struggles between dominant cultured fractions for the definition of intellectual activity *par excellence* (Chapter 1). In addition, I examined the changing institutional modalities of higher education, highlighting the structuring of the university apparatus set up by the Church and based on criteria of a “science in the name of God”, all the way through the federalization of the national university system (Chapter 2). Then, based on the prosopographic method and the elaboration of synoptic tables, I dealt with the morphology of the leading groups in Higher Education, statistically analyzing the collected sociographic records. This thesis also explicits dominant socio-professional career patterns related to Law and Medical graduates, with remarks on the dissonant social profiles that illustrates self-teaching and the priesthood (Chapter 3). Finally, I analyzed the trajectory of four representative cases of the highlighted profiles by apprehending the relationship between assets, resources and the patrimony of individual dispositions mobilized in the access to the considered positions, whose weight varied according to the rise or fall of the agents in the structure of powerful public positions, revealing the strategies and repertoires of political and cultural action (Chapter 4). This study highlights, therefore, the duplicity of political and symbolic domination modes, characterized by the structural homology between positions of political and intellectual power, which signals an enhancing value of symbolic capital and socialization to the detriment of a feeble institutionalization, a strong interdependence of power structures and a limited autonomy of university *dominium*.

**Key words:** University *dominium*; Academic-scientific space; Steering groups; Intellectuals; Maranhão State.

## RÉSUMÉ

Cette étude vise à examiner des dynamiques sociales qui ont mis en relation l'Église, l'État et le mécénat privé et à travers lesquelles ont émergé des groupes d'intellectuels qui ont dirigé les différentes étapes de la formation de l'enseignement supérieur dans l'État du Maranhão, dans la période qui s'étend de la Première République à l'instauration de la Dictature Militaire. Il s'agit d'un travail de recherche sur les contraintes structurelles, les mécanismes opérationnels et les logiques d'action collectives et individuelles qui ont mis en mouvement les engrenages de cet espace intellectuel spécifique, au sein duquel les querelles concurrentielles pour le monopole de la domination symbolique légitime, les rapports de forces pour l'imposition des principes d'affirmation et de légitimation de l'activité académique-scientifique et les affrontements pour le contrôle de l'accès aux postes d'enseignants et directeurs d'écoles supérieures se sont produits. En appliquant le concept inédit de *dominium* social, conçu ici au moyen d'un dialogue critique avec les formulations théoriques de Pierre Bourdieu, Max Weber et Norbert Elias, il a été possible de construire trois niveaux d'analyse afin de rendre compréhensibles les intersections de pratiques et de logiques qui caractérisent des phénomènes sociaux dans des contextes périphériques, sans toutefois négliger les liens structurels qui les enchevêtrent aux échelles régionale, nationale et transnationale. Tout d'abord, nous avons procédé à la sociogenèse de cet espace de production scientifique, l'accent étant mis sur l'inflexion paradigmatique des critères d'affirmation et de consécration intellectuelle comme sous-produit des rapports de forces entre les fractions cultivées dominantes pour la définition de l'activité intellectuelle par excellence (Chapitre 1). La transformation des modalités institutionnelles de l'enseignement supérieur a également été examinée, en soulignant la structuration de l'appareil universitaire mis en place par l'Église, sur la base des critères d'une «science au nom de Dieu», jusqu'à la fédéralisation du système universitaire national (Chapitre 2). Ensuite, sur la base de la méthode prosopographique et de l'élaboration de tableaux synoptiques, la morphologie des principaux groupes de l'enseignement supérieur a été abordée par le biais de l'analyse statistique des registres sociographiques collectés. Les schémas dominants de carrière socioprofessionnelle liés au Droit et à la Médecine ont été explicités, et les profils sociaux dissonants illustratifs de l'autodidactisme et du sacerdoce ont été mis en évidence (Chapitre 3). Enfin, nous avons analysé la trajectoire de quatre cas représentatifs des profils mis en exergue, en appréhendant le rapport entre les atouts, les ressources et le patrimoine des dispositions individuelles mobilisées dans l'accès aux positions envisagées, dont le poids variait selon l'ascension ou le déclin des agents dans la structure des postes publique de pouvoir, révélant les stratégies et les répertoires d'action politique et culturelle (Chapitre 4). Cette étude dévoile donc le double visage des modes de domination, politique et symbolique, caractérisé par l'homologie structurelle entre les positions du pouvoir politique et du pouvoir intellectuel, qui signale l'accroissement de la valorisation des capitaux symbolique et de socialisation au détriment de la faible institutionnalisation, de la forte interdépendance à l'égard des structures de pouvoir et de l'autonomie limitée du *dominium* universitaire.

**Mots clés :** *Dominium* universitaire ; Espace académique-scientifique ; Groupes de directeurs ; Intellectuels ; État du Maranhão.

**LISTA DE QUADROS E TABELAS**

<b>Quadro 1</b> – Principais instituições de ensino superior no Brasil (1808-1889).....	58
<b>Quadro 2</b> – Pontifícias Universidades Católicas no Brasil.....	78
<b>Quadro 3</b> – Distribuição regional das universidades públicas federais.....	85
<b>Quadro 4</b> – Dirigentes das instituições de ensino superior por ordem cronológica....	257
<b>Quadro 5</b> – Propriedades sociais e recursos culturais.....	265
<b>Quadro 6</b> – Itinerário ocupacional, poder político e consagração intelectual.....	277
<b>Quadro 7</b> – Prefeitos/Médicos de São Luís a partir de 1930.....	312
<b>Quadro 8</b> – Governadores do Maranhão a partir de 1930.....	313
<b>Tabela 1</b> – Perfil escolar do Maranhão em 1907.....	164
<b>Tabela 2</b> – Cursos existentes no Maranhão em 1907.....	166
<b>Tabela 3</b> – Diplomados no Maranhão até 1960.....	225
<b>Tabela 4</b> – Matrículas efetuadas nas escolas superiores do Maranhão em 1961.....	233
<b>Tabela 5</b> – Gestores do Curso de Medicina desde a sua fundação até os anos 2000...	235
<b>Tabela 6</b> – Professores catedráticos da Faculdade de Ciências Médicas até 1966.....	235
<b>Tabela 7</b> – Professores assistentes da Faculdade de Ciências Médicas até 1966.....	236

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ACM – Associação Comercial do Maranhão

ALEMA – Assembleia Legislativa do Maranhão

AMC – Academia Maranhense de Ciências

AML – Academia Maranhense de Letras

ARENA-MA – Aliança Renovadora Nacional do Maranhão

ASL – Academia Sambentuense de Letras

AUC – Associação dos Universitários Católicos

BVAT – Biblioteca Virtual Anísio Teixeira

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CCBE – Confederação Católica Brasileira de Educação

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FPR – Fundação Paulo Ramos

IAPE – Instituto de Aposentadorias e Pensões da Estiva

IAPETEC – Instituto de Aposentadorias e Pensões de Transportes e Cargas

IAPI – Instituto dos Industriários de São Luís

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICES – Instituto Católico de Estudos Superiores

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGM – Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

IML/MA – Instituto Médico-Legal do Maranhão

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

OAB/MA – Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Maranhão

PL-MA – Partido Liberal do Maranhão

PR-MA – Partido Republicano do Maranhão

PSD-MA – Partido Social Democrático do Maranhão

PUC/Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PUC/GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC/Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

OAB/MA – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Maranhão

SMDDH – Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

SNI – Serviço Nacional de Informação

SOMACS – Sociedade Maranhense de Cultura Superior



TJ/MA – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

TRE/MA – Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

UCB – Universidade Católica de Brasília

UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

UCP – Universidade Católica de Petrópolis

UCSAL – Universidade Católica de Salvador

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

UDF – Universidade do Distrito Federal/RJ

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**RÉSUMÉ**

**LISTA DE QUADROS E TABELAS**

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>I. Por uma sociologia do <i>dominium</i> social</b> .....	37
<b>II. Descentralização política e centralidade da Ciência e Educação:</b> das faculdades isoladas aos projetos pioneiros de universidades no Brasil (1889-1930).....	55
<b>III. Religião e Ciência:</b> a entrada da Igreja Católica no Ensino Superior brasileiro.....	66
<b>IV. Autoritarismo e federalização do Ensino Superior</b> .....	84
<b>CAPÍTULO 1. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DO ESPAÇO INTELECTUAL E RECONFIGURAÇÕES DE PODER:</b> o nascimento do Ensino Superior no Maranhão. .	92
<b>1.1 Percursos e obstáculos no mapeamento e coleta das fontes</b> .....	97
<b>1.2 Questões de método</b> .....	109
<b>1.3 Da Academia à Universidade:</b> uma revolução simbólica.....	111
1.3.1 Gênese e estrutura do espaço acadêmico-científico no Maranhão.....	112
1.3.2 O paradigma literário e a invenção das “gerações de intelectuais”.....	125
1.3.2.1 “Os Atenienses” e a “Idade de Ouro” do Maranhão.....	127
1.3.2.2 A “Segunda Geração” e a lógica do absentéismo referencial.....	136
1.3.3 O universal científico: os “Novos Atenienses” e a revolução simbólica no Maranhão.....	145
1.3.3.1 Condicionantes de atuação dos “Novos Atenienses”.....	152
1.3.3.2 A Academia Maranhense de Letras (AML): uma agremiação de distinção e de autoconsagração dos “Novos Atenienses”.....	156
1.3.3.3 Das letras literárias às letras científicas.....	160
<b>1.4 As faculdades livres</b> .....	167
1.4.1 Dos autodidatas aos bacharéis: a Faculdade de Direito do Maranhão.....	170

1.4.2 A interdependência entre a faculdade jurídica e as estruturas de poder.....	175
1.4.3 A emergência dos profissionais de saúde e a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia.....	185
<b>1.5 A Interventoria Federal de Paulo Ramos e o controle das escolas superiores.....</b>	<b>193</b>

**CAPÍTULO 2. DAS FACULDADES CATÓLICAS À UNIVERSIDADE FEDERAL:** a estruturação do *dominium* universitário no Maranhão.....202

<b>2.1 A Igreja maranhense no espaço de formação das elites.....</b>	<b>202</b>
<b>2.2 A divisão social do trabalho religioso:</b> a natureza missionária das faculdades católicas dirigidas por congregações femininas.....	<b>206</b>
2.2.1 O pioneirismo da Escola de Enfermagem.....	206
2.2.2 A Faculdade de Serviço Social do Maranhão.....	213
2.2.3 A “mão esquerda feminina” da Igreja.....	217
<b>2.3 A divisão social do trabalho intelectual.....</b>	<b>219</b>
2.3.1 A Faculdade de Filosofia: disputas políticas pelo monopólio legítimo da produção simbólica.....	219
2.3.2 A institucionalização religiosa da produção científica no Maranhão: a Faculdade de Ciências Médicas.....	228
2.3.3 A “mão direita masculina” da Igreja: o <i>aggiornamento</i> dos modos de dominação do catolicismo.....	234
<b>2.4 A Universidade “Católica” e a federalização do Ensino Superior:</b> lutas de concorrência entre Igreja e Estado pelo controle do <i>dominium</i> universitário.....	<b>239</b>
2.4.1 A tentativa de “catequização” das faculdades federais.....	244
2.4.2 A federalização da Universidade “Católica”.....	247
2.4.3 A estadualização das universidades.....	252

**CAPÍTULO 3. MORFOLOGIA DOS GRUPOS DIRIGENTES DO ENSINO SUPERIOR MARANHENSE.....**

<b>3.1 Composição dos postos dirigentes.....</b>	<b>256</b>
<b>3.2 Retrato social de uma elite em formação.....</b>	<b>264</b>
<b>3.3 Posição social e posições de poder.....</b>	<b>276</b>

<b>3.4 Os liames estruturais no interior dos grupos dirigentes.....</b>	<b>296</b>
---	------------

<b>CAPÍTULO 4. PADRÕES DOMINANTES E PERFIS DISSONANTES: análise de trajetórias exemplares.....</b>	<b>300</b>
<b>4.1 José Viana Vaz: a legitimação intelectual de um político e magistrado.....</b>	<b>303</b>
<b>4.2 Pedro Neiva de Santana: uma via de mão dupla entre a consagração intelectual e a ascensão política.....</b>	<b>311</b>
<b>4.3 Mário Martins Meireles: um autodidata docente e dirigente universitário.....</b>	<b>321</b>
<b>4.4 José de Ribamar Carvalho: um intelectual da Igreja no comando da Universidade Federal.....</b>	<b>336</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: a dupla face dos modos de dominação.....</b>	<b>348</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>355</b>

## INTRODUÇÃO

*A sociologia produz muito pouco de ilusão para que o sociólogo possa pensar um único instante no jogo do herói libertador: entretanto, mobilizando toda a aquisição científica disponível para tentar objetivar o mundo social, longe de exercer uma violência redutora ou um império totalitário – como às vezes se pretende, principalmente quando seu trabalho se aplica aos que entendem objetivar sem serem objetivados –, ele oferece a possibilidade de liberdade; e pode ao menos esperar que seu tratado das paixões acadêmicas seja para outros o que foi para si, o instrumento de uma socioanálise.*

Pierre Bourdieu

Em outubro de 2015, embebida pelos preparativos para a celebração de seu cinquentenário, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio do reitor Natalino Salgado Filho (2008-2015), anunciou a mudança do nome do seu campus sede, o Campus Universitário do Bacanga (bairro onde está localizado, na capital São Luís), para “Cidade Universitária Dom Delgado”<sup>1</sup>. Segundo noticiado pela imprensa<sup>2</sup>, a mudança ocorreu em homenagem ao dirigente eclesiástico que encampou a frente pela criação da primeira universidade no Estado do Maranhão, fundada em 18 de janeiro de 1958 pela Arquidiocese Metropolitana de São Luís, reconhecida pela União em 22 de junho de 1961 e integrada à rede federal de ensino superior em 21 de outubro de 1966.

Com efeito, o então arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado (1951-1963) teve participação decisiva no processo de instalação e estruturação da Universidade do Maranhão – instituição diocesana de ensino superior, de natureza jurídica privada, filantrópica e confessional cristã, porém sem a denominação expressa de sua filiação religiosa – que se transformaria na UFMA com o processo de federalização do sistema universitário público brasileiro posto em curso pela ditadura militar.

---

1 Através da Resolução N. 234/2015-CONSUN (Conselho Universitário), a UFMA concedeu o título de doutor *honoris causa* a D. José de Medeiros Delgado, e da Resolução N. 236/2015-CONSUN, conferiu ao campus do Bacanga a nova identidade com o nome do arcebispo que fundou a primeira instituição universitária do Maranhão.

2 O IMPARCIAL, 21 de outubro de 2015.

Como autoridade máxima da Igreja Católica no Maranhão, foi sob o comando de D. Delgado que se deu a formação e organização do núcleo integrador da primeira universidade maranhense, a partir da experiência pioneira da escola superior de Enfermagem, inaugurada em 1948 pela congregação religiosa feminina cristã Irmãs Terceiras Capuchinhas. Segundo assinalam Faria e Montenegro (2005, p. 18), a então Universidade (Católica)

congregava a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis [1948], a Faculdade de Serviço Social do Maranhão [1953], a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [1952] e a Faculdade de Ciências Médicas [1957], todas diretamente ligadas à Igreja Católica.

Ainda sob o báculo de D. Delgado, visando a viabilização financeira para a montagem do aparato universitário, foi criada, em 29 de janeiro de 1955, a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS). Administrada pela cúpula eclesiástica local, a fundação tinha o propósito bem delimitado de angariar fundos para “estimular o desenvolvimento da cultura no estado, propondo-se, com esse fim, a criar uma biblioteca, um museu, um teatro e, principalmente, uma universidade” (MEIRELES, 1994, p. 77). O estatuto da SOMACS estabelecia a criação de uma universidade católica no Maranhão nos mesmos moldes pioneiros das PUCs do Rio de Janeiro e de São Paulo, fundadas nos anos iniciais da década de 1940<sup>3</sup>, tendo como polo aglutinador a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Enquanto a Escola de Enfermagem continuou sob o comando administrativo e financeiro das Irmãs Terceiras Capuchinhas e a gestão da Faculdade de Serviço Social fora delegada pela Igreja, até o surgimento da SOMACS, à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, “que a manteria por conta da Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, sediada em Campinas, São Paulo” (*ibid*, p. 70), evidenciando a solidez dos recursos econômicos, a estrutura da rede nacional de contatos e o prestígio

---

<sup>3</sup> As Pontifícias Universidades Católicas instituídas no Brasil a partir dos anos 1940 são parte de um conjunto de projetos culturais e educacionais fomentados e organizados pela Santa Sé em contraponto às universidades criadas pelo Estado varguista como tentativa de (re)estabelecimento do poder e influência da Igreja no cenário político por meio da cultura e educação, adotando como principal estratégia o recrutamento institucional das elites intelectuais do país, representantes das frações de classes socialmente dominantes. Tal processo começa a ganhar forma, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, a partir da atuação cultural do Centro Dom Vital e da criação da Revista *A Ordem*, surgidos no Rio de Janeiro na década de 1920. A primeira instituição universitária católica foi a PUC-RJ, fundada em 31 de outubro de 1940 e a segunda, a PUC-SP, fundada em 22 de agosto de 1946. Sobre outros aspectos da atuação política e cultural da elite eclesiástica brasileira, cf. Miceli (2009) e Arduini (2014).

social de que gozavam as ordens religiosas (especialmente as femininas) junto à cúpula eclesiástica maranhense, a Faculdade de Filosofia funcionava e se mantinha financeiramente através de uma parceria firmada entre as três principais instituições de fomento à cultura letrada no estado: a Arquidiocese de São Luís, a Academia Maranhense de Letras (AML)<sup>4</sup> e a Fundação Paulo Ramos<sup>5</sup>. Segundo Meireles (1994, p. 71), “num acordo de cavalheiros, assentou-se informalmente que o corpo docente seria inicialmente indicado metade pela Igreja e metade pela Academia, e que na mesma proporção se constituiria o primeiro Conselho Técnico-Administrativo”. Na prática, a Igreja ficou responsável pela administração da Faculdade, a AML pela parte pedagógica, com muitos de seus membros atuando como docentes, e a Fundação Paulo Ramos, pelo financiamento e funcionamento estrutural, o que lhe conferia algum poder de barganha na escolha dos dirigentes, feita em votação na sede da Academia e sob a supervisão e chancela da Arquidiocese.

Essa lógica organizacional de divisão do trabalho burocrático-pedagógico adotado na Faculdade de Filosofia, que equacionava a distribuição dos postos dirigentes e docentes entre agentes eclesiais e intelectuais acadêmicos leigos, foi incorporada quando da integração institucional universitária católica. A Arquidiocese contemplou no processo de recrutamento dos quadros da Universidade do Maranhão representantes de frações sociais selecionados junto à própria burocracia eclesiástica (bispos, cônegos, monsenhores, vigários, sacerdotes etc.), ao laicato, ao funcionalismo estatal e ao mecenato privado, mas sem abrir mão de seu controle total. Conforme assinala Meireles

---

4 Vinculada à Academia Brasileira de Letras e nascida enquanto agremiação de consagração literária que visava reunir a elite intelectual do estado, prestigiada por meio do reconhecimento nacional e internacional obtido pelos “panteões” da envergadura de Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa e dos irmãos Arthur e Aluísio de Azevedo, entre outros, a Academia Maranhense de Letras é fundada em 1908 e se constitui como a principal entidade de produção, organização e difusão da cultura no e do Maranhão. Com a atividade política e a produção intelectual de seus membros, muitos residindo na região Sudeste do país, a AML se torna o elemento propulsor para a estruturação e organização de um espaço de “letrados” que irá culminar, por fim, na criação da Universidade Federal do Maranhão (NUNES, 2000, p. 191-221).

5 Fundada em 1944 e batizada com o mesmo nome de seu criador, o interventor federal Paulo Ramos, que comandou o Maranhão durante o Estado Novo (1937-1945) e em cuja gestão houve o fechamento sumário das duas únicas escolas superiores até então existentes (Direito e Farmácia e Odontologia), a Fundação Paulo Ramos tinha como objetivo estatutário o financiamento e o suporte estrutural das faculdades isoladas. Em janeiro de 1945, Paulo Ramos reabriu-as sob nova legislação estadual, retirando-as do comando administrativo da AML e incorporando-as ao patrimônio privado de sua Fundação. Com a federalização das faculdades livres, em 1950, foi retirada da Fundação a responsabilidade de mantê-las, o que a condenou à extinção, consumada com a criação da SOMACS.

(*ibid*, p. 78), “nos curtos [oito] anos em que conseguiria sobreviver, a Universidade Católica teve apenas dois reitores: D. Antônio Batista Fragoso, Bispo Auxiliar da Arquidiocese, e Cônego José de Ribamar Carvalho, secretário do Arcebispo. Como vice-reitor, serviu o prof. José Maria Cabral Marques”.

Ainda que sua experiência tenha sido de efêmera existência, abreviada com a federalização ocorrida em 1966, o Maranhão foi o segundo estado das regiões Norte e Nordeste do Brasil que, efetivamente, construiu e deu organicidade a uma universidade de corpo e alma católicos<sup>6</sup>. Mais do que isso, foi a participação de membros da Igreja no âmbito da educação superior que fincou os alicerces estruturantes da formação de um domínio acadêmico-científico local organizado, integrado, institucionalizado e legitimado.

Os sintomas da presença eclesiástica no universo universitário maranhense ainda ecoam por prédios, praças e corredores da universidade, mesmo após mais de cinquenta anos de fundação e de federalização. Assim atestam o Palácio “Cristo Rei”, primeira sede da reitoria, e que hoje abriga o acervo sobre a história da UFMA, situado na Praça Gonçalves Dias, no Centro Histórico da capital, bem como um busto de D. Delgado figurando numa placa em sua homenagem em celebração à mudança do nome do campus, entre outros símbolos religiosos cristãos (sobretudo crucifixos) espalhados pela Cidade Universitária.

Além desses vestígios simbólicos, a universidade registrou (e ainda consta) em seu quadro de docentes ativos sacerdotes, ex-sacerdotes e diáconos, mais próximos da cúpula do poder eclesiástico, e membros de entidades de cunho caritativo e militante, sobretudo integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), ligados à Igreja, porém mais distantes dos centros decisórios. Em estudo anterior, analisando a relação entre as múltiplas posições ocupadas e as tomadas de posição consubstanciadas principalmente através de suas atividades de escrita, acionadas como estratégias

---

6 A Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) foi a primeira instituição universitária cristã do Norte-Nordeste brasileiro, fundada pela Ordem dos Jesuítas, em Recife, em 27 de setembro de 1951 e originou-se a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras também fundada pelos jesuítas, em 1943. A terceira e última foi a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), fundada pela Arquidiocese da capital baiana em 18 de outubro de 1961. Ambas continuam funcionando como instituições confessionais de ensino superior privado e gozando de significativo prestígio em seus respectivos estados.



imbricadas de luta política e simbólica (MELO, 2013), foi salientado que esses agentes representam, respectivamente, a mão direita e esquerda da Igreja, isto é, o polo “conservador” responsável pelo trabalho intelectual de inculcação dos dogmas e valores católicos junto aos estratos elevados da clientela universitária e o polo “progressista”, mais atinente aos “problemas sociais” da população menos escolarizada.

Contudo, os batismos de pedra aos “pais fundadores” da Universidade Federal do Maranhão, assim como os demais vestígios apontados não se restringem apenas à Igreja e dirigentes eclesiásticos. Outros prédios da instituição de ensino superior receberam, também em forma de “homenagens”, nomes de agentes militares que comandavam politicamente o Brasil, tanto durante a reabertura democrática do pós-Vargas quanto no período de vigência da ditadura militar, e são mantidos até os dias correntes. São exemplos vívidos o “Hospital Presidente Dutra”<sup>7</sup>, uma das unidades que integram o Hospital Universitário da UFMA, e o prédio “Marechal Castello Branco”<sup>8</sup> (conhecido como “Castelão”), que abriga a Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

Com efeito, os nomes que batizam os prédios da universidade maranhense são símbolos honoríficos alusivos às ações de seus dirigentes pioneiros concedidos por aqueles que, uma vez empossados nas posições de poder dentro da estrutura hierárquica das escolas superiores, procederam a uma espécie de rememoração dos “grandes nomes” que ajudaram a construí-las. Ao mesmo tempo, tais batismos sinalizam o grau de poder e de influência que a Igreja Católica e o Estado militar exerceram sobre essas frações dirigentes, constituindo-se em indícios que apontam para o exame crível das posições dos agentes envolvidos em seu processo constitutivo enquanto marcadores sociais de averiguação do efeito de homologia entre posições sociais e posições de

---

7 Ex-ministro da Guerra do Governo Getúlio Vargas (1936-1945), o general Eurico Gaspar Dutra foi o primeiro presidente do Brasil (1946-1951) eleito após o fim da Segunda Guerra Mundial, marcando o início da redemocratização do país. Inaugurado em São Luís no dia 28 de julho de 1961 pelo presidente Jânio Quadros que o batizou, o Hospital Presidente Dutra integrava o Instituto Nacional de Assistência Médica e da Previdência Social (INAMPS) e foi incorporado ao patrimônio da UFMA em 17 de janeiro de 1991 pelo ministro da Saúde do Governo Fernando Collor (1990-92), Alcení Guerra, que assinou o Termo de Cessão.

8 O “Castelão” foi a primeira unidade inaugurada no Campus Universitário do Bacanga, em 11 de agosto de 1972. Construído pelo escritório de arquitetura de Wit-Olaf Prochnik, do Rio de Janeiro, recebeu esse nome em homenagem ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente da ditadura militar que sancionou a lei de criação da UFMA.

poder, mais especificamente entre as posições exógenas à universidade e a estrutura de postos dirigentes disponíveis internos à instituição universitária.

Ancoradas nessas constatações, as problemáticas iniciais que norteiam o presente estudo consistem em entender, num plano geral, quais as configurações sociais, políticas e culturais que favoreceram a emergência do Ensino Superior no Maranhão e, de modo particular, que dinâmicas sociais comuns mediaram a relação entre Igreja Católica, Estado autoritário e mecenato privado desembocando na formatação de critérios sociais de seleção da elite dirigente universitária no estado?

Afinal, numa região dominada politicamente por grupos oligárquicos, não confessionais, de feição rural, com predominância de núcleos familiares “tradicional”, de onde descende a fração culta da elite dirigente que levará a cabo a criação, organização e expansão das instituições culturais, educacionais e científicas, por que a Igreja passa a investir fortemente na construção de uma universidade no Maranhão? O que está em jogo nesse momento? E por que uma vez instalada e consolidada a Universidade “Católica” adere à federalização, considerando-se a sobrevivência de suas “co-irmãs” nos demais estados e regiões do país ante o regime ditatorial? Quais os impactos disso no grau de autonomia do Ensino Superior no Maranhão? É possível mesmo falar em autonomia relativa de um espaço acadêmico-científico em configurações periféricas?

Em se tratando do exame de uma esfera social específica, situada na região Nordeste do país e, portanto, alocada numa posição duplamente periférica, tanto em relação aos centros de produção acadêmica europeus e norte-americanos quanto em função da distância sociocultural do eixo Sul-Sudeste, de onde irradiavam os modelos organizacionais pioneiros e exitosos, como a Universidade de São Paulo (USP)<sup>9</sup> e a

---

9 Fundada em 25 de janeiro de 1934, a USP tornou-se o símbolo dos projetos intelectuais das elites paulistas no tocante ao reposicionamento do Estado de São Paulo, por meio da cultura e da educação, no jogo do poder que ditaria os novos rumos da nação. Diante das derrotas sofridas nos conflitos armados contra as forças vitoriosas das revoluções de 1930 e de 1932, os dirigentes da oligarquia paulista “passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura são iniciativas que se inscrevem nesse projeto” (MICELI, 2012, p. 101). Segundo Schwartzman (2015, p. 220), “a nova universidade seria pública, leiga e livre de influências religiosas (...) e teria autonomia administrativa e acadêmica, destinando-se a criar uma nova elite que assumisse a liderança do país, superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o estado líder da federação”.

Universidade do Distrito Federal (UDF)<sup>10</sup>, a investigação sócio-histórica sobre a atuação da cúpula da Igreja Católica e de agentes do Estado autoritário no processo de montagem do Ensino Superior no Maranhão permite-nos levantar uma hipótese geral que norteia a tese, qual seja a disputa pelo monopólio legítimo da produção simbólica travada em torno das lutas concorrenciais pela imposição dos princípios de visão e de di-visão do espaço acadêmico-científico através da importação de modelos universais de educação e ciência (BOURDIEU, 2002), operada *a priori* pelos agentes sediados tanto na malha burocrática estatal quanto na estrutura hierárquica eclesiástica.

Enredada por sucessivas transformações políticas, sociais e culturais que se desenrolam e reconfiguram o espaço intelectual local, remodelando consigo as concepções de ciência e universidade, potencializada pela disputa entre Igreja e Estado por seu controle, a instituição universitária passa a ser concebida e reconhecida como o *locus* central da atividade intelectual por excelência, em torno da qual passam a orbitar as demais entidades culturais existentes.

Desta feita, ao mesmo tempo em que envidava esforços para a criação da universidade, D. Delgado fortalecia a posição da Igreja na disputa com o Estado pela imposição dos modos de dominação simbólica que a valorização da educação e da ciência ensejava desde o fim do século XIX (BOURDIEU, 1989; CHARLE, 1994). Isso tornou-se ainda mais evidente no Maranhão a partir da implementação de projetos educacionais e socioculturais cuja realização fora delegada pela Igreja às ordens religiosas, a partir da década de 1940, que visavam por meio da instrução das futuras gerações de maranhenses, orientada pela fé cristã, a reprodução de sua dominação na esfera de produção de bens simbólicos e, a um só tempo, atrair novos quadros para a reprodução de seu corpo sacerdotal e manter e expandir sua clientela católica, face a um cenário nacional de forte concorrência religiosa e de redução local do número de “vacionados” e de “fiéis” (MICELI, 2009; MELO, 2013; NERIS, 2014).

---

10 A Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em abril de 1935, era composta de cinco escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes. O principal objetivo da nova universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística e ‘propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular’. Na verdade, a UDF pretendia não apenas produzir profissionais, mas formar ‘os quadros intelectuais do país’. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30.37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>>. Acesso em: 30 out. 2017.

Com isso, a Igreja logrou êxito no fortalecimento de escolas secundárias confessionais privadas (algumas delas tornaram-se “escolas de elite” em São Luís<sup>11</sup>), na fundação de jornais, edificação de parques gráficos, sistemas de radiodifusão, além do subsidiamento de produções literárias de “intelectuais católicos” não acadêmicos e da “cooptação” de figuras públicas e de escritores nacionalmente consagrados, num conjunto de ações implementadas e/ou subsidiadas pela Arquidiocese, tanto na capital quanto no interior do estado. Em artigo sobre o trânsito e a confluência de ações nas esferas da cultura e da política por agentes católicos investidos do ofício sacerdotal (MELO, 2017, p. 241-261), observei que a intersecção entre lógicas distintas de evangelização possibilitou-lhes o exercício imbricado das funções de mediadores culturais e de porta-vozes de demandas sociais, acentuadas por uma configuração histórica de redução crítica tanto do número de novos vocacionados para o sacerdócio quanto de novas clientelas filiadas ao catolicismo.

Todavia, à luz da necessidade de se reconstituir as dinâmicas históricas que presidiram o surgimento das primeiras escolas superiores no Maranhão, constata-se que apesar das conquistas obtidas com a atuação da cúpula eclesiástica no tocante à seara educacional, sobretudo a montagem institucional universitária no Nordeste, cujos investimentos derivam dos ganhos patrimoniais oriundos da “estadualização” do projeto de romanização em curso no Brasil sob a regência da Santa Sé (MICELI, 2009), curiosamente não coube à Igreja a iniciativa pela criação das primeiras escolas superiores livres no estado, como se poderia supor. Ao revés disso, o protagonismo fora exercido por frações de elites sociais (funcionários públicos, profissionais liberais, empresários, herdeiros de “famílias tradicionais” e de grandes latifundiários) – contando com algum apoio das elites políticas e jurídicas locais (deputados, senadores e membros do alto escalão do judiciário maranhense) – que, em alguma medida, constituíam também a elite intelectual regional (ALMEIDA, 2008; CORRÊA, 2017).

---

11 Entre outros estabelecimentos católicos de ensino médio, destacam-se o Colégio Santa Teresa (fundado em 06 de fevereiro de 1894 e mantido pela Congregação das Irmãs de Santa Doroteia da Frassinetti, de origem italiana) e o Colégio Maristas (fundado no dia 02 de abril de 1908 pela Congregação Irmãos Maristas, de origem francesa), ambos fixados na capital São Luís, onde estudou parte da elite jurídica e política maranhense, cujo representante mais notável é o ex-juiz federal e governador do Maranhão, Flávio Dino (estudou no Maristas). Para um aprofundamento sobre as lógicas de reprodução social dos estratos dominantes por meio de “escolas de elite” de São Luís, cf. Costa (2017).

Em verdade, coube à “Terceira Geração” desses intelectuais atuantes na Primeira República (como veremos mais adiante), fortemente presentes na cultura, na educação e na política estadual, a formulação e fundação da Faculdade de Direito (1918) – a primeira instituição oficial de Ensino Superior do Maranhão<sup>12</sup> –, da Faculdade de Farmácia (1922) e Odontologia (1925), e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM (1925), instituições que, a um só tempo, estruturaram e organizaram o espaço intelectual local, estabeleceram novos paradigmas de produção da atividade intelectual baseados na ciência e condicionaram o surgimento de novos critérios de afirmação e de hierarquização social no espaço de poder mais geral.

A criação dessas instituições educacionais e científicas simbolizava tanto a dominação política e econômica exercida por essa fração culta da elite dirigente local quanto o grau de reconversão desse acúmulo de poderes sociais em investimentos nos domínios próprios da atividade intelectual (escolas, jornais, agremiações literárias, faculdades, universidades). Detentores de mandatos eletivos, ocupantes de cargos com variação hierárquica na burocracia estatal (de médios funcionários públicos ao alto escalão jurídico) e atuantes no mercado emergente das profissões liberais (advogados, médicos, farmacêuticos, odontólogos, jornalistas, escritores, comerciantes), essas frações sociais dominantes também dominavam os postos elevados na estrutura hierárquica das entidades de consagração intelectual, sobretudo a Academia de Letras, as escolas superiores, as instituições educacionais e científicas e as empresas jornalísticas.

Vale dizer que a expansão da imprensa em fins do século XIX em todo o país e, em particular, no Maranhão, com o surgimento de vários jornais na capital São Luís e no interior do estado (MARTINS, 2006, p. 189-197) transformou os periódicos impressos num dos “principais móveis da luta em que estavam envolvidas as diversas facções oligárquicas” (MICELI, 2012, p. 55) pela conquista e manutenção do poder, especialmente dos poderes de Estado.

---

12 Por iniciativa de Domingos Castro Perdigão e com o apoio do cônsul de Portugal, Manoel Francisco Paxeco, a Faculdade de Direito do Maranhão foi instituída no dia 28 de abril de 1918. Apesar de ter sido reconhecida pela União apenas em 1924, a escola jurídica foi fechada em 1939, no auge do período do Estado Novo (1937-1945), voltando a receber nova autorização de funcionamento somente em janeiro de 1945, pelo Decreto N. 17.558. Em dezembro de 1950, a faculdade foi federalizada tornando-se órgão da Administração Pública Federal e, a posteriori, transformando-se definitivamente no Curso de Direito da UFMA em 26 de outubro de 1966 através da Lei N. 5.152. Para outras informações sobre o ensino jurídico no Maranhão da Primeira República, cf. Dino (2014).

Paralelamente, face à crescente burocratização das empresas jornalísticas resultando na diferenciação e especialização de atividades internas ao ramo (articulistas, editorialistas, ilustradores, caricaturistas) e no conseqüente aumento da oferta de postos, os veículos midiáticos foram elevados ao patamar de principal instância de afirmação e consagração intelectual e chave de acesso às posições de poder. Essa mudança no desenvolvimento da atividade e das empresas jornalísticas conferiu aos agentes dedicados à atividade da escrita nos folhetins, de forma pontual ou regularmente, a função de “polígrafos”, escribas de celebração política, além da possibilidade do cultivo de relações sociais privilegiadas com o *establishment* regional, através das quais “o êxito que alcançavam por meio de sua pena poderia lhes trazer salários melhores, sinecuras burocráticas e favores diversos” (*id., ibid.* p. 55).

A base do patrimônio material desses representantes das frações dirigentes, com saldo suficiente para investimentos próprios em cultura e educação, advinha do acúmulo de riquezas pelas famílias proprietárias de terra que, após terem experimentado o auge dos lucros conferidos pelo modelo econômico da agroexportação, pilar da economia maranhense até o início do período republicano, viviam sob os efeitos sub-reptícios da decadência da monocultura do algodão e do arroz, provocados principalmente pela Abolição da Escravidão, cuja mão-de-obra escrava era o sustentáculo da produção agrícola, e pela concorrência internacional dos produtores ingleses (ALMEIDA, 2008; CORRÊA, 2017).

Numa sociedade fracamente diferenciada e organizada predominantemente em torno do sistema agroexportador, como a maranhense, a perda de capital econômico face à derrocada da escravatura e à queda dos preços dos produtos agrícolas fez com que essas elites de feitio rural redirecionassem seus capitais político e simbólico para a conquista de postos de poder na burocracia estatal, em vias de sistematização de seus fundamentos jurídicos, de organização político-administrativa e de desenvolvimento da estrutura de postos com a irrupção do regime republicano, com vistas à diversificação de novas frentes de atuação que garantissem a manutenção e a reprodução de sua dominação para além da dependência econômica da lavoura.

Daí a preocupação candente com a produção de um corpo de dirigentes que pudesse tanto ocupar os postos disponíveis com a expansão da estrutura burocrática de

Estado, com vistas à satisfação dos interesses dos grupos sociais que representavam, quanto formar e capacitar quadros “nativos” para os demais setores sociais, carentes de profissionais qualificados, especialmente nas áreas de educação, saúde e saneamento.

Bastante deficitárias diante das constantes enfermidades que acometiam a população ludovicense desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX (COE, 2011, p. 13-23) e que se agravavam com a inexistência de políticas de higiene pública e com os efeitos globais devastadores da Gripe Espanhola (1918-1920), saúde e saneamento entram na ordem do dia das preocupações governamentais em todo o país desencadeando um aumento da criação de faculdades livres neste âmbito. No Maranhão de meados da década de 1920, isso se reverberou na fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia e na primeira tentativa de criação de uma faculdade de Medicina (SALGADO FILHO, 2016, p. 18-23), que só viria a se concretizar décadas depois pela ação da Arquidiocese de São Luís comandada por D. Delgado.

À necessidade inicial de formação dos grupos dirigentes e de profissionais liberais nas áreas do direito e da saúde pública (inicialmente advogados, farmacêuticos e odontólogos) para atender à demanda da população face à expansão da malha institucional estatal e à ausência de mão-de-obra capacitada – resultado da diminuição da circulação internacional das elites rurais e do aumento do trânsito nacional de seus herdeiros decorrentes da *débaçle* da agroexportação, antes enviados para estudar e se formar na Europa, agora mais restritos aos escassos centros de ensino localizados no Sudeste e Nordeste do país, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco (como veremos mais detidamente) – somou-se o ímpeto das frações sociais decadentistas pela ampliação das redes de poderes que pudessem garantir a manutenção de seus privilégios sociais por meio da apropriação do aparato estatal e do orçamento público, estendendo-o para diversos domínios sociais, especialmente o intelectual.

O foco da investigação, portanto, centra-se sobre a atuação de grupos dirigentes do Ensino Superior maranhense, situados num intervalo temporal de longa duração (1918 a 1970), que edificaram o estatuto de prestígio e relevância da universidade por meio das lutas de forças pelo monopólio da dominação simbólica legítima, pela imposição dos princípios de afirmação e de legitimação acadêmico-científica, pelos critérios de hierarquização das posições e produtos intelectuais que passam a ser

reconhecidos e validados junto ao núcleo da vida cultural do estado e pelos embates em torno do controle do acesso aos postos docentes e dirigentes das escolas superiores.

Isso favoreceu o acirramento da concorrência intra e inter elites locais que dominavam o acesso às outras agremiações culturais, também de significativo prestígio social e intelectual (AML e IHGM, principalmente). Compreende-se, assim, que a resultante dessa interdependência entre posições elevadas de agentes alocados na malha político-burocrática de postos do Estado e da Igreja, o montante e os tipos de capitais acumulados (cultural, político, social, econômico) e a circulação em instâncias culturais certificadoras de prestígio social e intelectual (capitais simbólicos) contribuiu para a formação e estruturação de um domínio acadêmico-científico socialmente legitimado, politicamente hierarquizado e fragilmente autonomizado.

Nestes termos, parte-se da concepção de que a “nobreza de Estado” (BOURDIEU, 1989), consubstanciada na formação educacional privilegiada e na ocupação de posições de “elites da República” (CHARLE, 2006), constituiu-se, também, na “nobreza intelectual acadêmica” por meio das bases sociais de reprodução das estruturas estruturantes e estruturadas de dominação simbólica, operando-se a transformação de privilégios das elites sociais nos condicionantes de formação das elites intelectuais, cuja esfera de atuação se diferencia conforme as relações de força entre as esferas religiosa, literária, universitária e política (CHARLE, 2001). Tal diferenciação baseia-se, sobretudo, no acúmulo e na variação dos tipos de capitais valorizados e reconhecidos na esfera de produção de bens simbólicos, constituindo-se, por fim, no terreno social onde nascem os critérios de recrutamento e de seleção das elites dirigentes universitárias (BOURDIEU, 2011; CHARLE, 1994).

Para confrontarmos e aprofundarmos tal perspectiva, uma segunda leva de questionamentos foi aventada ao longo do processo de investigação, direcionando-se o ajuste das lentes perscrutadoras para as reconfigurações que se desenrolam em intervalos temporais históricos específicos e seus efeitos no processo de composição dos dirigentes das instituições de ensino superior.

Responsáveis que foram pelo funcionamento dos cursos, pelo gerenciamento dos recursos, pelo protagonismo dos discursos, pela organização das grades curriculares e pela divisão social do trabalho acadêmico-científico, quais os critérios sociais de seleção



dessas frações dirigentes, desde a criação das pioneiras faculdades isoladas até o advento da UFMA? Quais os condicionantes que presidiram a escolarização e a formação profissional desses agentes, considerando-se o período histórico em que ainda eram escassas as escolas superiores no Brasil? Quais recursos e trunfos mobilizados lhes permitiram o acesso aos postos de comando mais elevados disponíveis com a criação desse domínio social da atividade intelectual acadêmico-científica, cujo controle era disputado entre Igreja e Estado? Quais concepções de ciência e de universidade estavam em disputa? Que estratégias de afirmação intelectual e repertórios de atuação política e cultural foram acionados por esses grupos dirigentes para fazer valer suas crenças e práticas nas lutas de concorrência?

Privilegia-se, assim, um estudo de caso tendo como *locus* empírico as dinâmicas sociais representadas pelo Maranhão sobre os condicionantes que possibilitaram a uma fração culta da elite dirigente local, a partir do segundo decênio do século XX até o início da década de 1970, atuar em múltiplos domínios sociais imbricados, especialmente nos âmbitos da política e da cultura, exercendo o protagonismo na construção dos alicerces que edificaram o Ensino Superior maranhense enquanto esfera social especializada, revestida de vários matizes institucionais ao longo de sua constituição, e o estatuto de seus princípios de hierarquização e de suas regras próprias de funcionamento.

Os registros de exercícios de cargos burocráticos (pastas governamentais, mandatos eletivos, comando de instituições escolares, entidades culturais, agremiações literárias, teatros, museus, bibliotecas, arquivos públicos e institutos de pesquisa), bem como de atividades pedagógicas (docentes do ensino médio, principalmente) e de escrita (publicação de artigos em jornais e revistas de significativa circulação e/ou de livros em editoras de prestígio), revelam o acúmulo de uma *expertise* administrativa e o desenvolvimento de habilidades e competências que se constituem num patrimônio de disposições múltiplas que, grosso modo, conferem aos seus portadores o reconhecimento de “intelectual” – trunfo socialmente distintivo nas relações intra e inter elites –, terreno onde se dá a transmutação de “competências sociais” em “competências intelectuais” (BOURDIEU, 2011, p. 95), habilitando-os a intervir arazoadamente no processo de montagem da universidade no Maranhão.

O exame dos condicionantes sociais de recrutamento e seleção dos grupos dirigentes do ensino superior maranhense, tomando como pano de fundo a reconstituição histórica da origem da primeira instituição universitária, apresenta-se, pois, como um caso exemplar para se analisar o grau de reprodução dos mecanismos sociais que engendram formas de dominação política e cultural de grupos socialmente hierárquicos e dominantes em contextos periféricos, ampliando-se o alcance das análises aqui realizadas para outras configurações e contextos similares de formação de esferas sociais de atividades especializadas.

Tais lógicas e estratégias de dominação evidenciam-se através de dois prismas angulares. Primeiro, pelas próprias especificidades da formação histórica desse espaço socialmente legitimado e tecnicamente especializado de produção e reprodução da atividade intelectual acadêmico-científica por excelência no Maranhão, cuja posição na esfera de poder mais geral define-se pela condição duplamente tardia de surgimento do empreendimento universitário no Brasil, tanto na escala internacional em relação aos países da Europa, da América do Norte e da América Latina (CHARLE e VERGER, 1996), quanto em âmbito nacional quando comparado o desenvolvimento das universidades da região Nordeste com as do eixo Sul-Sudeste (CUNHA, 2007; SCHWARTZMAN, 2015).

O segundo ponto observável caracteriza-se pela ação incisiva e decisiva de instituições sociais detentoras de grande poder político e simbólico sobre o ensino superior em distintos períodos históricos. Nesse aspecto, destacam-se, sobretudo, a atuação dos membros da cúpula da Igreja Católica nos âmbitos da cultura, educação e ciência (SCHWARTZMAN, 1984; MICELI, 2009, ARDUINI, 2014), bem como os representantes dos regimes de exceção da “Era Vargas” e da Ditadura Militar, que deflagraram abruptos e violentos estágios de ruptura política e de sintomática efervescência cultural, produzindo efeitos deletérios para o país, do ponto de vista político-jurídico, e desembocando em profundas transformações em todo o sistema nacional de educação, sobretudo na esfera universitária federal (VASCONCELOS, 2007; MOTTA, 2014).

Deste modo, têm-se esboçadas aqui três importantes dimensões de análise constitutivas do eixo estrutural deste trabalho: i) a sociogênese das escolas superiores

em correspondência ao exame dos condicionantes históricos, sociais, políticos e culturais que presidiram seu advento, com ênfase no período abrangido de 1918, ano de fundação da Faculdade de Direito do Maranhão, a 1970, momento em que a Igreja Católica assume pela última vez a direção de uma instituição universitária no estado por meio do reitor da UFMA, cômego José de Ribamar Carvalho (1968-1972), ao mesmo tempo em que nascem as primeiras faculdades isoladas públicas estaduais formadoras, na década seguinte, do núcleo fundante da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); ii) a morfologia das frações de elites dirigentes formuladoras das diretrizes do Ensino Superior no Maranhão, com base no método prosopográfico e na elaboração de quadros sinóticos em função dos registros sociográficos coletados (origem social, nível de escolarização, formação profissional, cargos de direção, participação em agremiações culturais, redes de sociabilidade regional, nacional e/ou internacional), evidenciando-se regularidades e discrepâncias nas propriedades sociais e nos recursos culturais examinados coletivamente e analisando-se o grau de correspondência entre o volume de capitais acumulados e os postos hierárquicos de poder; e iii) o exame da trajetória de casos exemplares representativos dos perfis sociais predominantes, apreendendo-se a relação entre os trunfos individuais mobilizados e o seu peso relativo para o acesso às posições elevadas consideradas, bem como as especificidades das estratégias de afirmação intelectual e dos repertórios de atuação cultural e política.

Ancorada empiricamente num diversificado acervo documental (memoriais, cartas, ofícios, atas de reunião, recortes de jornais) e em múltiplas fontes (livros, revistas, trabalhos acadêmicos), sob inspiração do arcabouço teórico-metodológico de Pierre Bourdieu, a análise desloca o olhar clínico para examinar as distintas modalidades de institucionalização que estruturaram e (re)organizaram o Ensino Superior no Maranhão, forjadas ao longo de sua construção em intervalos temporais e recortes espaciais delimitados, objetivando-se a aferição do grau de autonomia desse nascente espaço da atividade acadêmico-científica num contexto periférico.

O foco analítico incide, ainda, sobre os padrões de carreira profissional dos agentes investigados, ajustando-se as lentes para os capitais e trunfos mobilizados e valorizados no jogo em disputa, distribuídos de modo desigual sob os moldes tutelares e doutrinários do Estado e da Igreja, *pari passu* com as mutações sociais em voga,

buscando-se a explicitação das regularidades e/ou variações na composição social dos perfis que integram as frações dirigentes do Ensino Superior maranhense.

Além disso, aponta-se para a relação entre as múltiplas posições dos agentes inscritos em esferas sociais distintas e os postos de poder alcançados no espaço mais geral, cujas estratégias de atuação e de tomadas de posição descortinam clivagens e amálgamas, disputas e alianças costuradas entre distintas facções pela imposição dos princípios de legitimação, pelas regras de funcionamento do espaço acadêmico-científico e pelos critérios de (re)definição da atividade intelectual por excelência, revelando-se assim os esquemas de visão e de divisão do mundo social impostos pela dominação simbólica dos estratos socialmente dominantes.

Pontua-se, por fim, o descortinamento dos modos de dominação política e cultural exercidos pelos grupos dirigentes do Ensino Superior, caracterizado em função dos efeitos de homologia entre as posições de poder na estrutura de cargos do funcionalismo estatal e a ocupação dos postos docentes e dirigentes na estrutura burocrática e hierárquica das instituições superiores de ensino do Maranhão.

Ao propormos uma análise sobre o redimensionamento das esferas de atuação de camadas dominantes e dos condicionantes sociais que parecem engendrar um (re)equilíbrio de poderes apreendido a partir do fluxo resultante das intersecções intra e inter elites em torno do controle das escolas superiores e da universidade, que estão na base do processo de reconfiguração das fronteiras movediças da política e da cultura no Maranhão e da reprodução dos modos de dominação, evidenciando-se uma dupla face da dimensão política do simbólico e da dimensão simbólica do político, este estudo adquire um aspecto original em relação à literatura especializada compulsada, tecendo assim as teias de sua pertinência e relevância.

\*\*\*

## I. Por uma sociologia do *dominium social*

O estudo ancora-se no diálogo crítico com a sociologia dos campos sociais de Pierre Bourdieu em combinação com a sociologia do poder sobre a constituição de complexas estruturas de dominação, de Max Weber, e com a sociologia da interdependência e da formação de configurações de poder, de Norbert Elias. Objetiva-se a proposição de formulações conceituais erigidas num esforço renhido de interlocução “com e contra Bourdieu” para a compreensão das dinâmicas sociais e configurações específicas inerentes a contextos periféricos, marcados inequivocamente por processos mais frágeis de autonomização dos espaços sociais de especialização, com maior grau de heteronomia e menor heterogeneidade dos perfis sociais no tocante ao processo de diferenciação das atividades intelectuais em função dos países centrais da Europa e da América do Norte, cujas estruturas e instituições gozam de maior estabilidade e autonomia. Sinaliza-se, assim, para o potencial e os limites heurísticos do escopo teórico em voga, bem como para o esboço de elaboração de novos elementos conceituais que ajudem a compreender as dinâmicas “nativas” evidenciadas.

Tomamos como ponto de partida a formação histórica do Estado moderno que levou à divisão social do trabalho burocrático, na perspectiva weberiana, e ao processo de diferenciação dos campos sociais específicos e especializados (como o literário, artístico, científico, universitário), descrito por Bourdieu, no qual o Estado burocrático exerce sobre estes um efeito de jurisdição. Partindo da “casa do Rei” em direção à “razão de Estado”, Bourdieu examina em **Sobre o Estado** (2014) a lógica de acumulação inicial do capital simbólico pelo Estado dinástico, representado pela figura do rei e os poderes pessoais que concentra, e sua transformação na razão pública do Estado moderno e a consequente difusão e diferenciação dos poderes estatais tornados “poderes públicos”.

Para Bourdieu, essa mutação histórica de longa duração decorre do processo de acumulação de diferentes espécies de capital (coercitivo, econômico, cultural e simbólico), que está na base de sustentação do prestígio e da legitimação da dominação da realeza, através da qual o Estado surge como *metacampo*, o campo do poder onde se

travam as disputas pelo controle sobre os demais campos oriundos da progressiva expansão e diferenciação das atividades burocráticas.

Em linhas gerais, Bourdieu (2014, p. 328) identifica nas disputas pelo entendimento do direito de sangue ao trono, constituídas em torno do “trabalho de racionalização jurídica da prática da linhagem”, a existência de contradições na lógica dinástica, qual seja a de que ela deva coexistir e imiscuir-se a uma lógica não dinástica, materializada na constituição de um corpo de juristas (funcionários reais) responsáveis pela manutenção simbólica do direito de primogenitura, face à contestação dos demais herdeiros (irmãos do rei), base das lutas sucessórias.

Tem-se, então, a arquitetura de dois princípios de dominação contraditórios e conflitantes do estado dinástico: de um lado, a “casa do rei” cujo poder pessoal está assentado no acúmulo histórico de diferentes tipos de capitais, tendo a reprodução pela família como principal estratégia de dominação; e do outro, um corpo nascente de juristas e burocratas responsáveis pelo trabalho de racionalização do direito de transmissão hereditária dos poderes reais. Vale frisar, entretanto, no que concerne aos burocratas (ministros, grão-vizir), sua reprodução não se dá diretamente por laços consanguíneos, mas principalmente pela educação escolar, isto é, pela autoridade exercida baseada no acúmulo de capital cultural (o que não deixa de ser um aspecto de transmissão hereditária, já que apenas as famílias de reis e nobres possuíam acesso à instrução formal via escola).

Seja como for, à medida que o Estado dinástico necessita manter e ampliar seus territórios mais evidente se torna o aumento da dependência ao trabalho burocrático dos juristas para assegurar a posse e a transmissão hereditária desse patrimônio, independentemente da figura pessoal do rei, e tanto maior é o poder simbólico e relativa a autonomia que esses funcionários reais vão adquirindo, ao ponto de se inventar uma nova lógica estatal como princípio universal determinante para a construção da “coisa pública”, dos “assuntos públicos”, mais relacionados ao reino do que ao rei.

A criação do espaço de atuação dos burocratas origina também a complexificação da divisão do trabalho de dominação burocrático-racional, um dos “tipos puros” (ou “tipos ideais”) de dominação descritos por Weber. O surgimento da assinatura, do selo real, dos registros oficiais, atestados, títulos de nobreza, certificados

de posse de terras, decretos, nomeações etc. leva à transmutação da autoridade dinástica em autoridade burocrática. Para Bourdieu, essa passagem do poder pessoal concentrado na casa do rei para a difusão e divisão de poderes em torno dos funcionários burocratas está na raiz do nascimento da “razão de Estado”, isto é, na realização coletiva do trabalho de construção das instituições estatais de natureza “pública”, de alcance universal e de modo impessoal, demarcado pela emergência de um campo burocrático relativamente autônomo em relação ao rei, no qual irão se travar as lutas de concorrência em torno da posse dos poderes propriamente burocráticos, cujo controle se exerce sobre todos os outros campos emergentes.

O que vemos, então, é a edificação de um espaço burocrático que contrasta à pessoalidade absoluta da figura do rei a impessoalidade relativa dos funcionários do reino, opondo-se ao princípio dinástico o princípio burocrático, onde a autoridade e a legitimidade dos burocratas reside fundamentalmente na aquisição e valorização do capital cultural.

Esse acúmulo de poder simbólico pelos burocratas suscita também, na longa duração, um duplo efeito causal no processo de divisão do trabalho burocrático operado pelos funcionários reais que controlam as instituições burocráticas: primeiro, a emergência de uma “nobreza de Estado” produto e produtora do Estado, sendo ela a responsável pela delegação da autoridade e da distribuição desigual dos capitais aos novos postulantes às posições de poder na estrutura de postos do campo burocrático em expansão; e, segundo, o surgimento de outros campos ou sub-campos específicos (jurídico, administrativo, intelectual e o político propriamente dito), oriundos do desdobramento contínuo do processo de diferenciação das atividades burocráticas. Para Bourdieu, a gênese desses “campos de poder” constitui um espaço diferenciado no qual as lutas concorrenciais entre os campos resultam na luta dos detentores de diferentes poderes pela imposição de seu poder sobre os demais poderes.

Detentora privilegiada de capital cultural, é a nobreza de Estado cuja dominação e reprodução nos postos de poder opera-se pelo acesso favorecido à educação escolar e universitária (BOURDIEU, 1989) quem irá formular os princípios de visão e de divisão universalizantes e comuns aos súditos, elaborando as noções de “nação” como território juridicamente regulado e de “cidadão” integrado ao Estado através de um conjunto de

dispositivos jurídicos que dão origem a um estatuto público de direitos e deveres, para cuja difusão o exército e a escola foram primordiais.

Essa aristocracia burocrática, subdividida entre os campos jurídico, administrativo, político e intelectual arroga-se ainda o controle dos capitais acumulados na figura do Estado, um *metacapital* que configura o Estado na condição de *metacampo*, que é o campo do poder por excelência, regulador dos demais campos. Por meio do peso e do volume dos capitais acumulados com a passagem do princípio dinástico ao princípio burocrático, coube ao Estado o exercício de seu “metapoder” na mediação das relações entre os demais campos e na regulamentação de seus princípios de funcionamento, consumando-se por fim o surgimento de um espaço público edificado simbolicamente na razão de Estado – instituída como “espírito do corpo burocrático” através do processo de inculcação via sistema escolar (BOURDIEU, 2010b, p. 91) – e substancializado na complexificação e diferenciação das instituições burocráticas em substituição à lógica privada da casa do rei, esvaziando-se assim os poderes reais e promovendo-se a ascensão dos poderes burocráticos, em suma, os poderes de Estado.

Não obstante, o desenvolvimento e o aumento da especialização dos campos sociais específicos foram marcados por sucessivas disputas entre forças sociais que rivalizavam com o Estado pelo controle e pela imposição de suas lógicas de funcionamento a esses campos. A concorrência entre Estado e Igreja, por exemplo, se manifestou principalmente nas lutas pelo monopólio legítimo da educação, o que levou à consolidação da figura do Estado, representada pela monarquia absoluta em face à instituição eclesiástica, como árbitro das relações de força entre os grupos concorrentes (SAPIRO, 2019, p. 238).

Essas disputas, travadas de modo mais intenso a partir do século XVIII até o limiar do século XX e impulsionadas pelo crescimento dos nacionalismos e pela construção de “identidades nacionais” em oposição à hegemonia de uma “cultura única” representada pelo domínio cultural francês (THIESSE, 1999, p. 29), matizadas por meio da língua, literatura, arte e música, teria possibilitado a “autonomização cultural” dos dominados em relação aos dominantes, promovendo “a formação de um espaço internacional de competição entre Estados-nação” (SAPIRO, 2019, p. 239).



Tal competição, entretanto, não se processou de modo equitativo ou em igualdade de condições entre os países concorrentes. Fenômenos históricos como o colonialismo, o imperialismo, a escravidão e o racismo, entre outros, se constituíram em vetores de diferenciação da (de)formação desse espaço internacional de disputas, como exemplificam os contextos nacionais de formação dos países da África, da Ásia e das Américas Central e do Sul.

Como subproduto das ambições hegemônicas dos países colonialistas e das lutas desiguais pela construção e valorização das culturas e identidades nacionais dos países colonizados, houve a imposição por parte dos dominantes da lógica de expansão dos mercados aos dominados, consubstanciada na relação MetrÓpole-Colônia, implicando na “formação de espaços de circulação e intercâmbio que transbordavam os territórios nacionais” (SAPIRO, p. 239-240).

Sapiro (*ibid*, p. 240) analisa ainda que a dimensão cultural do colonialismo, marcada pela circulação de bens simbólicos (principalmente livros) e de ideias e ideais (educação, ciência e universidade, por exemplo) contribuiu para o alargamento das fronteiras nacionais dos campos sociais numa dupla direção: em primeiro lugar, ao nascimento e expansão de um mercado de bens culturais imposto pelas nações colonizadoras aos territórios colonizados; e, em segundo, à formação de uma elite de produtores culturais nos países colonizados. Essas frações de elites culturais “nativas” foram as responsáveis, entre outras coisas, pela produção das noções de “País”, “Nação”, “cidadão” e “identidade nacional” dos colonizados talhadas em oposição aos colonizadores.

Todavia, tais noções foram marcadas fortemente pela língua, religião, organização política e esquemas de percepção de mundo impostas pelos dominantes e absorvidas arbitrariamente pelos dominados, processo que constitui inclusive a base social de importação e reprodução das próprias categorias de pensamento sobre o Estado e seu efeito universalizante, conforme aludido por Bourdieu (1989, 2010b, 2014).

Pode-se assinalar, nestes termos, que a diferenciação e especialização dos espaços sociais específicos nos países periféricos, de formação histórica colonial e escravocrata, como o Brasil, onde a Igreja Católica despontou como um dos pilares

dessa dominação eurocêntrica, não se desenrolaram com o mesmo grau de autonomia, equilíbrio de condições e heterogeneidade de que gozavam os países centrais. Na França, por exemplo, a formação e autonomização do campo intelectual se processou em oposição ao domínio eclesiástico exercido sobre as universidades, levando à emergência de um sistema de ensino superior no qual os Collèges possuem maior prestígio e ocupam posições mais destacadas do que as instituições universitárias propriamente ditas (CHARLE, 1994, p. 137-139).

No Brasil, por seu turno, a origem e o desenvolvimento das escolas superiores isoladas e das universidades públicas são afetados, a partir do período republicano e com algumas variações regionais, pela atuação direta e indireta do Estado autoritário e da Igreja Católica, seja no âmbito administrativo das instituições, seja na esfera pedagógica ou ainda no tocante à produção do conhecimento científico, reverberando, por conseguinte, na atuação de entidades políticas e de agremiações culturais mais alinhadas aos governos de plantão (SCHWARTZMAN, 1984; CUNHA, 2007).

Seguindo as formulações teóricas de Bourdieu (1989, 2014), Sapiro (2019, p. 235) salienta que “os campos mais autônomos são aqueles que conseguiram estabelecer suas próprias regras de funcionamento e seus valores específicos, liberados de constrictões religiosas, políticas ou econômicas”. Para a autora, “o campo é um conceito abstrato que permite a autonomização metodológica de um espaço de atividade definido de maneira relacional e dinâmica” (*id., ibid.*, p. 239).

Não obstante, face às fortes evidências históricas da fraca autonomização dos campos sociais no contexto brasileiro, transpassados pela imposição dos princípios de visão de forças sociais externas às regras internas do funcionamento de suas atividades especializadas – como a atuação da Igreja como principal agente propulsor da iniciativa privada na formação de um mercado escolar que privilegiava os detentores de capital econômico e impunha as lógicas religiosa e econômica à esfera de produção cultural durante a Primeira República e, posteriormente, de um espaço universitário dominado por frações sociais de elite, igualmente excludente em termos econômicos e sociais, em concorrência com as tentativas de centralização por parte do Estado autoritário, da “Era Vargas” à Ditadura Militar –, a noção de “campo” perde seu poder heurístico de

apreensão e explicação das especificidades significativas desses contextos e dinâmicas sociais periféricos.

Em que pese a pertinência das observações de que “as relações de dependência e de imbricação entre campos assim como as alianças estabelecidas com forças exteriores para afirmar a sua autonomia ou, ao contrário, reforçar sua subordinação, são, junto com as lutas internas, os principais fatores de evolução dos campos” (*id., ibid.*, p. 238) numa perspectiva transnacional, é imperativo ponderar as evidências dos efeitos culturais e políticos das fronteiras nacionais sobre o processo de recepção e os usos “nativos” de conceitos importados em contextos periféricos, evitando-se a elasticidade teórica sem lastro empírico que a sustente das pretensões de universalização da validade e do alcance heurístico de uma formulação conceitual cujo poder explicativo atrela-se às especificidades nacionais de um país central como a França.

Desta forma, as configurações históricas e as dinâmicas sociais específicas da relação desigual entre colonizadores e colonizados no processo de divisão social do trabalho burocrático do Estado moderno, que enredam o nascimento e o desenvolvimento de esferas de atividades especializadas nos países periféricos, como a universitária, são tomadas neste estudo como condicionantes não negligenciáveis.

A pertinência da crítica ao conceito de “campo” sustenta-se ainda face à parca diferenciação dos perfis sociais que exercem poder nos campos sociais em desenvolvimento no Brasil e, em particular, no Maranhão. Conforme observou Sapiro (2019, p. 237), “o grau de centralização de um campo varia em função da aptidão de uma instituição em monopolizar o poder” e “quando uma instituição alcança um alto grau de monopólio em um campo, devemos substituir ‘campo’ por ‘corpo’”, definido por Bourdieu (1999, p. 11 apud *ibid.*) como um “conjunto de indivíduos relativamente homogêneos, do ponto de vista dos princípios de diferenciação dominantes no universo social considerado, e unido por solidariedade fundada sobre a participação comum no mesmo capital simbólico”.

Ora, considerando-se o processo histórico de formação das universidades brasileiras, fortemente influenciadas pelo modelo franco-alemão, que privilegiava uma privilegiada elite intelectual cuja reprodução se efetua pela aquisição de capital cultural distribuído desigualmente pelo sistema escolar, marcado em sua gênese constitutiva

pela atuação significativa da iniciativa privada representada pela Igreja e por um mecenato composto de profissionais liberais e empresários, é possível supor que tanto os seus efetivos discentes quanto seus corpos docentes e dirigentes compunham-se majoritariamente por pessoas brancas, de classes média e alta, oriundas da aristocracia rural, das oligarquias políticas tradicionais e das levadas crescentes de trabalhadores urbanos, dispendo de algum pecúnio sobressalente como fundo de investimentos a longo prazo, tanto na educação escolar quanto na formação profissional de seus herdeiros.

A exígua diferenciação social desses efetivos que conseguiram monopolizar o acesso às vagas e aos postos de comando das faculdades e universidades, resguardada justamente pela posição social (famílias com alguma variação na origem e no volume de seu patrimônio) em combinação com a aquisição desigual de capital cultural valorizado como passaporte aos estratos sociais elevados e, conseqüentemente, aos postos de poder que controlavam, implica ponderar a substituição da noção de “campo” não por “corpo”, mas por “*dominium*”.

Neste eixo (e)laborativo conceitual, evoco a noção de “domínio” cunhada por Weber (2012) em relação aos mecanismos de “dominação” por ele descritos, compreendendo as lógicas da ação social que engendram relações de subordinação entre “dominantes” e “dominados” por meio de mecanismos de autoridade, não necessariamente econômicos, assentados na relação entre poder e legitimidade, isto é, no poder exercido que gera uma subordinação consentida, legítima, posto que aceita como válida.

De acordo com Weber (2012, p. 196), a complexificação das sociedades modernas encetou a sofisticação das estruturas de dominação política, que estão na base constitutiva do processo de racionalização, de burocratização do aparato de Estado e da emergência de esferas sociais específicas enquanto “domínios de atuação”, com regras próprias de organização e funcionamento. Para o sociólogo alemão, o estabelecimento de tais domínios específicos de atuação, com suas especialidades e funcionamento próprios, levou ao desenvolvimento de distintas modalidades de institucionalização, especialmente nos países centrais – de onde são exportados modelos globais de

pensamento e de ciência – que, em seu conjunto, contribuíram para a efetivação das atividades aí exercidas de modo mais arraigado, chancelado e certificado pelo Estado.

Como efeito dessa intensa racionalização da vida social, houve uma acentuada rotinização das práticas burocráticas estatais, analisada e aprofundada pelos trabalhos de Bourdieu (1989, 2014), gerando uma significativa especialização desses domínios de atuação e, conseqüentemente, sua diferenciação em termos de divisão social do trabalho intelectual, conforme descrito por Charle (1996) no tocante à variação do processo de diferenciação dos espaços sociais das atividades literárias, artísticas, científicas, acadêmico-universitárias em relação às esferas religiosa e política, no caso francês, com certo grau de relativa autonomia, isto é, menos suscetíveis aos humores dos poderes político, econômico e religioso (WEBER, 2012, p. 197).

Nessa perspectiva, compreende-se que a contínua especialização do trabalho intelectual levou ao surgimento de posições desiguais no interior dos domínios de atuação específicos, estruturando “relações de interdependência”, no sentido proposto por Elias (2001, 2014), tanto entre domínios quanto entre posições sociais, sobretudo no tocante às disputas intra-faccionais pelo acesso aos códigos distintivos valorizados no jogo do poder. Para Elias, o substrato dessa dominação, à luz do exame da sociedade de corte francesa na qual se valorizava a “etiqueta cortesã”, por exemplo, consiste numa relação desigual de dependência entre os que controlam (aristocracia de corte) e os que disputam (burguesia burocrática) o acesso a esses códigos.

Tal perspectiva contribui para o entendimento de que as posições de direção das instituições sociais, seja nos âmbitos jurídico, econômico, político, cultural e religioso, seja no caso particular das escolas superiores do Maranhão, estabelecem uma relação interdependente que varia em maior ou menor grau em relação às forças sociais que as criaram, organizaram e desenvolveram, estruturando assim a distribuição desigual dos “códigos sociais” (e dos capitais) em disputa, bem como os princípios de funcionamento que norteiam o desenvolvimento de esferas específicas enquanto um domínio de atuação especializado.

Nesse sentido, a elaboração de uma sociogênese do espaço universitário, concebida como categoria analítica do processo de longa duração resultante de configurações históricas e sociais enredadas em torno das lutas de concorrência entre

frações de classes dominantes e dominadas pelo acesso aos códigos sociais distintivos e hierarquizantes, e traduzidas nos embates concorrenciais pela posse e pelo controle da distribuição de capitais, como aludido por Bourdieu, permite-nos compreender as dinâmicas macroestruturais que sedimentam as condições de possibilidade de emergência de novas configurações sociais e, com elas, o surgimento de esferas especializadas (como a universitária), em que o monopólio do poder (político, cultural) e sua aparente distribuição se equilibram precisamente na manutenção e na mediação das clivagens que lhes deram origem (ELIAS, 2001, p. 160).

Considerando-se “o funcionamento do mundo científico como universo de disputas pelo ‘monopólio da manipulação legítima’ dos bens científicos” (BOURDIEU, 2017, p. 68), onde prevalecem relações de força e lutas de interesses, coalizões e monopólios pela imposição e definição de suas regras, e a posição central que as universidades ocuparam no ensino superior (CHARLE e VERGER, 1996, p. 8), dado o alto grau de especialização e burocratização da atividade intelectual acadêmica, Bourdieu (*ibid.*, p. 70) identificou que nesse espaço social “o sistema de forças constitutivas da estrutura do campo (tensão) é relativamente independente das forças que se exercem sobre o campo (pressão)”, dispondo da “‘liberdade’ necessária para desenvolver a sua própria necessidade, a sua própria lógica, o seu próprio *nomos*”.

Esse relativo grau de autonomia, ainda de acordo com Bourdieu (*ibid.*), mensurado pela “força e forma do *requisito de admissão*”, que nada mais é do que a “competência” científica, isto é, o capital científico incorporado, sugere o funcionamento de um campo regulado pelos próprios agentes que nele atuam, através de mecanismos e critérios de recrutamento e seleção claros e impessoais, bem como da satisfação prévia de saberes e habilidades que estariam na base de sua validade e legitimidade enquanto um campo relativamente independente das pressões sociais.

Não obstante, pelo fato do Brasil ocupar uma posição periférica no espaço transnacional de produção científica – legatária de sua formação histórica colonial e escravocrata –, isto é, dominada em relação aos pólos centrais dominantes da Europa e da América do Norte, e o Maranhão conseqüentemente situar-se na periferia desse espaço periférico, e, portanto, transpassado por lógicas exógenas que incidem significativamente sobre a organização, o funcionamento e os requisitos de admissão às

esferas de atividades especializadas, a dimensão subjetiva das relações sociais e dos atributos pessoais adquiriu novo relevo junto à lógica burocrática da impessoalidade.

À estrutura objetiva da posse de diplomas escolares soma-se a dimensão subjetiva das características sociais dos indivíduos, constituídas por uma “pluralidade de disposições” (LAHIRE, 2002, 2004) afiançadas por um repertório de saberes e práticas reconvertidos em competências e habilidades (como, por exemplo, falar em público e escrever bem, mesmo sem a passagem por instituições superiores de ensino, caso dos “autodidatas”) e pelo acúmulo de relações sociais privilegiadas (cujo peso varia em função do grau de proximidade com o polo do poder decisório), valorizados nos processos de recrutamento.

Isto se torna evidente quando pensamos, por exemplo, nas entrevistas enquanto critério de seleção adotado durante o nascimento das universidades e incorporadas aos processos seletivos hodiernos, tanto de empresas privadas quanto de órgãos públicos, fulgurando inclusive como requisito de admissão nos mais variados domínios de atividade, mesmo após o advento dos concursos públicos e do estabelecimento da impessoalidade como princípio da Administração Pública. Ou ainda nas “afinidades eletivas” que moldam a composição das bancas de avaliação de trabalhos acadêmicos, ingresso na pós-graduação, inserção em grupos de pesquisa etc., evidenciando uma vez mais a perda do poder explicativo do conceito geral de “campo” (e sua derivação específica de “campo científico”) ante as dinâmicas próprias que se constituem e se refazem nesses contextos.

Nestes termos, proponho o conceito de *dominium social* compreendido enquanto um espaço social relativamente dinâmico em que um conjunto de indivíduos, parcamente diferenciados, exerce atividades especializadas e institucionalizadas, com suas regras próprias de funcionamento, mas de modo interdependente aos demais domínios de atuação, cujo controle sobre o acesso desigual aos postos disponíveis efetua-se por mecanismos de autoridade baseados na coexistência de duas lógicas ambivalentes e também interdependentes entre si, objetiva (impessoal) e subjetiva (pessoalizada) a um só tempo.

Num polo, o *dominium social* estrutura-se objetivamente em torno da posição social dos agentes com base no acúmulo e na intersecção de diferentes tipos de capitais

(cultural, político, econômico), cujo peso varia conforme as relações sociais de força entre grupos concorrentes pela conquista e manutenção das posições de poder.

Noutro polo, em relação de interdependência à sua estrutura objetiva, edifica-se a estrutura subjetiva do *dominium social*, determinada conforme o montante e o peso do que defino como *capital de socializações* dos agentes, mensurado em função da passagem por espaços e instâncias sociais, políticas, culturais, educacionais, científicas etc., estabelecidas e legitimadas, orbitando com alguma variação de influência em torno da esfera do poder, onde se constituem vínculos mais ou menos duradouros e a aquisição de múltiplas disposições, inculcadas e incorporadas, possibilitando aos agentes sua mobilização conforme os interesses em disputa.

O volume desse *capital de socializações* – aqui definido como o acúmulo de múltiplas experiências de socialização desenvolvidas ao longo dos itinerários dos agentes (na família, na escola, na universidade, no ambiente de trabalho etc.), responsáveis pela aquisição e formatação de um conjunto de disposições que compõem um repertório plural e criativo de atuação dos indivíduos em sociedade – associado ao grau de inculcação e de incorporação dos saberes, práticas e valores distribuídos nesses espaços ajudam a constituir um patrimônio de competências e habilidades pessoais acionadas e valorizadas conforme o *dominium* considerado, passíveis de reconversões transversais mobilizadas enquanto trunfos para a obtenção do capital simbólico (reconhecimento, prestígio) conferido aos ocupantes das posições elevadas nas estruturas sociais hierárquicas evidenciadas.

Como desdobramento desta noção geral de *dominium social*, tem-se o entendimento da noção aqui formulada de *dominium universitário*, compreendido enquanto espaço social de produção acadêmico-científica operada a partir da atuação específica de frações cultas dos grupos dirigentes locais, triplamente conectados à variação das pressões exógenas impostas pela Igreja, pelo Estado e pelo “mercado”, com modulação no grau de influência consoante aos diferentes períodos históricos, que contribuem para o estabelecimento da sistematização e da rotinização de práticas pedagógicas e de pesquisa, da diferenciação e especialização da intelectualidade acadêmica universitária e da definição moderna das funções e atividades da universidade.



O fundamento da proposição dessas noções conceituais, sobretudo de *dominium*, ancora-se nos seguintes termos: primeiro, por situar configurações sócio-históricas específicas relativas à formação dos países periféricos marcados por processos violentos e desiguais de colonização, imperialismo e escravidão, numa “relação de interdependência” (ELIAS, 2014, p. 14) política, econômica e cultural aos países centrais colonizadores. Tal concepção nos ajuda a pensar no processo de formação do ensino superior no Brasil, e em particular no Maranhão – onde a atuação de comerciantes e escritores portugueses, por exemplo, foi bastante significativa nos âmbitos da cultura, educação e ciência –, colocando em evidência, de maneira conjunta e relacional, as posições sociais e as posições de poder de agentes e agências que basilaram as ingerências do mecenato privado, da Igreja Católica e do Estado autoritário, a ponto da própria existência desse espaço acadêmico-científico estar constantemente ameaçada e subordinada ao humor e aos rumos que estas instituições tomavam na região.

Segundo, por referir-se a paradigmas de cientificidade, no sentido empregado por Thomas Kuhn (2018), isto é, consensualmente estabelecidos pelas comunidades intelectuais dominantes de determinadas épocas e importados dos países centrais (Alemanha, França e EUA, principalmente) para os países periféricos da Ásia, África e das Américas, onde são traduzidos e difundidos por um corpo de especialistas “nativos” muitas vezes formados naqueles centros internacionais. No Brasil, a recepção e disseminação desses modelos de educação e ciência são operadas, sobretudo, a partir dos estados do eixo Sul-Sudeste, ocupantes de posição dominante entre os dominados da periferia, para as demais regiões do país, incluindo o Nordeste.

Nesse sentido, o conceito de *dominium* implica a observância e o dimensionamento dos efeitos históricos, políticos e simbólicos da imposição cultural dos colonizadores aos países colonizados, via de regra através da língua, religião, sistemas de governo e esquemas de pensamento e de conhecimento. Pressupõe-se, desse modo, a ponderação dos processos de (re)tradução e aplicação desses princípios importados de visão e de di-visão do mundo para a compreensão e explicação das realidades empíricas distantes e distintas das que lhes originaram, cujos efeitos práticos reverberam no intercruzamento de lógicas específicas nas disputas pela imposição dos princípios de funcionamento nas esferas sociais consideradas.

Um terceiro fundamento da formulação do conceito de *dominium* incide sobre a parca diferenciação dos perfis sociais de agentes e instituições que monopolizam o poder nos espaços sociais, cuja efetividade dá-se pelo acúmulo de diferentes tipos de capitais adquiridos e valorizados em distintas arenas de concorrência, sinalizando-se para um alto grau de imbricação e de interdependência entre domínios de atuação de frações sociais dominantes. Estas, ao estabelecerem os requisitos de admissão aos postos dirigentes pautados em critérios objetivos (diplomas, títulos escolares) e subjetivos (entrevistas, prestígio, reconhecimento, *savoir-faire*, *savoir-dire*) operam, de antemão, a mutação de privilégios sociais em competências intelectuais, cuja base social assenta-se fundamentalmente no *capital de socializações* (familiares, matrimoniais, parentesco, políticas, culturais, escolares, acadêmicas etc.)<sup>13</sup>.

Nesse sentido, falar em *dominium universitário* em contextos periféricos é compreender um espaço de produção e reprodução do conhecimento científico ainda pouco autonomizado, transpassado por ingerências de forças externas e com um grau menor de impessoalidade, tendo como subproduto, de modo interdependente, uma maior valorização da posição social dos agentes e de suas relações privilegiadas como critérios de “competência” para o acesso às posições hierárquicas de gestão, submetidas à maior pressão de lógicas sociais exógenas por estarem mais próximas do polo de poder (BOURDIEU, 2011, p. 152).

No que concerne às posições dominantes na esfera universitária, a raridade e o peso interdependente dos capitais (estrutura objetiva) e das competências (dimensão subjetiva) que permitem o acesso a elas, cujos volume e estrutura se assentam no acúmulo de recursos como efeito de homologia às posições sociais ocupadas por seus detentores, mesmo em realidades de países que possuem um elevado grau de autonomização de seus campos, como é o caso francês, estimulam a concorrência em termos de aquisição de um repertório variado de trunfos distintivos e socialmente valorizados, para fazer triunfar no *dominium* específico a distinção que lhe confere sua relativa autonomia.

---

13 É importante frisar que o mecanismo de seleção do corpo estudantil das universidades públicas, de natureza impessoalizada, o vestibular (substituído desde 2003 pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM) foi estabelecido apenas a partir da Reforma Universitária de 1968, durante o regime militar. Já o requisito de admissão do corpo docente universitário, assim como de todo o funcionalismo público (federal, estadual e municipal), de modo transparente e universal, foi instituído via concurso público de provas e títulos somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Convém ressaltar que a constituição das universidades no Brasil se dá em face a e por interveniência de agentes e grupos atuantes em outros sub-campos (literário, jornalístico, político, jurídico, econômico) que monopolizavam a produção de bens culturais no país até a década de 1920 (SCHWARTZMAN, 2014). Nessa perspectiva, a emergência dessa esfera de atividade intelectual especializada gerou uma inflexão nas estruturas sociais que regiam o trabalho intelectual até então. Se antes o “conhecimento” produzido em locais primitivos, como as antigas oficinas caseiras medievais nas quais atuavam os copistas monasteriais (LE GOFF, 2018), e seu desenvolvimento moderno para faculdades e institutos de pesquisa científica com base nos métodos de observação e de experimentação (CHARLE e VERGER, 1996), assim como a literatura veiculada nos folhetins jornalísticos e sua passagem para a plataforma livresca eram as atividades que mais conferiam o reconhecimento de “intelectuais” a seus produtores (CHARLE, 1990; SAPIRO, 2004), com a implantação do sistema universitário os saberes objetivados pelos diplomas e chancelados pelo Estado e as honrarias por ele concedidas passam a ter um peso relativo como mecanismo de certificação e valorização do trabalho intelectual, bem como de distinção entre os próprios intelectuais (BOURDIEU, 1989, 2011; CHARLE, 1994).

Examinando o espaço acadêmico universitário francês, cuja representação mais efetiva se expressa na relação “clientes-concorrentes”, Bourdieu (2011, 2014) observou que a autonomização relativa desse microcosmo científico está, uma vez mais, associada aos requisitos objetivos de admissão (provas, concursos, exames, testes). Ora, face ao acúmulo dos capitais necessários para a inscrição na disputa pelo prêmio, segundo e seguindo as regras do jogo, não parece crível que o cumprimento objetivo e igualitário dos requisitos iniciais por todos os inscritos não contenha, por fim, algum grau de implicação na subjetividade avaliativa dos avaliadores?

Colocando-se a indagação noutros termos, uma vez que os inscritos legitimamente constituídos para a disputa do jogo por atendimento às regras previamente estabelecidas e por todos validadas quando do seu aceite via inscrição possuem o capital científico necessário para entrar na luta por posições no espaço científico, será apenas esse o ponto objetivamente observável do ponto de vista dos avaliadores para conferir-lhes o acesso aos postos disponíveis?

No Brasil, face às alianças e acordos malogrados entre Estado e Igreja (SCHWARTZMAN, 1984, p. 49) ao longo do processo constitutivo do *dominium acadêmico-científico* e à vinculação estreita entre produtores intelectuais e postos político-burocráticos mediada pelas estratégias familiares de reconversão do capital social acumulado (MICELI, 2012, p. 81), apenas a aquisição dos capitais específicos que certificam habilidades e competências intelectuais não foram suficientes para se inserir no jogo de modo a nele triunfar. Daí que a mobilização de outros tipos de capitais passa a ter relativo peso no espaço concorrencial – rede de relações familiares, posição social na fratria, *capital de socializações* (múltiplas inscrições em espaços de partilhamento de sociabilidades específicas, especialmente nas esferas da política e da cultura) e ocupação de postos de gestão governamental.

Compreende-se que, em tais circunstâncias e condições, o acúmulo variado de diferentes tipos de habilidades e conhecimentos, consubstanciados em diferentes tipos de capitais valorizados que compõem uma maior variedade no repertório de trunfos dos agentes, possibilita aos concorrentes não apenas maior performance e desempenho no jogo, como também regulamenta a disputa pelo aumento das chances de triunfo. Deste modo, a lógica subjacente ao *dominium universitário*, espaço de produção de conhecimento científico e de formação profissional e intelectual por excelência, que implica a necessidade de acúmulo de diversos tipos de capitais para além do “capital científico” para galgar às posições elevadas de poder e prestígio, é também a estrutura estruturante que dá vida, sentido e desenvolvimento a esse *dominium* social específico.

Como no Brasil o processo de criação e funcionamento de instituições sociais, culturais e educacionais esteve historicamente submetido ao poder político de plantão, entender a formação do *dominium universitário* na periferia da periferia do mundo acadêmico-científico favorece o desnudamento das estratégias desenvolvidas pelos grupos dirigentes das escolas superiores locais que, ao serem examinadas, constituem-se enquanto indicadores sociais das lógicas autóctones de importação e dos usos “nativos” das concepções dos modelos de ciência e de universidade, bem como de suas di-visões do mundo social e dos trunfos individuais que, uma vez acionados e somados a outros capitais valorizados no espaço determinado, lhes permitiram ocupar tais posições de poder e de agir conforme os interesses dos grupos e das instituições que representavam.

Se se pode lançar mão dos “usos sociais da ciência” pelo grau de consagração social que a ciência confere legitimamente aos consagrados no campo científico estruturado com um alto grau de autonomização, conforme evidenciado por Bourdieu (2004) no caso francês, de forma assimétrica parece suceder àqueles que, para fazer valerem-se no *dominium científico*, com baixa autonomia e fraca diferenciação social – como é o caso brasileiro em geral e do Maranhão, em particular, onde a ausência de diploma superior (autodidatismo) não se traduziu de imediato num bloqueio às chances de acesso aos postos de poder na universidade –, procedem aos “usos científicos dos capitais sociais”, a meu ver, que os distinguem dos demais concorrentes, tornando-os mais “cientistas” e mais “intelectuais” do que os outros.

Desta feita, o exame do grau de correlação entre propriedades sociais e recursos culturais, entre a posse de diferentes tipos de capitais valorizados conforme a configuração do *dominium universitário*, isto é, segundo o peso relativo nele estipulado pelos demais concorrentes num determinado momento de sua história, e das posições elevadas ocupadas ao longo de itinerários individuais e coletivos representativos das frações de elites envolvidas na concepção e fundação de escolas superiores no Maranhão, sedimentam a visada sociológica sobre indicadores sociais que permitam exprimir a estrutura da distribuição desigual de capitais determinantes da estrutura desse espaço social em relação ao peso do volume de capital acumulado pelos agentes (BOURDIEU, 2004, p. 24). Sob essa estrutura estão assentados os pilares sociais de sua legitimidade, bem como os mecanismos que asseguram os requisitos de admissão de seus quadros dirigentes, a competição por prestígio e distinção e a dominação cultural exercida sobre outras esferas de poder (BOURDIEU, 1989, p. 102-03).

Condições tais asseguradas por meio de dispositivos jurídicos chancelados pelo Estado e relativamente autorregulados por um mercado de títulos acadêmicos que, em seu conjunto, estruturam os mecanismos de reprodução de seu corpo dirigente e animam a competição endógena por distinção e reconhecimento junto aos pares consagrados que consagram os novos postulantes à consagração (relação clientes-concorrentes).

Tais mecanismos parecem ter contribuído fortemente para a elevação da atividade acadêmico-científica à categoria de profissão intelectual por excelência, exemplificada pelo surgimento, consolidação e o desenvolvimento da carreira de

“professor universitário”, reconhecida e regulada pelo Estado, projetando, ao mesmo tempo, a esfera universitária ao patamar de *dominium* especializado, parcialmente autonomizado e ocupando posição dominante em relação aos outros espaços de produção intelectual (jornalístico, literário, artístico), como bem observaram Bourdieu (2004, 2011, 2017) e Charle (1990, 1994).

Desse modo, reforça-se a adoção de um ferramental conceitual analítico e dialógico que evita, por um lado, a derrapagem num reducionismo sociológico, moldado sob a urdidura mecanicista de formulações explicativas atribuídas à lógica causa-efeito determinada pelas relações de forças desiguais atuantes nos contextos transnacionais e responsáveis pela imposição dos esquemas de pensamento do “centro” à “periferia”, perdendo-se de vista as peculiaridades dos fenômenos abordados em dinâmicas periféricas e, por outro, a incursão na lógica diametralmente oposta, qual seja a de um relativismo niilista que medeia na ausência de tecitura argumentativa entre o universal e o particular.

Optou-se, portanto, pela investigação e avaliação de membros das frações de elites dirigentes do *dominium acadêmico-universitário* maranhense descritos e analisados uns em relação aos outros, de forma interdependente, conforme a posição social e o volume dos capitais adquiridos num determinado estágio de desenvolvimento do espaço intelectual, por meio da explicitação de padrões de características sociais e pelo exame de propriedades e recursos específicos valorizados no espaço concorrencial.

A aplicação das noções conceituais aqui elaboradas a partir de uma matriz teórica comum sobre a qual erigiu-se um diálogo crítico com as formulações de Pierre Bourdieu possibilitou um rendimento analítico ao estudo, açambarcando as especificidades das dinâmicas sociais de um contexto periférico tão singular como o Maranhão. Apesar das disputas entre Estado e Igreja pela hegemonia no setor educacional, pelo controle do sistema universitário brasileiro, pela (re)definição das funções da universidade e pela imposição das leis de seu funcionamento, o modelo conceitual aqui proposto finca sua pertinência e relevância na perspectiva de que examinar cientificamente os condicionantes sociais de origem e o funcionamento das engrenagens de produção da ciência por excelência é também apropriar-se da fortuna

crítica que a ciência nos oferece em seu próprio fazer científico e, assim, compreender cientificamente o espaço dos possíveis de produção social da ciência.

Para identificarmos em que momento agentes da Igreja e do Estado decidiram investir e intervir no processo de criação e organização da primeira universidade maranhense, num estado predominantemente agrário, dominado por frações de elites de feição oligárquico de base familiar “tradicional”, ainda mantendo fortes laços com Portugal, com uma população de maioria pobre, negra e analfabeta, faz-se necessário remontarmos às origens de tal processo no país, partindo da formação das primeiras faculdades isoladas criadas em fins da Primeira República, momento em que a educação superior adquire centralidade nos debates públicos nacionais.

Tal operação implica, inequivocamente, na realização de uma sociogênese que evidencie, de um lado, o terreno social onde germina o caldo cultural que irá engendrar as discussões em torno da necessidade de criação de universidades no Brasil e, de outro, os mecanismos sociais que valorizam determinados tipos de capitais e competências acumulados pelos agentes em disputa, permitindo-lhes tecer as linhas mestras da organização, transformação, consolidação e expansão do sistema de ensino superior construído no Maranhão.

## **II. Descentralização política e centralidade da Ciência e Educação: das faculdades isoladas aos projetos pioneiros de universidades no Brasil (1889-1930)**

De origem medieval e nascida por iniciativa da Igreja Católica Apostólica Romana, a universidade ganhou contornos e delineamentos diversificados de suas funções e atividades ao longo do tempo no mundo ocidental, ora como centro organizador e protetor da “cultura da humanidade”, ora como espaço de produção, ensino e disseminação de conhecimento científico, cujas tintas da modernidade lhe conferiram suas vestes institucionais e orgânicas atuais (CHARLE e VERGER, 1996).

Nessa perspectiva, faz-se necessário sublinhar que as universidades não representam uma única expressão acabada do ensino superior, mas sim uma de suas partes constitutivas. Adota-se aqui, portanto, o sentido de universidade expresso por

Charle e Verger (1996, p. 7-8), em seu clássico estudo sobre a *História das universidades*:

Se aceitarmos atribuir à palavra universidade o sentido relativamente preciso de “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”, parece claro que **tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental**, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo [...] perdurou até hoje e disseminou-se por toda Europa e, a partir do século XVI, sobretudo, dos séculos XIX e XX, por todos os continentes. Ele **tornou-se o elemento central dos sistemas de ensino superior e mesmo as instituições não universitárias situam-se, em certa medida, em relação a ele, em situação de complementaridade ou de concorrência mais ou menos notória.** (Grifo nosso)

Vale destacar a especificidade da universidade como uma “criação da civilização ocidental”, num marco histórico de grandes conflitos armados, (re)definições de territórios e disputas entre povos por hegemonia política, religiosa e cultural que polarizavam o mundo entre o Ocidente e o Oriente. A despeito disso, o nascimento da universidade contribuiu significativamente para a unificação e organização da cultura medieval ocidental (LE GOFF, 2018) em oposição às culturas dos povos não-ocidentais, ao passo que, ao longo do século XIX, já com uma roupagem moderna e sob novas concepções de suas atribuições, também exerceu um importante papel no processo de formação e consolidação dos Estados nacionais (MENDONÇA, 2000, p. 132; CUNHA, 2007, p. 71).

Outro ponto a ser considerado é a centralidade adquirida pelas universidades no âmbito do ensino superior. Ainda que em alguns casos o êxito logrado não tenha ultrapassado a pena da lei ou tenha sido de efêmera existência, o exame sócio-histórico das modalidades de institucionalização das escolas superiores que precederam a criação das universidades propriamente ditas permite-nos analisar os condicionantes que possibilitaram seu surgimento tardio no Brasil, aferir as variações no grau de sua relativa autonomização e desnudar as lógicas de hierarquização de critérios sociais definidores do acesso aos seus postos dirigentes, aos seus quadros docentes e às vagas nos cursos ofertados.



De fato, esse modelo de universidade medieval, a reboque das forças dominantes, teve seus primeiros registros na América Latina apenas no século XVI<sup>14</sup>, contribuindo para o fortalecimento da colonização espanhola na região. Controladas por ordens religiosas e com foco no ensino de Teologia e Direito Canônico, “as universidades eram claramente fundações coloniais e missionárias” (CHARLE e VERGER, 1996, p. 42).

No Brasil, todavia, conflitos de interesses entre jesuítas e a Coroa portuguesa, bem como a centralização política e cultural que esta exercia são apontados pela literatura dedicada à história do ensino superior brasileiro como os principais entraves para a criação de uma universidade no período colonial. De acordo com esse eixo interpretativo, a política de controle da Metrópole visava impedir “qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia” (FÁVERO, 2006, p. 20), resultando no fortalecimento da Universidade de Coimbra e de outras universidades europeias como os principais destinos das elites brasileiras para a realização de seus estudos.

Com efeito, a Universidade de Coimbra foi “a universidade brasileira”, nela se graduando mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil, haja vista que “enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência –, Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora”, sendo que a Universidade de Coimbra era a grande força unificadora de todo o império português (TEIXEIRA, 2005, p. 137-138). Tais condicionantes permitiram a Portugal a manutenção e a ampliação de sua dominação educacional e cultural na formação das elites brasileiras, estrutura estruturante do espaço intelectual brasileiro que vigorou até a criação das faculdades isoladas de ensino superior no final do período colonial.

---

14 As mais antigas fundações de universidades na América Latina foram as de São Domingos (1538), a Universidade de São Marcos, em Lima, no Peru (1551) e a do México (1551).

**Quadro 1** – Principais instituições de ensino superior no Brasil (1808-1889).

<b>Escola Superior</b>	<b>Ano/Fundação</b>	<b>Cidade/Estado</b>	<b>Região</b>
Escola de Cirurgia/Faculdade de Medicina	1808/1832	Salvador/BA	Nordeste
Escola de Anatomia e Cirurgia/ Faculdade de Medicina	1808/1832	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Academia de Marinha	1808	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Academia Real Militar/ Escola Politécnica	1810/1874	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios/Academia Imperial de Belas Artes	1816/1822	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Museu Real Nacional/Museu Nacional	1818/1822	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Faculdade de Direito	1827	São Paulo/SP	Sudeste
Faculdade de Direito	1827	Olinda/PE	Nordeste
Faculdade de Farmácia	1839	Ouro Preto/MG	Sudeste
Escola de Minas	1875	Ouro Preto/MG	Sudeste

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

Esse cenário se modificou precisamente a partir do exílio da família imperial portuguesa no Brasil em 1808. As pioneiras instituições brasileiras voltadas especificamente à (re)produção do conhecimento “científico” datam da instalação da Coroa portuguesa, primeiro em Salvador e, depois, no Rio de Janeiro. Essas instituições possuíam um acentuado caráter técnico-profissionalizante<sup>15</sup> e não tinham a

15 As mais antigas instituições científicas do país surgem no final do período colonial, com a criação do Jardim Botânico (1808) e do Museu Nacional (1818), no Rio de Janeiro. Já no início do regime republicano, foram fundados o Instituto Manguinhos (1900) e o Instituto Butantã (1901), em São Paulo.

responsabilidade de formar quadros docentes. A fundação das escolas superiores, concentradas em alguns estados das regiões Nordeste e Sudeste, supriu essa lacuna, passando a responder pela formação educacional e cultural das elites “nativas”, direcionadas para a ocupação e reprodução das “profissões imperiais”<sup>16</sup>, conforme se pode verificar no **Quadro 1**.

No Nordeste, foram criadas a Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira escola de ensino superior do Brasil – fundada em 1808 com o nome de Escola de Cirurgia da Bahia, transformando-se em 1813 na Academia Médico-Cirúrgica, até adquirir esse formato em 1832 – e a Faculdade de Direito em Olinda (1827)<sup>17</sup>, fundada já no início do Primeiro Reinado. Ainda na Bahia, foram criados outros cursos isolados, porém de nível técnico, tais como economia (1808), agricultura (1812), química (1817) e desenho técnico (1817), evidenciando a necessidade de uma infra-estrutura e de formação de recursos humanos especializados que garantissem o funcionamento da Coroa na Colônia (MENDONÇA, 2000, p. 134).

Com a mudança da sede administrativa da Corte Real para o Rio de Janeiro, houve um aumento da preocupação com a defesa militar da Colônia, transformada em Reino Unido de Portugal. As instituições criadas a partir de então por ordem de D. João VI refletem essa perspectiva de unir ensino técnico e formação militar. Assim, são fundadas no Rio a Academia de Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810) que abrigava a Escola de Engenharia, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Criaram-se, ainda, cursos de anatomia e cirurgia para atuação no Hospital

---

16 Por serem as formações de Medicina, Direito e Engenharia as pioneiras no país, com maior índice de recrutamento para a composição de quadros técnicos e gozando de significativo prestígio junto à corte dos imperadores Pedro I e Pedro II, foram batizadas de “profissões imperiais”, sendo até os dias atuais os cursos mais concorridos nos exames de admissão para o ensino superior em todo o país e os de maior concentração de frações das elites brasileiras. Sobre sua gênese e relevância social durante o período imperial brasileiro, cf. Coelho (1999).

17 Fundada em 1827 em Olinda, a Faculdade de Direito é transferida para Recife em 1854. Apesar do objetivo das escolas jurídicas de responderem à “necessidade de conformar quadros autônomos de atuação e de criar uma *intelligentsia* local apta a enfrentar os problemas específicos da nação” através da substituição da hegemonia europeia pela “criação de estabelecimentos de ensino de porte que se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento próprio” (SCHWARCZ, 2016, p. 185-186), o que se viu durante todo o período imperial foi a manutenção da hegemonia cultural lusitana reproduzida pelas próprias escolas jurídicas. “Olinda representou para os cursos jurídicos do Brasil a penetração direta das velhas ideias portuguesas. (...) Tudo vinha de Portugal: os costumes, a maioria dos professores e mesmo parte dos alunos. (...) Em Olinda, tudo se assemelhava à metrópole portuguesa que se buscava combater. A estrutura do curso era idêntica à da escola de Coimbra” (*id.*, *ibid.*, p. 189).

Militar, cuja fusão deu origem à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – fundada ainda em 1808 como Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, transformada em Academia Médico-Cirúrgica em 1813 e passando a esse formato institucional em 1832.

Além da preocupação com a defesa militar e com a formação de quadros técnicos, a Coroa portuguesa também se ocupou com o fomento à produção de bens simbólicos que desenvolvessem as artes, a ciência e a intelectualidade nacional, integrando-as à formação cultural das elites. Datam desse período a fundação da Real Biblioteca Nacional (1810), do Museu Real Nacional (1818) e da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816)<sup>18</sup>, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, criou-se a Faculdade de Direito (1827), primeira instituição de ensino jurídico do Brasil.

Segundo Cunha (2007, p. 64), foram os cursos de Direito que mais cumpriram essa função de produção de bens simbólicos, “pois os bacharéis tinham, na atividade cotidiana de elaborar, discutir e interpretar as leis, a tarefa principal de formular e renovar as ideologias que legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico”. Daí compreende-se, nas palavras de Schwarcz (2016, p. 186), a conversão do bacharel no “grande intelectual da sociedade, sinônimo de prestígio social e marca de poder político”.

Desse modo, o ensino superior criado no Brasil a partir de 1808 foi estruturado através da modalidade institucional das escolas livres e isoladas, de forte caráter técnico-profissionalizante, com ênfase na formação militar e sob o signo do Estado Nacional (CUNHA, 2007, p. 71), permanecendo praticamente inalterado durante todo o período imperial. A criação da Escola Politécnica (1874), no Rio de Janeiro, que reuniu os cursos oriundos da Academia Real Militar, e da fundação da Faculdade de Farmácia (1839) e da Escola de Minas, em Ouro Preto (1875), são os registros mais significativos do ensino superior nesse período, porém não o suficiente para produzir mudanças substanciais em sua estrutura e organicidade.

Pode-se assinalar, portanto, sem sombra de dúvidas, que a inflexão do polo de desenvolvimento educacional e cultural do Nordeste para o Sudeste, ancorado nos

---

18 Renomeada em 1819 para Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, essa instituição reunia todos esses cursos e se tornou o principal elemento difusor das artes no país. Posteriormente, com a Independência do Brasil em 1822, foi rebatizada para Academia Imperial de Belas Artes.

efeitos da mudança da sede administrativa da Coroa portuguesa da Bahia para o Rio de Janeiro, contribuiu para que a própria noção de “nacional” fosse esculpida a partir desta região. Isso se reflete, por exemplo, na ampla produção artística, literária e científica que começa a germinar no Rio e em São Paulo nesse período, fazendo com que esses estados despontassem e disputassem entre si a hegemonia política e cultural do país, adquirindo então uma centralidade que colocava as demais regiões a reboque de suas vanguardas.

Com o advento da República, houve um crescimento do número de escolas superiores no Brasil. De acordo com Teixeira (2005, p. 195), “entre 1889 e 1918, 56 novos estabelecimentos de ensino superior, na sua maioria privados, são criados no País, os quais, somados aos 14 existentes no fim do Império, elevam o número total a 70”.

A iniciativa privada do período, porta-voz do pensamento liberal republicano que concebia a educação como competência da sociedade e não do Estado, era representada sobretudo pelas elites agrárias e confessionais. Estas enxergavam na criação de escolas superiores livres, resguardadas pela Constituição de 1891, tanto um mecanismo de expansão de sua dominação política e econômica para os setores da educação e da cultura, tidos como estratégicos face à redução da função pública do Estado a regulador da atividade privada (*id.*, *ibid.*), quanto um modo de reprodução de seus esquemas de pensamento e de visões e di-visões de mundo, observados a partir de seus privilégios de classes dominantes (BOURDIEU, 1989), impondo-se ao processo de definição dos princípios e das leis de funcionamento do ensino superior brasileiro.

Vale frisar que a Constituição de 1891, fundamento jurídico da recém-instaurada República, estipulava a oferta e o gerenciamento do ensino superior como atribuição do Poder Central, porém permitindo a criação de escolas superiores privadas. Sob forte influência do positivismo, a política educacional dessa faixa de ensino sofreu inúmeras modificações solapadas pela promulgação de diferentes dispositivos jurídicos que visavam a sua regulamentação. Entre estes, destaca-se a Reforma Rivadávia Corrêa, de 1911, que disciplinou o ensino livre, possibilitando o surgimento das primeiras

universidades adstritas a iniciativas isoladas e privadas de grupos políticos oligárquicos que também dominavam a esfera cultural de seus respectivos estados<sup>19</sup>.

É nesse contexto que surgem a Faculdade de Direito do Maranhão, a primeira escola superior do estado, fundada em 1918, e a Faculdade de Farmácia, criada em 1922, à qual se somou o curso de Odontologia, dando origem à Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão (1925), ambas livres e de direito privado (MEIRELES, 1994, p. 63-64). Até a entrada da Igreja nesta seara educacional na década de 1950, elas serão as duas únicas escolas superiores do Maranhão.

Se em países como França, Alemanha e Estados Unidos – em que pesem as diferenças e peculiaridades históricas de cada um no tocante ao modelo de universidade adotado –, a organicidade universitária estava bem avançada no final do século XIX, no Brasil apenas no segundo decênio do século XX é que há interesse e esforços mais pujantes do governo central sobre os rumos desta modalidade institucional de ensino superior. Usufruindo da prerrogativa constitucional, o governo republicano elaborou a proposta de criação de uma universidade na então capital federal que se tornasse referência para todo o país. Assim, a reforma educacional proposta por Carlos Maximiliano, em 1915, estabelecia a reunião entre as escolas Politécnica, de Medicina e da Faculdade Livre de Direito, que daria origem, apenas em 1920, à primeira universidade pública de iniciativa do governo republicano: a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Todavia, a URJ teve pouco êxito e curta existência.

Apesar disso, a partir da década de 1920, com o surgimento das universidades no país, os debates públicos no âmbito da educação e ciência começam a centrar-se sobre as concepções e as funções modernas da instituição universitária. Às universidades foi conferida a responsabilidade pela formação profissional dos professores em todos os níveis, com o crescimento em importância da necessidade de criação de um sistema nacional de educação que interligasse os ensinos primário, secundário e superior, tendo como protagonistas agentes do governo central (ministros, parlamentares, intelectuais empregados no funcionalismo público) em disputa com autoridades da Igreja Católica (bispos e arcebispos) de feição conservador.

---

19 As três universidades criadas nesse período, de natureza privada, são a Universidade Livre de Manaus, fundada em 1909 (primeira universidade surgida no Brasil e atual Universidade Federal do Amazonas), a Universidade do Paraná (1912) e a Universidade de Minas Gerais (1927).

Com efeito, duas correntes protagonizaram e polarizaram as discussões: de um lado, uma elite intelectual laica que defendia a universidade pública, academicamente autônoma e politicamente independente das demandas do Estado e da Igreja, obtendo destaque figuras centrais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Roquete Pinto e Júlio de Mesquita Filho. Do outro lado, uma elite intelectual católica que defendia a inserção de conteúdos religiosos no ensino superior, a presença de sacerdotes nos quadros docentes e uma maior participação de membros da Igreja nos postos dirigentes das universidades então existentes, tendo em Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima seus maiores expoentes (SCHWARTZMAN, 1984, 2015).

Os investimentos e intervenções nos assuntos educacionais e culturais do país por parte, a priori, de agentes estatais e, posteriormente, eclesiais e, também, militares (estes com menor ressonância em termos de criação de instituições de ensino), cada qual a seu modo e em defesa dos interesses particulares dos coletivos que representavam, lograram manter e expandir suas respectivas zonas de poder e influência, disseminação de suas crenças, doutrinas e ideologias sobre setores angulares de uma sociedade enredada em vulcânicas transformações históricas, econômicas, políticas e sociais em fins da Primeira República, onde a preocupação com a cultura, a educação e a ciência irromperam como imperativos concebidos enquanto peças-chave de propulsão para o “desenvolvimento da nação” (MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 2006).

Nessa esteira, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por processos de modernização, industrialização, pelo aumento populacional das cidades – subproduto das grandes levas de migrantes saindo do campo e do fluxo imigratório de populações fugindo do nazifascismo europeu e do velho continente em guerra –, e pela intensa urbanização das regiões citadinas.

A resultante dessas dinâmicas econômicas e demográficas impulsionou o surgimento de movimentos de renovação política e cultural que desembocariam na Revolução de 1930<sup>20</sup> e determinariam o fim da denominada “República Velha”. São exemplos sintomáticos desse período o movimento tenentista<sup>21</sup>, a criação do Partido

---

20 Cf. FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 16ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

21 O Movimento Tenentista teve impacto decisivo no cenário cultural paulista dos anos 30. Reunida em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, após a derrota na luta armada que alçou Getúlio Vargas ao

Comunista (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação da Academia Brasileira de Ciências (1922) e da Associação Brasileira de Educação (1924).

Vale dizer que a Academia Brasileira de Ciências, sobretudo a Associação Brasileira de Educação<sup>22</sup>, além de fomentarem os debates sobre políticas públicas voltadas ao ensino superior e à ciência por meio da promoção de eventos, de inquéritos sobre a instrução pública e da divulgação científica, baseados nos princípios da liberdade individual de pensamento, da criatividade e da originalidade, em oposição à educação formal tradicional onde prevalecia a memorização de conteúdos, funcionavam também como as principais instâncias catalizadoras de mobilização, socialização e atuação dos intelectuais envolvidos na discussão dos projetos referentes à montagem do sistema universitário brasileiro (SCHWARTZMAN, 2015, p. 192).

No bojo desse quadro de efervescência política e cultural, houve ainda uma crescente reivindicação de participação política nos rumos do país por parte da emergência de frações sociais de uma classe média urbana, escolarizada, prole da burguesia industrial e constitutiva dos “ramos pobres” das oligarquias estaduais em “declínio” (MICELI, 2012, p. 82), em vias de recomposição de seu poder político regional (FAUSTO, 1997; SCHWARTZMAN, 1984). Foram os membros dessas camadas sociais que tiveram acesso aos cursos superiores e às “profissões intelectuais” então disponíveis (escritores, jornalistas, professores da rede escolar de ensino) e, posteriormente, ascenderam às posições elevadas na hierarquia de postos face à expansão da estrutura burocrática estatal.

Cerrando em suas fileiras iniciais professores recrutados junto às elites intelectuais oriundas, grosso modo, dessas “famílias tradicionais em declínio” reunidas em instituições escolares isoladas e em agremiações literárias responsáveis pelo oficialato das letras no país (Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e

---

comando do país, a elite empresarial e cultural paulista encabeçou os projetos de criação da Escola de Sociologia de São Paulo (1933) e da Universidade de São Paulo (1934) como estratégia para a retomada do prestígio perdido e para se estabelecer nos debates nacionais por meio da educação e da cultura. Sobre este assunto, cf. Cardoso (1982), Limongi (2001) e Miceli (2001b).

22 De acordo com Schwartzman (2015, p. 192-193), a Academia Brasileira de Ciências exerceu um papel apenas de incentivadora da ciência, contribuindo muito mais para promovê-la do que para concretizá-la, já que não financiava nem subsidiava programas de pesquisa. Em contrapartida, a Associação Brasileira de Educação patrocinou inúmeras atividades científicas, incluindo cursos de extensão e projetos de pesquisa, tendo assim assumido maior protagonismo nos debates públicos travados no fim da década de 1920.



Geográfico Brasileiro, Museu Nacional etc.), a universidade materializou em torno de si as chances de prestígio e reconhecimento, num momento em que imperava a baixa especialização e pouca autonomia do *dominium* acadêmico-científico.

Grande parte dos intelectuais consagrados (do quilate de Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, entre outros) orbitavam a esfera do poder político através da ocupação de postos elevados no funcionalismo público, em instituições culturais e nos partidos políticos, constitutivos de um mercado central de postos públicos oriundo das transformações operadas no processo de divisão do trabalho intelectual no Brasil a partir da década de 1930 (MICELI, 2012, p. 199). Com isso, o próprio prestígio e a legitimidade social obtidos pela nascente universidade brasileira parecem ser também denegatórios da consagração social de seus próceres mais destacados, realçando as relações amalgamadas entre as esferas da política e da cultura como estruturas estruturantes da instituição universitária, bem como revelando a fluidez e porosidade das fronteiras destes *dominium* de atuação e, conseqüentemente, pondo em questão seu relativo grau de autonomização.

Enredada por esses condicionantes, pelo ideal modernizador disseminado com o avanço técnico e tecnológico experimentado no período e pela forte ideologia nacional-desenvolvimentista que atravessava o Atlântico e o Pacífico, a centralização política autoritária da “Era Vargas” colocou sob a chancela do Estado brasileiro a expansão e consolidação do sistema de ensino por meio do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), ao mesmo tempo em que promoveu as artes, a literatura, a poesia, a pintura, a escultura, em suma, a “cultura nacional”. Nessa seara de atuação do ministério o governo Vargas buscou, através das expressões educacionais e culturais, a feitura da moldura de uma “identidade nacional”, em competição com correntes político-ideológicas, sobretudo do mecenato cultural paulista, que disputavam sua definição e significado (SCHWARTZMAN, 2015), sob o matiz de cores e símbolos representativos dos ideais do novo regime (CARVALHO, 2017).

À medida que as universidades foram se expandindo como um espaço legítimo da atividade intelectual por excelência, catalizadora e disseminadora da cultura científica e das competências e atributos intelectuais, o governo autoritário de Getúlio Vargas, cujas premissas enfatizavam “a atribuição de um papel central ao Estado na

criação de um sistema nacional de educação” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 188), em contraposição ao pensamento liberal predominante durante toda a Primeira República, concedeu-lhe a condição estruturante de se estabelecer como um *dominium* acadêmico-científico institucionalizado, especializado e profissionalizado, socialmente reconhecido e garantidor de reconhecimento, prestigiado e certificador de prestígio por meio da concessão de diplomas universitários chancelados pelo Estado (BOURDIEU, 1989, p. 101-103).

Com a criação do Ministério da Educação e a elevação de Gustavo Capanema ao comando da pasta (1934-1945), as discussões sobre a educação e a sistematização do ensino superior no Brasil adquiriram um caráter de maior envergadura e centralidade, passando a um patamar de prioridade nacional. Ainda que possivelmente a educação e a cultura não ocupassem o cotidiano de preocupações pessoais de Vargas (SCHWARTZMAN, 1984, p. 49), esse suposto desinteresse do governante conferiu maior liberdade de ação à Capanema à testa da pasta, por meio da qual pôde estreitar e manter suas relações com a Igreja para garantir seu apoio político e ideológico e tocar em frente o ideal de modernização da nação, caracterizado pelo “esforço de mobilização da opinião pública, pelo confronto entre diferentes projetos de *construção/reconstrução da nacionalidade*” e de inculcação do “ideário modernizante nacionalista junto à juventude” (MENDONÇA, 2000, p. 136).

### **III. Religião e Ciência: a entrada da Igreja Católica no Ensino Superior brasileiro**

Por seu turno, intelectuais ligados à Igreja Católica passaram a ter maior protagonismo na vida cultural e política do país, face às vultosas transformações históricas e político-institucionais em curso. O processo de expansão institucional do catolicismo, transcorrido a partir da segunda metade do século XIX e avançando até meados do século XX, correspondeu à ampliação territorial dos domínios eclesiásticos em todo o mundo católico, implicando numa série de questões a serem enfrentadas pelos líderes episcopais no tocante à consolidação do projeto de *romanização*<sup>23</sup> na Ásia,

---

23 Empreendido a partir de 1848 por Pio IX (1846-1878), a romanização do mundo católico significou um ajustamento das diretrizes doutrinárias produzidas pelo Vaticano face às “ameaças” e “erros” da

na África, com ênfase na Europa ocidental e na América Latina, donde seus efeitos foram mais sintomáticos. As novas orientações doutrinárias emanadas de Roma emergiram em resposta às “ameaças modernas” que colocavam em xeque seu domínio político, cultural e religioso, “a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, ‘o progresso, o liberalismo e a civilização moderna’” (MICELI, 2009, p. 18).

Ao passo que a política expansionista do Vaticano se estruturava em termos territoriais e organizacionais, com a edificação de novas circunscrições católicas alhures, o Brasil enfrentava um processo de desmoronamento do regime imperial em meio à conflagração de forças sociais que lutavam tanto pela separação do Império quanto pela adoção de um governo republicano que conferisse autonomia político-administrativa às regiões de onde provinham.

Como subproduto dessas convulsões, marcadas pela Abolição da Escravidão (1888), pelo advento da República (1889), pela promulgação da Constituição de 1891, pelo desenvolvimento econômico e industrial, pela crescente urbanização e modernização e pela intensa racionalização e burocratização das atividades estatais, o regime de Padroado<sup>24</sup> chegara ao fim resultando no divórcio entre Estado e Igreja e num malfadado processo de laicização das instituições brasileiras. Funções e atividades de abrangência social, até então desenvolvidos com exclusividade sob o báculo clerical, como o ensino público, o casamento e os sepultamentos, passam à chancela do Estado laico brasileiro (HERMANN, 2007, p. 123), resultando numa perda de espaço e de poder da organização eclesiástica no Brasil do entresséculos.

Outros desdobramentos oriundos a partir dessa nova configuração nacional podem ser assinalados. Por um lado, um acentuado movimento de desfiliação religiosa,

---

modernidade. Em termos práticos, tal projeto resultou na adoção de uma política expansionista da Santa Sé que, a um só golpe, ampliava os domínios territoriais eclesiásticos, realinhava institucional e doutrinariamente as igrejas à Cúria Romana, reformulava os conteúdos do apostolado católico e reafirmava a “infalibilidade papal” como postulado dogmático e ideológico de centralização da estrutura organizacional eclesiástica. Sobre as implicações do processo de romanização no Brasil, entre outros, cf. Beozzo (1986) e Miceli (2009).

24 Neste regime, o monarca (denominado “padroado régio”) exercia plenos poderes sobre a organização eclesiástica. Era ele quem nomeava os bispos, avalizava ou não o estabelecimento de ordens religiosas, bem como a construção de edifícios católicos, controlava a cobrança do dízimo e remunerava os sacerdotes. Para outras informações, cf. Beozzo (1986).

de perda de prestígio e influência do catolicismo e de declínio das retribuições simbólicas das carreiras clericais justificaram o envio de inúmeras ordens religiosas estrangeiras ao país para suprir essa carência contingencial (BRUNEAU, 1974; DELLA CAVA, 1975; BEOZZO, 1986; AZZI, 2008), além de uma crescente concorrência de manifestações culturais e crenças religiosas que não mais centravam em torno da Igreja seus aspectos doutrinários e ideológicos (MAINWARING, 2004; SERBIN, 2008).

Por outro lado, a política expansionista do Vaticano caracterizou-se pelo aumento do patrimônio eclesiástico, incentivo à nacionalização do clero, ampliação das circunscrições católicas e, conseqüentemente, maior oferta de postos diocesanos aos futuros dignitários, além de relativa autonomia da instituição eclesiástica em função do regime republicano (MICELI, 2009)<sup>25</sup>.

É significativo frisar que o projeto de romanização não se dá como mera diretriz importada de Roma, aplicado de forma automática na realidade brasileira, conforme parece evocar a tese de que a Igreja vivia um período de “transição” (BRUNEAU, 1974), mas como estratégia adotada pelos líderes eclesiásticos em consonância com os interesses em disputa para fazer frente aos processos convulsionados no país, logrando atender ao duplo propósito de enfrentamento das limitações de atuação impostas pelo novo regime político e de ampliação de sua influência sobre os setores culturais e educacionais.

A perda do *status* de “religião oficial” e do foro privilegiado de prestação de serviços educacionais adstrito ao âmbito público, bem como a retirada do ensino religioso do currículo escolar impulsionaram a Igreja a adotar duas frentes estratégicas de ações para atender aos seus propósitos de nacionalização do clero e de reformulação dos conteúdos do apostolado. Primeiramente, no âmbito político, a busca pela reaproximação e costura de novas alianças dos líderes eclesiásticos com as frações de classes dirigentes da Primeira República (DELLA CAVA, 1975). E, em segundo plano,

---

25 O trabalho de Miceli (2009) procurou analisar a formação e a atuação de uma elite eclesiástica brasileira a partir das relações estabelecidas entre os dirigentes da Igreja Católica e as frações políticas da República Velha, de matriz “oligárquica”. Nessa perspectiva, o autor examinou os impactos da romanização nas capitais dos estados, transformadas em dioceses, evidenciando os mecanismos sociais de imbricação entre elites eclesiásticas, políticas e culturais na escala estadual, e revelando, por fim, a atualização dos modos de dominação da Igreja no Brasil face aos novos conteúdos do apostolado católico.

na esfera cultural, a arregimentação de investimentos para o desenvolvimento de vários estabelecimentos escolares confessionais privados no país.

Nesse sentido, tanto o advento do regime republicano quanto a romanização no Brasil possibilitaram que a educação adquirisse um status de “objeto privilegiado” de preocupação circundante na esfera do poder temporal e no âmbito do poder espiritual. Foram os detentores do poder político os responsáveis *stricto sensu* pela oferta da educação pública no novo regime, arrogando-se a incumbência da construção, funcionamento e gerenciamento de escolas primárias pelas prefeituras municipais e de escolas secundárias pelos governos estaduais.

Já em relação aos dirigentes episcopais, sob seu controle expandia-se uma rede escolar de ensino privado de alta qualidade, que englobava do ensino infantil ao de nível secundarista (AZZI, 2008, p. 217-218). A Igreja visava fomentar novas “vocações sacerdotais” e preparar pessoal especializado com vistas ao preenchimento dos postos diocesanos criados com a política expansionista da Santa Sé, pois “precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos” (MAINWARING, 2004, p. 41), com vistas à edificação e consolidação da “neocristandade”<sup>26</sup>.

O subsidiamento pelos novos dirigentes estatais da ampliação da estrutura de postos e carreiras eclesiais e da própria difusão da rede de ensino privado sob comando da Igreja, apesar de formalmente ter sido proibido pela Carta Magna de 1891, tornara-se exequível face à reaproximação e à “colaboração recíproca” (AZZI, 2008, p. 219) da cúpula episcopal com as elites políticas nacionais e regionais da Primeira República, animando assim os esforços pela “recristianização” das instituições brasileiras.

Se, por um lado, essas iniciativas foram interpretadas como constitutivas das estratégias que visavam a (re)inserção dos dirigentes eclesiais nos espaços de decisão política do país (BRUNEAU, 1974, p. 39), por outro, foram lidas como a perfeita simbiose da dominação política e religiosa da Santa Sé, ao porem em curso o processo

---

26 Em consonância com os ditames da romanização em curso no Brasil, a neocristandade era o esforço de desenvolvimento de um catolicismo nacional mais vigoroso, com vistas à penetração nas principais instituições sociais e culturais do país. O objetivo consistia na “recristianização” da sociedade, processo que atinge seu ápice durante o primeiro Governo Vargas.

de “estadualização” das políticas eclesiais, com a transformação de todas as capitais brasileiras em sedes diocesanas (MICELI, 2009, p. 26), *pari passu* com o fortalecimento da “política dos governadores”, de cujas famílias “tradicionais” provinham membros do clero dirigente das novas circunscrições católicas.

Isso permite-nos inferir que a ampliação dos domínios territoriais da Igreja no Brasil coadunou-se com a consolidação do próprio regime republicano, evidenciando uma vez mais a porosidade das fronteiras dos universos político e cultural e o grau de imbricação das lógicas política e religiosa que reverberaram no processo de fraca autonomização dos *dominiuns* de atuação especializados em contextos periféricos.

Um dos efeitos mais sensíveis dessa configuração é a emergência da relevância da figura do “intelectual”, sobretudo escritores (jornalistas, romancistas, poetas) e artistas (pintores, escultores), seja enquanto formulador e difusor da “identidade nacional”, do “ideário republicano” e da “legitimidade do Estado nacional” (PÉCAUT, 1990; CARVALHO, 2017), seja como propagador dos postulados da romanização (SERRY, 2004). Para Pécaut (1990, p. 38-40), as bases sociais de legitimidade da própria atividade do “intelectual” são expressas, no início do século XX, em termos de aquisição de saberes distintivos em relação às “massas” e de disposição para a “organização do político” e para a “formação da cultura” que, em seu conjunto, atribuíam aos intelectuais a “vocação para classe dirigente”. Nessa direção, com ênfase na ação dos intelectuais a serviço da República, compreende-se os usos, as apropriações e as ressignificações em torno de figuras históricas (como Tiradentes) e de símbolos (Bandeira, Hino) evocados pelos grupos dirigentes para a construção e afirmação de uma “identidade comum” aos brasileiros sob o prisma dos valores do novo regime (CARVALHO, 2017, p. 58-78; 104-126).

Seja em função do Estado, seja a cargo da Igreja, duplamente amealhado ao sabor e ao labor das instituições como profissional da escrita e da burocracia, a figura do “intelectual” desponta no cenário nacional gozando de reconhecimento e prestígio à medida que realizava os serviços de propagação dos novos conteúdos ideológicos e doutrinários do Estado republicano e da Santa Sé no Brasil, por meio de jornais, revistas e instituições culturais. Tal é a lógica funcional ambivalente por meio da qual se compreende o “intelectual” tanto enquanto formulador das bases de legitimidade

organizacional da política e da cultura, atinente aos propósitos dos grupos de interesse aos quais se submete, quanto de serem “vacionados” à ocupação de postos dirigentes (PÉCAUT, 1990).

A disputa pela imposição dos princípios de visão que nortearam as definições de “intelectual” e de sua função social foi o combustível que impulsionou a presença da Igreja Católica, a partir de meados do século XIX, no centro de debates que discutiam sua inserção nas esferas de produção cultural e científica, sobretudo na França. Segundo Hervé Serry (2004, p. 131-132), duas correntes de pensamento católico diametralmente opostas sobressaíram-se nesses debates: uma que advogava a reaproximação entre o catolicismo e a literatura e outra que pregava a reconciliação entre fé e ciência.

A primeira erigiu-se em contraposição aos “filósofos das Luzes”, aos princípios da Revolução Francesa e à ascensão do poder científico, que, ao colocarem o homem no centro do universo, desapossaram as obras literárias francófonas da metafísica religiosa, enfraquecendo assim suas bases de legitimidade.

Essa tese foi derrotada pela outra que postulava o *religare* entre crença e ciência e o reposicionamento da participação de intelectuais católicos nos debates científicos. De acordo com Serry (*ibid.*, p. 133-134), o objetivo era estabelecer uma comunhão da Igreja com o avanço das descobertas científicas.

Tal perspectiva vigorou até o final do XIX, quando sua hegemonia foi confrontada por outro viés católico que reivindicava a presença de escritores leigos na esfera intelectual de produção de bens simbólicos e a destituição da exclusividade de clérigos no exercício da atividade de escrita. Para Serry (*ibid.*, p. 138), esse reordenamento das funções clericais culminou tanto na criação de projetos institucionais eclesiais que visavam o recrutamento e o treinamento da clientela laica sob a doutrina católica quanto no estabelecimento das “modalidades de um engajamento intelectual leigo em nome do catolicismo”<sup>27</sup>.

---

27 Para outras informações sobre as relações entre literatura e religião e a gênese social dos intelectuais católicos, consultar **Literatura e Catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença**, de Hervé Serry (2004), que esmiúça as especificidades de cada um desses momentos históricos e as motivações que levaram à edificação teórica dessas linhas de pensamento católico sobre o campo intelectual, particularmente sobre o domínio das letras e das artes em geral.

Com efeito, a partir desse esforço de restauração do poder religioso sobre o âmbito da atividade intelectual, a Igreja francesa passou a recrutar pensadores e escritores não ordenados e bem aquinhoados socialmente para sistematizar a doutrina no tocante à literatura, às artes e às ciências, promovendo a intervenção desses agentes no espaço de produção cultural. A publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891), durante o papado de Leão XIII (1878-1903), certifica a vitória dessa corrente de pensamento, retira os sacerdotes dos debates científicos e redireciona suas forças para o terreno social, dando início à chamada “era militante” na Igreja e à incontornável aquilatação do trabalho intelectual leigo (*id.*, *ibid.*, p. 142).

No Brasil, em que pese o fato da produção cultural do intelectual leigo convertido ao catolicismo ser notadamente em defesa dos interesses e ideologias da Igreja, ainda que por meio de uma eclesiologia social, isto é, através de novas estratégias de evangelização traçadas considerando-se os problemas sociais dos futuros convertidos, perspectiva observada em trabalho anterior (MELO, 2013), sua figura adquire relevo significativo no bojo da expansão e do controle eclesiástico sobre as instituições sociais, educacionais e científicas, inclusive sobre o *dominium* universitário.

É nessa perspectiva que se compreende a emergência e valorização social do “intelectual” como parte de um conjunto de ações da Igreja brasileira direcionadas à intervenção no espaço de formação educacional das elites, sobretudo no âmbito do ensino superior através da criação das PUCs, como principal estratégia de produção e reprodução de novas bases de legitimação de sua dominação cultural e política.

Desta feita, a partir de 1921, sob a liderança do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, do padre Leonel Franca e dos líderes do laicato Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, organizou-se um movimento que criou as condições de surgimento do ensino superior católico. A Igreja começou a realizar uma série de investimentos na esfera de produção cultural junto ao laicato consubstanciada na fundação da Revista *A Ordem* (1921), na criação do Centro Dom Vital (1922)<sup>28</sup>, na

---

28 Fundado em 1922, sob o báculo do cardeal Leme, sediado no Rio de Janeiro e com ramificações em alguns estados sobretudo das regiões Nordeste e Sudeste, o Centro Dom Vital congregava universitários e profissionais liberais que se constituíram nas elites intelectuais leigas atuantes no cenário político e cultural da então capital federal, entre os anos de 1922 e 1948. A fundação do Centro atendia, pois, às formulações do Pontificado de Pio XI (1922-1939), que almejava a participação do laicato na luta pela manutenção do prestígio da Igreja no mundo ocidental. Para um exame sobre a atuação do Centro Dom Vital, sua importância para o debate em torno da educação nacional e o perfil social de seus dirigentes e



abertura da Associação dos Universitários Católicos (1929), na instauração do Instituto Católico de Estudos Superiores (1932)<sup>29</sup>, além da inauguração da Confederação Católica Brasileira de Educação (1933).

Tais projetos institucionais eclesiásticos sinalizam, em seu conjunto, para o montante dos esforços e dos recursos mobilizados pela Santa Sé no Brasil no que concerne à produção social de “novos vocacionados” e à oferta de formação de nível superior ao laicato com vistas à ocupação dos postos disponíveis com a ampliação da malha burocrática da Igreja. A resultante dessas iniciativas impactou decisivamente no surgimento das primeiras universidades católicas no país.

Por meio de publicações no principal veículo de circulação das ideias do Centro Dom Vital, a revista *A Ordem*, direcionada para um público composto especialmente por estudantes das escassas faculdades isoladas e profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas, profissionais de saúde em geral), os intelectuais de verve católica também propunham e debatiam políticas públicas voltadas para a educação e a ciência nacionais, discutindo seja a formulação de fenótipos administrativos e os objetivos da universidade (modelos de organização universitária, definição de funções e atividades), seja a elaboração de cursos, currículos disciplinares e seus conteúdos.

Pautado por esse leque de discussões, realizou-se no Rio de Janeiro, em 1934, o I Congresso Católico de Educação que, entre outras coisas, balizou as diretrizes educacionais que compunham as “emendas religiosas” contidas na Constituição promulgada naquele ano, fruto do acordo costurado entre o Governo Vargas e a Igreja (SCHWARTZMAN, 1984, p. 47), que alçaria Gustavo Capanema a ministro da Educação sob as bênçãos de seu principal mentor político, o diretor do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima.

Empossado no ministério, Capanema teria em Alceu Amoroso Lima seu principal conselheiro, que indicaria nomes, vetaria outros, proporia leis e trataria de dar conteúdo às principais iniciativas do ministro. A lealdade de Capanema a seu mentor se manteria tanto quanto possível inalterada nos próximos onze anos de ministério (SCHWARTZMAN, 1984, p. 49).

---

primeiros participantes, cf. Azzi (2003) e, principalmente, Arduini (2014).

29 O ICES foi transformado em Faculdades Católicas, em 1941, de onde emergiram os dois grandes e pioneiros modelos de Universidade Católica no país: a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e de São Paulo (PUC-SP).

Se num primeiro momento os investimentos da Igreja pela expansão de sua influência no espaço de produção cultural se concentravam em torno da criação de escolas confessionais de níveis primário e secundário (AZZI, 2008, p. 153), contando com o aval e as subvenções estatais obtidos pelas novas alianças costuradas com as velhas “oligarquias”, posteriormente esses esforços eclesiais direcionaram-se para projetos intelectuais adstritos à criação de publicações especializadas (revistas e jornais católicos) e à abertura de canais de influência sobre institutos culturais e educacionais já existentes.

Não por acaso, a partir de meados da década de 1920, o foco da cúpula episcopal brasileira incide sobre as tentativas de controle político e ideológico dos projetos universitários em plena gestação, tanto da iniciativa privada leiga quanto do Poder Público. A própria Universidade do Rio de Janeiro, por exemplo, fundada pelo governo central, possuía em sua constituição orgânica e gerencial uma imbricada associação entre Estado, Igreja e frações da intelectualidade leiga, sobretudo a ala católica de verniz “conservador”.

Cabe ponderar, no entanto, que o destaque dado à presença da Igreja nos debates sobre a educação pública nacional não se constitui como matriz explicativa central deste estudo, o que poderia causar a impressão de superestimação do peso da instituição eclesial na montagem da estrutura universitária brasileira, como enfatizam as investigações de abordagem institucionalista (SCHWARTZMAN, 1984, 2015), ou de anuência com o sentido de “missão” atribuído pelos próprios intelectuais sobre si mesmos, nos moldes da abordagem politicista (PÉCAUT, 1990).

Trata-se, sim, de matizar e ponderar o grau e o peso das alianças e dos conflitos, dos acordos malogrados e dos confrontos públicos entre representantes do Estado e da Igreja – principais instituições aglutinadoras e formadoras das elites políticas e intelectuais do país até meados do século XX –, no processo de definição das funções e atividades da universidade e na consolidação do modelo moderno de instituição universitária.

Dessa forma, torna-se factível e inteligível o processo sociohistórico de constituição do *dominium* universitário enquanto espaço legítimo de produção científica e de reprodução das competências e dos atributos intelectuais por excelência. Além

disso, essa perspectiva analítica favorece a compreensão sobre como o somatório desses fatores condicionou a atuação política e a atividade intelectual dos representantes dos grupos que protagonizaram tais lutas.

Com efeito, os embates públicos travados entre intelectuais de estado (burocratas) e intelectuais católicos (leigos e sacerdotes) se materializaram drasticamente no contexto de lançamento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”<sup>30</sup>, de 1932, documento subscrito pelos principais defensores de uma “educação superior democrática, pública, leiga, gratuita, obrigatória, autônoma e de qualidade” (TEIXEIRA, 1984, p. 410). A essas designações contidas no Manifesto, que deveriam nortear a criação do sistema universitário brasileiro, a Igreja veementemente se opunha, preocupada com a ameaça que um campo de produção cultural especializado, desprovido de conteúdos religiosos, administrativamente independente, gozando de autonomia intelectual e voltado para a formação cultural e para a (re)produção social das elites dirigentes representava aos alicerces fundantes da doutrina católica e, conseqüentemente, ao poder e influência da instituição eclesiástica.

Face a essa significativa gama de eventos que convulsionaram o período de ruptura dos laços oficiais entre Estado e Igreja, a ala conservadora católica, representando os interesses da cúpula episcopal, lutou para exercer seu poder, prestígio e influência sobre as bases de construção do espaço de formação educacional e profissional das elites brasileiras. Em contrapartida, as frações intelectuais leigas (paulistas e mineiras, principalmente), diante das derrotas sofridas nos conflitos armados contra as forças vitoriosas das revoluções de 1930 e de 1932, se embrenharam para se reposicionar, por meio da cultura e da educação, no jogo do poder que ditaria os novos rumos da nação. Segundo Miceli (2012, p. 101),

os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural e, escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de

---

30 Com o título “A reconstrução educacional do Brasil: ao povo e ao governo”, o Manifesto fora escrito por Fernando de Azevedo e teve como signatários 26 educadores, entre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto, Hermes Lima, Paschoal Lemme, Cecília Meireles, Sampaio Dória. De inspiração liberal, o documento teve ampla circulação nacional e continha as diretrizes para a implantação de um sistema nacional integrado de ensino público. Foi a partir deste documento que o Estado varguista assumiu a responsabilidade pela montagem, organização e estruturação do sistema universitário nacional, por meio do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo preocupação com o controle e o desenvolvimento de universidades como força motriz das políticas educacionais.

inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura são iniciativas que se inscrevem nesse projeto.

Por essa razão, no esteio das discussões travadas sobre a definição moderna das funções a serem desempenhadas pelas universidades<sup>31</sup>, emblematizadas pelos inquéritos promovidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>32</sup>, em 1926, e a Associação Brasileira de Educação, em 1928, se expressavam os confrontos de posicionamentos entre os “pioneiros da Educação Nova”, defensores de um liberalismo científico que rejeitava interferências externas à produção intelectual acadêmica, e o grupo dos católicos, que advogavam uma universidade regida sob os dogmas conservadores da romanização.

Saíram-se vencedores os defensores da universidade pública, laica e gratuita, cujos pressupostos embasariam a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, símbolos dos projetos intelectuais de elite no tocante à organização e desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da divulgação científica.

No que concerne à configuração específica de São Paulo, em que pese o fato das instituições de ensino superior terem nascido após as derrotas militares da oligarquia paulista, se estabelece como ponto comum da literatura compulsada, muitas vezes carregada de certo ufanismo regional exercido de modo irrefletido por aqueles autores que se consagraram precisamente pelo reconhecimento obtido na esfera intelectual acadêmica paulista, a atribuição da necessidade de sua emergência à “falta de uma elite ampla e ordenada, treinada com métodos científicos, conscientes das instituições e realizações do mundo civilizado, e capaz de entender o nosso ambiente social, para

---

31 Conforme expresso no Manifesto de 32, “criadora de ciências (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes”.

32 De propriedade da família Mesquita, que teve em Júlio de Mesquita Filho um dos principais agentes no projeto de criação da USP, a empresa jornalística concentrava em torno de si um círculo privilegiado de renomados educadores, escritores e editores. Segundo Limongi (2001, p. 136), “para o mundo cultural paulista das primeiras décadas do século XX, *O Estado de S. Paulo* era um importante ponto de referência profissional e intelectual, local das rodas em que se discutiam os problemas e projetos culturais”. Citando o depoimento de um dos entrevistados em seu estudo, assim é caracterizado o jornal: “*O Estado* era, na verdade, um pequeno seminário de debates sobre a vida social, política, literária e científica. Aí se reuniam à tarde e à noite, como num clube de cultura, professores de escolas superiores, profissionais liberais, em geral colaboradores do jornal e mesmo redatores de outros periódicos”.

depois atuar sobre ele” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 218-19). Nas palavras do autor sobre as características da USP,

a nova universidade seria pública, leiga e livre de influências religiosas; deveria ser uma instituição integrada, não apenas um grupo de escolas isoladas. Seu núcleo central seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com professores estrangeiros. (...) A universidade teria autonomia administrativa e acadêmica, destinando-se a criar uma nova elite que assumisse a liderança do país, **superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o estado líder da federação.** (SCHWARTZMAN, 2015, p. 220). (Grifo nosso)

Observa-se assim que, historicamente, o *dominium* acadêmico-científico despontou no Brasil como um espaço legítimo da educação superior e da produção científica estruturando-se, por um lado, em comunhão aos interesses do Estado autoritário varguista, como sub-produto das lutas travadas e vencidas no período pelas forças do governo central, e, por outro lado, em oposição às influências religiosas e culturais da Igreja Católica.

Se, para Bourdieu (2014), conforme evidenciado no processo de divisão do trabalho intelectual e da emergência da esfera burocrática, a figura do Estado tornou-se a instância máxima de poder detentora do “monopólio legítimo da violência simbólica”, é possível inferir que, a partir da posição máxima de poder intelectual obtido e conferido pelas universidades, que estas passam a encerrar em torno de si aquilo que denomino de *monopólio legítimo da produção simbólica*.

A implementação de modelos institucionais universitários de nítido feitiço centralizador e com pretensões de universalização em todo o país a partir do Ministério da Educação, características das universidades públicas surgidas por iniciativa do Estado varguista, bem como a instauração de organizações universitárias relativamente autônomas e independentes capitaneadas pela iniciativa privada representada pelo empresariado cultural paulista e pela Igreja, tendo a USP e as PUCs como referências principais, certificam esse *monopólio legítimo da produção simbólica* concentrado nas universidades, ao mesmo tempo em que reforçam as ingerências exógenas como estruturas estruturantes que estruturam, de modo interdependente, o *dominium* universitário brasileiro.

Tanto as tentativas de controle pelos grupos socialmente dominantes das regras de funcionamento e do acesso ao espaço de produção intelectual por excelência quanto

a emergência da valorização da posse do diploma de nível superior elevaram as universidades ao ápice da hierarquia intelectual e simbólica no Brasil, impondo-se às demais esferas de produção cultural (artística, literária, jornalística) como padrão de profissionalização da atividade intelectual e como elemento de distinção social entre as frações de elites intelectuais.

A concentração estratégica das Pontifícias Universidades Católicas<sup>33</sup> nas capitais das regiões Sul e Sudeste (cuja distribuição geográfica está contida na tabela abaixo) que disputavam o controle do poder político central foi uma resposta deliberada da Santa Sé no Brasil à perda dos debates públicos sobre a formação do sistema universitário nacional. Tidas como os “motores” da expansão do catolicismo e do *aggiornamento* dos modos de dominação da Igreja no país, as PUCs eram empreendimentos voltados para o recrutamento dos herdeiros das elites políticas e culturais das regiões em que atuavam, público-alvo da hierarquia eclesiástica católica para fazer valer seus interesses no tabuleiro do poder político nacional, no qual essas elites regionais exerciam forte influência.

**Quadro 2** – Pontifícias Universidades Católicas no Brasil.

<b>Instituição</b>	<b>Cidade/Estado</b>	<b>Região</b>	<b>Ano de Fundação</b>
PUC-Rio	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste	1941
PUC-SP	São Paulo/SP	Sudeste	1946
PUC-RS	Porto Alegre/RS	Sul	1948
UNICAP	Recife/PE	Nordeste	1951
PUC-Campinas	Campinas/SP	Sudeste	1955
PUC-Minas	Belo Horizonte/MG	Sudeste	1958
PUC-PR	Curitiba/PR	Sul	1959
UCPEL	Pelotas/RS	Sul	1960
UCP	Petrópolis/RJ	Sudeste	1961
UCSAL	Salvador/BA	Nordeste	1968

<sup>33</sup> As PUCs foram os modelos pioneiros de ensino religioso universitário no Brasil e se mantêm como os empreendimentos educacionais privados de maior sucesso, notoriedade e reconhecimento nas três modalidades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão). Seus estabelecimentos mais antigos figuram entre as melhores instituições superiores do país nos rankings universitários nacionais e internacionais, caso das PUCs do Rio, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

PUC-Goiás	Goiânia/GO	Centro-Oeste	1971
UNISANTOS	Santos/SP	Sudeste	1986
UCB	Brasília/DF	Centro-Oeste	1994

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

Como se observa no **Quadro 2**, composto apenas pelas instituições confessionais católicas que se mantêm ativas e em pleno funcionamento, de início a Igreja concentrou seus esforços nas regiões Sudeste e Sul, adotando posteriormente um processo de “interiorização”, deslocando seu foco de atuação às demais regiões do país. Das 13 universidades católicas mapeadas e catalogadas, têm-se seis PUCs situadas na região Sudeste, correspondendo a 46,2% do total, três no Sul (23%), duas no Nordeste (15,4%) e duas no Centro-Oeste (15,4%), sem nenhum registro no Norte do Brasil.

É sintomático observar também que o avanço das PUCs para as demais regiões do país se dá à medida em que a Igreja consolida seus projetos pioneiros, ainda na década de 1940, nas capitais dos principais estados do eixo Sul-Sudeste: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS. A Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), por exemplo, se constitui como a primeira do Nordeste somente no início da década de 1950 e se mantém no posto até a fundação da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), no final da década de 1960.

Com a federalização da Universidade (Católica) do Maranhão, a segunda do Nordeste fundada em 1958, que se transformou na Universidade Federal do Maranhão em 1966, a UNICAP e a UCSAL tornaram-se os únicos estabelecimentos confessionais diocesanos de ensino superior de feição institucional universitário do eixo Norte-Nordeste brasileiro.

No interregno de quase duas décadas após a criação de ambas universidades católicas no Nordeste, cinco outras PUCs foram criadas no eixo Sul-Sudeste (Campinas/SP, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Pelotas/RS e Petrópolis/RJ), reforçando explicitamente o projeto de intervenção da Igreja no espaço de formação educacional das elites e, conseqüentemente, o recrudescimento da disputa com o Estado

pela hegemonia da dominação cultural no *dominium* universitário brasileiro, a partir de uma nova atuação estratégica focada também no interior dos estados-líderes do país.

Com a consolidação das PUCs nas principais regiões do Brasil, houve um arrefecimento por parte da Igreja na fundação de novas instituições superiores de ensino, quadro que viria a se modificar com a inversão do polo do poder político central do Rio de Janeiro para Brasília. Embalada pela construção da nova e definitiva capital federal, a fundação da PUC-Goiás, no início da década de 1970, inaugurou a atuação do ensino superior católico no Centro-Oeste, permanecendo por mais de vinte anos como a única instituição universitária confessional da região.

A Universidade Católica de Brasília (UCB), reconhecida como tal pelo MEC em 1994, veio reafirmar a presença eclesiástica no Centro-Oeste, sendo a última instituição universitária fundada pela Igreja no país. Tanto a PUC-Goiás quanto a UCB contribuíram para a conquista e manutenção de uma posição estratégica do catolicismo no mapa político-geográfico brasileiro e nas esferas da educação, da cultura e da ciência em âmbito nacional.

Isso exemplifica bem o objetivo manifesto da Igreja de manter e ampliar sua zona de influência de poder simbólico através do ensino superior católico nos espaços de decisão política do país, inscrevendo-se institucionalmente nas regiões e cidades satélites mais importantes.

Em outras palavras, o processo de criação das universidades católicas no Brasil está flagrante e irremediavelmente atrelado às transformações sociohistóricas do país, ao deslocamento do centro gravitacional do poder político e às mudanças estruturais do espaço intelectual, salientando a diluição das fronteiras entre política e religião, o entrecruzamento das lógicas política e religiosa na conformação do *dominium* universitário em contextos periféricos, bem como a sua fraca autonomização

Particularmente, no que respeita à disputa entre Estado e Igreja pela formação da *intelligentsia* brasileira e pela imposição dos critérios de definição das funções, do funcionamento e da divisão social do trabalho acadêmico-científico nas instituições superiores de ensino, o surgimento das PUCs expôs as veias abertas do *dominium* universitário, evidenciando de um lado o poder de *metacapital* do Estado ao cancelar,



regulamentar e aferir a qualidade do ensino nessas instituições por meio de avaliações regulares operadas, a partir da década de 1950, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, agência vinculada ao Ministério da Educação, e, de outro, a acirrada competição pela escolarização das elites dirigentes enquanto estratégia para estabelecer novas bases de sustentação cultural e doutrinária-evangelizadora da instituição eclesiástica no âmbito público dos debates políticos.

O fechamento da UDF, a fundação da Universidade do Brasil<sup>34</sup> e a posse de Alceu Amoroso Lima como reitor desta última, indicado e sustentado politicamente por Capanema em substituição a Anísio Teixeira, constituem evidências de que apesar da criação de suas próprias universidades católicas, a Igreja não abriu mão de continuar tentando estabelecer uma “zona de controle e influência” sobre o sistema de ensino superior nacional (SCHWARTZMAN, 1984, p. 54). Tais movimentações da cúpula clerical são o exemplo sintomático do grau dos avanços e recuos, das aproximações e distanciamentos entre Estado e Igreja na competição pelo controle e pela imposição das regras de funcionamento do *dominium* universitário brasileiro.

Uma vez derrotada a proposta inicial católica de criação de universidades públicas financiadas pelo Estado e mantidas sob o báculo da Santa Sé no Brasil, o advento de projetos universitários eclesiais próprios e privados, enredados no contexto da romanização em curso no país, foi, de fato, uma tentativa flagrante de estabelecer novas estratégias de evangelização por meio da formação educacional de nível superior das elites e seus herdeiros, num esforço de conciliar fé e ciência (SERRY, 2004) e, com isso, de manter e ampliar o controle político e cultural sobre as camadas dirigentes do país, algo que já vinha sendo feito no nível secundário de ensino. Segundo Mendonça (2000, p. 137), o interesse dos católicos pela escola secundária, como “agência de homogeneização de uma cultura média”, estava incrustado em um “projeto de

---

34 “Com a criação da Universidade do Brasil, o governo Vargas pretendia implantar em todo o país um padrão nacional de ensino superior e estabelecer um sistema destinado a controlar a qualidade desse ensino. Esse projeto grandioso e altamente centralizador acabaria sufocando outras iniciativas mais liberais. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a Universidade do Distrito Federal, extinta em 1939, quando foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Apesar de enfatizar o aspecto democratizante do ensino universitário, o ministro Capanema criou uma universidade claramente destinada às elites. A Universidade do Brasil, com a reforma universitária iniciada em 1965, transformouse na Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/UniversidadeBrasil>>. Acesso em: 22 out. 2017.

recuperação do país de caráter moralizante que passava pelo resgate da tradição católica na formação da ‘alma nacional’”.

À centralidade simbólica que educação e ciência adquirem na agenda política das décadas de 1920 a 1940 soma-se a centralização política que intenta subordinar essas duas esferas especializadas de atividade intelectual, resultado da preocupação dos agentes estatais e eclesiásticos não apenas em instruir as elites dominantes para a ocupação de postos em suas respectivas estruturas burocráticas (ambas em plena expansão), imbuídas de suas doutrinas e ideologias, mas também em fundar as bases de desenvolvimento e de integração de um país imerso em abruptas e profundas rupturas políticas e culturais por meio da inculcação de um ideário nacional desenvolvimentista modernizante que reverberasse os interesses específicos das frações sociais envolvidas nos processos decisórios em pauta (FÁVERO, 2006; MENDONÇA, 2000).

Educação e ciência são, pois, concebidos pelo Estado e pela Igreja como instrumentos de luta simbólica para se fazer nova frente na disputa do jogo político de outrora. Os vultosos investimentos estatais na criação, expansão e consolidação de universidades públicas em todo o território nacional, face à fundação restrita de empreendimentos universitários católicos privados e adstritos sintomaticamente às regiões de concentração de poder político, econômico e cultural, conferiram maior protagonismo ao Estado do que à instituição eclesiástica no tocante à edificação do *dominium* universitário brasileiro.

Nesse sentido, compreende-se a figura do Estado como “metacampo”, isto é, como estrutura estruturante dos campos e dos sub-campos do poder (BOURDIEU, 2014), atuando como organismo estruturante do espaço acadêmico-científico em seu processo genético constitutivo. O controle e as regulações estabelecidas por meio da concessão de terrenos e subvenções públicas para as universidades, de edificação de um estatuto da carreira docente universitária, de financiamentos de pesquisas e de certificação dos diplomas superiores e títulos de honraria por elas concedidos, até mesmo o aval para o funcionamento das instituições privadas confessionais e leigas de ensino superior, fincaram, paradoxalmente, as bases da relativa e frágil autonomização da ciência ao próprio Estado.

A reivindicação histórica pela independência administrativa das universidades e pela garantia da liberdade de cátedra dos docentes universitários, sobretudo em períodos de autoritarismo estatal (MOTTA, 2014; VASCONCELOS, 2007), evidencia o baixo grau de autonomização e a elevada heteronomização que perpassa todo o período de fundação e consolidação do *dominium* universitário no Brasil, no qual as forças sociais exógenas à ciência (políticas, religiosas e econômicas) impuseram-se sobre suas regras internas de funcionamento, determinando as condições de acesso aos postos hierárquicos das universidades, aos cursos superiores e, por conseguinte, ao mercado das profissões liberais e intelectuais.

A criação de organizações universitárias públicas que privilegiavam o ensino e a pesquisa de forma autônoma e laica parece ter estabelecido as condições pioneiras para o surgimento de uma espécie de *esfera pública científica* no país, a meu ver, que impôs a especialização como marco do processo de diferenciação da atividade intelectual. Se de início o padrão de recrutamento se dava principalmente pelo grau de proximidade dos agentes com a esfera do poder, exemplificado pela presença significativa dos intelectuais de Estado (escritores, jornalistas, políticos) nos processos decisórios sobre a formação das universidades, após sua criação e consolidação impõe-se o “padrão intelectual” acadêmico especializado, isto é, o dos critérios científicos objetivos em função dos critérios sociais, estruturados em torno da maior posse de capital científico certificado pela concessão de títulos acadêmicos, pela ocupação de posições hierárquicas na estrutura de postos universitários e pelo reconhecimento dos pares enquanto certificador do prestígio intelectual, magma constitutivo das propriedades específicas do campo científico (BOURDIEU, 2004, p. 35).

Nessa perspectiva, o surgimento de uma *esfera pública científica* parece ter dado origem a dois tipos de perfis de elites intelectuais distintos que vigora até os dias atuais no Brasil: uma elite universitária burocrático-administrativa, mais próxima do polo político dominante (reitores, pró-reitores, chefes de departamentos etc.) e uma elite acadêmico-científica, mais próxima do polo cultural dominado (diretores de laboratórios, presidentes de comissões, comitês de avaliação, bancas examinadoras etc.).

Ora, num *dominium* universitário de fraca autonomização, agudizada em contextos de forte centralização política, e de menor heterogeneidade social dos agentes,

é presumível supor que o grau de proximidade com o polo político dominante se constitua num indicador que confere maior ou menor credibilidade intelectual e científica aos postulantes ao reconhecimento nesse *dominium* e às posições de poder. Dos anos 1920 até o final dos anos 1960, parece ser esse o padrão hegemônico de estratégias de afirmação intelectual e de acesso aos postos dirigentes universitários por parte das frações sociais dominantes.

#### **IV. Autoritarismo e federalização do Ensino Superior**

Em verdade, o nascimento de universidades tanto por iniciativa do Estado brasileiro quanto da Igreja Católica pincela o retrato mais bem acabado da centralidade que educação e ciência adquiriram no jogo político do país de meados da década de 30 do século passado. Seu feitio centralizador, urbano e desenvolvimentista matiza imagens que representam o espelho trincado de uma famigerada identidade nacional moderna talhada arbitrariamente, por um lado, e a manutenção de princípios e valores católicos conservadores em consonância com o processo de estadualização da romanização no país (MICELI, 2009), por outro, duas perspectivas de atuação política e cultural que colocavam Estado e Igreja em lados opostos a despeito do controle e do funcionamento das instituições universitárias.

Destarte, vale enfatizar que o confronto de interesses entre frações de elites dirigentes do Estado e da Igreja sobre a montagem do sistema universitário, consubstanciado nas clivagens políticas e intelectuais protagonizadas por seus representantes hierárquicos constituídos, ora arrefecidas pelas inúmeras tentativas de costura de alianças político-institucionais em busca de apoio recíproco para causas em comum, ora recrudescidas pelas divergências nos debates sobre a definição das funções e delimitação do rol de atividades profissionais da universidade, tanto no período imperial com seus reformistas liberais quanto no início do regime republicano a reboque dos positivistas radicais e críticos modernistas conservadores, contribuiu para a edificação de um sistema de ensino superior tardio no Brasil, sobretudo a partir da federalização de instituições não universitárias (escolas superiores, faculdades livres e

centros tecnológicos) e da criação e consolidação das universidades públicas federais (VASCONCELOS, 2007, p. 10).

**Quadro 3** – Distribuição regional das universidades públicas federais.

<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano de Fundação</b>
Norte (11)	AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1909
	PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1957
	PA	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	1970
	AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	1971
	RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	1982
	RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	1989
	AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	1990
	TO	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2000
	AM	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	2002
	PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	2013
	TO	Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	2019
Nordeste (20)	BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1946
	PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1946
	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1947
	CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	1954
	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1955
	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1958
	AL	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1961

	SE	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	1963
	MA	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1966
	PI	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1968
	PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2002
	PE	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	2002
	RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	2005
	BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	2006
	CE	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	2010
	BA	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	2011
	BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	2013
	CE	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	2013
	PE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)	2018
	PI	Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)	2018
	GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	1960
	DF	Universidade de Brasília (UnB)	1962
	MT	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	1970
	MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1970
Centro-Oeste (8)	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1979
	GO	Universidade Federal de Catalão (UFCAT)	2018
	GO	Universidade Federal de Jataí (UFJ)	2018
	MT	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	2018
Sudeste	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1920
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1927

	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1943
	MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	1953
	ES	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1954
	MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1957
	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1960
	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1960
	SP	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	1968
	MG	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1969
(19)	MG	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1969
	RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	1979
	MG	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	1986
	SP	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	1994
	MG	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	1994
	MG	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	2002
	SP	Universidade Federal do ABC (UFABC)	2005
	MG	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	2005
	MG	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	2005
Sul	PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1912
(11)	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1934
	RS	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	1953
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1960
	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1960
	RS	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1969
	RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	1969
	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2005

(UTFPR)		
RS	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	2008
SC	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	2009
PR	Universidade Federal da Integração Latino- Americana (UNILA)	2010

---

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

Como se observa no **Quadro 3**, o Brasil possui atualmente um total de 69 universidades federais (UFs) situadas nos 26 Estados e no Distrito Federal. Assim, o sistema de ensino superior público federal está estruturado em todo o território nacional. Desse montante, o Nordeste possui o maior número de UFs do país, sendo 20 no total (28,9%), uma a mais do que o Sudeste, que contém 19 UFs (27,5%), seguido pelas 11 UFs do Norte (15,9%), 11 UFs também do Sul (15,9%) e 8 UFs do Centro-Oeste (11,6%).

Considerando-se o ano de fundação dessas UFs, observa-se ainda que a montagem do sistema federal de ensino superior está umbilicalmente ligada às conjunturas políticas em que sopesaram os efeitos do autoritarismo. O projeto de federalização da educação superior e a adoção do formato institucional das universidades federais nascem com a “Era Vargas”, com duas instituições de ensino fundadas neste formato (UFRGS e UFRRJ) e quatro universidades livres privadas passando à administração pública federal (UFAM, UFPR, UFRJ e UFMG).

Há uma expansão do sistema federal de ensino superior no período pós-Segunda Guerra com a fundação de dezenove UFs nas cinco regiões do país, cuja consolidação começa a se estabelecer de modo irrevogável a partir de nova centralização política autoritária com a instauração da ditadura militar (1964-1985), período em que outras quatorze universidades federais foram fundadas em todo o território nacional, concentrando-se nas capitais dos principais estados de cada região.

Vale dizer que tanto o nascimento quanto a consolidação do *dominium* universitário brasileiro foram sintomaticamente afetados por configurações históricas específicas marcadas por ingerências políticas sobre as esferas da cultura, da educação e da ciência brasileiras, principalmente pela Igreja Católica e, sobretudo, pelo Estado



autoritário que não apenas impôs suas regras de funcionamento, valores e ideologias, como também estruturou, regulou, chancelou e sobredeterminou a atividade intelectual acadêmico-científica em todo o país.

Isso contribuiu sobremaneira para se colocar novamente em suspenso a questão do grau de autonomização do *dominium* universitário em contextos periféricos. Enquanto a montagem da estrutura universitária em São Paulo foi capitaneada pelo êxito do empreendimento da USP, menos sensível a tais constrictões, destacando-se em relação ao Rio de Janeiro e às demais regiões do país (MICELI, 2001), no Maranhão, a UFMA nasceu da federalização da Universidade “Católica”, sendo a única instituição federal de ensino superior do país oriunda de um empreendimento universitário confessional, realçando o grau de imbricação entre as esferas religiosa, política, cultural e educacional em dinâmicas periféricas.

Na esteira dos condicionantes históricos que afetaram o nascimento e expansão das universidades federais, as agruras do regime militar e os movimentos culturais do descerramento da década de 1960 também reverberaram sintomaticamente na política educacional nacional. O decurso dos anos 1960 apontou para um esmaecimento das conquistas então obtidas na esfera educacional por meio de reformas legislativas que impactaram decisivamente na reestruturação do ensino público, seja pela implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, ou ainda pela instituição da Reforma Universitária, de 1968, que, entre outros efeitos, impulsionou o desenvolvimento da pós-graduação e alavancou o mercado de produção de certificados escolares com a abertura e a disponibilidade de insumos creditícios para as instituições privadas de ensino superior (FÁVERO, 2006; MENDONÇA, 2000) potencializando, paradoxalmente, sua desvalorização.

Além disso, o ano de 1968 representa um ponto de inflexão no sistema educacional de nível superior de modo geral, engolfado pelas manifestações estudantis de “Maio de 68” eclodidas em Paris e reverberadas mundo afora. No Brasil, seus efeitos foram sentidos através da aprovação da Reforma Universitária que estabeleceu mudanças substanciais na estrutura e no formato das universidades. Entre outras coisas, sacramenta-se o declínio da hegemonia do tipo de formação clássica da intelectualidade brasileira (mais humanista, contemplativa e especulativa, sem aplicação para fins

imediatos) em detrimento da criação de novos cursos de feição profissionalizante com a prevalência do ensino técnico e industrial voltado ao mercado de trabalho urbano em crescimento.

Além disso, promove-se a extinção das cátedras, a instituição do vestibular como mecanismo de seleção discente, o aumento do número de matrículas na graduação, a expansão da pós-graduação e da infra-estrutura de pesquisa, bem como a transformação dos reitores em “empreendedores” e dos campi em “cidades universitárias” (MOTTA, 2014, p. 242-268).

Vale frisar que a Reforma Universitária e, com ela, a reestruturação e ampliação das universidades e sua inserção no “sistema de educação de massas”, voltada prioritariamente para o mercado de trabalho, a reboque da atuação dos EUA como líder do bloco capitalista ocidental na disputa pela hegemonia político-econômica global contra o bloco socialista euroasiático liderado pela URSS, emergiu no calor das convulsões sociais que levaram à promulgação do Ato Institucional No. 5 de 13 de dezembro de 1968 (o AI-5), revelando a face do “autoritarismo modernizador” do regime militar.

De acordo com Motta (2004, p. 242), “o impulso modernizador guardava relação umbilical com o recrudescimento do autoritarismo” à medida em que impunha uma “agenda única aos grupos que se digladiavam em torno das propostas de mudança”. Além do mais, ainda segundo o autor, “a aposta nas reformas significava, simultaneamente, uma estratégia de seduzir lideranças descontentes com os novos rumos políticos, oferecendo-se a elas, como uma espécie de compensação, aumento de investimentos na educação superior e na pesquisa”.

A alteração das bases estruturantes e orgânicas do sistema universitário brasileiro através do efeito de jurisdição exercido pelo Estado calcado num conjunto de dispositivos jurídicos de feição “autoritário modernizante” impulsionou, a um só golpe, tanto o desenvolvimento e a consolidação das universidades públicas no país no tocante ao firmamento do tripé do ensino, pesquisa e extensão, quanto reafirmou as tentativas de controle e cerceamento por parte do governo central sobre a produção científica e a atividade intelectual. A perseguição a docentes universitários e a censura a obras consideradas “subversivas” nesse período são uma demonstração explícita da

intervenção direta de forças exógenas sobre o *dominium* universitário nacional, evidenciando, uma vez mais, a problemática da autonomização administrativa e acadêmico-científica em contextos periféricos.

As tentativas do poder político em estabelecer maior controle sobre as universidades em momentos de aguda crise política espelham bem o quanto o espaço de produção do conhecimento científico no Brasil se configurou a reboque dos grupos dirigentes socialmente dominantes incrustados no aparelho de Estado, seja pelas tentativas de limitação das atividades intelectuais por meio de legislações cerceadoras, seja pelo controle e sufocamento de recursos e investimentos públicos em seu desenvolvimento.

Como bem demonstrou Bourdieu (2004, p. 32), quanto menos autônomo é um campo, mais a censura que se impõe nele se dá em termos não científicos. Não por acaso, ocupou lugar de destaque na agenda dos grupos de intelectuais envolvidos nos processos decisórios relativos à construção e consolidação das universidades públicas brasileiras a necessidade de se (re)pensar a autonomia do espaço da atividade intelectual por excelência, de forma “pura, independente e desinteressada”, conforme o pensamento liberal vigente (TEIXEIRA, 2005), com a urgência de se manter relativamente incólume às ingerências das forças do Estado, da Igreja Católica e do empresariado cultural, a fim de se obter um grau maior de profissionalização, de diversificação dos critérios de recrutamento de seus quadros dirigentes e de alcance plural aos estratos sociais menos abastados da população brasileira, que crescia exponencialmente.

Nesse sentido, lutar politicamente pela autonomia administrativa e acadêmica das universidades significou também lutar cientificamente pela autonomia da ciência. Lutas essas que ressaltam a dimensão simbólica do poder político e fortalecem a dimensão política do poder simbólico.

## CAPÍTULO 1

### TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DO ESPAÇO INTELECTUAL E RECONFIGURAÇÕES DE PODER: o nascimento do Ensino Superior no Maranhão

*Quando todos os outros Estados da República levantaram escolas superiores que o governo federal vai equiparando às oficiais, a Atenas Brasileira não pode, nem deve permanecer indiferente ao progresso intelectual do Brasil.*

Domingos de Castro Perdigão

Trecho de discurso proferido em 11 de agosto de 1927, em solenidade de recebimento do diploma de professor honorário e da inauguração do seu retrato na sala da Congregação da Faculdade de Direito do Maranhão. In: DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: Edufma, 2014, p. 41.

A reconstituição histórica da gênese do Ensino Superior no Maranhão atende ao duplo propósito de se examinar as dinâmicas políticas, culturais e sociais das quais emergiram os condicionantes de criação das pioneiras escolas superiores, bem como as estruturas estruturantes e estruturadas que sedimentaram as bases sociais de implementação das modalidades de institucionalização sobre as quais esses empreendimentos educacionais se erigiram, se desenvolveram e se modificaram, infundindo-se, por seu turno, transformações pungentes nos critérios de recrutamento e seleção de seus quadros dirigentes, impactando tanto em sua composição morfológica quanto na variação dos princípios e concepções de ensino superior, ciência e universidade justapostos ao longo do recorte temporal focalizado.

Nesse primeiro nível de análise, busca-se os fundamentos concretos do sistema de organismos, entidades, instituições, agremiações, agências de legitimação e instâncias de consagração (postos da burocracia estatal, cargos na hierarquia eclesiástica, jornais, revistas, academias literárias, institutos, escolas secundárias etc.) que estruturam o espaço social no qual se tecem e se reelaboram as relações objetivas de poder (político, cultural, simbólico).

Intenta-se, assim, situar o espaço dos possíveis de atuação das frações de elites políticas e culturais que protagonizaram e definiram, a partir de suas posições, disposições e de seus critérios de *di-visão* do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 117),

o processo de formação do ensino superior numa realidade empírica objetivada pelas dinâmicas sociais do Estado do Maranhão, situado na região Nordeste do país e na periferia da periferia da produção acadêmico-científica internacional, conforme evidenciado anteriormente.

A análise procura apreender, de modo relacional, sincrônica e diacronicamente, as transformações históricas e estruturais no plano nacional que modificaram e implicaram na criação de entidades e organismos culturais, educacionais e científicos em nível regional, a partir dos quais novas configurações de poder se estabeleceram, produzindo a ascensão de novos agentes às posições de decisão no contexto local por meio da (re)definição do peso e do valor (sempre relativos) dos capitais em disputa e surtindo efeito nos condicionantes de composição das frações de grupos dirigentes.

A descrição dos meios materiais de produção simbólica (literária, cultural, educacional, científica) disponíveis na realidade investigada permite-nos o exame das posições ocupadas por esses agentes e de suas tomadas de posição impressas nas escolhas dos caminhos percorridos e nas concepções de ciência e de educação superior norteadoras da implementação de modalidades organizacionais e institucionais que asseguraram as condições objetivas da reprodução social de tais lógicas.

Em consonância com essa perspectiva, visamos explicitar neste capítulo as variações históricas e o grau de avanços e recuos no estágio de desenvolvimento do espaço intelectual maranhense operado no intervalo temporal proposto. Parte-se da atuação destacada de um grupo de intelectuais autodenominados e consagrados pela historiografia regional como “Novos Atenienses” (LOBO, 2008; MARTINS, 2006; BORRALHO, 2011; CORRÊA, 2017) que, dentre outros feitos no âmbito cultural e educacional, criaram a Academia Maranhense de Letras (AML), as Faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), além de uma plêiade de periódicos, sobretudo jornais e revistas culturais específicas, responsáveis pela produção, difusão e circulação da “cultura letrada” local, contribuindo sobremaneira para a divulgação de um propalado “renascimento cultural” maranhense durante a Primeira República brasileira.

Em seguida, examina-se o impacto da Interventoria Federal de Paulo Ramos durante o Estado Novo no sistema de ensino local, culminando com o fechamento das

duas únicas escolas superiores então existentes e sua posterior reabertura sob o guarda-chuva institucional da fundação privada do interventor.

Assim, chega-se aos investimentos efetuados pela Arquidiocese de São Luís na fundação de faculdades livres, embrião do que viria a ser a Universidade (Católica) do Maranhão em fins de 1950, finalizando-se o recorte temporal em 1970, ano em que se constituiu o último ato da Igreja Católica no comando do ensino superior no estado com a posse do cônego José de Ribamar Carvalho no cargo de reitor da Universidade Federal do Maranhão, nele permanecendo de 1968 a 1972.

Paralelamente, surgem neste momento as primeiras faculdades livres e isoladas, de natureza pública, por iniciativa do governo estadual, cujo polo integrador – a Federação das Escolas Superiores do Estado do Maranhão (FESMA), formada em 1972 – daria origem à atual Universidade Estadual do Maranhão no início da década de 1980, reconfigurando a correlação de forças atuantes no *dominium* universitário maranhense.

Não por acaso, tanto a federalização da UFMA quanto a criação das primeiras faculdades públicas estaduais foram forjadas durante o Governo Sarney (1966-1970), representante político no Maranhão da ditadura militar instaurada com o Golpe de 64. Essa mudança abrupta no cenário político-econômico nacional provocou efeitos imediatos nos âmbitos cultural e educacional, impactando profunda e decisivamente na montagem estrutural e institucional do sistema de ensino superior federal e reverberando na feitura dos modelos universitários públicos estaduais em todo o país.

\*\*\*

A partir da Primeira República até o descerramento da década de 1960, o Maranhão experimentou um exponencial crescimento demográfico, identificado na expansão da máquina estatal, no desenvolvimento das redes pública e privada de ensino, no aumento do nível de urbanização, na instalação de empresas e do parque industrial em São Luís, na dinamização da atividade econômica e na revitalização da produção intelectual local chancelada através de novos padrões de qualidade suscitados com o surgimento e desenvolvimento do ensino superior.

Ao mesmo tempo, houve uma intensificação dos conflitos no campo devido à atuação de grileiros e latifundiários, apoiados pelas oligarquias rurais que ainda exerciam controle sobre as atividades cartoriais no estado, resultando na expropriação de centenas de famílias de trabalhadores rurais de suas terras e num acentuado movimento migratório das populações camponesas para as grandes cidades maranhenses.

Esse novo *status quo* social local colocou em xeque o domínio político e cultural das oligarquias rurais e das “famílias tradicionais” que assenhoreavam a posse e o acesso aos cargos da burocracia estatal e eclesiástica, às agremiações e entidades culturais privadas e controlavam as chances de ascensão e prestígio às profissões liberais e aos postos de destaque na imprensa oficial.

Com isso, a educação escolar formal e a possibilidade de realização dos estudos de nível superior tornaram-se trunfos cada vez mais valorizados como forma de ascensão legítima às posições elevadas disponíveis, sobretudo com a expansão e burocratização do funcionalismo estatal e da malha administrativa da Igreja Católica, face à consolidação da “estadualização” da romanização a partir da transformação das capitais estaduais em distritos diocesanos, “para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos” (MICELI, 2009, p. 26).

Tal valorização do grau de instrução é identificada pela historiografia local, por exemplo, no uso recorrente do binômio “opulência-decadência” pelas gerações de intelectuais que se seguiram à “Idade de Ouro” da economia e da literatura maranhenses de meados do século XIX (ALMEIDA, 2008, p. 66-73). Cada uma dessas gerações, a seu modo, tratou de elaborar e reproduzir através da evocação recorrente do epíteto da “Atenas Brasileira” uma representação particular de si e de seus privilégios de classe, especialmente de seu nível cultural elevado (CORRÊA, 2017, p. 139), que evidenciava, comparativamente, num *eternum continuum innovatis*, o esplendor cultural e literário dos panteões da “Primeira Geração” de intelectuais (tais como Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis e Sousândrade) a partir do regozijo de seus feitos no âmbito da produção simbólica, face a uma realidade econômica de instabilidade no sistema agroexportador.

Compreendido como um universo social que encapsulasse a todos os maranhenses imersos numa sociedade flagrantemente aristocrática, hierarquizada sobretudo entre a liberdade do trabalho intelectual dos herdeiros da “nobreza rural” e os grillhões da escravidão da mão-de-obra africana movida pelos açoites, o epíteto da “Atenas Brasileira” é evocado por esses intelectuais à medida em que identificaram e interpretaram as oscilações no sistema agroexportador como sinônimo da “decadência” material e cultural do Maranhão, como veremos mais adiante.

Com efeito, a formulação de “identidades regionais” forjadas a partir da produção de bens simbólicos sobre a história e a cultura do Maranhão, bem como a elaboração de exames e interpretações “objetivas” sobre a costura e as fissuras do tecido social maranhense, passíveis de atingir uma culta e restrita audiência seja por meio da publicação de livros ou da veiculação de artigos em jornais<sup>35</sup>, face ao crescente porém insuficiente mercado de leitores surgido com a expansão da rede escolar, se constituíam como uma das principais estratégias de afirmação intelectual e de demarcação de tomadas de posição política e cultural das frações cultas de elite. Tal é o alicerce social sobre o qual emergem e se legitimam as primeiras escolas de nível superior no estado.

O intervalo temporal do estudo, recortado de 1918 a 1970, não se estabeleceu, portanto, de modo arbitrário. Pelo contrário, deriva da própria atividade de pesquisa feita em acervos, muitas vezes, de acesso restrito, seja pelas relações sociais específicas estabelecidas ao longo da investigação, necessárias para transpor os obstáculos que impediam a consulta pública às burocracias oficiais produzidas pelo Estado e pela Igreja, especialmente diante das condições fortuitas de reformas prediais das instituições que acondicionam os arquivos, fator preponderante durante todo o período de realização das visitas, seja ainda pela escassez de fontes primárias, esparsas e dispersas, e, por isso mesmo, constituindo-se as mobilizadas aqui em verdadeiros “achados” da pesquisa.

Decerto a delimitação do ponto de partida e de chegada deste estudo está irremediavelmente vinculada ao processo de garimpo das fontes. Isto implica, antes de mais nada, lançar luzes sobre a sua natureza, isto é, sobre o terreno social em que foram consultadas, coletadas e adquiridas, o quê e como informam e silenciam, ao mesmo

---

35 Em estudo anterior (MELO, 2013), essa dimensão analítica foi evidenciada no tocante à atuação de sacerdotes dedicados à atividade da escrita, sobretudo de livros, em consonância com o exercício de suas funções evangelizadoras.



tempo em que se coloca o acento sobre a definição dos contornos da análise, apontando-se para suas possibilidades e demarcando-se seus limites.

### 1.1 Percursos e obstáculos no mapeamento e coleta das fontes

Tomando como ponto de partida o pioneiro trabalho dos historiadores Regina Faria e Antonio Montenegro, intitulado **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias** (2015), uma volumosa pesquisa de história oral registrando mais de 600 páginas de entrevistas com 14 agentes que atuaram como professores da primeira universidade do estado, tendo três deles ocupado o cargo de reitor, pude mapear os primeiros trabalhos realizados sobre o tema e outras possíveis fontes de consulta com seus respectivos locais de acondicionamento.

O livro **Memória de professores**, publicado um ano antes dos preparativos para a celebração, na ocasião, dos quarenta anos da Universidade Federal do Maranhão, foi erigido em formato de narrativa baseada em perguntas e respostas obtidas primeiramente de forma escrita e, depois, gravadas e lapidadas até o seu resultado final. Idealizado como “livro-documento”, onde “cada entrevistado, ao transformar seu passado vivido em narrativa produz, a partir do presente, um mosaico de experiências”, cujos relatos selecionam e projetam uma “lógica nos fragmentos dispersos no tempo contínuo da memória”, este valioso trabalho de história oral oferece assim uma “pluralidade de visões, sonhos, vitórias, derrotas, que desvelam outras tramas históricas” (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 26).

Desse modo, o livro informa, ainda que em tom saudosista, personalista e autoelogioso, o registro mnemônico de 14 docentes aposentados que protagonizaram ou testemunharam como coadjuvantes o processo de formação e desenvolvimento da UFMA, entre as décadas de 1960 e 1990. Tais relatos serviram de base para o delineamento da reconstituição de trajetórias e itinerários envolvidos com a estruturação da educação superior local, bem como para o dimensionamento do peso dos vínculos sociais, políticos e organizacionais em relação ao contexto histórico e às dinâmicas sociais nas quais estes percursos foram possíveis de serem produzidos.

No livro, foram acrescentados aos relatos dos entrevistados dados e registros contidos nas pastas funcionais da Divisão de Direitos e Deveres da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFMA, complementados por informações de seus familiares sobre ano e cidade de nascimento, grau de escolarização, instituições onde estudaram, títulos obtidos, cargos públicos e empregos ocupados, possibilitando assim a formação de um conjunto de dados sociográficos que ajudaram a compor um mosaico preliminar sobre alguns quadros dirigentes da instituição universitária.

Não obstante, as informações relatadas no livro referem-se sobretudo ao período de federalização da então Universidade (Católica) do Maranhão, fundada em 1958 pela Arquidiocese de São Luís e mantida em funcionamento até 1966, que reuniu e organizou as faculdades livres existentes, tendo como núcleo integrador a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências. Mesmo contribuindo decisivamente para a estruturação, organização e desenvolvimento da pesquisa científica no Maranhão – como atestam a própria Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Medicina, cujos quadros docentes e dirigentes eram compostos amplamente por sacerdotes, o que lhe rendeu o nome não oficial de Universidade “Católica” (MEIRELES, 1994, p. 77-78) – o livro deixa muitas lacunas tanto sobre a atuação da Igreja maranhense nessa seara educacional quanto sobre as frações sociais que comandaram as escolas superiores no período retratado.

Convém frisar ainda que dentre os 14 selecionados para as entrevistas, no livro não consta nenhum membro da Igreja Católica do Maranhão, sendo apenas uma docente integrante da ordem religiosa Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Em se tratando de um livro que busca reconstituir “a história da UFMA” por meio da “memória de professores”, as narrativas nele contidas apenas resvalam na superfície do processo histórico de formação da Universidade, carecendo de informações mais substanciais sobre as primeiras faculdades livres e as faculdades confessionais, sobre seus quadros dirigentes e os docentes-sacerdotes que precederam a federalização do ensino superior no Maranhão. Essa soma de lacunas obstaculizou os esforços de reconstituição do objeto em pauta, assim como dificultou a objetivação desse espaço de atuação protagonizado por agentes estatais, profissionais liberais e membros da Igreja maranhense.

Ainda assim, o livro registra diversas vivências e experiências no nível microsossial, especialmente sobre os bastidores do poder, particularmente presente nos relatos daqueles que ocuparam cargos elevados na hierarquia burocrática das funções administrativas, possibilitando a recomposição dos fios que dão liga às teias de sociabilidade desenvolvida em torno da Universidade, ainda que tais relatos sejam concentrados no período após a federalização.

A essas narrativas, portanto, fez-se necessário adicionar o exame de outras fontes com foco na apuração de dados e registros que permitissem trazer à luz da análise sociológica as dinâmicas históricas, sociais, políticas e culturais de onde emergiram os líderes e os grupos que constituíram a ossatura e a musculatura das escolas superiores livres e das faculdades católicas, de cuja integração a UFMA se originou.

Passei, então, a visitas ao acervo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Luís, convicto de que lá encontraria e acessaria documentos da burocracia eclesiástica produzida tanto sobre as faculdades católicas quanto sobre a formação e atuação da Universidade (Católica) do Maranhão. Uma vez que a Igreja contribuiu fortemente para a estruturação do Ensino Superior no estado, era de se supor que tais contribuições, assim como a documentação que as embasaram, estivessem à disposição para consulta pública.

Ledo engano. Para minha surpresa, no acervo constavam apenas algumas edições incompletas do “Jornal do Maranhão”, veículo noticioso oficial da Igreja Católica no estado. Fundado e editado desde 1930, as edições deste jornal disponíveis para consulta, no entanto, datam apenas dos anos de 1952 a 1958, com um salto para 1961, último ano sobre o qual há edições catalogadas no acervo da Cúria Arquidiocesana, com poucas referências às escolas superiores livres.

Além das dificuldades de reconstrução e objetivação do espaço católico local, essa escassez de fontes primárias impossibilitou, ainda, o tracejo de um esboço inicial sobre as noções de cultura, educação e ciência que nortearam as ações da Igreja, bem como as justificativas por ela apresentadas para fazer valer sua presença no processo de constituição do ensino superior maranhense.

Adensando um pouco mais nas investigações, descobri que não havia nenhum documento oficial sobre a Universidade criada pela Igreja de posse da Arquidiocese, nem sobre o longo período de administração do bispo Dom José de Medeiros Delgado, em cujo bispado (1951-1963) foram fundadas as faculdades isoladas católicas, a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS) e a própria Universidade do Maranhão. Cartas, ofícios, memorandos, atas de reunião e toda gama de documentos administrativos produzidos durante a gestão de Dom Delgado, segundo informado pela Secretaria Administrativa da Cúria, haviam simplesmente “desaparecidos”, o que me deixou ainda mais intrigado sobre as circunstâncias em que tal fato ocorreu, sobre o seu paradeiro e o conteúdo dessa documentação.

Se, por um lado, é possível interpretarmos tal “desaparecimento” de documentos oficiais como um flagrante caso de descaso e de negligência de uma instituição milenar e transnacional como a Igreja Católica com sua própria memória histórica e institucional em nível local, por outro pode-se aventar que tais “lacunas” na guarda de papéis históricos eclesiásticos sejam indícios de prováveis disputas políticas intestinais veladas e mantidas arbitrariamente sob sigilo, impondo-se “silêncios” simbólicos através do “sumiço” de fontes sobre bispos e bispados específicos em contraste com a visibilidade pretendida, face à vultosa disponibilidade de registros, sobre outros agentes eclesiais<sup>36</sup>.

Tal tendência de edificação arbitrária de alguns *nomos* ilustres, dignos de visibilidade histórica em detrimento do “esquecimento” de outrem, prevalece inclusive na lógica de acondicionamento digital da própria história da UFMA. Em seu *site* oficial, numa aba específica sobre sua origem e histórico institucional, há um *link* reservado exclusivamente à “Palavra do Reitor”, espaço destinado à publicização de discursos e artigos dos reitores da Universidade, desde a sua fundação até os dias correntes.

---

36 Alguns trabalhos acadêmicos recentes sobre frações sociais da Igreja maranhense, com temáticas e recortes temporais distintos ao do presente estudo, foram realizados com a disponibilidade de alguns dados e informações sobre bispos e bispados específicos compulsados no acervo documental da Cúria Metropolitana de São Luís, especialmente sobre o Livro de Registros onde constam, entre outros, dados sobre a origem, formação e itinerário de membros da cúpula episcopal, ver principalmente Neris (2014). Vale frisar, no entanto, que conflitos de interesses e acordos não-cumpridos durante a realização dessas pesquisas foram utilizados como justificativa para o bloqueio do acesso de novos pesquisadores ao referido Livro de Registros e a outros documentos eclesiais, como no presente caso. Evidencia-se, assim, o grau de sensibilidade e de (des)confiança das relações tecidas nestes espaços de guarda de memória eclesiástica oficial, não abertos livremente ao público, passíveis de serem rompidas com a menor das brisas, e a capacidade tacitamente exigida do pesquisador de saber administrar e ampliar esse capital de socializações extremamente raro em favor da realização de novos estudos.

Todavia, além desse espaço conter apenas textos do reitor em exercício versando sobre diversos assuntos, o nome do único membro da Igreja a assumir a direção da Universidade após a federalização, cônego José de Ribamar Carvalho simplesmente não figura na lista dos reitores da UFMA<sup>37</sup>.

Com efeito, o estado das fontes disponíveis sobre a presença da Igreja e de seus dirigentes na história e na memória da Universidade Federal do Maranhão é produtora e reprodutora de uma contrastante edificação de “louvores” e “silêncios”. Enquanto ao bispo Dom José de Medeiros Delgado foi conferido o batismo de renomeação do campus sede da UFMA para “Cidade Universitária Dom Delgado”, com a concessão *in memoriam* do título honorífico de *doutor honoris causa* ao religioso, acrescido do resgate de sua trajetória e atuação no ensino superior maranhense através da produção de uma coletânea de textos publicados originariamente no principal veículo noticioso do estado, o jornal *O Estado do Maranhão*, escritos pelo mesmo reitor responsável por essas homenagens, ao cônego José de Ribamar Carvalho – que foi diretor da Faculdade Livre de Filosofia (1957-1959), reitor da Universidade “Católica” (1961-1966), vice-reitor pedagógico (1966-1968) e reitor da UFMA (1968-1972) – é-lhe sumariamente negado o direito de, ao menos, constar na lista dos reitores da Universidade em seu endereço eletrônico institucional oficial.

Michael Pollak (1989), em artigo intitulado **Memória, esquecimento, silêncio**, analisa que a disputa pela memória oficial, longe de produzir uma hegemonia pretendida pelas forças dominantes contra os dominados, acaba por gerar nas frações dirigentes a necessidade de “associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto)crítica do passado” (p. 5). Para o autor, à luz do exame das memórias das vítimas do stalinismo e do nazismo, afetadas pelo processo de desestalinização da antiga União

---

37 Na sessão “Palavra do Reitor” [https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/palavra\\_reitor.jsf](https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/palavra_reitor.jsf), consta uma coletânea de artigos de autoria de Natalino Salgado Filho sobre o bispado e a figura de Dom Delgado, escritos como tributo do reitor ao “fundador” da primeira Universidade maranhense, que serviu de fonte e de referência para o acesso a outras fontes secundárias sobre a história da UFMA. Vale ressaltar, no entanto, que durante a realização da pesquisa, constavam no site registros e textos sobre as administrações anteriores, o que não se visualiza mais após a mudança da reitoria ocorrida em 2019. Além disso, o único nome que não consta na lista dos reitores é o do cônego Ribamar Carvalho (1968-1972), saltando-se do primeiro reitor Pedro Neiva de Santana (1967-1968) para o terceiro, Manoel Soares Estrela (1973-1975). Por se tratar do endereço eletrônico oficial da instituição, ele é atualizado constantemente pela equipe de assessores da reitoria de plantão, o que evidencia que a mudança política de gestão universitária implica também uma mudança na percepção política sobre a preservação da história da universidade, especialmente sobre o quê e quem deve ou não ser lembrado, caracterizando assim o baixo grau de institucionalização obtido pela organização universitária federal.

Soviética e da libertação dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, essa necessidade dos dominantes em reescrever a história e produzir a sua memória dos fatos históricos opera-se a partir da oposição a um “passado traumático” que se quer esquecer, estabelecendo-se uma nova versão da memória oficial que beneficie os dominantes de plantão, controladores das instituições culturais responsáveis por sua produção e reprodução, em detrimento das “memórias subterrâneas” dos dominados, reservadas ao recôndito dos círculos íntimos dos amigos e familiares e mal guardadas pelo *modus vivendi* da oralidade.

Os efeitos simbólicos oriundos de uma “mudança política” que leva à produção de uma memória oficial pretensamente hegemônica, ancorada numa “revisão autocrítica do passado” que se quer reescrever e, assim, silenciá-lo, parecem encontrar solo fértil em território maranhense. Em verdade, resguardadas as devidas proporções dos fatos históricos que englobam as narrativas memorialísticas examinadas por Pollak, e evidenciando-se sobremaneira a pertinência de suas observações, a monopolização da produção mnemônica de dados e registros sobre um agente e uma gestão específicos, acondicionados num espaço oficial de uma universidade federal que invisibiliza e silencia seus dirigentes anteriores, se constitui como um termômetro das lutas políticas e simbólicas em torno da (re)construção crítica de um passado desditoso, avaliado de tal modo pelo grupo que chega ao poder para, a partir disso, elaborar as teias argumentativas que conduzirão à preservação da história e da memória “gloriosa” benéfica aos dominantes.

Nestes termos, a verificação do grau de preservação das fontes que contam essas histórias – da existência de múltiplas e contraditórias versões, de diversificados autores e personagens e suas lutas intestinas – e das instituições culturais, educacionais e científicas que as guardam, serve como indicador para se avaliar o nível das disputas em torno dos princípios de legitimação de uma memória que se pretende “oficial”. Em contextos periféricos como o do Maranhão, no qual as fontes que formam e informam a memória oficial são construídas à base da edificação de louvores públicos em detrimento de silêncios arbitrários, aspectos tão flagrantemente sintomáticos, os *dominiuns* de atuação especializados ainda carecem de desenvolvimento com maior grau de institucionalização e impessoalidade.

Seja como for, em que pesem os empecilhos surgidos no decorrer da investigação, tais dificuldades possibilitaram o deslocamento das lentes de pesquisa para uma variedade mais ampla de consulta a acervos e fontes. Após as frustradas tentativas de acesso a documentos oficiais sobre o bispado de Dom Delgado junto à Arquidiocese de São Luís, passou-se à realização de uma série de visitas às principais instituições responsáveis pela preservação da memória histórica do Maranhão, especialmente aos acervos da Biblioteca Pública Benedito Leite, do Arquivo Público do Maranhão, da Casa de Cultura Josué Montello, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras, esta umbilicalmente ligada ao processo de formação tanto da Universidade “Católica” quanto da UFMA.

Todavia, a escassez de fontes documentais de cunho sociográfico – como correspondências, memórias, biografias, atas de reunião etc. – sobre a origem do ensino superior maranhense prevalecia como imperativo obstacular da pesquisa, preponderando nesses locais de preservação da história “oficial” acervos de jornais como o principal tipo de fonte primária disponível sobre o assunto.

Tal fato dimensiona a relevância e recorrência com que as elites letradas locais investiam na produção escrita em jornais, sobretudo de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, como principal agência de acumulação de capital simbólico, *locus* de expressão dos posicionamentos políticos e de estratégia de afirmação intelectual (MICELI, 2012, p. 55), produzindo representações e interpretações sobre o Maranhão a partir de seu modo de vida, seus “gostos” culturais e sua *di-visão* sobre o mundo social, angariando assim visibilidade e notoriedade públicas através de tomadas de posição num espaço socialmente legitimado e com ampla repercussão junto às demais frações sociais dominantes.

Baseados empiricamente nesse rico e volumoso acervo jornalístico e no conjunto de legislações disponíveis sobre o ensino superior contidos nas instituições de guarda da memória histórica do Maranhão, especialmente da Biblioteca Pública, foram produzidos nas últimas décadas alguns trabalhos de cunho historiográfico sobre a formação das escolas superiores no Maranhão. Com algumas edições já esgotadas e outras publicadas e/ou relançadas no bojo das comemorações pelos aniversários de fundação da UFMA, estas obras foram aqui mobilizadas com um duplo propósito: primeiro, evitar o

enveredamento por uma investigação qualitativa de análise de discurso em jornais, o que extrapolaria os limites impostos pelos objetivos deste estudo e, segundo, garantir uma economia da pesquisa através do exame de dados e registros de um material já mapeado, lapidado, organizado e publicado sobre o universo temático tratado.

Diante das escassas e fragmentárias fontes primárias disponíveis, o uso dessas obras comemorativas como fontes de pesquisa, que trazem em seus anexos arquivos documentais raros e difíceis de serem localizados e acessados, adquiriu um peso maior em sua relevância para este estudo.

Dentre essas obras, além do já citado **Memória de professores** (2005), destaca-se o notável livro de Mário Meireles, intitulado **Dez Estudos Históricos: Documentos Maranhenses** (1994), primeira e única edição, obra rara e já esgotada. Nela, o autor narra, através de detalhadas monografias escritas em diferentes momentos e reunidas pelo critério temático, os processos históricos que desembocaram no nascimento das universidades do estado, com foco mais incisivo sobre a fundação da UFMA, passando pela formação da UEMA e finalizando com o surgimento do estabelecimento privado do UniCEUMA. São ilustrativos os capítulos sobre *O Ensino Superior no Maranhão: esboço histórico* (Cap. 3), *Apontamentos para a História da Farmácia no Maranhão* (Cap. 6) e *Apontamentos para a História da Medicina no Maranhão* (Cap. 7).

Todos esses textos foram escritos com uma abordagem da História no sentido de *magistra vitae*, isto é, visão do mundo antigo – identificada por Cícero em seu livro **Da Oratoria** e que prevaleceu até o desenvolvimento da noção moderna de ciência no final do século XIX – que concebia a história, a partir da moral e da virtude, como “mestra da vida”, cuja função seria a de preservar os grandes feitos do passado realizados por grandes personagens para ensinar, através da exemplaridade, as gerações do presente e inspirar o agir moral das gerações vindouras.

Tal característica perpassa toda a produção historiográfica de Mário Meireles associada a elementos argumentativos de “decadência, moralidade e ordem” (SILVA, 2008, p. 111), na qual ele traça, especificamente sobre o surgimento e institucionalização do ensino superior no Maranhão, uma linha evolutiva da história que remonta desde as origens coloniais até as décadas finais do século XX.



Outra obra fundamental em termos de material empírico catalogado é **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**, de Sálvio Dino<sup>38</sup>, lançada em 1996 e com sua segunda edição publicada em 2014, a qual utilizo neste estudo. Trata-se de um esforço valioso do autor em recompor os fios da história da primeira escola superior do estado, associando os usos da memória oral com o exame de notícias recortadas dos principais jornais à época e dos fatos registrados nos escassos documentos oficiais existentes.

Além do percurso histórico e do desenvolvimento da faculdade jurídica, Dino aborda também, através da disponibilização dos discursos proferidos em atos solenes (colação de grau, concessão de títulos honoríficos, recepção de figuras políticas ilustres etc.), a participação dos idealizadores no seu processo de fundação e estruturação, a composição dos quadros dirigentes e docentes, a presença ativa dos estudantes na vida acadêmica, a repercussão na imprensa dos eventos realizados na escola jurídica e as razões que levaram ao seu fechamento durante o Estado Novo.

Soma-se a esse processo de levantamento das fontes documentais, do material bibliográfico disponível e dos registros históricos de formação da primeira instituição de ensino superior do Maranhão, o livro-documentário intitulado **Fran Paxeco e as figuras maranhenses** (1957), de Joaquim Vieira da Luz<sup>39</sup>. Obra raríssima, de única

---

38 Sálvio Dino Jesus de Castro e Costa nasceu em 05 de junho de 1932, no município de Grajaú-MA, e se formou pela antiga Faculdade de Direito de São Luís. Advogado de profissão, destacou-se como político, exercendo dois mandatos de vereador em São Luís (1954-1958, 1958-1962), dois de deputado estadual (1963-1968, 1975-1979) e dois de prefeito da cidade de João Lisboa-MA (1989-1993, 1997-2001). Membro das academias de letras do Maranhão, de Imperatriz e de Grajaú, Sálvio Dino tem diversos trabalhos publicados, destacando-se **Raízes Históricas de Grajaú** (1974), **Nas Barrancas do Tocantins** (1981), **Onde é Pará, onde é Maranhão?** (1990). É pai de três filhos, todos com formação jurídica, frutos do seu casamento com Rita Maria: o ex-juiz federal e governador do Maranhão Flávio Dino (2015-2018, 2019-), o sub-Procurador Geral da República Nicolao Dino e o advogado Sálvio Dino Júnior.

39 Filho de comerciantes, nascido em 17 de dezembro de 1893, no município de São José dos Matões-MA, atual Parnarama, Joaquim Vieira da Luz realizou seus estudos primários numa escola particular em Caxias, onde seu pai desempenhava atividades econômicas, e o ensino secundário, em São Luís. Na capital maranhense, ingressou no grupo literário “Legião dos Atenienses”, que mantinha o jornal *O Ateniense*. Da atividade comercial ingressou na vida pública ocupando diversos cargos políticos de confiança no período do Estado Novo no Maranhão, chegando a se tornar amigo e secretário particular do interventor Paulo Ramos, exercendo antes disso o cargo de diretor da Imprensa Oficial do Estado. Integrante da elite letrada autodidata, em 1948 tornou-se sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras. Manteve-se até 1951 no cargo vitalício de escrivão da Fazenda Federal para o qual havia sido nomeado por Paulo Ramos, em 1937, deixando o Maranhão para fixar residência na capital federal, o Rio de Janeiro. Aí, ocupou o posto de diretor das Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, pelo qual publicou **Dunshee de Abranches e outras figuras** (1954) e a presente obra sobre Fran Paxeco.

edição, adquirida num sebo de São Luís em uma das inúmeras andanças do pesquisador nestes espaços de compra, troca e venda de livros usados e antigos, o autor traça um perfil biográfico de um dos principais personagens históricos que muito contribuiu para o “renascimento” da vida cultural maranhense, o cônsul de Portugal Manoel Francisco Paxeco (mais conhecido apenas como “Fran Paxeco”), bem como elenca, apresentando alguns registros sociográficos, as demais ilustres “figuras maranhenses” com as quais Paxeco se relacionou de modo colaborativo.

Além da Faculdade de Direito, Paxeco contribuiu decisivamente, junto com outros colaboradores, no processo de fundação da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Faculdade de Farmácia e Odontologia e de várias agremiações literárias, como as extintas Oficina dos Novos, Sociedade Literária “Barão do Rio Branco” e Legião dos Atenienses.

Autodidata, Paxeco recebeu o título de “professor *honoris causa*” da Faculdade de Direito do Maranhão, pelo qual tornou-se professor honorário da instituição, além de constar como “membro fundador” e/ou “sócio-efetivo” de diversas academias de letras e institutos históricos do eixo Norte-Nordeste, sobretudo nos estados do Pará, Amazonas, Piauí, Bahia e Pernambuco.

Recheado de documentos oficiais do período em que ocupou os cargos de subsecretário geral da Associação Comercial do Maranhão (1902-1911) e de Cônsul de Portugal no Maranhão (1911-1923), além de correspondências, fotos de família, ilustrações, matérias de jornais, entrevistas de familiares, depoimentos de amigos, discursos solenes, textos autorais como crônicas, poemas, artigos de jornais etc., o livro ajuda também a compor os fios de compreensão da influência dos portugueses, através de suas relações com as elites políticas, econômicas e culturais maranhenses, no tocante ao surgimento das agremiações e dos empreendimentos literários e educacionais durante a Primeira República no Maranhão, trabalho tal que por si só renderia outra tese.

Por fim, saindo do âmbito jurídico e adentrando na esfera da saúde, dispomo-nos do livro **Faculdade de Medicina do Maranhão: uma história de 59 anos** (2016), de Natalino Salgado Filho<sup>40</sup>. Médico e reitor da UFMA, Natalino mobiliza uma gama

---

40 Eleito pela comunidade acadêmica e chancelado pela Presidência da República para dirigir a Universidade por dois mandatos consecutivos (2007-2011 e 2011-2015), Natalino foi eleito novamente para o quadriênio 2019-2022, após ter contribuído decisivamente para a eleição de sua sucessora, Nair

diversificada de preciosas fontes documentais (recortes de jornais, atas de reunião, discursos de solenidades, legislações, fotos, ilustrações), disponibilizadas nos anexos da obra, para armar uma narrativa esclarecedora sobre episódios e momentos decisivos dos esforços coletivos pela implantação, funcionamento e consolidação do ensino da medicina no Maranhão.

Partindo dos primeiros personagens que pleitearam e chegaram mesmo a fundar uma escola médica superior, sem ultrapassar no entanto a tinta da pena, tornando-a letra morta, o autor apresenta os diferentes agentes que encamparam as lutas pela criação efetiva da Faculdade de Medicina, fundada em 1957 pela Arquidiocese de São Luís e mantida em funcionamento até sua integração à UFMA por um conjunto de ações lideradas pelo então arcebispo Dom José de Medeiros Delgado.

Todo esse material biobibliográfico se apresentou como significativo ponto de depuração das informações contidas nos acervos jornalísticos supramencionados, ao mesmo tempo em que rendeu uma louvável economia de investigação empírica, pois contêm anexos que trazem matérias jornalísticas na íntegra sobre as escolas superiores, discursos de posse também integrais das personagens públicas de maior contributo ao ensino superior maranhense, além de um rico material documental catalogado, organizado e publicizado pelos próprios autores, devido ao seu envolvimento direto no processo de formação da Universidade (caso de Mário Meireles) e à sua relação com a instituição universitária (gestores e/ou docentes) e com os grupos de intelectuais e seus familiares que guardam em acervos particulares uma parcela desses documentos originais, constituindo-se assim, a um só tempo, num *corpus* documental tanto de matriz primária quanto secundária.

Ademais, apesar da carência de fontes e de dados oficiais, através das visitas às instituições culturais e de preservação da história do Maranhão pude estabelecer contatos com alguns “informantes privilegiados”, especialmente da Academia

---

Portela Silva Coutinho (2015-2019). Professor titular do Curso de Medicina da UFMA, membro da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Ciências, além do pertencimento a outras agremiações de nível nacional e internacional, como a Academia Nacional de Medicina e a International Society of Nephrology, Natalino presidiu ainda entidades de representação de classe e exerceu a Direção Geral do Hospital Universitário – HUUFMA (1998-2007 e 2015-2018). Ao final de seu terceiro mandato à frente da Universidade, Natalino Salgado Filho terá se tornado o reitor mais longo e influente da história da UFMA, superando os nove anos consecutivos da reitoria de José Maria Cabral Marques (1979-1988).

Maranhense de Letras e da própria UFMA, por meio dos quais tomei conhecimento da ocorrência de um incêndio no início da década de 1990, no Palácio Cristo Rei, primeira sede administrativa da reitoria, local que abrigava praticamente toda a documentação oficial existente sobre a origem da Universidade.

Boa parte da história da UFMA havia sido literalmente consumida pelo fogo, fato este que explica, em alguma medida, a ausência de dados e registros catalogados e organizados de forma mais sistemática nos demais acervos consultados, bem como o teor e os objetivos das publicações comemorativas pelos aniversários de fundação da Universidade, num valoroso esforço coletivo de, minimamente, recompor um catálogo diversificado de fontes que inspirem a produção de outros trabalhos acadêmicos e outros enredos históricos sobre a UFMA.

Deste modo, no trânsito entre as instituições de guarda da memória oficial e os contatos com “informantes privilegiados”, encontrei na amizade do reitor Natalino Salgado Filho e na sua calorosa receptividade para com a pesquisa a guinada fundamental no acesso e aquisição de fontes até então pouco exploradas, com edições esgotadas ou simplesmente inéditas, algumas de autoria do próprio Natalino. Sendo médico formado pela instituição, reitor por três mandatos e autor de livros e artigos sobre a história de personagens que marcaram a vida da Universidade, sua acolhida a este estudo se materializou na contribuição ímpar para sua consecução, seja através da doação generosa (e não desinteressada) de livros ao pesquisador, de sugestões e comentários sobre bibliografias e seus autores em aprazíveis conversas tecidas ao longo da investigação, ou ainda na facilitação da abertura de portas a acervos restritos.

Impulsionado por esse capital de socialização distintivo, constituído no “espaço dos possíveis” da própria Universidade, mediado pela condição do autor da pesquisa de ser também professor efetivo da UFMA, com alguma circulação entre os pares dirigentes, pude finalmente localizar e consultar o meu “fio de Ariadne”, o “Memorial Cristo Rei”. O acervo consiste numa coletânea de documentos oficiais levantados e doados por instituições e pessoas ligadas à Universidade, acondicionado nos arquivos do Palácio Cristo Rei, fechado para visitação pública durante todo o período de realização da pesquisa<sup>41</sup>.

---

41 Após alguns meses de contatos, conversas e reuniões com uma rede de pessoas responsáveis pela administração do Palácio Cristo Rei e pelos arquivos nele contidos, ao fim das quais me foi permitido o

O “Memorial Cristo Rei” foi um projeto desenvolvido em 1993, durante a gestão do reitor Aldy Mello de Araújo (1992-1996), elaborado por uma Comissão composta de seis pesquisadores com o objetivo específico de recompor o acervo documental da história da UFMA destruído pelo fogo.

No Memorial, constam documentos oficiais e cópias de arquivos que foram salvos do incêndio, desde a criação das primeiras faculdades isoladas, como registros sobre diretores e professores, discriminação das disciplinas ofertadas nos cursos, planilhas de custos, organogramas, mapas dos terrenos e das propriedades doadas para a instalação da Universidade, processos seletivos de docentes, efetivos de alunos matriculados e inúmeros recortes de jornais.

Além disso, encontra-se ainda no acervo do “Memorial Cristo Rei” uma volumosa documentação burocrática da gestão do bispo Dom Delgado à frente da Universidade (Católica) do Maranhão, como cartas, ofícios, memorandos, atas de reunião, enfim toda a gama de documentos que haviam “desaparecidos” da Cúria Arquidiocesana, até os primeiros estatutos e legislações que informam sobre as bases jurídicas de fundação e organização institucional da Universidade Federal.

## 1.2 Questões de método

De posse desse conjunto de documentos somado às demais fontes coletadas (entrevistas, artigos de jornais, *sites* das instituições na internet, trabalhos acadêmicos, livros comemorativos e outros materiais bibliográficos), passou-se à etapa de catalogação dos agentes que atuaram no processo de montagem do Ensino Superior do Maranhão, das primeiras escolas superiores ao surgimento da UFMA. À medida em que estes materiais informavam ou indicavam nomes como “pais fundadores”, diretores, vice-diretores, membros de conselhos administrativos das faculdades livres, reitores e

---

acesso às fontes oficiais que contam a história e o desenvolvimento da UFMA, a pesquisa pôde finalmente ser completada. Durante todo o período de consulta às fontes, o prédio encontrava-se fechado à visitação pública devido às obras de recuperação e requalificação de sua estrutura, financiadas com recursos do governo federal disponibilizados através do projeto “PAC Cidades Históricas”, sob supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional - IPHAN, que incluía a higienização, recuperação e digitalização de todo seu acervo.

vice-reitores e presidentes e vice-presidentes das instituições educacionais, procedeu-se à composição de um banco de dados com seus respectivos registros sociográficos, ao fim do qual chegou-se ao expressivo contingente de 105 agentes.

Tal quantidade de vultos citados nas fontes parece refletir tanto a preocupação das gerações presentes com a preservação da memória histórica de seus predecessores quanto de prestar tributo àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a ascensão destes aos postos dirigentes culturais, educacionais e científicos disponíveis.

Diante da inviabilidade de se trabalhar minuciosamente com tamanho efetivo contingencial, operou-se um recorte na população investigada observando-se o marco temporal da pesquisa. O critério estabelecido, definido a partir de um “questionário biográfico” cujas variáveis serviram para “descrever sua dinâmica social, privada ou pública, cultural, ideológica ou política” (CHARLE, 2018, p. 127), restringiu a amostra àqueles apontados pelas fontes como diretores das escolas superiores, reitores e vice-reitores da Universidade “Católica” e da Universidade Federal, aos quais foram acrescentados os diretores das primeiras faculdades públicas isoladas fundadas pelo governo estadual, cujos nomes também aparecem nas fontes consultadas.

Assim, chegou-se ao total de 30 agentes que integraram a elite dirigente do ensino superior maranhense. Destes, foram encontrados e catalogados dados sociográficos de apenas 20 agentes, com prevalência de informações sobre o efetivo masculino em detrimento da escassez de registros sobre o público feminino.

A qualidade e a diversificação do material empírico compulsado possibilitaram a realização de uma morfologia social dessa fração culta da elite dirigente local, através da intersecção entre o método sócio-histórico e o método prosopográfico. O primeiro possibilitou a realização de uma genealogia estrutural do estado do espaço intelectual, isto é, de sua história e das estruturas já existentes, “mas também da dinâmica em curso, produzida pelas lutas simbólicas entre os ocupantes das diversas posições do campo num dado momento, que permitem confirmá-lo ou contestá-lo” (CHARLE, 2018, p. 89). Já o segundo método evidencia as características comuns de um grupo de agentes através do estudo coletivo de seus itinerários, que

funciona melhor quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, em um período limitado a 100 anos, quando

os dados são obtidos de uma grande variedade de fontes que complementam e enriquecem umas às outras e quando a pesquisa é dirigida para solucionar um problema específico (STONE, 2011, p. 137).

A combinação desses dois modelos metodológicos trouxe ganhos expressivos para a pesquisa, possibilitando o exame dos registros sociográficos disponíveis sobre origem familiar, cidade de nascimento, percurso escolar, formação acadêmica, itinerário ocupacional, deslocamentos nacionais e internacionais, postos e cargos de poder, em correspondência analítica às transformações históricas, sociais e estruturais por que passou o Maranhão, da Primeira República à Ditadura Militar.

Desse modo, foi possível examinarmos as transformações e/ou manutenções nos critérios de recrutamento dos grupos dirigentes do ensino superior local através da explicitação em conjunto das propriedades sociais e dos recursos culturais expressos nos registros disponíveis, analisando-se a variação, na longa duração, do peso relativo de suas posições sociais, dos capitais adquiridos, das agências de consagração e dos trunfos individuais acionados e valorizados nas dinâmicas específicas.

A leitura crítica das fontes revelou não só a natureza social dos grupos dirigentes e os caminhos percorridos que os conduziram ao protagonismo do processo de montagem do ensino superior maranhense, mas também o terreno social em que foram produzidas e as circunstâncias em que se mantêm (in)acessíveis à consulta pública, permitindo ao leitor uma compreensão holística do *métier* do sociólogo.

Com isso, torna-se significativo evidenciar os condicionantes de composição desses quadros dirigentes, suas posições, disposições e tomadas de posição, a fim de se caracterizar e mensurar os tipos e o montante dos capitais mobilizados e valorizados ao longo do desenvolvimento, estruturação e consolidação do *dominium* universitário no Maranhão como espaço legítimo da atividade científica e intelectual por excelência.

### **1.3 Da Academia à Universidade: uma revolução simbólica**

### 1.3.1 Gênese e estrutura do espaço acadêmico-científico no Maranhão

As elites rurais maranhenses encontravam-se sob os efeitos de uma nova *débaçle* econômica do sistema agroexportador no início da Primeira República (1889-1930). Adicionado aos impactos socioeconômicos da Abolição da Escravatura e às transformações políticas ocorridas no contexto de desagregação do Império brasileiro e de deflagração do regime republicano, o colapso da economia agrária maranhense, decorrente da queda dos preços das lavouras do algodão, do açúcar e do arroz – principais produtos agrícolas comercializados ao mercado internacional – impulsionada pela forte concorrência dos produtores ingleses, significou também a perda de poder político e de prestígio social de uma parcela significativa da “aristocracia rural” maranhense (ALMEIDA, 2008; BORRALHO, 2011; CORRÊA, 2017; LEÃO, 2013; MARTINS, 2006).

Numa sociedade parcamente diferenciada em termos de divisão social do trabalho, alicerçada sob o braço e o dorso da mão-de-obra escravizada, aplicada sobretudo nas lavouras, com pouco dinamismo comercial e forte dependência dos cultivos agrícolas de exportação às conjunturas instáveis do mercado internacional, quaisquer mudanças desfavoráveis na balança comercial poderiam provocar os mais sensíveis abalos sísmicos em seu tecido social, político e cultural.

Esses novos condicionantes econômicos somados às transformações estruturais da esfera política no bojo do advento da República afetaram significativamente o *modus vivendi* dessa “aristocracia rural” que enriqueceu e se mantinha próspera às custas dos lucros auferidos com a agroexportação. Um dos principais efeitos causados pela desaceleração econômica foi a diminuição da riqueza material das famílias rurais dominantes fortemente dependentes do modelo agroexportador, cujos sintomas reverberaram na limitação dos investimentos na educação dos seus herdeiros.

Mário Meireles (2012), citando a obra **Viagem pelo Brasil**, publicada originalmente em 1828 pelos naturalistas Johan Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Phillipp Von Martius, que vieram ao Brasil, em 1817, na comitiva de D. Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, noiva de D. Pedro I e primeira imperatriz do Brasil, evidencia



que desde aquela época “é costume no Maranhão mandar educar em Portugal as jovens das famílias opulentas e os rapazes irem formar-se na Inglaterra e em França” (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 480 apud MEIRELES, 2012, p. 186-187).

Se antes os integrantes da aristocracia rural, beneficiários diretos pelo esplendor da “Idade de Ouro” da economia agrária local durante o período imperial, eram enviados à Europa para a realização dos estudos, as novas gerações de herdeiros das elites maranhenses em decadência, surgidas no início do período republicano, se depararam com um quadro educacional sofrível em termos de oferta de unidades escolares públicas e privadas (PAXECO, 1923, 608-609 apud MARTINS, 2006, p. 81-82) e com a baixa qualidade dos serviços educacionais prestados, oriundos de um “sistema de ensino deficiente, decadente e fragmentário, visível apenas na capital e em poucas cidades interioranas” (MARTINS, 2006, p. 84).

Como se despertassem, a contragosto, de um Maranhão idealizado para encontrarem-se com um Maranhão real e crível, visto que a base de sustentação econômica de seus privilégios de classe ruía fragorosamente, os herdeiros de uma parcela dessa “nobreza rural”, a meu ver, antes com os olhos reclinados para o outro lado do Atlântico almejando a obtenção de formação educacional, alvoroçaram-se ao pousar suas lentes para a terra *mâter* e constatarem a precariedade das escolas então existentes e a ausência de formação técnica e superior em solo maranhense.

Se do ponto de vista socioeconômico a *débaçle* do sistema agroexportador provocou, a um só tempo, o empobrecimento da nobreza rural maranhense e a necessidade de um maior dinamismo econômico que se desprendesse da dependência completa das lavouras, do ponto de vista político e cultural houve uma valorização acentuada das carreiras do funcionalismo público, face ao nascimento e expansão do estado burocrático republicano, bem como dos postos de atividades intelectuais.

A mudança de regime político no país significou no Maranhão o deslocamento do centro de gravidade da agricultura para as carreiras dirigentes de Estado como principal mecanismo de obtenção de capital econômico, político e simbólico. As lideranças políticas daí surgidas conseguiram estabelecer um controle do acesso aos cargos da administração pública, aos mandatos eletivos, aos postos da burocracia estatal, tanto em nível nacional quanto regional (LEAL, 2017; REIS, 2007), além de

assenhorearem-se dos meios materiais de produção e reprodução simbólica, como as tipografias, os jornais, editoras, livrarias e as sociedades literárias.

A resultante desse conjunto de condicionantes estruturais reconfigurou o nascente espaço intelectual local, valorizando a atividade dos intelectuais enquanto produtores e organizadores de bens simbólicos, tanto na escala nacional (CARVALHO, 2017; PÉCAUT, 1990) quanto no âmbito regional, demarcando o surgimento do interesse pela “formação da opinião pública” como nova arena de embates políticos (CHAMPAGNE, 1998) a partir da atuação dos escritores como “polígrafos” a reboque dos interesses dos grupos mandatários (MICELI, 2012) e da transformação dos jornais na “Ágora moderna” das disputas de opinião.

Evidentemente, essa valorização das carreiras estatais e dos meios de produção simbólica reverberou-se na aquilatação da disputa pelo acesso aos postos dirigentes disponíveis, especialmente os cargos docentes das escolas públicas secundárias mais prestigiadas (Liceu Maranhense e Escola Normal) e a direção de instituições culturais como a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial.

Por seu turno, na esfera privada, as lutas de concorrência travavam-se pelo comando das editorias dos jornais, principalmente de suas subespecialidades do jornalismo político e literário, que pululavam em fins do século XIX como principal espaço de atuação, afirmação e consagração intelectual no Brasil de um modo geral (MICELI, 2012), e no Maranhão, em particular (MARTINS, 2006; LEÃO, 2013).

Essas mudanças nas condições materiais de subsistência das camadas sociais dominantes não tardaram a se refletir na percepção dos grupos de intelectuais, herdeiros ou representantes diretos dos mandatários políticos e econômicos, que respondiam a essas alterações, através dos escritos nos jornais que controlavam e na literatura que produziam, com pesaroso temor a um futuro incerto e saudosa exaltação a um passado idealizado, glorioso (ALMEIDA, 2008; CORRÊA, 2017).

Tais preocupações com a economia maranhense por parte da nobreza rural se materializaram, simbolicamente, nas tentativas de construção de uma história e de uma memória que demarcassem o período áureo da riqueza econômica do estado em contraste com a crise da lavoura de que se ressentiam. Autores como Raimundo José de

Sousa Gaioso, Garcia de Abranches, Francisco de Paula Ribeiro, Antonio Bernardino Pereira do Lago, dentre outros intelectuais representantes desse grupo dominante “decadente”, estabeleceram os marcos temporais daquilo que se convencionou chamar de “Idade do Ouro” no Maranhão.

Para esses autores, tidos como “clássicos da economia” (BORRALHO, 2011, p. 43), e, por conseguinte, como “intérpretes” da história do Maranhão (ALMEIDA, 2008, p. 42), o ato fundante desse período de opulência é a instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1756, durante a administração do primeiro-ministro do Reino de Portugal, Sebastião José de Carvahlo e Melo, o “Marquês de Pombal”. A Companhia de Comércio teria sido a impulsionadora do desenvolvimento econômico no Maranhão, supostamente ainda em estado de “pré-história” e de “isolamento” no que concerne à atividade agrícola regional, através da concessão de financiamento para o aumento da importação da mão-de-obra escrava nas lavouras, a aquisição de instrumentação agrícola e a operacionalização das colheitas, resultando nas primeiras safras lucrativas. Almeida (*id.*, *ibid.*) é taxativo ao assinalar os desdobramentos dessa demarcação temporal arbitrária e ideológica sobre a agricultura maranhense:

Para os intérpretes, esta é a origem considerada legítima não apenas da lavoura, mas também do comércio da região. **Os vínculos com o mercado são mostrados como quebrando um suposto isolamento, que caracterizava a chamada pré-história da agricultura regional, e instaurando as bases da denominada “prosperidade”. (Grifo nosso)**

Ainda de acordo com esses “intérpretes”, estabelecidos pelas condições privilegiadas do controle das tipografias<sup>42</sup> e do acesso à publicação de livros e de artigos em jornais, a prosperidade e o crescimento econômico experimentados pelas elites rurais, cuja longevidade supostamente se estende do período pombalino até a crise da agroexportação, fizeram com que o Maranhão fosse compreendido, durante todo o período imperial, como um dos estados mais ricos do país e sua capital São Luís, a

42 A primeira tipografia do Maranhão, vinda da Europa em 31 de outubro de 1821, na esteira da promulgação da Constituição daquele ano que impulsionou o nascimento dos órgãos de imprensa no país, foi custeada pela Fazenda Nacional “com a finalidade de imprimir as publicações oficiais da província” (LEÃO, 2013, p. 349). Batizada inicialmente de *Typografia Nacional Maranhense*, esse foi o único órgão da Imprensa Oficial do Maranhão existente até 1830. A partir de sua atuação, outras tipografias particulares começaram a surgir, dentre as quais destacaram-se a *Typographia Melandiana*, *Typographia Constitucional*, *Typographia Temperança* e a *Typographia Monárquica Constitucional*. Através desta última, foi fundado e impresso o primeiro jornal diário do Maranhão, *O Progresso*, em 2 de janeiro de 1847. Para outras informações sobre este assunto, ver Leão (2013, p. 349-391).

quarta mais importante cidade brasileira, “comparada, naturalmente, com o Rio de Janeiro, capital do Império, Salvador, primeira capital do Brasil-Colônia, e Recife, a antiga capital do Brasil holandês” (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 477 apud MEIRELES, 2012, p. 185).

Essa chave de leitura da “crise da lavoura”, apreendida enquanto “ideologia da decadência” cunhada por uma parcela das frações sociais dominantes de feitiço rural, ao ser tomada como fonte de reflexão pelos “clássicos da economia” e pelos “intérpretes da história” do Maranhão, tornou-se hegemônica sob a chancela tanto do Estado quanto da Igreja, posto que reproduzida tácita e irrevogavelmente pelas gerações de intelectuais sucedâneos (LOBO, 2008; MEIRELES, 1960; PACHECO, 1969; PAXECO, 2008).

Isso contribuiu para a edificação das bases de sua imprescindibilidade para a compreensão das dinâmicas históricas, estruturais e intelectuais enredadas em âmbito regional entre o fim do período imperial e o início do regime republicano. O argumento de Almeida (2008, p. 27) é cirúrgico sobre este assunto:

Usufruído de posições relevantes na historiografia regional, **porquanto constituem-se em referências obrigatórias para o conjunto de trabalhos posteriores e integram as galerias da tradição letrada**, tais autores podem ser aproximados por terem alçado o problema da “decadência da lavoura” à condição de objeto de reflexão da produção erudita, **tornando-o um tema imprescindível na ordem do dia da vida intelectual da província. (Grifo nosso)**

Vale destacar a importância desta leitura econômica da história do Maranhão arquitetada na relação dialética “opulência-decadência”, pois ela não só foi replicada imediatamente a posteriori pelos intelectuais influenciados pelos “clássicos” e “intérpretes” consagrados, como o fizeram em seus trabalhos Francisco de Assis Leal, Jerônimo de Viveiros, Manoel Antonio Xavier, entre outros, mas também porque é a partir dela que se estabelece uma interpretação hegemônica da história literária e intelectual do Maranhão, sobre a qual foram produzidos estudos acadêmicos tanto de cunho sociológico quanto historiográfico.

Dos estudos realizados no âmbito das Ciências Sociais sobre a correlação entre os domínios da economia, da política e das esferas do saber no Maranhão, enquanto estruturas estruturantes que estruturaram a produção simbólica da atividade literária e intelectual, formuladora de produtos literários e de representações imagéticas

reivindicadas enquanto “identidades” sociais e regionais por distintos grupos que disputam o acesso e o controle às posições dominantes nestes domínios, há pelo menos três trabalhos críticos que merecem destaque.

O primeiro deles é o de Alfredo Wagner Berno de Almeida, intitulado **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. Publicado originalmente em 1983 e relançado em 2008 em sua segunda edição, a qual adoto neste trabalho, trata-se de um minucioso estudo sobre as bases sociais, políticas e culturais que enredaram os discursos dos “clássicos” e dos “intérpretes” maranhenses sobre a “crise da lavoura”.

Almeida (2008) revela a existência de um padrão explicativo que permeou todos os campos de atividade no Maranhão, desde a elaboração de políticas de governo às narrativas ficcionais literárias. Segundo o autor, essa “ideologia da decadência” foi a responsável pelo estabelecimento de uma “periodização ortodoxa” que delimitava o surgimento da economia agrária maranhense ainda no período colonial, seu esplendor em meados do século XIX e sua ruína no final do Império brasileiro, calcada na importância do modelo agroexportador para a manutenção dos privilégios das classes dominantes, reverberada nos relatórios, discursos e projetos políticos dos governantes da província imperial e na produção intelectual dos “literatos consagrados” (ALMEIDA, 2008, p. 65-73).

O segundo trabalho concerne à **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**, de José Rossini Campos do Couto Corrêa. Fruto de sua tese em sociologia, defendida em 1982 na Universidade Federal de Pernambuco e publicada pela primeira vez apenas em 1993, a edição mais recente foi lançada em 2017. De modelagem ensaística e panorâmica, o estudo de Rossini Corrêa, contemporâneo ao de Alfredo Wagner de Almeida, analisa o sentido sócio-histórico da construção da categoria “Maranhão”, oferecendo uma “explicação unitária e simultânea da situação econômica, da organização política e da convivência cultural maranhense, enquanto capítulo de relevo na [...] formação social brasileira” (p. 19).

O autor examina a história do Maranhão analisando desde as variações econômicas da agroexportação no período imperial, da “opulência” à “decadência”, a confecção da mitologia da “Atenas Brasileira”, a relação umbilical e clientelista entre os

intelectuais e os grupos políticos até o advento do “Maranhão Novo” esculpido ideologicamente pelo governo José Sarney (1966-1970) enquanto resgate das tradições literárias de um passado de glórias.

O terceiro estudo a ser destacado é **Medicina, poder e produção intelectual: uma análise sociológica da medicina no Maranhão**, de Patrícia Maria Portela Nunes. Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida em 1998 junto ao Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão e publicada em 2000 pela editora da mesma universidade. Nela, a autora examina a constituição de uma elite profissional portadora de formação acadêmica em medicina e suas relações com o campo do poder.

A partir disso, Patrícia Nunes focaliza a inserção dessa elite médica às classes dirigentes de estado, caracterizando os enlaces entre a formação médica e as estruturas de poder e analisando um conjunto de dispositivos e de ações mobilizados com vistas à operacionalização e gestão do poder político. Desta forma, ela recupera “percepções e atos que delineiam a medicina para além de uma forma simbólica, expressando práticas específicas na construção das realidades políticas” (p. 15).

Por fim, a autora examina as trajetórias exemplares de médicos que ocuparam cargos elevados na hierarquia da administração pública estatal em correspondência à sua produção intelectual, lançando um olhar atento sobre o sistema de relações sociais que atravessam o processo de reestruturação e reconfiguração do “campo intelectual” – conceito que ela adota sem a devida acuidade heurística para sua aplicação em dinâmicas periféricas – a partir do surgimento da Faculdade de Ciências Médicas, bem como sobre o uso das narrativas míticas e das representações imagéticas da “Atenas Brasileira” enquanto estratégia de afirmação intelectual.

Indubitavelmente, esses trabalhos “clássicos” de cunho sociológico influenciaram sintomaticamente a produção historiográfica dedicada ao tema da “decadência da lavoura” e da criação do mito da “Atenas Brasileira”. Todavia, a literatura compulsada revelou ainda a existência de uma outra temática que se consolidou ao longo do tempo como desdobramento das duas primeiras: a invenção dos “cânones literários” regionais e nacionais.

Seja com foco no período imperial (BORRALHO, 2010; LACROIX, 2008; LEÃO, 2013), seja ancorado nas dinâmicas históricas do início do regime republicano (BORRALHO, 2011; MARTINS, 2006; MEIRELES, 1960, 1977, 2012), a chave interpretativa predominante nestes trabalhos historiográficos incide na apreensão da literatura e dos escritos produzidos pelos grupos geracionais de intelectuais enquanto formuladores de “identidades regionais”.

Desse caldo historiográfico de forte verve literária, podemos sublinhar dois trabalhos que se diferenciaram ao destacar a formação dos “cânones literários” e dos epítetos constitutivos das múltiplas “identidades” de São Luís sobre as quais se assentam as estratégias de aquisição de capital simbólico dos novos postulantes à consagração, resultando em pesquisas de fôlego calcadas no exame detalhado de documentos raros a partir de angulações instigantes, ainda que sob uma abordagem funcionalista da literatura enquanto produtora de um arquétipo insular regionalístico.

O primeiro deles, não por ordem cronológica de publicação, mas pelo objeto de pesquisa tratar-se do pioneiro e consagrado “Grupo Maranhense” de intelectuais, é a tese de Ricardo Leão, intitulada **Os atenienses e a invenção do cânone nacional** (2013). Em mais de oitocentas páginas, Leão examina as contribuições da intelectualidade literária maranhense, intercambiante entre a “Atenas Brasileira” e a “França Antártica”, representadas por São Luís e Rio de Janeiro, respectivamente, para a elaboração da “nacionalidade brasileira” após o processo de ruptura colonial portuguesa e da emergência do Estado imperial.

O autor realiza um exame minucioso sobre o nascente setor cultural maranhense focalizando as condições e as estruturas de que dispunham esses “atenienses”, selecionados não pelo critério de nascimento ou pertencimento geográfico, mas pela “filiação intelectual”, para entender de que forma esses escritores “aderem ao momento nacionalista e também interferem no desenvolvimento do projeto de nação, de identidade cultural e literatura nacional” (LEÃO, 2013, p. 37).

Em que pesem as contribuições que fornece para a compreensão do desenvolvimento e da relevância do fenômeno literário no processo de formação do Maranhão, cuja atividade intelectual circunscrevia-se predominantemente em torno do eixo gravitacional de uma parcela dominante da aristocracia rural e de seus herdeiros

e/ou representantes letrados estabelecidos, Leão (2013) opera sua escrita historiográfica de modo a ratificar as posições privilegiadas que estes intelectuais ocupavam no cenário literário nacional, perdendo de vista tanto o desnudamento do terreno social em que foi possível sua “filiação intelectual” ao panteão literário em âmbito regional quanto sua consagração em nível nacional. Reifica, portanto, os produtos literários e as “identidades” que evocam sem apresentar uma análise acurada sobre as condições de afirmação e de consagração dos seus produtores.

Nessa mesma linha interpretativa, porém com um recorte temporal circunscrito no início do período republicano, insere-se a dissertação de Manoel de Jesus Barros Martins, intitulada **Operários da saudade: os “Novos Atenienses” e a invenção do Maranhão** (2006). O autor se propôs “analisar as representações projetadas pela elite letrada maranhense acerca dos processos de decadência material e de renovação cultural” (p. 21), apreendidas a partir da produção intelectual de um grupo específico de jovens e desconhecidos escritores, tanto em âmbito local quanto na escala nacional, autodenominados de “Novos Atenienses”.

Esse batismo autorreferente à “Idade de Ouro” da “Atenas Brasileira”, realizado pelos próprios reivindicantes a herdeiros da tradição literária e cultural que o mito greco-maranhense evoca, operou-se dentro de uma lógica que impunha a necessidade de “produzir mecanismos eficientes na tarefa a que se incumbia[m] de reinserir o Maranhão nos escaninhos do concerto identitário nacional” (MARTINS, 2006, p. 23).

Martins parece ter sido tragado pela atmosfera efervescente de “renascimento cultural” que o Maranhão experimentara no início da República e pelos feitos realizados pelos “Novos Atenienses” – talvez pelo ineditismo de sua pesquisa, já que não havia estudos focados especificamente na atuação desse grupo de intelectuais até a publicação de seu trabalho – a ponto de elaborar uma escrita acadêmica ainda mais complacente com os objetivos que almejavam, qual seja o de “restabelecer a dignidade do mito ateniense, seriamente ameaçado pela descontinuidade geracional” (*id., ibid.*, p. 57).

Tal como Leão, Martins opta por aderir às divisões de grupos estabelecidas pelos “intérpretes” da história literária com fulcro nos “clássicos da economia” maranhense sem oferecer questionamentos sobre os critérios de seleção dos membros desta nova



“geração de intelectuais renascentistas” nem sobre os condicionantes estruturais que os fizeram se consagrar nesse rol de notáveis.

Pelo contrário, o autor reproduz, de modo tácito e irrevogável, os mesmos nomes apontados por Antonio Lobo em seu **Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão** (1909), evocando a periodização ortodoxa e a classificação arbitrária de “gerações de intelectuais” talhadas no início da centúria passada. Dessa forma, o próprio autor de **Operários da saudade** se constitui num “operário da saudade”.

Todavia, convém salientar que são os integrantes desse grupo de escritores autoproclamados de “Novos Atenienses” os responsáveis pela imposição dos princípios de visão, de di-visão e de hierarquização das “gerações de intelectuais”, bem como pela invenção do cânone literário regional ombreado sobre o pertencimento dos panteões literários do “Grupo Maranhense” do romantismo brasileiro ao cânone nacional (LEÃO, 2013), associado ao seu modo e a seu tempo ao desenvolvimento material e intelectual do Estado (CORRÊA, 2017).

Além disso, os “Novos Atenienses” também são os fundadores de instituições culturais e científicas sólidas e de prestígio (como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão) e das primeiras escolas superiores do Maranhão que, tomadas em conjunto, estruturaram e reconfiguraram o espaço intelectual maranhense, impondo-lhe um novo paradigma intelectual, o do conhecimento científico.

A recorrência neste estudo ao uso de tal classificação canônica dos intelectuais maranhenses por um grupo específico de jovens que, até então, eram ilustres desconhecidos em busca de “fazer seu nome”, não se dá, absolutamente, em anuência aos trabalhos já realizados sobre o tema. Pelo contrário, sua aplicação aqui justifica-se considerando-se a reverência com que essa divisão das gerações de literatos é absorvida e reproduzida pela historiografia regional, de forma hegemônica e consensual. Isto proporciona a compreensão histórica da reificação hodierna dessa ortodoxia historiográfica e, ao mesmo tempo, fornece os elementos históricos, à luz de um exame ajustado às lentes sociológicas, sobre os acontecimentos que alçaram seus próceres à “imortalidade” intelectual.

Neste sentido é que se torna inteligível o perscrutamento dessa ortodoxia historiográfica em busca da explicitação e caracterização do pano de fundo histórico e dos condicionantes estruturais e intelectuais que possibilitaram a validade e a legitimação *ad hoc* de tais taxonomias consagradas e consagradoras, no bojo das quais surgem as primeiras instituições científicas e as escolas superiores maranhenses.

Ao mesmo tempo, tem-se em vista a compreensão das posições, disposições e tomadas de posição que possibilitaram aos “Novos Atenienses” atuarem de modo distintivo em relação às gerações anteriores, estabelecendo a inflexão do paradigma literário ao do universalismo científico e, assim, edificando um patamar mais sólido e abrangente de contribuição para o desenvolvimento do espaço intelectual do Maranhão.

Ora, uma vez que as condições favoráveis à reprodução *lato sensu* dessa periodização, que divide e hierarquiza as gerações de intelectuais já consagrados e goza da chancela da historiografia regional, não são questionadas criticamente em termos de apreensão das bases sociais que tornam possíveis as condições de possibilidade de uma categoria analítica, conceito ou classificação tornarem-se válidas e dignas de certificação histórica, não estaria o *métier* do historiador subsumido às forças externas ao domínio de produção acadêmica que se beneficiam da cultuação de epítetos e de representações idílicas transmutadas em “identidades regionais”?

Se sim, tais constatações não seriam outros indícios do baixo grau de autonomização do *dominium* universitário contemporâneo num contexto duplamente periférico? Ou carecem ainda os historiadores, especialmente os que lidam com a cultura, de uma visão menos complacente de identificação e/ou admiração com as narrativas literárias que examinam, destituídos aparentemente que estão de um estágio maior de *vigilância epistemológica*, nos termos de Bourdieu, em relação aos seus objetos de estudo?

Ao que parece, a inquestionabilidade da historiografia regional sobre uma classificação periódica que engloba toda uma história literária e intelectual mobilizada como principal estratégia simbólica de formulação de uma “identidade regional”, originada no Império e atualizada na República, calcada na visão de mundo e nos privilégios de classe de grupos sociais dominantes, produzida e reproduzida *ad referendum* a nível nacional e internacional, tem a ver com a posição central ocupada

por este grupo geracional num estágio específico de desenvolvimento do espaço intelectual, com as características que embasam tal formulação de marcos temporais e com as façanhas realizadas *stricto sensu* pelos “Novos Atenienses” em favor da ciência e do ensino superior.

No prefácio do livro de Manoel Martins (2006), a historiadora Regina Faria apresenta um mosaico sucinto das atividades que estes intelectuais promoveram e das instituições que fundaram, situando o grau de desenvolvimento material e cultural que o Maranhão experimentava nesse período histórico.

Os *novos atenienses* conseguem ser mais dinâmicos que seus sucessores e antecessores, destacando-se por uma intensa atuação na cidade de São Luís, pois publicam bastante, fundam e dirigem jornais e revistas, promovem debates, festas cívicas e literárias, criam instituições que perduram até os nossos dias, como a Academia Maranhense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, as Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia (FARIA apud MARTINS, 2006, p. 14).

Com efeito, essa pujante atuação cultural dos “Novos Atenienses”, ainda que não tenham logrado êxito na obtenção do mesmo grau de prestígio e reconhecimento em âmbito nacional e internacional como seus ilustres predecessores, deixou marcas indeléveis no tecido social maranhense, especialmente na capital São Luís. As ações implementadas por esse grupo de jovens escritores essencialmente “nativos” nos âmbitos da literatura, da cultura, da educação e da ciência, concretizadas na fundação da AML, do IHGM e das primeiras faculdades livres, ainda que inicialmente privadas, ajudaram a criar as bases materiais, organizacionais e institucionais necessárias para a produção e reprodução da atividade intelectual por excelência, contribuindo assim para a reconfiguração e reestruturação do espaço intelectual maranhense.

Atuando de modo relativamente mais autônomo do que as gerações anteriores, com uma produção intelectual que se desvinculava gradativamente das ingerências e das demandas dos poderes político, econômico e religioso, e cada vez mais influenciada pelas concepções modernas de ciência e do desenvolvimento de disciplinas acadêmicas como a biologia, a medicina, a psicologia, a sociologia, a geografia, entre outras (CANGUILHEM, 2012; KOYRÉ, 2011; RIUTORT, 2008), que os inspiravam a formular interpretações sobre a história do Maranhão e a sociedade maranhense, menos fixadas na ficção literária do que no exame objetivo das questões que permeiam o

mundo social, os “Novos Atenienses” buscaram garantir por meio da criação dessas instituições educacionais e científicas as retribuições materiais (posição e salários estáveis) e simbólicas (concessão de diplomas acadêmicos chancelados pelo estado), face a uma comunidade intelectual marcada pela instabilidade de empregos, pelo autodidatismo e ávida por formação superior.

Apesar disso, os “Novos Atenienses” não descuraram da organização, produção e difusão da cultura e da literatura maranhenses, não abrindo mão, portanto, de continuarem produzindo representações imagéticas sobre o Maranhão, a partir de si e de seus privilégios de classe. Com isso, trouxeram à baila novamente o epíteto da “Atenas Brasileira” e, com ela, os discursos da “ideologia da decadência” e do “renascimento cultural” enquanto padrões explicativos da realidade objetiva do estado (MARTINS, 2006, p. 28-29), acionados como principal estratégia de afirmação intelectual, de acúmulo de capital simbólico e de demarcação da distinção de seu grupo em relação aos “panteões literários” consagrados.

Nestes termos, os feitos culturais, literários, educacionais e científicos desse grupo de intelectuais em âmbito estadual, bem como a elaboração de uma periodização literária proposta por um de seus membros mais destacados, chancelada por seus contemporâneos e consagrada pelas gerações subsequentes, são passíveis de serem avaliados à luz da análise sociológica apenas se forem apreendidos os condicionantes sociais e os recursos culturais de que dispunham, isto é, o terreno social em que estavam inseridos – cargos burocráticos estatais, postos na iniciativa privada, exercício de mandatos eletivos, participação efetiva nos espaços de afirmação e de consagração intelectual, como jornais e agremiações literárias – e o montante de capitais acumulados (cultural, político, simbólico e de socializações), valorizados e acionados enquanto trunfos para fazer valer no espaço social considerado suas interpretações sobre o mundo social examinado.

### 1.3.2 O paradigma literário e a invenção das “gerações de intelectuais”

Antes de abordar especificamente a atuação dos “Novos Atenienses” nas esferas cultural, educacional e científica do Maranhão, que balizaram sua influência na historiografia estadual e a adoção de sua periodização ortodoxa, vale a pena tecer alguns comentários críticos sobre as gerações de intelectuais que lhes antecederam e cimentaram o caminho para sua emergência, contribuindo para o nascimento de um espaço de produção cultural efervescente, vibrante, de qualidade literária reconhecida em âmbito nacional e internacional, com forte impacto na vida política e intelectual do Maranhão, em particular, e nas artes brasileiras de modo geral.

A partir da publicação, em 1909, de **Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão**, com uma terceira edição lançada em 2008 em celebração ao centenário de fundação da Academia Maranhense de Letras, criada um ano antes da primeira tiragem do livro e batizada de “Casa de Antônio Lobo” em homenagem póstuma ao seu autor, Antonio Francisco Leal Lobo<sup>43</sup> inaugurou uma periodização que demarcou irrevogavelmente a vida literária do Maranhão em três gerações sucessivas, cada uma correspondendo a um período específico do desenvolvimento econômico do Maranhão em consonância a um estágio do espaço da produção cultural local, num olhar retrospectivo pretensamente objetivo e factível que tomava a sua própria geração como autorreferente.

---

43 Nascido em São Luís em 4 de julho de 1870, Antonio Lobo suicidou-se, em sua residência, na capital maranhense, na noite de 24 de junho de 1916. Foi professor da Escola Normal e do Seminário das Mercês, diretor do Liceu Maranhense e da Biblioteca Pública do Estado, além de editor-chefe do jornal *A Tarde* e da *Revista do Norte*, fundada por ele e Alfredo Teixeira. Os desentendimentos políticos com o governador Herculano Nina Parga (1914-1917), a quem passou fazer-lhe oposição ferrenha nos jornais, o fizeram perder os cargos de direção no Liceu e no periódico *A Tarde*, acelerando sua decisão de pôr fim à própria vida (NASCIMENTO, 2014, p. 129). Autor do romance **A Carteira de um neurastênico** (1903) e dos livros nas áreas de Ciências Naturais **Positivismo e micróbios** (1908) e **A doutrina transformista e a variação microbiana** (1909), além de um sem-número de artigos publicados nos diversos periódicos em que atuou, destacando-se *Pacotilha*, *O Jornal*, *Diário do Maranhão*, *Federalista*, *Revista Elegante*, onde “fez política, ficção, crítica literária e ciência, pois que era versado em sociologia e biologia” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008, p. 130-131), Lobo era um escritor experiente, conhecido e prestigiado quando publicou **Os Novos Atenienses**. Apesar de não possuir formação superior, característica predominante num período em que não existiam escolas superiores no Maranhão, Lobo tornou-se referência de intelectual junto aos seus pares acadêmicos e às elites letradas maranhenses, com quem reuniu-se para fundar a Academia Maranhense de Letras, principal agremiação literária do estado. Após seu falecimento, a AML passou a ser conhecida como “Casa de Antônio Lobo”, honraria concedida em homenagem póstuma ao seu expoente autodidata.

Com o prestígio e o reconhecimento obtidos pela ocupação de cargos dirigentes na estrutura do funcionalismo público e na iniciativa privada, como a direção do Liceu Maranhense, da Biblioteca Pública e das editorias dos principais jornais do estado à época, e revestido da autoridade intelectual conferida pelo posto de primeiro presidente da AML, Antonio Lobo apresenta seu livro como “um modesto subsídio documentário de contemporâneo” (p. 29), reivindicando de pronto uma legitimidade testemunhal e objetiva dos acontecimentos históricos a partir do “exame criterioso e desapaixonado dos fatos e documentos” (p. 30). Ao proceder de tal maneira, Lobo confere ao seu texto um aspecto documental de cunho “imparcial”, “o que nas condições de produção científica da época significava atribuir-lhe estatuto de verdade” (NASCIMENTO, 2014, p. 134).

Gozando de autoridade e prestígio intelectual e reivindicando um “estatuto de verdade” ao seu “livro-documentário”, Lobo (2008) estabeleceu as bases fundantes da divisão ortodoxa da história da literatura maranhense em três períodos distintos, porém interconectados: i) o da “Atenas Brasileira”, de “brilhante e fecunda agitação literária de que foi teatro a capital deste Estado (...), uma das épocas mais fulgentes da vida intelectual brasileira” (p. 23); ii) um identificado por uma suposta “tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras” (p. 23), considerados pelo autor “os anos de apatia e de marasmo cultural”, que aqui chamarei de *absenteísmo referencial*; e iii) “uma fase franca de revivência intelectual” (p. 24), caracterizada por outros trabalhos como “movimento de renovação moral e material” (MARTINS, 2006, p. 58) ou de “renascimento literário” (NASCIMENTO, 2014, p. 133), mas que classificarei de *revolução simbólica*, por identificar tanto nos empreendimentos culturais e educacionais instituídos quanto na produção escrita deste grupo geracional a gênese de um *dominium* intelectual estruturado não mais no paradigma literário, mas no estatuto científico.

Para cada uma destas fases, haveria uma correspondente “geração de intelectuais” que resplandeciam em sua produção escrita as glórias ou os fracassos de seu tempo, consoante às intempéries do sistema econômico agroexportador.

### 1.3.2.1 “Os Atenienses” e a “Idade de Ouro” do Maranhão

De acordo com essa periodização fundada por Lobo (2008), permeada pela “ideologia da decadência” identificada por Almeida (2008) e complacientemente consagrada pela maioria dos estudos que se debruçaram sobre temáticas correlatas à história da literatura maranhense (BORRALHO, 2010, 2011; LACROIX, 2008; LEÃO, 2013; MARTINS, 2006; MEIRELES, 1960, 2012), a “Primeira Geração” de intelectuais teria se estabelecido entre 1830, a partir do reconhecimento nacional e internacional obtido pelos “panteões literários” do “Grupo Maranhense” do romantismo brasileiro, e os anos finais de 1860, particularmente em 1868, quando é extinto o *Semanário Maranhense*, “periódico em que colaboraram todos os espíritos superiores da época” (MARTINS, 2006, p. 56).

Tais marcos temporais corresponderiam à “Idade de Ouro” da economia agroexportadora, de cuja “opulência” tornou-se possível a “fecunda agitação literária” da qual uma pequena parcela das frações sociais dominantes participavam e, desta, uma reduzida plêiade de intelectuais e literatos propalada como “Grupo Maranhense”.

Devido a sua rica e volumosa produção literária, que lhes conferiu prestígio e reconhecimento nacional e internacional, “imortalizada” por seu pertencimento às duas principais agências de consagração intelectual existentes no país, a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediadas no Rio de Janeiro, a historiografia aponta como expoentes desse grupo geracional Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Manoel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Antonio Henriques Leal, Trajano Galvão, Joaquim Gomes de Sousa, Joaquim de Sousa Andrade (Sousândrade) e César Augusto Marques.

Também identificados como “Os Atenienses”, esses consagrados “panteões literários” foram os responsáveis pela elaboração e difusão da identidade regional de um Maranhão recém-integrado aos domínios do Império brasileiro através do granjeamento do epíteto de “Atenas Brasileira”<sup>44</sup> para a cidade de São Luís, descrita por um dos seus

---

44 A comparação de São Luís com a cidade grega de Atenas simboliza uma autorrepresentação imagética talhada pelos consagrados escritores de meados do século XIX sobre a capital maranhense, a qual estaria recheada de filósofos, poetas e literatos que debatiam os assuntos políticos no espaço público da “Ágora moderna”, os jornais, além de uma intensa produção intelectual consubstanciada na literatura dos

mais célebres prógonos, João Lisboa, como “uma ilha de letrados em um mar de analfabetos” (LEÃO, 2013, p. 525-526).

Ainda assim, tal representação simbólica estabelecia uma distinção da capital maranhense em relação às demais capitais importantes do período imperial, como Rio de Janeiro e Recife, e a inseria no cenário intelectual brasileiro por meio da evocação e do culto aos seus maiores valores literários, alçados ao “cânone da nacionalidade literária” (BORRALHO, 2010, 229-278; LEÃO, 2013, 628-629).

Dessa formulação imagética e idílica de um mito greco-maranhense acionado enquanto distinção cultural e literária resultou uma gama de representações sociais singulares amplamente reproduzidas até hoje em jornais, veículos de comunicação em geral e mecanismos culturais de transmissão da produção intelectual local, pincelando imagens de São Luís como “berço de poetas”, “terra do melhor português falado no Brasil”, “cidade de erudição e refinamento cultural”, “única capital brasileira fundada pelos franceses”, entre outras que, em seu conjunto, expressam “a ideologia da singularidade” (LACROIX, 2008) de que se nutre “a Ilha do Amor”.

De fato, as classes mais abastadas de São Luís no período imperial (agricultores, comerciantes, funcionários provinciais e, principalmente, grupos políticos de núcleo familiar de feitiço rural, a qual denomino de “nobreza rural”) reproduziam sobre o imaginário da cidade o seu padrão de riqueza, de status social, de conforto material e de refinamento cultural. Segundo informa Borralho (2011, p. 51), “enquanto sobrados e casarões se erguiam, processava-se um refinamento dos costumes, buscando reproduzir nos trópicos o modo de vida europeu, especificamente o francês”.

Vale frisar que os filhos dessas elites que iam estudar na Europa, especialmente em Lisboa, Paris e Londres, retornavam à Província como bacharéis, médicos e engenheiros, cultivando os hábitos e costumes culturais europeus nos debates públicos e nas reuniões sociais privadas. A esse respeito, Regina Faria (apud *id.*, *ibid.*) assinala que

---

expoentes que formaram o denominado “Grupo Maranhense”. A partir do reconhecimento alcançado por este grupo de intelectuais, as gerações subsequentes trataram de esculpir *per se* e a partir de seus feitos outras representações sobre o Maranhão, evocando o epíteto da “Atenas Brasileira” como principal estratégia de afirmação intelectual e social de seu grupo, contribuindo para sua reprodução ao ponto de torná-lo popularmente conhecido no imaginário regional do Nordeste e amplamente difundido no Brasil e no mundo afora.



nos saraus realizados nas salas dos sobrados e casarões, para alegrar as mornas noites ludovicenses, ouviam-se músicas dedilhadas ao piano por jovens e senhoras educadas com esmero nos padrões europeus. Poesias eram recitadas, mostrando erudição e embalando os namoros. Representações teatrais eram feitas em ocasiões especiais, e a língua francesa era comum em conversas.

Somado a esse refinamento cultural das frações sociais dominantes, que “reproduziam nos trópicos o modo de vida europeu”, formando assim a nobreza rural maranhense, cuja riqueza se assentava primordialmente nos cultivos agrícolas comercializados no mercado internacional, São Luís experimentou um crescimento urbano e um dinamismo social e cultural mais acentuado, com a construção de novos casarões senhoriais, a expansão da atividade do comércio para além dos limites do bairro da Praia Grande, polo econômico situado no Centro Histórico da cidade, além da criação de instituições de difusão da cultura letrada, como teatros, museus, bibliotecas, livrarias e uma incipiente rede escolar secundária concernente às preocupações dos dirigentes da Província do Maranhão com a ampliação da instrução pública.

Deste modo, em 1º. de dezembro de 1816 entrava em funcionamento, em São Luís, o Teatro União<sup>45</sup>, nome dado em homenagem à elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. De estilo neoclássico, a primeira edificação deste tipo no Brasil, e dispondo de 800 lugares para uma população ludovicense estimada à época em cerca de 12 mil habitantes (cerca de 7% da população total), evidenciando, em termos absolutos, o quantitativo das frações sociais abastadas da capital maranhense, o Teatro União nasceu como a segunda casa de espetáculos mais antiga do país, atrás apenas do Teatro Municipal de Ouro Preto (MG), inaugurado em 06 de junho de 1770.

A escolha pelo teatro como uma das primeiras ações de fomento à cultura no Maranhão não foi fortuita, já que desde o século XVIII ele era tido como “um dos espaços mais adequados à difusão de cultura, formação intelectual e moral”,

---

45 Nessa ocasião, houve a realização do seu primeiro espetáculo, promovido por um comendador português em celebração ao aniversário da Independência de Portugal. A data oficial de sua inauguração é 1º. de junho de 1817 e nele se apresentaram diversas companhias teatrais vindas da Europa, sobretudo de Portugal, França e Itália. Em 1852, o local sofreu uma profunda reforma e mudou de nome para Teatro São Luís, conservando-se com essa nomenclatura por quase um século, vindo a ser rebatizado somente em 1948, após nova reforma, quando obteve sua certidão definitiva de Teatro Arthur Azevedo, palco principal de apresentações teatrais e de espetáculos de dança e música regionais, nacionais e internacionais na capital maranhense.

funcionando assim como “instrumento pedagógico, político e civilizatório” (LEÃO, 2013, p. 497-500).

Nessa esteira de realizações culturais, com o intuito de melhorar e ampliar o acesso à instrução pública, foram criados, em 1829, a Biblioteca Pública Provincial<sup>46</sup> (atual Biblioteca Pública Benedito Leite) e, em 1838, o Liceu Maranhense, a primeira instituição escolar oficial criada em todo o Maranhão, cuja direção inicial ficou sob a incumbência do “Ateniense” Francisco Sotero dos Reis.

Apesar de sua natureza pública, o Liceu era destinado exclusivamente aos alunos do sexo masculino e funcionava inicialmente na parte inferior do Convento do Carmo (na parte superior, ficava a Biblioteca Pública), até adquirir edifício próprio no final do século XIX. À época, o Liceu possuía um currículo de feição fortemente humanístico e literário, espelhando um “tipo específico de formação intelectual que uma expressiva parcela da elite maranhense recebeu ao longo do século XIX” (LEÃO, 2013, p. 533). Em sua grade curricular, constava a oferta de disciplinas como: Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Geografia e História, Gramática Filosófica da Língua Portuguesa, Grego, Latim, Francês, Inglês, Desenho, Matemática Elementar, Cálculo e Mecânica, Comércio, Navegação e Observações Astronômicas, tornando a escola referência de qualidade de ensino público em escala nacional.

Pela formação oferecida e pelo prestígio obtido por ser a primeira escola pública do Maranhão, o Liceu Maranhense acabou por acumular encargos e funções na estrutura administrativa da Província. Segundo informa Leão (*ibid*, p. 537), em 1841 uma nova lei cria a Inspeção da Instrução Pública, cuja direção ficaria a cargo do diretor do Liceu que, à época, era Sotero dos Reis. Desta forma, o ilustre “Ateniense” se tornou também o primeiro inspetor da Instrução Pública do Maranhão, salientando-se os indícios iniciais da intersecção entre a esfera de produção intelectual, a esfera burocrática de

---

46 Fundada no período imperial como Biblioteca Pública Provincial do Maranhão, é considerada a segunda biblioteca mais antiga do Brasil, construída nos moldes da pioneira Biblioteca Nacional. Instalada junto ao Liceu Maranhense no Convento do Carmo e mantida inicialmente com recursos da Província e das Câmaras Municipais, a Biblioteca foi aberta ao público em 03 de maio de 1831, contando com um acervo inicial de 1.448 volumes, majoritariamente composto de doações, especialmente de seu idealizador, Antônio Pedro da Costa Ferreira, o “Barão de Pindaré” (LEÃO, 2013, p. 505). Após o início do período republicano, tornou-se o palco principal dos eventos políticos e culturais, onde se realizavam, por exemplo, reuniões dos partidos políticos, das agremiações literárias e de eventos sociais solenes. A partir de 1958, ganhou o nome vigente de Biblioteca Pública Benedito Leite e, hoje, acondiciona o maior acervo jornalístico do Maranhão, além de documentos originais sobre diversos períodos históricos, abarcando diferentes regiões do país, com ênfase no Norte-Nordeste.

postos governamentais e a esfera religiosa, já que tanto o Liceu quanto a Biblioteca Pública foram instalados originariamente no prédio da Igreja Católica onde funcionava o Convento do Carmo.

Ademais, esse acúmulo de funções transformou o Liceu Maranhense no “centro de emanção das políticas públicas provinciais em educação” (*id., ibid.*, p. 537), onde tornar-se seu diretor ou ingressar em seus quadros docentes significava, portanto, angariar capital cultural, simbólico, político e de socializações, a partir de uma rede privilegiada de vínculos sociais que favorecia o acesso aos postos dirigentes da burocracia provincial. Além disso, ocupar a direção do Liceu contribuía também para a aquisição de um “patrimônio de disposições” (LAHIRE, 2004) oriundo de múltiplas e distintas experiências de socialização mediadas pelas funções e visibilidade do cargo e consubstanciadas em habilidades e competências intelectuais e administrativas.

Além das iniciativas do Poder Público provincial de subsidiar a estrutura e o funcionamento do Teatro União, da Biblioteca Pública e do Liceu Maranhense, se desenvolvia ainda na cidade de São Luís uma intensa e esfuziante atividade do jornalismo político e literário impulsionada pela iniciativa privada, composta majoritariamente por comerciantes de origem portuguesa. Neste quesito, merece destaque a fundação, em 1852, do Gabinete Português de Leitura do Maranhão, “uma das instituições que mais contribuiu para a difusão da cultura letrada, sobretudo europeia, no Maranhão”, cujo objetivo era “fomentar o gosto pela leitura entre os maranhenses, sobretudo os lusitanos, através de livros destinados ao entretenimento público, com uma vasta e sortida biblioteca” (LEÃO, 2013, p. 509).

Oferecendo ao público leitor um acervo com mais de 8 mil volumes, um dos maiores entre todas as bibliotecas brasileiras existentes no período, além de promover celebrações e eventos culturais, o Gabinete Português de Leitura possibilitou a realização de muitas carreiras intelectuais no Maranhão, especialmente dos autodidatas, que “encontraram no Gabinete um local estimulante de leitura e pesquisa, um manancial de cultura e erudição” (*id., ibid.*, p. 513).

Aliado a essa iniciativa privada dos comerciantes portugueses, desenvolveu-se também em São Luís um mercado consumidor de bens culturais, sobretudo de livros, ainda que de forma tímida e de acesso restrito a uma pequena parcela da população

ludovicense. Seja como for, os investimentos neste setor propiciaram o florescimento de modernos parques gráficos, uma grande quantidade de jornais de circulação regional e de repercussão nacional, publicação de livros e revistas de excelente qualidade editorial, o nascimento de sociedades literárias e de diversas livrarias que comercializavam e divulgavam a produção literária europeia, sobretudo a portuguesa e a francesa. Conforme se expressa num relato contido em Borralho (2011, p. 52),

[...] ali se realizavam, conforme acentuou José Veríssimo, as principais conferências literárias do Brasil. O movimento editorial era de tal ordem em São Luís que José de Alencar teve um dos volumes de seus discursos parlamentares editados lá. Grandes Revistas Literárias, um jornalismo extremamente vivo e atuante, grandes livrarias, tudo isso suscitou no Maranhão, durante pelo menos meio século, uma ebulição intelectual realmente singular. Para explicar o núcleo cultural de São Luís ainda ao tempo da Colônia basta se lembrar que dada a sua posição geográfica, o Maranhão estava mais perto da antiga metrópole do que dos outros centros culturais brasileiros. Depois da Independência, esses contatos não cessaram as linhas de navegação que uniam São Luís a Lisboa e a outros portos europeus em que contribuíram para conservar e desenvolver os mesmos contatos intelectuais e sociais com o velho mundo, daí resultando o fato de que boa parte da geração de doutores maranhenses, no século XIX, é de formação europeia, sobretudo coimbrã.

Todas essas realizações culturais e educacionais somadas à atuação política em âmbito regional, principalmente no exercício de cargos do funcionalismo provincial, ao pertencimento às ABL e IHGB, principais instâncias de consagração intelectual nacional e ao reconhecimento literário de âmbito internacional do famoso “Grupo Maranhense”, conferiram concretude à representação auto-elogiosa de São Luís como a “Atenas Brasileira”.

Não obstante, essa imagem de uma aristocracia ludovicense letrada, culta e refinada, de perfil e influência lusitanos, contrastava fortemente com o analfabetismo e a miséria dos estratos mais pobres, principalmente dos africanos libertos e dos mantidos cativos pela escravidão, ainda bastante numerosos até meados do Oitocentos, quando se deu a deflagração da crise do escravismo devido à proibição do tráfico transatlântico de escravos<sup>47</sup>, ao mesmo tempo em que se escamoteava a precariedade da infraestrutura

47 Em 1821, o número de escravos era de 84.534 (55,3% da população total de 152.892 maranhenses) com 68.359 livres e/ou libertos (44,7%). Em 1841, houve um aumento da população escravizada, registrando-se 111.905 escravos (51,6%), mas também um aumento do número de pessoas livres: 105.147 (48,4%) de um efetivo total de 217.054 habitantes. Já em 1872, após a proibição do tráfico de escravos em 1850, pela primeira vez foi registrada uma inversão no efetivo populacional do Maranhão, com 74.939 escravos (20,9%) face ao número de pessoas livres de 284.101 (79,1%), de uma população total de 359.040 habitantes (FARIA, 2004, p. 83).

urbana de São Luís. A descrição, a seguir, realça com maior nitidez o contraste estrutural e social da capital maranhense em relação ao epíteto orgulhosamente ostentado por sua nobreza rural.

Era uma típica cidade do século XIX, onde higiene e infraestrutura urbana eram precárias. Não havia água encanada, esgotos residenciais ou coleta de lixo. As ruas eram esburacadas, lamacentas no inverno e parcamente iluminadas [por lampiões a querosene]. **As pessoas das classes abastadas pouco sofriram com tais condições, porque podiam dispor de escravos** para carregar a água potável; lavar suas roupas nos córregos e nos poços; jogar o lixo nos terrenos vazios ou naqueles em que os seus proprietários quisessem aterrar; e despejar no mar os dejetos humanos transportados em tonéis. Podiam até evitar as sujeiras das ruas, fazendo-se transportar pelo braço escravo nas cadeirinhas de arruar ou utilizando carruagens. (BORRALHO, 2011, p. 50) **(Grifo nosso)**

As críticas mais contumazes a essas representações assimétricas entre a “Idade de Ouro” da economia agroexportadora por meio da mitologia cultural da “Atenas Brasileira” e o tecido social maranhense abordam tais elementos discursivos sob dois pontos de vista bastante elucidativos: o primeiro como uma idealização de uma fração culta da elite, uma visão particular de uma camada social dominante sobre um mundo social atomizado que, imaginariamente, integrava por completo uma sociedade desigual e visceralmente estratificada entre a aristocracia rural (senhores de terra, agricultores), a camada média de burgueses (donos de estabelecimentos comerciais, de jornais e tipografias) e a massa de africanos escravizados, sustentáculos do sistema agroexportador (CORRÊA, 2017, p. 138).

Nessa visão idílica de integração social, a São Luís ateniense e aristocrática era representada como se aos menos aquinhoados, despossuídos de capital econômico e educação escolar, fosse possível participar de tal júbilo de congraçamento cultural da elite letrada. O argumento central dessa linha interpretativa advoga que

[...] o caráter totêmico da *Atenas Brasileira* funcionou como um veículo de integração social. Refletindo-se, de maneira ativa, na consciência dos segmentos em hierarquia na estratificação social, a mitologia ateniense disseminou a ideologia da unidade potencial, concedendo ao conjunto desigual dos maranhenses a possibilidade de vir a ser partícipe da convivência intelectual, prestadora de serviços à emergência da nacionalidade, e geradora, em consequência, de um panteão edificado para resguardar aos pósteros a eternidade visível, presente e material dos mais significativos antepassados (CORRÊA, 2017, p. 139-140).

Longe de se obter essa pretensa “integração social” disseminada pela “ideologia da unidade potencial” dos maranhenses que o mito da “Atenas Brasileira” parece evocar, servindo para dissimular a divisão concreta e efetiva da sociedade, o que se observou foi o entrelaçamento das camadas dominantes dos polos político e cultural. É o próprio Rossini Corrêa quem assinala que a mitologia ateniense expressava a correlação umbilical entre os intelectuais e os “senhores” (proprietários de terra e dirigentes políticos), vez que os escritores relacionados à fabricação do “mito greco-timbireense” eram provenientes dos segmentos dominantes da hierarquia social, distanciando-se, portanto, dos estratos pobres da população e dos escravos. Corrêa (2017, p. 141) coloca o acento da questão nos seguintes termos:

Significa considerar-se, regra geral com as exceções de praxe, **o reconhecimento recíproco dos senhores nos intelectuais e dos intelectuais nos senhores**, identidade essencial conseguida pela instituição de um autorretrato comunitário, conjugando os dois poderes complementares – o material e o cultural – para a satisfação de um propósito inadiável, compreendido no responder às exigências desafiadoras de organização do Estado-Nacional. **(Grifo nosso)**

Essa relação idiossincrática assinalada por Corrêa de “reconhecimento dos senhores nos intelectuais e dos intelectuais nos senhores” permite antever o grau de imbricação entre as esferas política e cultural e de subordinação da produção intelectual ao patronato político e econômico das classes dominantes, ao ponto da identificação recíproca entre esses segmentos sociais reverberar tanto na produção literária quanto na produção de trabalhos explicativos sobre a realidade socioeconômica maranhense e no pensamento político dos grupos dirigentes<sup>48</sup>, alicerçados de forma renitente no binômio “opulência-decadência”.

Tal oposição ensejaria uma relação dialética de construção objetiva de interpretações sobre a história, a cultura, a política, a economia e o tecido social do Maranhão, a que todo período de crescimento e pujança econômicos, reverberados numa efervescência de dinamismo cultural e social, se daria em substituição a um

---

48 No livro **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos** (2014), há uma coletânea de trabalhos historiográficos produzidos por pesquisadores em diferentes níveis de formação sobre alguns dos principais intelectuais que se debruçaram a produzir escritos específicos e pioneiros sobre a história, a economia e a cultura maranhenses e, por isso, foram consagrados pela historiografia local como “historiadores”, mesmo sem a obtenção de diploma superior. Tais intelectuais provinham dos estratos sociais superiores do Maranhão, descendentes e herdeiros da nobreza rural e das “famílias tradicionais rurais” que dominavam os meios de produção simbólica regional, como exemplificam os casos de João Francisco Lisboa, Dunshee de Abranches, Jerônimo de Viveiros, entre outros.

período anterior de “decadência” econômica, particularmente da lavoura, seguida de um “marasmo” e atrofia no desenvolvimento cultural. A este respeito, Martins (2006, p. 28) argumenta da seguinte forma:

As representações produzidas pelos intelectuais regionais acerca da realidade maranhense, a partir da aurora dos Oitocentos, se conformaram à exigência de duas imagens gêmeas fundantes dos discursos correspondentes: a um período de prosperidade sobreviria indubitavelmente um período de decadência avassaladora, que deveria ser combatido por todos os espíritos lúcidos com vistas ao retorno, no porvir, a uma nova Idade do Ouro, da regeneração, dimensionada pelo influxo do exemplo da(s) antecedente(s). Essa perspectiva define um estado de decadência como sendo percebido, aos olhares do presente de quem o sente e emite seu juízo, do ângulo geralmente estreito da idealização de um passado mítico que deve ser imitado para produzir um futuro destituído de possíveis ocorrências traumáticas.

De acordo com esse segundo eixo analítico da literatura regional especializada sobre o mito da “Atenas Brasileira”, o mercado de produção de interpretações sobre o Maranhão formulou e reproduziu amplamente a chamada “decadência da lavoura” tanto como categoria analítica presente na produção ficcional quanto como um padrão de explicação recorrente nos documentos oficiais da burocracia estatal. Segundo observado por Almeida (2008, p. 65), essas interpretações formuladas muitas vezes por membros da própria classe dominante que gozavam do duplo poder de dirigir e representar o Maranhão à sua imagem e semelhança em seus escritos

**[...] suscitam uma determinada modalidade de pensar a situação da província cristalizada não só na produção erudita, mas também no pensamento político oficial.** Perpassam, porquanto operações inconscientes, as formulações das diversas facções (bem-te-vis, cabanos) e partidos políticos formais (liberais, conservadores) em luta constante pelo poder provincial. Os componentes deste mencionado padrão se sucedem nos diferentes documentos elaborados pela burocracia provincial através de uma articulação à mesma. Cumprem com uma eficácia própria do discurso político uma função demonstrativa que torna as formulações relativas à *decadência* dotadas de uma característica de inquestionabilidade. **Não há quem as refute e todos são unânimes em recorrer a elas para definir as condições econômicas e sociais da província quaisquer que sejam, em diferentes tempos. (Grifo nosso)**

A análise de Almeida (2008) é reveladora de como essa percepção da realidade objetiva do Maranhão foi construída, introjetada e reproduzida na literatura e no pensamento político maranhenses de forma naturalizada, posto que aceita de modo

dado, irrefletido e “inquestionável”, respaldada pela chancela dos panteões do “Grupo Maranhense”.

Esse panorama histórico, cultural e intelectual sobre as condições estruturais de desenvolvimento dessa pequena “ilha de letrados num mar de analfabetos” em meados do século XIX revela o terreno social em que parte dessa nobreza rural e seus representantes diretos puderam produzir uma literatura atuando em nível estadual a partir de seu acesso aos cargos administrativos da Província, bem como às tipografias e às editorias dos jornais políticos e literários. Desta forma, edificou-se um espaço da atividade intelectual fortemente subordinado ao patronato político e ao modelo econômico agroexportador, cujos prestígio e reconhecimento nacional e internacional foram favorecidos pelo volume do capital de socializações obtido junto aos dirigentes provinciais, chave de acesso às camadas dominantes imperiais e, por conseguinte, às principais instâncias de consagração intelectual nacionais, situadas na capital do Império e centro cultural do país, o Rio de Janeiro.

A geração subsequente, impactada pelas profundas transformações econômicas, políticas e sociais por que passava o Maranhão em fins do XIX, não pôde dispor da mesma estrutura cultural da “Idade de Ouro” de que se serviram os “Atenienses” e atuou numa lógica distinta à de seus predecessores, optando cedo por migrar para outros estados, deixando a impressão de uma suposta “estagnação” cultural em São Luís e de uma “atrofia” no desenvolvimento do espaço intelectual maranhense, seja pela morte geracional de seus prógonos, seja pela migração de seus mais destacados epígonos.

#### 1.3.2.2 A “Segunda Geração” e a lógica do absentéismo referencial

De acordo com a periodização estabelecida por Antonio Lobo, a “Segunda Geração” de intelectuais da história literária do Maranhão estaria circunscrita entre as décadas de 1870 e 1890, cujo intervalo temporal principia com a extinção do *Semanário Maranhense*, em 1868, e se estende até o início de um novo fomento à realização de atividades e eventos literários regionais, capitaneados por três destacados intelectuais: Manoel de Béthencourt, Coelho Netto e Fran Paxeco (LOBO, 2008, p. 44-47).



Com efeito, a extinção do *Semanário Maranhense*, periódico de grande circulação e um dos mais influentes em São Luís à época, no qual colaboraram vários “Atenienses” da “Primeira Geração” como Sotero dos Reis, Sousândrade, Antônio Henriques Leal, César Marques, Gentil Braga, Joaquim Serra, entre outros, reativou o “luto” de Lobo pela morte, anos antes, no fatídico 1864, de quatro representantes do “cânone nacional das letras”: Gomes de Sousa, Trajano Galvão, Odorico Mendes e Gonçalves Dias. Examinando retrospectivamente essa conjunção de fatores mórbidos, a morte física de expoentes maranhenses da literatura brasileira e a morte simbólica de um periódico que congregava os “Atenienses” que restavam vivos, o autor demarcou o início lamurioso desse segundo período “sombrio” das letras maranhenses:

Começou então para o Maranhão essa tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras, noite cortada, por vezes, pelo clarão fugidio de algum astro errante, que para logo se ia eclipsar na morte, ou perder-se na distância a que era impelido pelas inelutáveis fatalidades da sua trajetória (LOBO, 2008, p. 34).

Lobo caracteriza essa segunda fase da história literária maranhense imbuído de uma lógica operada a partir da ausência de figuras ilustres, a qual denomino aqui de *absenteísmo referencial*. À morte física de representantes da “geração de ouro” do “Grupo Maranhense”, o autor projetou sua languidez sobre a morte simbólica dos “Atenienses” ainda vivos, consoante ao fechamento de um destacado periódico através do qual mantinham vivo o mito da “Atenas Brasileira”.

Outro ponto relevante presente no ressentimento de Lobo pela ausência de notáveis atuando na Província consiste na emigração de vários vultos da intelectualidade maranhense para o Rio de Janeiro, em busca de melhores oportunidades de trabalho e reconhecimento por sua atividade literária. Lobo justifica seu argumento citando o contraste da repercussão hostil, em São Luís, pelo jornal *A Civilização* à obra *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo, e a sua boa recepção no círculo literário fluminense (LOBO, 2008, p. 35-36).

Atingida diretamente pelo 13 de maio de 1888 e pelo 15 de novembro de 1889, essa “Segunda Geração” teve dificuldades de estabelecer-se social e intelectualmente em âmbito local e cedo migrou para a Corte Imperial, compelida pela reconfiguração do espaço intelectual regional face à reorganização das forças políticas e econômicas,

especialmente da nobreza rural maranhense, em franco declínio material ante à desaceleração no fluxo de exportação das lavouras do arroz e do algodão, gerando assim um ambiente pouco favorável à sobrevivência e ao reconhecimento dos escritores (BORRALHO, 2011, p. 59).

Por esse ponto de vista, compreende-se como maranhenses de destaque na literatura nacional, do quilate de Aluísio Azevedo, Arthur Azevedo, Coelho Netto e Humberto de Campos, foram percebidos enquanto “intelectuais que fizeram suas carreiras literárias no Rio de Janeiro praticamente sem terem atuado no campo regional” (NASCIMENTO, 2014, p. 135-136).

Lobo opera sua escrita, portanto, acionando uma lógica da ausência física de referências literárias, a do *absenteísmo referencial*, cujo alicerce consiste no ressentimento pela escassez de escritores consagrados atuando diretamente em âmbito regional, cuja perda de notabilidade teria condicionado a cidade de São Luís a adentrar num momento de “apatia e de marasmo cultural” (LOBO, 2008, p. 24).

Ao proceder desta forma, Lobo ratifica o grau de valorização e o peso relativo que o capital simbólico adquirido nas instâncias de consagração nacional da produção literária conferia aos escritores maranhenses no espaço intelectual estadual, ao ponto de não vislumbrar outros nomes dignos de serem “lembrados” por sua pena que não aqueles já consagrados por suas obras.

Vale frisar que a historiografia regional (BORRALHO, 2011; LOBO, 2008; MARTINS, 2006; MEIRELES, 1960; PAXECO, 2008) aponta ainda como pertencentes a essa segunda leva de intelectuais maranhenses, além dos supracitados, expoentes como Graça Aranha, Raimundo Correia, Nina Rodrigues, Barbosa de Godóis, Ribeiro do Amaral, Teófilo Dias, Adelino Fontoura, Teixeira Mendes, Dunshee de Abranches, dentre outros. A despeito dessa geração de escritores não atuantes em São Luís, Martins (2006, p. 56) é categórico ao afirmar:

[...] Tratava-se de um grupo de intelectuais que em muito diferia do grupo anterior, particularmente pelo modo como problematizava os temas de suas obras e como se inseria na sociedade. Grande parte desses intelectuais não suportou os obstáculos que se lhes apresentavam na realidade provincial, elegendo a emigração como a saída estratégica para o reconhecimento negado às suas obras em âmbito comunitário.

Com efeito, os intelectuais desta “Segunda Geração” tiveram destacada atuação literária e política junto à Corte imperial, no Rio de Janeiro, que, mesmo após a transformação em capital da República com o advento do novo regime político, permaneceu como centro da produção cultural do país até a década de 1930. De acordo com Borralho (2011, p. 59), foram esses intelectuais que “realizaram a evolução do teatro, a renovação do romance, a iniciação do folclore, a continuidade e o futurismo poético e até mesmo a doutrina política”.

O reconhecimento da contribuição destes maranhenses no plano da literatura e das artes nacionais reverberou-se ainda na fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Dentre os quarenta membros fundadores da “Casa de Machado de Assis”, cinco são maranhenses desta “Segunda Geração”: Coelho Netto (Cadeira No. 2), Aluísio Azevedo (Cadeira No. 4), Raimundo Correia (Cadeira No. 5), Arthur Azevedo (Cadeira No. 29) e Graça Aranha (Cadeira No. 38).

Sua intensa e produtiva atuação em âmbito nacional rendeu-lhes volumoso capital simbólico (prestígio e notoriedade) reconvertido em capital político acionado para a ocupação de postos públicos no funcionalismo estatal e no exercício de mandatos eletivos em âmbito estadual, quando de seu retorno ao Maranhão já no período republicano, contando com o apoio decisivo dos agentes que dominavam a cena política maranhense no início do século XX. Dunshee de Abranches, Graça Aranha, Arthur Azevedo e Coelho Netto são exemplos de alguns dos intelectuais consagrados que se elegeram deputados federais e/ou exerceram cargos de ministros de estado de província (secretários de governo) por suas relações de amizade tecidas a partir da (e reforçadas pela) notoriedade literária e renome nacional, trunfos socialmente valorizados junto aos governos de Benedito Leite (1906-1908), Herculano Parga (1914-1917) e Urbano Santos (1918-1922), principais mandatários da política local no período (BORRALHO, 2011, p. 59; CORRÊA, 2017, p. 171).

Como se pode observar, a inserção dos intelectuais maranhenses na vida política, tanto da Primeira quanto da Segunda Geração, via de regra, se constituía a partir da construção e consagração de seus *nomos literários*, a meu ver, isto é, da edificação de uma carreira exitosa de escritor fora do Maranhão que, granjeada de reconhecimento e prestígio nacional, buscava na garantia e na estabilidade das remunerações dos cargos

públicos, a sustentação de si e de suas famílias e a manutenção de seus estilos de vida dedicados à atividade da escrita.

Sem dúvida, essa é uma dimensão de análise significativamente distintiva em relação à literatura especializada compulsada, sobretudo no tocante ao exame dos amálgamas que entrelaçam e estruturam os campos da atividade política e cultural. Uma vez que esses intelectuais migravam para outros estados em busca de melhores oportunidades de sucesso na carreira literária, especialmente para o Rio de Janeiro, centro político e cultural do país, após “fazerem o nome” alguns retornavam ao Maranhão de posse de elevado capital cultural e de reconhecido capital simbólico. Com isso, redirecionavam seus investimentos intelectuais para animar o debate público regional, favorecer a circulação de ideias que pautariam as ações políticas sobre cultura e educação, e, assim, galgar os cargos burocráticos do funcionalismo público e, eventualmente, os postos dirigentes da máquina estadual, convertendo o capital simbólico obtido pela consagração intelectual em capital político.

Coelho Netto é enfático ao afirmar, após seu retorno à terra natal, em 1899, celebrado como marco temporal do “renascimento cultural” que viscejava em solo maranhense: “[...] preciso de relativo conforto, preciso rodear os meus filhos de bem-estar. Trabalho! Creio que só a tenacidade e o querer tem obstado a minha morte. Hei de ir até o fim com o prazer de ter pago sempre as minhas dívidas” (BORRALHO, 2011, p. 60).

Aluísio Azevedo também expressa as mesmas preocupações de seu conterrâneo contemporâneo com a obtenção de ordenados estáveis: “[...] de letras estou até aqui. Meu ideal é um emprego público, coisa aí como amanuense ou escriturário com vencimentos certos” (*id.*, *ibid.*).

Humberto de Campos torna ainda mais flagrante a necessidade desses intelectuais de transformar o prestígio obtido pela escrita em garantias materiais de sobrevivência: “[...] tive, de então para cá, de lutar penosamente pela substância, mantendo-me, e a uma família numerosa, exclusivamente com o trabalho de minha pena. Os meus dias, as minhas horas, os meus minutos, passaram a ser convertidos em pão” (*id.*, *ibid.*).

A busca pela garantia e estabilidade de empregos e remunerações após a consagração obtida pela produção literária indica que o sistema de retribuições materiais da esfera intelectual em âmbito nacional não se coadunava com o grau de retribuições simbólicas distribuídas àqueles dedicados à atividade da escrita. Para além disso, sinaliza mesmo à estruturação de um estágio do espaço de produção intelectual, em termos de retribuição material, fortemente atrelado aos postos da burocracia estatal.

Essa interdependência entre a atividade literária e o patronato político, numa relação sensivelmente perceptível de retroalimentação simbólica entre os intelectuais consagrados e os dirigentes políticos ávidos por reconhecimento junto às frações sociais cultas, engolfados pelo contexto de nascimento do Estado-nacional republicano e de valorização das atividades intelectuais, parece ser o padrão hegemônico que vigerá até o surgimento das escolas superiores livres.

Não obstante, uma vez investidos em mandatos políticos e em cargos públicos, consumando-se assim a reconversão de seus capitais cultural e simbólico em capital político, esses intelectuais passaram da produção escrita de imagens e representações sobre o Maranhão, pinceladas em seus romances, poesias e artigos de jornais, à construção de símbolos estaduais republicanos, como Hinos, Bandeiras etc.

Ao poeta Sousândrade, por exemplo, foi incumbida a tarefa de criação da Bandeira estadual enquanto símbolo representativo do Maranhão republicano. Inspirado na flâmula dos Estados Unidos, Sousândrade representou a fusão das três raças nas cores branca (europeia portuguesa), vermelha (indígena) e preta (africana), com uma enorme estrela solitária simbolizando o Estado. Segundo Borralho (2011, p. 63-64), ao mesclar elementos simbólicos com a formação étnica maranhense, “o poeta sacralizou uma aliança entre a cidade letrada e as estâncias criadoras e gestoras do poder público, outorgando aos intelectuais desta terra um lugar de criação das tradições locais”.

Já a letra do Hino maranhense, composta por Barbosa de Godóis com música de Antônio Rayol, é emblemática ao exaltar, em pomposo português vernacular, um glorioso “Maranhão berço de heróis” [“Era a guerra, a vitória, a morte e a vida”], vencedor das lutas travadas contra os invasores estrangeiros [“E com a vitória, a glória entrelaçada/ Caía do invasor a audácia estranha”], que [“Reprimiste o flamengo aventureiro/ E forçaste a no mar buscar guarida”] rompeu os laços da colonização

portuguesa [“Dois séculos depois, disseste ao luso: /- a liberdade é o sol que nos dá vida”] (BORRALHO, 2011, p. 64).

Evocando apenas os feitos “heroicos” e “gloriosos” de um passado de lutas contra os povos europeus invasores (franceses e holandeses) e de admoestação em relação ao jugo colonizador lusitano, a letra do Hino do Maranhão, segundo a argumentação de Borralho (*id.*, *ibid.*),

repulsa e esconde todo o passado lusófilo, que tanto enchia de orgulho as sinhazinhas em seus carros de arruar; os fidalgos que mandavam seus filhos estudarem em Coimbra e Lisboa; o estilo português no modo de falar; e a vontade fremente de algumas senhoras mães de que suas filhas conquistassem um ‘bom partido’ [...] para o enlace matrimonial.

Como observado, as ações dos intelectuais desta “Segunda Geração” em território maranhense procederam-se a partir do retorno de alguns de seus ilustres membros para a terra natal, já revestidos de capital simbólico adquirido no centro irradiador da cultura nacional, o que lhes rendeu acesso privilegiado aos cargos e postos políticos da esfera estatal para a aquisição de ordenados que garantissem sua sobrevivência.

Isso ocorreu num momento em que o espaço maranhense de produção intelectual caracterizava-se, por um lado, pela ausência de um regular mercado consumidor de bens simbólicos que limitava as condições materiais desses intelectuais de viverem exclusivamente da atividade literária, e, por outro, pela estrita subordinação aos interesses dos grupos dirigentes da Província.

Tais condicionantes possibilitavam aos intelectuais, conforme os sabores e dissabores das disputas políticas, a ocupação de postos no segundo e terceiro escalão dos governos provinciais, principalmente o de professor das escolas públicas de nível médio, diretor de instituições culturais públicas, funções de destaque na imprensa oficial, e, com mais raridade, pastas de direção na burocracia estatal e o exercício de mandatos políticos eletivos.

Isso fez com que o acesso aos estratos sociais dominantes se tornasse o passaporte para a construção e/ou manutenção de carreiras literárias exitosas e rentáveis umbilicalmente sedimentadas pelo funcionalismo estatal, tanto para os que regressavam

consagrados nacionalmente ao Maranhão quanto àqueles que não conseguiram migrar para outros estados, ressaltando-se, uma vez mais, o grau de interdependência entre o espaço de produção intelectual e o espaço de poder.

Desse modo, o *dominium* intelectual maranhense, que nasceu e se desenvolveu com a atividade literária dos panteões da “Atenas Brasileira” e vigorou durante toda a centúria do XIX à eclosão do século XX, estava estruturado em torno de três dimensões bem definidas: i) paradigma literário como principal critério de acesso às agências de consagração intelectual, cujo ápice centra-se em nível nacional na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instâncias máximas de certificação da cultura nacional que exerciam o monopólio das regras de funcionamento e das concessões de créditos de reconhecimento literário e intelectual às obras e seus autores; ii) subordinação à esfera política estadual, materializada na ocupação de postos do funcionalismo estatal, através da manutenção e ampliação de um capital de socializações com os grupos dirigentes da Província, mediadas sobretudo pelas relações familiares e pelo capital simbólico acumulado nas instâncias nacionais de consagração intelectual; e iii) inculcação e reprodução dos padrões de pensamento e educação europeus, sobretudo de Portugal e França, favorecidas pela imposição da cultura dominante nos processos de socialização estabelecidos nos mais prestigiados e concorridos círculos intelectuais.

Convém ressaltar ainda que, em vista da notoriedade literária adquirida tão somente em âmbito nacional, sem vestígios de uma sementeira cultural que germinasse frutos em solo maranhense, a migração dos intelectuais dessa “Segunda Geração” para outros estados ainda no início de carreira, como se a sua saída enquanto vultos desconhecidos almejando reconhecimento encerrasse toda a atividade literária produzida nesse interregno em âmbito regional, ao ser interpretada por Antonio Lobo como um momento de “ausência de vida cultural” em meio à “decadência da lavoura” no alvorecer da República no Maranhão, constituiu-se numa estratégia discursiva fundamental para a edificação de uma verve salvacionista em torno de sua própria geração.

Fruto de seu tempo e lançado a partir da posição prestigiosa de primeiro presidente da Academia Maranhense de Letras, o olhar de Lobo sobre a história literária

do Maranhão deixa entrever a “ideologia da decadência” que a perpassa, projetando na vida cultural e intelectual da província o desânimo das camadas dominantes com a *débauche* do sistema agroexportador, sustentáculo de sua bonança e de seus privilégios de classe.

A “constatação” da ausência de referências consagradas atuantes em São Luís nessa segunda fase literária, operada por Lobo na lógica de um *absenteísmo referencial* que não enxerga outros vultos dignos de notabilidade para além dos que já gozavam de tal distinção, projetava assim na origem social dos escritores a consagração obtida no transcurso de uma trajetória venturosa, como se o agente estivesse destinado ao êxito desde o início, aquilo que Bourdieu (2010, p. 78) chamou de “ilusão biográfica”.

Tal lógica ideológica foi a responsável por modelar uma suposta atrofia, improdutividade e estagnação na literatura maranhense, visão esta que nada mais é do que a transmutação da “ideologia da decadência” material para seu viés simbólico, uma “ideologia da decadência cultural”, sem a qual “Os Novos Atenienses” não poderiam ser apresentados e interpretados como “movimento da renovação moral e material” (MARTINS, 2006), nem como provedores do “renascimento literário” (NASCIMENTO, 2014), tampouco compreendidos como os idealizadores e fundadores das primeiras instituições científicas e das escolas superiores maranhenses.

Nestes termos, o resgate da tradição mitológica da “Atenas Brasileira”, reivindicada pelos “Novos Atenienses” enquanto herdeiros dos panteões literários da “Idade de Ouro” do Maranhão, reifica, a um só golpe, tanto a periodização ortodoxa da história literária regional e a divisão geracional dos escritores maranhenses, quanto a lógica ideológica da decadência material e cultural que a embasa.

Por outro lado, possibilita também a sua atualização e distinção noutra paradigma, o da cientificidade, evidenciando-se, a partir do exame de seus feitos culturais, educacionais e científicos, o limiar de uma verdadeira revolução simbólica no Maranhão.



### 1.3.3 O universal científico: os “Novos Atenienses” e a revolução simbólica no Maranhão

A terceira e última fase da história literária do Maranhão examinada por Antonio Lobo estaria circunscrita temporalmente entre os anos de 1890, momento em que emerge uma crescente agitação cultural em São Luís chancelada pela chegada de renomados escritores à cidade no alvorecer da República no Brasil, e 1909, ano de publicação de **Os Novos Atenienses**, à qual corresponderia a “Terceira Geração” de intelectuais maranhenses, atuantes e consagrados essencialmente em âmbito regional.

Segundo a periodização proposta por Lobo, essa etapa teria tido início por volta de 1889 com a realização de atividades e eventos literários em São Luís, muitos destes animados pelo professor e escritor Manoel de Béthencourt, e ocorreram consentaneamente à chegada de figuras ilustres como Coelho Netto, àquela altura o mais consagrado escritor maranhense em nível nacional, que aportou na capital, em 1899, a serviço da Comissão Central dos Festejos Comemorativos da Descoberta, e do português Fran Paxeco, em 1900 (LOBO, 2008, p. 47), cuja atuação contribuiu sobremaneira para a estruturação e institucionalização de um novo estágio de desenvolvimento do *dominium* intelectual no Maranhão.

Limitados em âmbito regional pela perda de riqueza da nobreza rural de onde descendiam, que impôs bloqueios materiais à sua circulação internacional e, conseqüentemente, condicionou-a a um trânsito regional mais acentuado em busca de formação superior (especialmente na Faculdade de Direito do Recife) antes da fundação das primeiras faculdades livres em solo maranhense, a atuação desta geração de intelectuais, autointitulada de “Novos Atenienses”, deveu-se incontestavelmente ao beneplácito de um mecenato cultural privado constituído sobretudo por altos funcionários públicos, comerciantes (portugueses em sua maioria) e profissionais liberais.

As agremiações literárias, os periódicos culturais e as instituições educacionais e científicas que fundaram, assim como o prestígio e o reconhecimento que obtiveram, são corolários de sua atuação essencialmente centrada no Maranhão, cujo polo cultural

irradiador se sobrepujava a partir da capital São Luís. Tais realizações e conquistas somadas ao seu perfil mais urbano e cosmopolita, conectados às transformações históricas e estruturais do espaço de produção cultural emergidas com a instauração do regime republicano, constituíram-se num conjunto de atributos específicos que os distinguiam incontestavelmente das duas gerações anteriores.

Ao concentrar seus esforços no exame e na formulação de propostas para a solução das questões sociais que se impunham à pauta do debate público estadual, travado principalmente nos jornais, adicionando à produção ficcional literária os componentes de uma atividade escrita pretensamente reivindicada como “científica”, então concebida como uma espécie de “cientificidade difusa e indiscriminada” baseada muito mais numa “moda científica” do que efetivamente numa prática e produção de ciência, que só viria mais tarde com a consolidação das universidades (SCHWARCZ, 2016, p. 41), esse grupo geracional buscou na realização de seus feitos culturais, educacionais e científicos as retribuições simbólicas que não puderam granjear nas instâncias nacionais de consagração intelectual, sobretudo literária, obstaculizados pelas restrições econômicas impostas à sua circulação dentro e fora do país.

Isso reforçou sua interdependência ao patronato político estadual, aos cargos do funcionalismo estatal e ao mecenato cultural local como suporte para a realização de um trânsito regional mais intenso e, timidamente, uma circulação nacional esporádica e pontual, em termos de investimentos na aquisição de capital cultural através da educação superior e de capital simbólico via ocupação de postos na esfera pública federal, com pouca ressonância nacional de sua produção literária. Conforme observa Nascimento (2014, p. 149), “nenhum dos intelectuais [desse período] que teve atuação no campo regional alcançou consagração nacional, nem produziu qualquer obra que tivesse atingido notoriedade dentro dos cânones literários dominantes”.

Com efeito, Antonio Lobo identifica, a partir da eclosão da República no Maranhão, uma agitação cultural e literária inicialmente concentrada em torno de Manoel de Béthencourt, romancista, professor de Filosofia do Liceu Maranhense e editor-chefe de *Philomatia* (1895-1986), primeiro periódico estadual a abordar questões estritamente filosóficas e científicas, além dos assuntos artísticos e literários, e que gozou do raro privilégio de uma existência longa, quase centenária. Em volta de

Béthencourt, reuniam-se as mais jovens promessas intelectuais maranhenses, as quais foram responsáveis pelo aparecimento de vários outros jornais e periódicos, tais como *A Civilização* (1889-1890), *Aurora Maranhense* (1890), *A República* (1890-1902), *A Alvorada* (1895), *A Campanha* (1902-1904) etc. (BORRALHO, 2011, p. 65; MARTINS, 2006, p. 189).

De origem portuguesa e radicado no Maranhão, Béthencourt foi um dos mais ativos intelectuais atuando em São Luís entre o último decênio do século XIX e a primeira década do século XX. Por meio de sua atividade docente no prestigiado Liceu Maranhense, estabeleceu vínculos com aquela juventude secundarista, tornando-se para ela seu mentor e referência intelectual, reconhecimento avalizado por sua intensa produção escrita empreendida nas colunas dos principais jornais da época. Segundo informa Martins (2006, p. 150),

um exemplo da intervenção intelectual de Béthencourt pode ser observado a partir do exame de sua obra mais importante, o romance-crônica **A Crise**<sup>49</sup>, que veio à publicidade em 1902, por intermédio da qual problematizou variados aspectos da sociedade do Maranhão, especialmente a de São Luís, na conjuntura subsequente à Abolição da Escravidão e à Proclamação da República.

Outro acontecimento sobre o qual Lobo edificou os alicerces de fundação da “Nova Atenas” foi a passagem em São Luís, em 1899, de um dos mais notórios integrantes da “Segunda Geração”, o nacionalmente consagrado Coelho Netto. Na ocasião, em virtude das celebrações organizadas em sua homenagem, coube ao poeta Sousândrade, um dos poucos panteões sobreviventes (senão o único) do “Grupo Maranhense”, a realização do brinde de honra em favor de Coelho Netto, no Hotel Central da cidade, fato assim narrado por Lobo (2008, p. 46):

E nessa troca de cumprimentos entre o velho e o moço, entre o batalhador que chegava exausto das lutas ingentes do passado, carregado de anos e de glórias, e o outro que, por entre os triunfos promissores do presente, demandava vigoroso a consagração definitiva do futuro, **houve alguém que visse, palpitante de entusiasmo e de esperanças, o símbolo grandioso de duas gerações literárias que se dessem as mãos**, por cima dos anos tristes da decadência mental que entre uma e outra se cavavam, para depois, unidas e fortes, prosseguirem na tarefa nobre do restabelecimento dos créditos mentais da terra feliz que lhes serviu de berço. **(Grifo nosso)**

---

49 O livro foi publicado em formato de folhetim, nas páginas do jornal *A Campanha*, do qual Béthencourt era editor-chefe, alcançando 120 edições (MARTINS, *op. cit.*, p. 50).

Esse “alguém palpitante de entusiasmo” é o próprio Lobo. É ele quem enxerga, enquanto “testemunha ocular dos fatos” e como um dos líderes do grupo de intelectuais da “Terceira Geração”, o entrelaçamento de mãos das duas gerações antecedentes à sua como o “símbolo grandioso” que interliga as fases da história literária maranhense, através do qual o passado (Sousândrade) confere ao presente (Coelho Netto) a legitimação da emergência de uma nova identidade ao Maranhão, talhada por seus “herdeiros diretos” ali presentes (Antonio Lobo, Manoel de Béthencourt e Fran Paxeco). Para Lobo, esse é o marco simbólico de fundação da “Nova Atenas” e, por conseguinte, dos “Novos Atenienses”.

Além dessa tríade fundadora do movimento de “renascimento cultural” em São Luís (Lobo, Béthencourt e Paxeco), a historiografia regional estende até 1930 a atuação dos “neo-atenienses” – delimitada por Lobo entre 1890 e 1909 – e engloba neste grupo geracional de intelectuais personalidades que, muitas vezes, estavam em desacordo com a classificação operada por Lobo ou mesmo em linha de confronto com os “Novos Atenienses”<sup>50</sup>.

Compreende-se que a reunião de autores tão diversos sob o guarda-chuva da categoria “grupo” só é passível de exame em conjunto pelo critério geracional. Assim, torna-se inteligível a composição de um *casting* “neo-ateniense” com figuras díspares, porém significativamente atuantes no período retratado, como Celso Magalhães, José Ribeiro do Amaral, Antonio Baptista Barbosa de Godóis, Raimundo Lopes da Cunha, Inácio Xavier de Carvalho, Justo Jansen Ferreira, Raul Astolfo Marques, José do Nascimento Moraes (maior rival de Antonio Lobo), Domingos de Castro Perdigão, Achilles de Faria Lisboa, Antônio Lopes, Luís Lobato Viana, Cesário dos Santos Veras, dentre outros (BORRALHO, 2011; MARTINS, 2006). O perfil social predominante desses intelectuais compõe o retrato de corpo inteiro do modo de dominação imposto pelas elites políticas e culturais sobre a cidade de São Luís: homens, brancos, funcionários públicos, profissionais liberais, descendentes da nobreza rural maranhense.

---

50 Analisando o livro **Puxos e Repuxos** (1902), um compilado dos principais artigos publicados em jornais por José do Nascimento Moraes contra seu maior adversário das letras, Antonio Lobo, que então ocupava uma posição dominante no espaço intelectual maranhense, Nascimento (2014, p. 141-145) revela o teor dos contenciosos, das clivagens que demarcam a atuação de grupos distintos disputando uma posição proeminente no cenário intelectual local, esmiuçando as lógicas que enredam práticas classificatórias de consagração e de “esquecimentos”.

Vale enfatizar, todavia, o ínfimo destaque concedido por Lobo à participação feminina na vida literária maranhense. Em sua obra, o autor cita a existência de apenas duas mulheres ao longo de todo o exame que faz da história literária estadual, Leonete Oliveira e Laura Rosa, numa seção intitulada “Outros Poetas”, na qual aparecem na penúltima e última posições, respectivamente, e sobre as quais não são oferecidas outras informações (LOBO, 2008, p. 90).

Nem mesmo a publicação de *Úrsula* (1859), da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis<sup>51</sup>, lançado cinquenta anos antes do livro de Antonio Lobo e considerado o primeiro romance de autoria de uma mulher no Brasil, foi digno de nota pelo autor. Uma possível explicação para a exclusão da romancista do rol de escritores elencados pelo então presidente da Academia Maranhense de Letras reside justamente nos marcadores sociais que a identificam. Duplamente estigmatizada por ser mulher e negra numa sociedade marcada pela dominação masculina, branca e eurocêntrica, exercida de forma hegemônica nas sociedades escravocratas e patriarcais de Norte a Sul do Brasil, não é difícil supor que tais marcadores sociais estejam tacitamente relacionados ao bloqueio do acesso de Maria Firmina dos Reis a um já restrito e privilegiado espaço de produção e consagração literária reservado às elites.

Investigar as condições de produção literária dessas escritoras, bem como seus perfis sociais e vínculos intelectuais, que, mesmo timidamente e numa posição incômoda, são apresentadas em *Os Novos Atenienses*, possibilitariam a compreensão das bases sociais e das lógicas classificatórias que as alçaram à rara posição distintiva de serem “lembradas” através do filtro ótico masculino. Ao mesmo tempo, contribuiria para o descortinamento dos véus das estruturas de dominação material e simbólica, base

---

51 Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís-MA em 1825 e faleceu na cidade de Guimarães-MA, em 1917. Mulher e negra, conseguiu o acesso à educação formal, teve intensa e produtiva participação nos principais periódicos da capital maranhense, onde publicou inúmeros textos literários (contos, poesias, crônicas) e chegou ao posto de docente concursada na esfera pública escolar da Província do Maranhão. O despertar do interesse público por sua vida e obra tem início a partir do final da década de 1960, quando o racismo e outras temáticas relativas às populações negras despontaram no cenário nacional e internacional em matérias de jornais, revistas, programas de TV e passou a fazer parte das investigações acadêmicas. Em São Luís, nesse período, surgem as primeiras homenagens póstumas à autora e, com elas, o interesse pelo resgate de sua história e de sua memória. A valorização e a consagração nacional *post-mortem* concedida à primeira romancista do país rendeu-lhe a honraria de ter seu busto alocado na Praça do Pantheon, em frente à Biblioteca Benedito Leite, no Centro Histórico de São Luís, em celebração ao aniversário da cidade, em 2018. Maria Firmina é a única figura feminina em meio a um grupo de vinte ilustres escritores maranhenses que tiveram suas imagens imortalizadas em bustos exibidos em praça pública, por iniciativa do governo estadual.

das lutas concorrenciais pela imposição dos princípios de classificação e desclassificação no espaço intelectual, que relegaram ao “esquecimento” outras possíveis escritoras.

Como já evidenciado, as condições de produção e de preservação das fontes que informam a história e a memória de um país ou grupo social estão irremediavelmente imbricadas ao estado e à qualidade das fontes disponíveis e, conseqüentemente, à lógica seletiva, por afirmação e/ou exclusão, de invenção dos cânones dignos de serem lembrados em oposição aos que são negligenciados.

Em verdade, os “neoatenienses” são apontados pela historiografia como os intelectuais de maior destaque nesse período e tidos como os responsáveis pelo resgate do mito da “Atenas Brasileira”, tanto por sua intensa produção escrita evocando renitentemente o culto e a celebração às glórias do passado conquistadas pelo “Grupo Maranhense”, sobre as quais trataram de esculpir a imagem de sua própria geração como verdadeiros “operários da saudade” (MARTINS, 2006, p. 50-75), quanto pela criação de diversas agremiações culturais, sociedades literárias, jornais e instituições científicas e de ensino, especialmente as escolas superiores livres, que, em conjunto, contribuíram para a organização, institucionalização, difusão e dinamização da produção intelectual maranhense, conferindo-lhe relativo grau de autonomização em relação à necessidade de consagração em nível nacional.

Além de ter estabelecido a periodização que grassa incólume nos trabalhos historiográficos maranhenses como marcos delineadores das sucessivas gerações de intelectuais atuantes na cultura e na política do Maranhão, cujos reconhecimento e consagração se devem à posição dominante que ocupava no espaço intelectual maranhense, Antonio Lobo foi a figura que batizou a sua própria geração de “Novos Atenienses”, ombreando-se na tradição literária do “Grupo Maranhense” e na retomada do epíteto da “Atenas Brasileira”.

Tratou de distinguir-se desta, porém, com a construção de uma “nova identidade” para seu grupo e, por extensão, de novas elaborações imagéticas representativas do desenvolvimento material e cultural do Maranhão. O objetivo, nas palavras de Lobo, era

[...] reatar as riquíssimas tradições das nossas letras, que a muitos se afiguravam já totalmente perdidas [face] (...) aos anos de apatia e marasmo que se seguiram à brilhante e fecunda agitação literária de que foi teatro a capital deste estado, nos meados do século findo, e que ficará marcado para honra e glória nossa uma das mais fulgentes da vida intelectual brasileira (LOBO, 2008, p. 56-57).

Dentre as realizações mais destacadas na vida cultural do Maranhão, os “Novos Atenienses” fundaram a Oficina dos Novos (1900) e a Renascença Literária (1901), as principais associações literárias que dominaram e movimentaram o cenário intelectual local até a fundação da Academia Maranhense de Letras (1908). Além disso, criaram as já mencionadas Faculdade de Direito (1918), Faculdade de Farmácia (1922) e Odontologia (1925) e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), constituindo um patrimônio cultural, educacional e científico sem comparativo em toda a história maranhense.

No que concerne à produção escrita, esses intelectuais ajudaram a fundar e tiveram intensa participação em alguns dos principais periódicos do estado, tais como *A República* (1890-1902), *Os Novos* (1900-1902), *A Renascença* (1902), *O Domingo* (1901-1904), *Amor às Letras* (1905-1906), *Revista da Associação Comercial do Maranhão* (1908), *Pacotilha* (1910-1930), *O Ateniense* (1915-1918), *Revista Maranhense* (1916-1920), *O Imparcial* (1926-1930), dentre outros<sup>52</sup>.

O esforço coletivo dos “Novos Atenienses” em fundar e dirigir agremiações culturais, instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, jornais, periódicos, editoras, livrarias, além de uma intensa e rica produção escrita na imprensa, cujo teor literário e publicista vai perdendo espaço para trabalhos mais analíticos e interpretativos calcados num crescimento exponencial das preocupações com as questões sociais que atravessam a realidade objetiva do Maranhão, possibilitou-lhes estabelecer uma posição dominante no *dominium* intelectual maranhense durante toda a Primeira República, em torno dos quais orbitavam os novos pretendentes ao cânone regional, assim como os que intentavam “destroná-los”.

---

52 Em sua pesquisa, Martins (2006, p. 189-197) mapeou e catalogou praticamente todos os periódicos existentes, entre jornais e revistas, fundados e publicados no Maranhão durante a Primeira República, tanto na capital quanto no “interior” do estado, organizado alfabeticamente e com acréscimo de informações sobre os anos de vigência das publicações. Além disso, também elaborou uma lista dos principais livros editados e lançados em São Luís no mesmo período.

Mas quais os condicionantes que possibilitaram esse domínio hegemônico dos “neo-atenienses”? Que fatores estruturais, sociais e culturais permitiram essa aparente mutação nos critérios de produção escrita, de textos literários para publicações pretensamente científicas? Quais os indicativos que apontam mesmo para uma redefinição das estratégias de afirmação intelectual desse novo grupo geracional que parece agir *pari passu* com a transformação de um Estado provincial, predominantemente rural, aristocrático e escravocrata, para um Estado republicano, de feição urbano e cosmopolita, fatores que estão na base do processo de constituição do ensino superior no Maranhão? É o que nos propomos a examinar a seguir.

#### 1.3.3.1 Condicionantes de atuação dos “Novos Atenienses”

Essa “Terceira Geração” de intelectuais maranhenses foi diretamente afetada pelas transformações históricas, políticas e sociais que convulsionaram o último quartel do século XIX e o primeiro decênio do século XX. Os impactos da Abolição da Escravidão, do fim do Império e da Proclamação da República foram irremediavelmente sentidos no Maranhão por uma parcela dominante da nobreza rural que se nutria do sistema agroexportador. Uma vez que a lucratividade deste modelo econômico foi abalada de modo irreversível, os herdeiros dos grandes fazendeiros e das “famílias tradicionais” rurais, que dominavam também as esferas política e cultural através do assenhoreamento do acesso aos postos dirigentes de estado e às funções de destaque nos jornais, foram limitados a obter formação cultural e educação superior e a buscar emprego e renda em âmbito regional.

Esse bloqueio material em sua circulação nacional e internacional, prática comum das famílias abastadas da época, de onde descendia boa parte da elite intelectual maranhense, impôs a necessidade de reelaboração das estratégias de existência material e de aquisição de capital cultural e escolar. Uma delas foi a busca da ocupação dos postos públicos da burocracia estatal em plena expansão face à emergência do Estado republicano brasileiro e, conseqüentemente, do Maranhão republicano, o que lhes garantiria, de imediato, segurança ocupacional e retribuições materiais estáveis.



A esse aumento da demanda por postos do funcionalismo estatal houve uma crescente procura pelas posições de destaque nas tipografias e nos jornais, que pululavam consentaneamente ao desenvolvimento do mercado editorial local e de consumo de bens culturais, devido sobretudo à expansão da rede escolar pública e privada. Compreendidos como espaços privilegiados de atuação, afirmação, visibilidade e consagração intelectual, como já evidenciado, a procura por postos nos jornais encetou uma competição intelectual endógena, delineando por filiação aliados e concorrentes, de onde surgem os “grupos geracionais” captados por Lobo (2008) enquanto unidades homogêneas reunidas por ele pelos critérios do volume de capital simbólico, dos vínculos sociais e das afinidades eletivas.

A partir dessas posições sociais de relevo e prestígio na esfera estadual, que lhes geravam algum conforto e estabilidade material, e imbuídos dos protocolos cientificistas que agitavam o cenário intelectual europeu em fins do XIX, irradiando-se para o Maranhão por meio da Biblioteca Pública, do Gabinete Português de Leitura – que, além de seu imponente acervo<sup>53</sup>, mantinha a intelectualidade maranhense a par das principais discussões acadêmicas europeias por meio da promoção de eventos literários – e, também, através das livrarias comerciais (predominantemente geridas por famílias lusitanas<sup>54</sup>), por onde chegavam ao crescente público leitor títulos de Comte, Durkheim, Tarde, Weber, para ficarmos apenas no âmbito da sociologia, exemplares constitutivos de seu “espírito de corpo” (BOURDIEU, 1989), isto é, seus esquemas de pensamento

---

53 No inventário do acervo do Gabinete Português de Leitura (mais de 8 mil volumes, um dos maiores do país à época), fechado no contexto de emergência do novo regime político que intentava modelar uma pretensa “identidade nacional” junto às instituições imperiais vigentes no Maranhão, cuja biblioteca fora confiada aos cuidados da Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro, constavam as obras consoantes aos “hábitos de leitura mais correntes da época” (LEÃO, 2013, p. 512), dentre as quais títulos variados de literatura (Balzac, Schiller, Dumas, Victor Hugo, Camilo Castelo Branco, Garrett, Flaubert, Eça de Queiroz, Zola, Aluísio Azevedo etc.), filosofia (Montesquieu, Trigo de Loureiro, Rogron, Virgílio, Ovídio, Cícero, Horácio etc.), teatro (Shakespeare, Gil Vicente, Molière, Goethe etc.), além de livros de geografia, história, sociologia, física, química, matemática, economia, belas-artes, entre inúmeros outros.

54 Caso exemplar é o da Livraria Universal, a mais bem-sucedida do ramo em São Luís, que chegou a festejar seu centenário em 1946, tornando-se uma das mais longevas do país. Fundada em 13 de junho de 1846 pelo comerciante português Antônio Pereira Ramos d’Almeida, a Livraria Universal logo adquiriu um maquinário de impressão e a batizou de *Tipografia Ramos d’Almeida* e, assim, adentrou o mercado de livros também como editora. Em 1858, começou a publicar o *Jornal do Comércio*, diversificando e expandindo sua atividade comercial. Tinha entre seus funcionários os próprios membros da família Almeida. Sua notabilização no setor foi tamanha que os genros do velho Almeida fundaram três outras importantes livrarias no eixo Norte/Nordeste: Livraria Contemporânea, no Recife-PE; Livraria Maranhense, em Belém-PA; e Livraria Moderna, muito conhecida em São Luís. Ver Leão (*op. cit.*, p. 524-525).

sobre o mundo social, os “neo-atenienses” puderam dar concretude aos feitos culturais, educacionais e científicos que lhes renderam o acesso inamovível à posição dominante de que gozaram no *dominium* intelectual maranhense e ao cânone da intelectualidade regional.

Vale dizer ainda que esses novos agentes intelectuais encontraram no divórcio entre Estado e Igreja Católica, registrado e chancelado pela Constituição de 1891, o suporte jurídico necessário para reivindicar a criação de escolas superiores em terras maranhenses. Com efeito, a primeira Carta Magna do regime republicano promoveu o fim do monopólio da formação superior exercido desde o Império por São Paulo e Recife, ao estabelecer as diretrizes para que governos estaduais e a iniciativa privada, cujo representante máximo era a Igreja, pudessem criar faculdades livres em todo o país.

Para além da necessidade de recrutamento e qualificação de mão-de-obra especializada para dar funcionalidade ao nascente Brasil República, a Constituição do novo regime político do país, no que concerne à liberalização da oferta dos serviços de instrução de nível superior, visava também decretar o fim do que ainda restava das instituições educacionais de concepção imperial, flagrantemente representadas pelas faculdades jurídicas de São Paulo e de Recife, ao mesmo tempo em que se colocava o acento sobre a necessidade de formação da “identidade nacional” (CARVALHO, 2017; PÉCAUT, 1990) e, por conseguinte, da elaboração das “identidades regionais”, no contexto de formação do Estado-Nacional republicano (MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 2006).

Enquanto a Faculdade de Direito de São Paulo tornou-se um modelo para o eixo Sul-Sudeste, sua congênere em Pernambuco desempenhou um papel no Norte e no Nordeste apontado como “faculdade germinal”, da qual derivaram paradigmaticamente as do Pará, Ceará, Amazonas e Maranhão, visto que “o Recife era metrópole regional e sua Faculdade de Direito pertencia a todo o Nordeste. Era o caminho natural das gerações que procuravam no humanismo jurídico a sua vocação” (DINO, 2014, p. 33).

Principal destino da intelectualidade maranhense<sup>55</sup>, que não podia mais arcar com os custos de seus estudos na Europa face à “decadência da lavoura” e à perda de capital econômico da nobreza rural de onde descendia, impingindo-lhes a obrigatoriedade de retrair seu “caminho natural” das universidades europeias para o Estado de Pernambuco, polo de formação e produção cultural do Norte-Nordeste, a Faculdade de Direito do Recife não apenas forneceu a fornada da nova elite política e dirigente do Maranhão republicano, como também reproduziu e atualizou a dominação cultural portuguesa em novas bases de concepção educacional e científica, através dos círculos sociais privilegiados mantidos com a alta burguesia maranhense, formando uma elite intelectual local mais identificada com Portugal do que com o Império brasileiro. A este respeito, Dino (2014, p. 34) evoca Mário Meireles, que é enfático ao assinalar:

Depois da independência política, rompidos os laços mais estreitos que nos ligavam a Portugal, **Olinda, em Pernambuco, far-se-ia a Meca preferida dos jovens maranhenses e, por isso, não se quebrou aquele sadio costume que nos garantiu a criação daquele ambiente de humanismo de sabor coimbrão que tão acentuado se fez** que, a par dos nossos doutores, apareceram sem terem saído da terra para estudar, autodidatas que com eles ombream e não raro os excederam como João Lisboa e Sotero dos Reis. **(Grifo nosso)**

Enredados por esse efervescente caldo cultural de influência lusitana, onde bacharéis e autodidatas socializavam e se nutriam intelectualmente, emergiram movimentos culturais e sociedades literárias que, somados à ampliação da rede escolar, ao desenvolvimento e modernização da imprensa, à (re)organização dos partidos políticos e à fundação das representações sindicais de trabalhadores urbanos e rurais, reivindicaram maior participação nas instâncias decisórias do poder político, esculpiram o saudosismo econômico e cultural do período áureo de São Luís através do epíteto de “Atenas Brasileira” e requereram a criação de novas instituições de ensino, de formação profissionalizante e de nível superior. Nas palavras de Mário Meireles, evocadas por Dino (*ibid.*),

[...] foram estes homens, doutores e bacharéis de Coimbra e de Olinda, com os que aqui se formaram sem escolas e universidades, que, constituído o literariamente chamado “Grupo Maranhense”, do Romantismo Brasileiro, alcançaram para o Maranhão, naquele nosso período áureo do Império, o cognome ilustre de Atenas do Brasil,

---

55 Entre 1832 e 1922, 307 maranhenses efetuaram matrículas na Faculdade de Direito do Recife (CORRÊA, 2017, p. 149).

galardão de honra que tem sido objeto de respeitoso culto para todas as gerações subsequentes.

Nesse contexto de vivência cultural coimbrã e de compartilhamento de ideias e ideais humanistas entre literatos autodidatas e bacharéis formados em Recife regressados ao Maranhão, é fundada a Academia Maranhense de Letras (AML) a partir do desmembramento e extinção das duas principais sociedades literárias desse período: a “Oficina dos Novos” e a “Renascença Literária”. Desse modo, a AML passa a reunir e concentrar em torno de si os nomes mais relevantes da *intelligentsia* estadual, ocupando posição hegemônica no *dominium* intelectual maranhense como a principal agência de consagração literária e instância máxima de produção, organização e difusão da cultura letrada, impondo-se como referência central para todo o estado.

### 1.3.3.2 A Academia Maranhense de Letras (AML): uma agremiação de distinção e de autoconsagração dos “Novos Atenienses”

Fundada no dia 10 de agosto de 1908, no contexto de emergência da Academia Brasileira de Letras (ABL) e de outras agremiações literárias que surgiam no Norte e em outros estados do Nordeste<sup>56</sup>, em sessão realizada na sede da Biblioteca Pública do Estado, a Academia teve como seus fundadores os maranhenses Antônio Francisco Leal Lobo (então diretor da Biblioteca), Alfredo de Assis Castro, Raul Astolfo Marques, Antônio Batista Barbosa de Godois, Raimundo Corrêa de Araújo, Domingos Barbosa, Inácio Xavier de Carvalho, Armando Vieira da Silva, José Ribeiro do Amaral, Godofredo Mendes Viana, além do português Manoel Francisco Paxeco e do piauiense Clodoaldo Severo Conrado de Freitas (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008, p. 10).

Inspirada no modelo institucional da *Académie Française* e seguindo a estrutura e organização da ABL, a AML propunha-se a “fomentar o desenvolvimento da cultura, a defesa das tradições literárias do Maranhão e o intercâmbio com os centros de atividades culturais do Brasil e do estrangeiro” (SILVA, 2009, p. 56). Para tal intento,

---

56 A AML nasceu como a quinta mais antiga instituição literária do país neste formato, antecedida apenas pelas suas congêneres Cearense (1894), Brasileira (1897), Paraense (1900) e Pernambucana (1901).

os membros da AML consideravam o resgate da tradição gonçalvina e do epíteto da “Atenas Brasileira” como os principais elementos simbólicos de confecção estratégica de sua identidade literária e cultural, procurando, desta forma, “manter viva, para os coevos e para os pósteros, a tradição de cultura da terra de Gonçalves Dias e Gomes de Sousa, apanágio maior que dignifica e honra os que se orgulham de ser nascido na Atenas Brasileira” (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008, p. 11).

Em que pese o aspecto congregacional das elites letradas do Maranhão, a AML nasce a partir dos conflitos e da dissidência entre as duas principais sociedades de literatos maranhenses, a “Oficina dos Novos” (1900) e a “Renascença Literária” (1901). Estas agremiações reuniam os mais ativos e combativos intelectuais “neo-atenienses”, sobretudo escritores e polígrafos, representantes do jornalismo político polemista, de forte verve literária, que marcou o início do período republicano (MICELI, 2012).

Inicialmente reunidos em torno da “Oficina dos Novos”, com uma estrutura orgânica rígida e formal, composta por um quadro de sócios divididos em efetivos, correspondentes e honorários (sendo transplantada para a AML na forma de fundadores, patronos e ocupantes de cadeiras), os “neo-atenienses”, até então identificados pelo critério geracional, tornaram mais nítidas as circunstâncias que os diferenciavam e os polarizavam em “grupos”. Segundo informa Moraes (1977, p. 168 apud BORRALHO, 2011, p. 66), a agremiação surgiu pela iniciativa de Francisco Serra, João Quadros e Astolfo Marques, com o objetivo de cultuar os vultos do passado, incentivar autores contemporâneos, promover eventos literários, organizar uma biblioteca e produzir um periódico literário. Para atender a este último propósito, “a 5 de agosto [de 1900] circulava a primeira edição de *Os Novos*”.

A primeira diretoria da “Oficina” foi composta por Nascimento Moraes, Otávio Galvão, Astolfo Marques, Leôncio Rodrigues e George Growell, da qual Sousândrade foi aclamado presidente honorário, tendo Antônio Lobo como responsável pela comunicação com a juventude. Todavia, no ano seguinte à fundação e à escolha dos diretores, deixaram a agremiação Moraes, Galvão, Growell e Rodrigues, aos que seguiram-se Inácio Xavier de Carvalho, Rodrigues de Assunção, Leslie Tavares e Caetano Sousa para fundar a sociedade “Renascença Literária” (*id., ibid.*).

Durante quase uma década em que ambas existiram, a “Oficina dos Novos” e a “Renascença Literária” foram as associações culturais que mais animaram e convulsionaram a cena intelectual no Maranhão. Cada uma, a seu modo e dispendo de seus próprios recursos, buscava expressar suas desavenças e questiúnculas com o grupo rival, como revela a cizânia de Moraes para com Lobo, efervescendo o mercado consumidor de jornais.

Tal quadro se inverteu a partir da fundação da AML, na qual se integraram e/ou colaboraram diretamente os membros da “Oficina dos Novos”. Não tardou para que a “Renascença Literária” também encontrasse seu ocaso, com alguns poucos de seus partícipes indo juntar-se ao processo de gestação da Academia, como bem ilustra o exemplo de Xavier de Carvalho, de “rival” dos acadêmicos a um dos fundadores da AML e da Cadeira N. 09 (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 1986, p. 30).

No entanto, apesar de criada pela nata da intelectualidade maranhense no início do século XX, cujos membros ocupavam cargos e postos tanto no funcionalismo público quanto na esfera privada, sobretudo os que tinham mais ligação com as atividades intelectuais propriamente ditas, como as de diretor da Biblioteca Pública – pelo qual passou Corrêa de Araújo, Ribeiro do Amaral e Antônio Lobo – e da Imprensa Oficial do Estado – exercido por Vieira da Silva, Domingos Barbosa e novamente por Corrêa de Araújo –, além de funções destacadas nas editorias de jornais privados e na Associação Comercial do Maranhão (caso de Fran Paxeco, que foi secretário-geral da entidade, de 1902 a 1911), a AML só viria obter uma estrutura digna de funcionamento, com subsídios regulares, sede própria e publicação cotidiana de periódico, no início da década de 1950, conforme se observa no relato a seguir:

A 19 de novembro de 1918, o Governador Urbano Santos, pelo Decreto de N. 92, considerou a Academia de “utilidade pública”, determinando que se lhe desse instalação condigna no edifício a ser construído para a Biblioteca Pública e que a Imprensa Oficial editasse regularmente sua Revista. **Uma e outra determinações, porém, jamais foram cumpridas;** só no governo de Sebastião Archer da Silva (Lei N. 320, de 3-2-1949) o Estado, construída nova sede para a Biblioteca, doaria à instituição o prédio de onde tirara sua livraria, no qual, vinte anos antes, fôra ela fundada. (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2008, p. 10). (Grifo nosso)

Tais condições precárias de existência material da principal agremiação literária do Maranhão sinalizam para duas dimensões de compreensão do estágio de

desenvolvimento em que se encontrava o *dominium* intelectual estadual. Primeiro, a insuficiência de recursos próprios de que dispunham as elites intelectuais, quadro esse agravado pela fragilidade de um mercado (ir)regular de consumo de bens simbólicos que os impedia de se dedicarem e sobreviverem exclusivamente de seu trabalho intelectual, resultando na procura pelas carreiras públicas, políticas ou por postos elevados na iniciativa privada.

Em segundo lugar, a recorrência com que se serviam dos cofres públicos do Estado por meio da ativação de seu capital de socializações privilegiadas, ainda que muitas vezes não lograssem o êxito pretendido, o que reforçava a interdependência entre o *dominium* intelectual e o poder político das frações sociais dominantes que controlavam o acesso aos postos dirigentes e burocráticos do funcionalismo estatal.

Ademais, vale frisar a influência exercida pela Faculdade de Direito do Recife no tocante à formação da *intelligentsia* literária maranhense. Conforme assinala Silva (2009, p. 56),

dos 12 integrantes do grupo responsável pela fundação da Academia Maranhense de Letras, a maioria [6] era composta por bacharéis de ciências jurídicas e sociais formados pela Faculdade do Recife. Foram eles: Inácio Xavier de Carvalho, Clodoaldo Severo Conrado de Freitas, Raimundo Corrêa de Araújo, Antonio Batista Barbosa de Godóis, Alfredo de Assis Castro e Armando Vieira da Silva; ou, pela Faculdade de Direito de Salvador, como Godofredo Mendes Viana.

Dispondo da estabilidade das remunerações percebidas pelo exercício dos cargos públicos, dos rendimentos angariados junto à iniciativa privada e da formação jurídica obtida na Faculdade pernambucana que constituía seu *sprit des corps*, capitais estes ainda mais valorizados diante da precariedade de funcionamento da agremiação literária e das inconstâncias no repasse dos recursos públicos para seu custeio, os “imortais” se congratulavam e se autorreferenciavam em seus escritos a partir dos encontros promovidos pela Academia. A AML funcionava como uma agência de consagração intelectual e de certificação de distinção social aos ex-membros da extinta “Oficina dos Novos” em oposição diletante às demais frações cultas das camadas dominantes, especialmente aos adversários da sepultada “Renascença Literária”.

Nessa perspectiva, a Academia Maranhense de Letras fornece aos seus membros a legitimidade, o prestígio e a notoriedade de que necessitavam para conferir aos seus

escritos uma dupla autoridade, social e intelectual, lhes permitindo retraçar os fios do passado e coser o tecido social e institucional do presente.

### 1.3.3.3 Das letras literárias às letras científicas

O resgate simbólico da mitologia da “Atenas timbireense” pela geração de Lobo e seus “Novos Atenienses” não se deu apenas pela busca e manutenção de uma excelência na produção literária regional, mas principalmente pela elevação de uma produção cultural a outro patamar, ambientada e alicerçada pelo paradigma científico, através do qual diversas obras puderam ser escritas com foco sobre o exame objetivo e crítico das questões sociais, políticas, educacionais e culturais do estado. De acordo com Martins (2006, p. 101), “o referente Maranhão passou a fazer parte das cogitações intelectuais desses epígonos com maior constância, propiciando o aparecimento de um conjunto de obras relativamente integrado, principalmente a partir da última década do século XIX”.

Dentre as principais obras publicadas no Maranhão entre 1890 e 1930 sob a influência do paradigma positivista, cujas temáticas versavam sobre os variados e distintos universos da literatura, da história, da geografia, da sociologia, da biologia, da economia, da educação etc., podemos destacar as seguintes:

*A carteira de um neurastênico* (1903), *Positivismo e micróbios* (1908), *A doutrina transformista e a variação microbiana* (1909), *Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão* (1909), de Antônio Lobo; *O Maranhão e seus recursos* (1902), *O comércio maranhense* (1903), *Os interesses maranhenses* (1904), *A literatura portuguesa na Idade Média* (1909), *Portugal e a Renascença* (1912), *O Maranhão: subsídios históricos e corográficos* (1913), *O trabalho maranhense* (1916), *A Escola de Coimbra e a dissolução do Romantismo* (1917), *Portugal e o Maranhão* (1919), *O Pará e a colônia portuguesa* (1920) e *Geografia do Maranhão* (1923), de Fran Paxeco; *O Estado do Maranhão* (1896), *Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão* (Primeira Parte, 1898; Segunda Parte, 1900 e Última Parte, 1912), *A fundação de Belém* (1916), *Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão de Tutóia* (1919), *As revoluções do Segundo Império e a obra*



*pacificadora de Caxias* (1922), *Efemérides maranhenses, 1ª. parte: tempos coloniais* (1923), de José Ribeiro do Amaral; *Instrução cívica* (1900), *Síntese da história da educação* (1900), *Um programa de história* (1900), *História do Maranhão* (1904), *O mestre e a escola* (1911), *Higiene pedagógica* (1914), *Os ramos da educação na Escola Primária* (1914), de Barbosa de Godóis; *A vida maranhense* (1905), *De São Luís a Teresina: notas e impressões de viagem* (1906), *O Maranhão por dentro* (1907), *Esboços e quadros* (1909), *A Nova Aurora* (1912), de Raul Astolfo Marques; *Frutos Selvagens* (1893) e *Missas Negras* (1902), de Inácio Xavier de Carvalho, dentre inúmeras outras.

Das obras mapeadas assinadas por alguns dos membros fundadores da AML, observa-se uma prevalência de títulos que abordam questões de história, geografia, economia e educação. Isso evidencia que a entrada do paradigma científico no microcosmo intelectual maranhense se deu por meio da literatura, ou melhor, por meio dos literatos fundadores da principal instância de consagração literária do Maranhão.

Dos textos e autores citados, vale enfatizar a produção intelectual de Fran Paxeco, especialmente pela posição privilegiada que ocupava quando da escrita dos seus principais trabalhos sobre o Maranhão, seja na Associação Comercial do Maranhão ou no Consulado de Portugal no Maranhão, através dos quais pôde ter acesso a documentos e acervos raros que lhe constituíram um lastro cultural e empírico favorável para tecer suas linhas narrativas e interpretativas sobre o estado que gentilmente o abrigava desde a virada do século XX, onde havia constituído matrimônio e família.

Além disso, tanto na fundação da AML, quanto nas escolas superiores de Direito e Farmácia, foi fundamental o apoio financeiro, político e intelectual do cônsul português, já que nenhuma dessas instituições contou de início com o suporte do poder público, nem na esfera estadual, nem na federal, fato apontado por Meireles (1994, p. 63) como resultado das “dissensões e intransigências da estreita e intolerante política partidária estadual”.

Antes da carreira diplomática como representante de Portugal no Maranhão (1911-1923), Fran Paxeco foi sub-secretário geral da ACM<sup>57</sup>, cargo que ocupou de 1902

---

57 Fundada em 21 de agosto de 1854, em São Luís, a instituição se tornou a principal entidade representativa da classe empresarial maranhense dedicada às atividades do comércio e da indústria. Nela, a partir de 1902, Fran Paxeco exerceu o cargo de sub-secretário, posição logo abaixo do secretário-geral,

a 1911, dois anos após sua chegada em terras maranhenses, onde permaneceu por mais de 20 anos, casou-se com uma ludovicense e teve uma filha. Somado à criação dessas raízes filiais, Paxeco animou a vida cultural em São Luís promovendo eventos literários, como o Congresso Luso-Brasileiro de 1903, publicou inúmeros artigos nos principais jornais da época e ajudou a fundar alguns dos periódicos já citados, como *Os Novos*, *A Renascença* e *O Ateniense*, bem como figura entre os fundadores do Casino Maranhense, da Associação Cívica do Maranhão, do Instituto de Assistência à Infância, entre outras instituições e agremiações.

Essa pluralidade de inserções em grupos sociais que compunham as elites maranhenses, a passagem por cargos do alto escalão da esfera burocrática de entidades representativas das frações econômicas maranhenses e de “pai fundador” de instituições culturais amplamente valorizadas socialmente, somada às suas atividades diplomáticas, favoreceu o despertar do interesse de Paxeco sobre a realidade objetiva maranhense.

Seus escritos em jornais e livros sobre as questões sociais, econômicas e educacionais do Maranhão lhe renderam prestígio e reconhecimento pelos seus pares escritores, a ponto de ser alçado por seu amigo e confrade intelectual Antônio Lobo à seleta tríade de “pais fundadores” da “Nova Atenas”. De acordo com Martins (2006, p. 75), “a contribuição de Fran Paxeco, durante o interregno dominado pela atuação dos Novos Atenienses, foi, sem dúvida, exponencial”. Para o autor, Paxeco “representou, simbolicamente, [...] o elo europeu aqui presente para reanimar energias combalidas”, cuja obra apresentou-se “profundamente vinculada ao exame dos ‘problemas maranhenses’” (*id.*, *ibid.*).

Tal preocupação parece estar em alinhamento, a partir de fins do século XIX, ao desenvolvimento na Europa da concepção moderna de ciência e universidade (CHARLE e VERGER, 1996), face às transformações históricas e estruturais impulsionadas pelo desenvolvimento da industrialização, expansão da urbanização, aumento demográfico, surgimento dos meios de transporte etc. que impactaram, com variações distintas de intensidade, na tecitura social das cidades europeias.

---

posto máximo na estrutura hierárquica da entidade, onde permaneceu até ser nomeado cônsul de Portugal no Maranhão, em 1911. Para informações sobre a composição social dos quadros dirigentes da ACM, a estruturação das carreiras “profissionais” do comércio e a reconversão do seu capital econômico para atuação no domínio da política, cf. Neves (2011).

Os novos campos do saber que emergem a partir disso buscaram precisamente compreender os efeitos produzidos por essas mutações modernas nos principais centros de produção cultural da Europa, sobretudo na Inglaterra, França e Alemanha, onde a diferenciação das atividades intelectuais (literária, artística, jornalística, científica, universitária), que levou a uma especialização e profissionalização dessas esferas sociais, se processou em oposição às constrições políticas, econômicas e religiosas (CHARLE, 1990, p. 243).

Colocando-se em primeiro plano as preocupações das elites intelectuais em entender as transformações por que passava o velho continente e os impactos dessas mudanças no tecido social das nações europeias, tais campos do saber foram enquadrados como “ciências sociais” em oposição às “ciências naturais”, donde se desenvolveram, sob a forma institucionalizada de disciplinas acadêmicas, a sociologia, a economia social, a psicologia, a geografia humana, dentre outras (RIUTORT, 2008, p. 32).

Influenciado por essa conjuntura intelectual acadêmico-científica e gozando da autoridade e do acesso a fontes documentais que os cargos de secretário da ACM e de cônsul lhe permitiam, Paxeco passou a produzir inúmeros escritos que colocavam em relevo as questões sociais, culturais, econômicas, históricas, políticas, geográficas e educacionais maranhenses. Em **Geografia do Maranhão**, publicada em 1923 como fruto de suas atividades consulares e de despedida do cargo diplomático em território maranhense, Fran Paxeco lança mão de dados constantes de relatório produzido pela Diretoria Geral de Estatística do estado para avaliar a situação do Maranhão no início do Novecentos no tocante à geografia física, à economia e à administração política. Dentre suas observações, Paxeco analisou também a realidade educacional local, assim retratada nas tabelas a seguir:

**Tabela 1** – Perfil escolar do Maranhão em 1907.

Natureza	Escolas		Alunos	
	Quantidade	Professores	Inscritos	Concluintes
Federais	2	7	93	19
Estaduais	143	187	8.360	124
Municipais	54	63	2.554	71
Particulares	60	88	3.097	46
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>345</b>	<b>14.104</b>	<b>260</b>

Fonte: PAXECO, 1923, p. 608-609 apud MARTINS, 2006, p. 81.

Como se pode depreender da **Tabela 1**, a quantidade de escolas públicas, cujo total (199) engloba o somatório das federais, estaduais e municipais, representava 76,8% das unidades escolares presentes no Maranhão no ano de 1907, em detrimento da existência de 60 escolas particulares (23,2%). Ainda assim, a rede privada possuía mais matrículas do que a rede municipal de ensino e detinha 21,9% do total de matriculados no período, evidenciando a perspectiva de que o ensino público não era muito atraente para os filhos das elites que podiam pagar por sua educação, tendência que permanece até os dias atuais face à precariedade e à baixa qualidade do sistema de ensino público maranhense, sobretudo o de nível fundamental<sup>58</sup>.

Contudo, comparando-se em conjunto o baixo número de concluintes nos três níveis de ensino, incluindo as escolas particulares, reforça-se a falta de qualidade do sistema de ensino no Maranhão como um todo. De acordo com os dados apresentados por Paxeco, do total de matrículas efetuadas nas escolas municipais, responsáveis pelo ensino fundamental, apenas 2,8% constam como concluintes, tendência reafirmada em relação às escolas particulares. Do montante de inscritos na rede privada, que ofertava os níveis fundamental e médio, apenas 1,5% constam como concluintes no primeiro decênio do século XX.

<sup>58</sup> De acordo com dados do último IDEB (2017), índice que afere o desenvolvimento e a qualidade da educação básica no Brasil, o ensino público no Maranhão não atingiu nenhuma das metas estipuladas para aquele ano, ficando abaixo da média nacional (nota 4,3) e apresentando queda no indicador em relação à avaliação de 2015.

Nas escolas públicas estaduais de ensino médio, o quadro não se altera. Do total de inscritos, 1,5% conseguiram concluir esse nível escolar, mesmo percentual de concluintes nas escolas particulares. Por um lado, esses números suscitam questionamentos sobre as condições estruturais das escolas e sobre o grau de formação dos professores, num contexto em que apenas os herdeiros das “famílias tradicionais em decadência” possuíam as condições materiais de obter formação de nível superior fora do estado e que, em seu retorno, assumiram menos os cargos docentes do ensino de nível fundamental e secundário do que as profissões liberais (advogados, médicos, jornalistas etc.) e os postos dirigentes e burocráticos mais rentáveis do Judiciário, do Legislativo e do Executivo estaduais.

Por outro lado, de um modo geral, sinaliza-se para as condições precárias das famílias maranhenses de manterem seus filhos nas escolas, face às oscilações do sistema agroexportador que impactaram significativamente na balança econômica de todo o Maranhão, resultando na escassez de empregos, na atrofia dos rendimentos *per capita*, na diminuição do consumo e na restrição da circulação e do acesso aos bens culturais.

Outra possibilidade aventada é a falta de perspectiva dos alunos para a continuação dos estudos, num estado que possuía apenas duas escolas federais de nível técnico-profissionalizante voltadas principalmente para a formação pedagógica dos docentes das redes escolares, e que se ressentia da ausência de faculdades de ensino superior, especialmente de escolas jurídicas que já existiam nos estados vizinhos, como atestam as da Bahia (1891), Pará (1902), Ceará (1903) e Amazonas (1909), conforme expresso anteriormente.

Seja como for, a qualidade da formação ofertada nestes estabelecimentos de ensino pode ser colocada em xeque. Do total de inscritos nas duas escolas federais, apenas 20,4% constam como concluintes, o que levou Paxeco a um diagnóstico objetivo sobre a realidade educacional maranhense, à luz desse conjunto de dados, expresso em tintas pinceladas com preocupação e indignação:

Impressiona dolorosamente a toada, que retine durante mais de um terço de século: **quatro escolas por dez mil habitantes**. Nesses trinta e cinco anos, ao que parece, **descurou-se muito o sério problema pedagógico. Onde a causa do retardo? Na inópia do ensino universitário e na pobreza técnica do instituto de mestres nacionais.** (Grifo nosso). (PAXECO apud MARTINS, 2006, p. 82)

Não obstante, a constatação preocupante de Paxeco sobre a escassez de escolas face ao aumento da procura por formação adquire maior pertinência quando se observa, na Tabela seguinte, a quantidade de unidades de ensino que ofertavam os cursos existentes em relação ao número de matriculados:

**Tabela 2** – Cursos existentes no Maranhão em 1907.

Categoria	Escolas		Alunos		Sexo	
	Quantidade	Docentes	Inscritos	Concluintes	M	F
Profissionais	4	24	259	14	-	-
Secundários	11	42	643	1	-	-
Primários	246	279	13.202	245	-	-
<b>Total</b>	<b>261</b>	<b>345</b>	<b>14.104</b>	<b>260</b>	<b>104</b>	<b>156</b>

Fonte: PAXECO, 1923, p. 608-609 apud MARTINS, 2006, p. 82.

A diferença entre a quantidade de escolas primárias (246) e as de nível secundário e profissional (juntas, somam 15 no total) é abissal. A oferta da rede primária chega a impressionantes 94,3% do total de escolas registradas no Maranhão neste período, detendo também 93,6% do número total de matrículas.

Apesar disso, dos mais de 13 mil matriculados no ensino primário, apenas 245 aparecem como concluintes. No ensino secundário, o quadro é ainda mais desolador; apenas 1 concluinte em comparação aos mais de 600 matriculados, mantendo-se a tendência negativa para o ensino profissional, onde constam somente 14 concluintes num universo de mais de 250 matrículas. Assim, persiste a questão da baixa qualificação de “um sistema de ensino deficiente, decadente e fragmentário, visível apenas na capital e em poucas cidades interioranas” (MARTINS, 2006, p. 84).

Em que pesem os baixos índices de concludentes do ensino básico e secundário, que suscitam a necessidade de investigação de outros marcadores sociais para melhor compreender a realidade socioeducacional maranhense desse período, o que extrapola os limites desta pesquisa, vale frisar que a escassez de escolas de nível médio e técnico, face ao crescente contingente populacional que buscava acesso à educação formal, e a

expansão e burocratização do funcionalismo estatal republicano geravam uma demanda maior por mais unidades escolares de ensino, especialmente de nível superior.

Para a canalização e o atendimento a estas demandas sociais por formação cultural, educacional e profissional, reivindicadas por um crescente contingente demográfico urbano situado na capital São Luís, foram decisivas as lideranças e as contribuições de Fran Paxeco e de seu amigo Domingos de Castro Perdigão, outro importante personagem que dispôs de valiosos esforços e contributos ao processo de gestação do ensino superior no Maranhão, cuja atuação voltada para este propósito começa a ganhar forma a partir dos encontros e dos eventos literários promovidos e organizados pela Academia Maranhense de Letras.

Da AML, irradiará a crescente produção intelectual focada no exame clínico e na análise crítica dos “problemas sociais” do Maranhão, demarcando-se a inflexão do paradigma literário, a edificação do estatuto científico enquanto novo critério de afirmação no *dominium* intelectual estadual e o somatório coletivo de esforços pela elaboração e implementação das escolas superiores maranhenses.

#### **1.4 As faculdades livres**

O ano de 1918 inaugura a entrada do Maranhão no seleto rol de estados que continham escolas superiores até então, como também demarca as transformações estruturais, políticas e sociais por que passava este ente federado desde o início da República. Por iniciativa de Domingos Perdigão, contando com o apoio inolvidável do cônsul de Portugal, Fran Paxeco, a Faculdade de Direito do Maranhão foi fundada em 28 de abril de 1918. Constituindo-se na 11ª. escola superior de formação jurídica no Brasil, a primeira faculdade maranhense somou-se às de São Paulo e Olinda (1827), fundadas no período imperial, e às da Bahia e do Rio de Janeiro (1891), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (1900), Pará (1902), Ceará (1903), Amazonas (1909) e Paraná (1912), já sob o regime republicano.

Criada para suprir a carência de quadros qualificados para a ocupação dos postos da administração pública e do sistema judiciário, “naqueles tempos constituídos por

agentes oriundos de outras partes da Federação” (DINO, 2014, p. 27), a Faculdade de Direito modificou tanto a cena intelectual local quanto o perfil de seus agentes, que passaram a ser majoritariamente maranhenses formados em sua terra natal, promovendo uma “estadualização” das elites dirigentes locais. Conforme assinala Dino (*ibid.*), “em pouco tempo, os nossos magistrados, promotores, advogados e escrivães passaram a ser gente de casa. Nossos governantes, parlamentares e administradores saíram daquela fornalha”.

Além de instruir as elites nativas oferecendo uma formação de nível superior que as fixasse em território maranhense, sem a necessidade de aquisição de capital cultural em outros estados, a Faculdade de Direito também se constituiu num polo cultural relativamente autônomo da vida intelectual do Maranhão. Pela “formação bacharelesca enciclopédica” oferecida, legatária da cultura humanística desenvolvida nas pioneiras escolas jurídicas e médicas do país, base da formação intelectual das “profissões imperiais” (COELHO, 1999), pelo recrutamento de seus quadros docentes, membros do judiciário e da política maranhense, pela seleção de seu público discente, composto principalmente pelos herdeiros da nobreza rural decadentista, e, finalmente, pelo interesse dos jornais relativos às atividades acadêmicas desenvolvidas, a Faculdade de Direito tornou-se o *locus* principal de socialização das frações cultas de São Luís e de circulação das ideias que pautavam o debate público regional, eclipsando assim a Academia de Letras num alcance espacial centrado na capital São Luís, mas com forte ressonância por todo o território maranhense. Ainda segundo Dino (2014, p. 27),

o Maranhão se autonomizou em todos os setores de sua vida, e logo toda a elite pensante da terra passou a surgir da própria terra. E o centro donde se irradiaram tantas energias não foi outro, senão a nossa velha Escola Jurídica. A velha Academia Livre de Direito cumpriu, destarte em nosso meio, missão similar àquela realizada pelas grandes Faculdades de Direito do país. Estas nacionalizaram a administração pública e a justiça. **No nosso caso, a Escola de Direito autonomizou a vida cultural do Maranhão. (Grifo nosso)**

Por sua natureza jurídica privada, de livre iniciativa do mecenato cultural reunido na principal agremiação literária do estado, em torno de um grupo de intelectuais auto-intitulados de “Novos Atenienses”, produtores do autoelogio à singularidade da cidade-ilha de que se nutrem as gerações de artistas e intelectuais, e dispondo do apoio pedagógico da AML e do auxílio político e financeiro do consulado



de Portugal e da Associação Comercial, a escola jurídica representou e fomentou a efervescência cultural por que passava o Maranhão no início da Primeira República, gerando uma inflexão na produção e difusão da cultura letrada que impactou no desenvolvimento de um novo estágio do *dominium* intelectual maranhense.

Os idealizadores e fundadores da Faculdade de Direito, Domingos Perdigão e Fran Paxeco, assim como os da Faculdade de Farmácia e Odontologia, Luís Viana e Cesário Veras, são apenas alguns dos expoentes dessa geração de intelectuais que, ao investir fortemente na criação de agremiações literárias e de instituições de ensino superior, estabeleceu uma inflexão no padrão dominante da produção intelectual estadual, qual seja o do paradigma literário calcado na idealização mítica de um passado glorioso representado pelos “panteões da literatura” da “Idade de Ouro” do Maranhão, colocando em evidência uma variação no grau de autonomização registrado nesse estágio de desenvolvimento do *dominium* intelectual.

Ao mesmo tempo, por outro prisma, foram os “novos atenienses” os responsáveis pela transformação do universo de atuação das elites maranhenses, sobretudo as elites intelectuais, que passaram a dispor de instituições culturais, educacionais e científicas sólidas e de retribuições simbólicas e materiais (estas mais ou menos estáveis) que as assentavam e as consagravam em território maranhense, sem a necessidade imediata de “fazer o nome” em outros estados e regiões do país, como se caracterizaram as gerações anteriores.

Assim, a criação das escolas superiores demarcou a estruturação e o desenvolvimento de um novo estágio da atividade intelectual no Maranhão, ancorado em três dimensões: i) o paradigma científico como principal móvel de produção e afirmação intelectual, secundarizando a atividade literária; ii) a obtenção do diploma de nível superior somada à ocupação dos postos dirigentes e docentes das escolas superiores como novo critério de consagração intelectual, obliterando a própria posição de prestígio da AML e das funções de destaque na imprensa; e iii) a interdependência entre o espaço de atuação das faculdades livres e a esfera burocrática da estrutura de postos estatais, que necessitavam de mão-de-obra qualificada para a manutenção e reprodução do corpo funcional das instituições públicas republicanas em pleno processo de expansão.

#### 1.4.1 Dos autodidatas aos bacharéis: a Faculdade de Direito do Maranhão

Domingos de Castro Perdigão nasceu no município de Pinheiro, situado na região da Baixada Maranhense, em 1º. de novembro de 1872. Filho do fazendeiro Domingos Tomaz Velez Perdigão, que também era professor particular de piano e violino, e de Maria Rita de Castro Perdigão, ele realizou seus estudos primários numa escola da rede privada de ensino da cidade de Pinheiro, e, segundo Dino (2014, p. 185), “os de humanidades em São Luís e Portugal, onde os interrompeu por doença, regressando ao torrão natal”.

Subentende-se que ao mencionar o curso de “humanidades” Dino refira-se aos estudos secundários realizados por Perdigão, já que não há registro em nenhuma outra fonte consultada de que ele tenha obtido diploma de nível superior. Pelo contrário, nos poucos dados disponíveis sobre sua escolaridade, há uma tentativa de compensar a ausência de formação jurídica de Domingos Perdigão pelos esforços dispendidos em favor da fundação da Faculdade jurídica, justificando-se assim a presença de seu nome entre os “fundadores” e “patronos” das instituições educacionais e científicas do estado. O padre João Dias Rezende Filho, ao tomar posse da Cadeira N. 35 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), da qual Domingos Perdigão é patrono, em entrevista publicada no site da Academia Maranhense de Letras, em 22 de março de 2018, é enfático ao assinalar: “De alguma forma, todos os nomes ligados à cadeira são da área do direito. **Domingos Perdigão, embora não fosse formado**, foi quem lutou para a implantação da Faculdade de Direito em São Luís”. **(Grifo nosso)**

Apesar de não ter cursado a escola jurídica, uma das principais senhas de acesso às classes dominantes no Brasil, desde o Império até a República, e à aquisição de um capital cultural cada vez mais valorizado e objetificado na posse do diploma de nível superior, numa quadra histórica em que as faculdades de Direito (e de Medicina), junto com a formação sacerdotal, detinham o monopólio legítimo da produção e da difusão da cultura letrada e do conhecimento científico, Domingos Perdigão (muito provavelmente por intermédio do pai, integrante da “aristocracia rural” maranhense) conseguiu ocupar diversos cargos administrativos na Secretaria do Interior do Governo Benedito Leite (1906-1908), através dos quais pôde reativar a sociedade “Festa Popular do Trabalho”,

agremiação de ruralistas e comerciantes que realizavam exposições periódicas de produtos agro-industriais. O sucesso das exposições por ele organizadas lhe rendeu a nomeação de Comissário do Governo do Estado junto à Exposição Nacional dos produtos agrícolas, realizada no Rio de Janeiro, em 1908, em comemoração ao 1º. centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional.

A partir dessa circulação nacional e do prestígio obtido em âmbito regional, Domingos Perdigão tornou-se conhecido e reconhecido junto ao empresariado local, às autoridades políticas, à elite jurídica, à imprensa e aos círculos intelectuais maranhenses. Dispondo desse *savoir-faire* administrativo, isto é, de uma *expertise stricto sensu* de gestão pública que integra o seu patrimônio de disposições plurais composto a partir do seu capital de socializações, somado ao volume de capital simbólico acumulado, Domingos Perdigão ocupou ainda o posto de secretário de Obras Públicas, Viação, Indústria, Terras e Colonização, presidiu a comissão organizadora do Tricentenário da Fundação da Cidade de São Luís, em 1912, em que se realizou uma série de atividades e exposições artísticas, culturais e literárias na capital, antes de assumir a direção da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, de 1914 a 1923, cargo no qual se aposentou ao fim de sua gestão.

São estes os condicionantes sociais que permitiram a Domingos de Castro Perdigão liderar e empreender os mais vultosos esforços para a criação das primeiras escolas de ensino superior do Maranhão, as faculdades livres de Direito e de Farmácia e Odontologia, além de se tornar um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), a primeira instituição científica maranhense, fundada em 1925, no qual ocupa posição de destaque como patrono da Cadeira No. 35.

Em reconhecimento aos serviços prestados à educação, à cultura e à ciência do Maranhão, a Congregação da Faculdade de Direito, reunida em assembleia realizada no dia 11 de agosto de 1927, conferiu-lhe o diploma de professor *honoris causa* e o “imortalizou”, na mesma solenidade, com a inauguração do seu retrato na sala da Congregação da escola jurídica.

Não obstante o prestígio obtido por seus valorosos feitos, Domingos Perdigão não agiu sozinho nem teria logrado êxito não fosse a participação decisiva do português Fran Paxeco. O relato a seguir, por ocasião da solenidade de sua “imortalização” junto à

Congregação da faculdade jurídica, revela o suporte encontrado por Perdígão na figura e na amizade de Paxeco para a consecução de tal empreendimento, em detrimento do desinteresse manifesto na falta de apoio dos representantes políticos maranhenses.

Era pouco lisonjeira a posição do Maranhão, a Atenas Brasileira, entre os demais Estados da República, tratando-se do ensino superior, pelo que procurei empregar todos os esforços ao alcance da minha humilde individualidade para que conseguíssemos organizar também uma Faculdade de Direito, e melhor demonstrarei esse tentamen reproduzindo aqui o que ficou registrado no meu relatório de 28 de abril de 1922, no qual, tratando do histórico desta instituição, externei-me assim: ‘Em 1908, principiei a pugnar pela abertura de uma escola superior aqui. Neste sentido, troquei ideias com o ilustre Dr. José Eusébio de Carvalho Oliveira, então nosso representante na Câmara Federal que muito me incentivou aconselhando-me a levar avante o empreendimento. As alterações políticas do Estado interromperam-me a ação (DINO, 2014, p.37-38).

O início da atuação de Domingos Perdígão pela criação de uma faculdade jurídica coaduna-se com a fundação da Academia Maranhense de Letras, em 1908, que, como dito anteriormente, congregava os principais intelectuais do período formados sobretudo pela Faculdade de Direito do Recife. O tipo e o volume desse capital cultural adquirido pela formação jurídica e cultivado na prática docente, na escrita em jornais e, principalmente, no exercício das funções burocráticas do funcionalismo estatal, somados ao contexto de universalização da ciência, especialmente das ciências sociais (BOURDIEU, 2002, p. 154), favoreceu o desenvolvimento de um olhar mais sensível dos intelectuais à realidade socioeducacional maranhense.

Considerando-se os baixos índices de concludentes do sistema educacional do Maranhão, como vimos nos dados analisados por Fran Paxeco, cujo diagnóstico apontou como principais fatores para tal cenário a má qualidade do ensino e a ausência de escolas superiores, o interesse e os esforços dispendidos por esses intelectuais na fundação da faculdade jurídica, à revelia do apoio do poder público e dos representantes políticos, manifestado tão somente no “incentivo” e em “conselhos” de cunho moral, criaram as condições para que, a um só tempo, pautassem o debate público em torno da necessidade de maiores investimentos na educação dos maranhenses e conduzissem o *dominium* intelectual estadual a um patamar relativamente mais autônomo ante às forças sociais do patronato político, das oligarquias econômicas e da religião.

A continuação do relato de Domingos Perdigão, insistindo em levar adiante a ideia da criação da primeira escola superior do Maranhão, retomada oito anos após os seus primeiros esforços terem sido obliterados pela conjuntura de disputas políticas locais, reforça o aspecto relativamente tardio do ensino superior no estado, uma vez que seus vizinhos do Norte-Nordeste já despontavam em termos de consolidação de suas faculdades livres. Assim, lê-se em Dino (2014, p. 38):

Em 1916, porém, fui de novo despertado pelo recebimento, na Biblioteca Pública, de exemplares dos regulamentos das Faculdades do Pará, Ceará e Universidade de Manaus. **Reconvenci-me de que o Maranhão – a Atenas Brasileira – se deixava ficar em plano inferior. Voltei a ocupar-me de levantar a ideia de fundar em São Luís uma Faculdade de Direito. Foi um atrevimento que me tem causado muitos dissabores**, mas também me tem trazido instantes de prazer, como este em que vos falo. **(Grifo nosso)**

É possível que o “atrevimento” relatado por Perdigão esteja relacionado ao fato dele não possuir nenhuma formação superior, assim como seu amigo e principal colaborador Fran Paxeco, autênticos representantes do autodidatismo que se afigurou como marcador social dominante durante o período de hegemonia do paradigma literário, mantendo-se, ainda, ao longo das primeiras décadas de funcionamento das faculdades livres.

Se a ausência de diploma superior, especialmente no âmbito do Direito, cujos próceres dominavam a circulação de ideias e ideais no Maranhão, o que provavelmente lhe trouxe “muitos dissabores” por não integrar essa elite jurídica regional e ter de envidar os primeiros esforços, ainda que sem êxito, para a criação da escola jurídica junto a seus membros, o acesso de Domingos Perdigão a essa elite social de bacharéis e magistrados foi favorecido pela ocupação do prestigioso cargo de diretor da Biblioteca Pública do Maranhão. Assim como a ocupação de posto de destaque na Imprensa Oficial era uma porta de entrada ao universo das elites intelectuais maranhenses durante o período imperial, como já mencionado, o exercício de cargos públicos, aditivado com um *quantum* da função dirigente, se constituía num valioso trunfo para o acesso aos altos escalões da elite política e jurídica local.

Além disso, a evocação do epíteto da “Atenas Brasileira” tempera bem o aspecto tardio de surgimento da faculdade jurídica, já que o prestígio nacional e internacional da produção literária maranhense e o esplendor econômico da “Idade de Ouro” do sistema

agroexportador, que enriqueceu e “enobreceu” uma parcela das frações sociais dominantes, não foram suficientes para dar concretude à ideia pioneira de Sousândrade de criação de uma universidade em São Luís. Meireles (1994, p. 57) torna esse descompasso ainda mais claro ao assinalar que “o que nos surpreende e intriga, sabendo-o, é que essa elite socialmente refinada e culturalmente aprimorada não se tenha empenhado, ao menos por uma questão de envaidecimento e orgulho para a terra, na criação de uma escola superior”.

Seguindo com o exame de seu depoimento, Domingos Perdigão passa a elencar as principais figuras políticas e jurídicas locais que se escusaram em ajudar-lhe na criação da Faculdade de Direito, cuja negligência contribuiu, paradoxalmente, para que surgisse a oportunidade de que o suporte e os investimentos necessários viessem “de fora” do estado, mais precisamente do Consulado de Portugal no Maranhão.

Manifestei-me nesse sentido ao Dr. Antônio Lopes da Cunha, que aplaudiu a iniciativa, mostrando-se pronto a colaborar na sua execução. Chegamos mesmo a distribuir as cadeiras do curso pelos bacharéis aqui existentes. Mas ficou-se nisso e o Dr. Antônio Lopes não mais me apareceu para tratar do assunto.

**Procurei o Dr. Herculano Parga, então no governo do Estado, o qual achou a ideia pouco viável, sem, contudo, a hostilizar. Opinou que seria melhor cuidar-se de uma escola agrícola. Não esmoreci. Fui entender-me com o Dr. Valente de Figueiredo, presidente, nesse tempo, do Superior Tribunal de Justiça. Recebeu-me afavelmente, porém, julgou o empreendimento superior às minhas forças, não prometeu ajudar-me neste sentido, mas também não me desencorajou. Falei também ao Dr. Alfredo de Assis Castro, que louvou a tentativa, embora a reputasse impraticável em nosso meio.**

**Encontrava assim o desânimo por todos os lados. A esperança de melhores dias conservou no meu espírito essa ideia fixa, que só se tornou realidade com o regresso, em 1917, do ilustre cônsul de Portugal, Sr. Manoel Fran Paxeco.**

Espírito iluminado e laborioso, decidido sempre a servir às causas úteis, trouxe a energia necessária para pôr em marcha este ideal (DINO, 2014, p. 38-39). **(Grifo nosso)**

Vale ressaltar a falta de disposição e de interesse das elites políticas e jurídicas em contribuir com Domingos Perdigão para a criação da primeira escola superior maranhense, como se observa em relação ao governador do Maranhão, Herculano Nina Parga (1914-1917), e ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourenço Valente de Figueiredo (1913-1918), que se não o desmobilizaram de pronto

“sem hostilizá-lo” nem “desencorajá-lo”, trataram logo de eximir-se de qualquer contribuição para tal intento, de forma taxativa, julgando a ideia “pouco viável”, “impraticável em nosso meio” e “não prometendo ajuda” alguma.

Outro ponto interessante a ser observado nessa passagem do relato de Domingos Perdigão é a predisposição tácita de seu amigo e cônsul de Portugal, Fran Paxeco, em colaborar com a criação da faculdade, haja visto que durante todo o período colonial e mesmo exercendo forte influência política no Maranhão após a Independência do Brasil, ao ponto do Maranhão ter sido o último estado da federação a romper os laços político-administrativos formais com a ex-Metrópole, Portugal jamais havia manifestado interesse em criar uma faculdade livre ou universidade em solo maranhense.

Como já pontuado, a Faculdade de Direito do Recife, de forte influência cultural lusitana, era a principal instituição de ensino responsável por formar as elites maranhenses após a *débaçle* do sistema agroexportador em fins do XIX, o que havia inviabilizado materialmente a circulação internacional dos herdeiros da nobreza rural decadente para a realização de estudos na Europa, especialmente em Portugal e França, como era comum durante o período imperial.

Uma vez que as elites agrárias maranhenses passam a não ter mais condições de enviar seus filhos para estudar em Portugal, o que reduz drasticamente a reprodução social das elites educadas sob a égide da cultura lusitana, e em face à expansão da máquina pública do Estado do Maranhão republicano, carente de mão-de-obra capacitada para a ocupação dos postos disponíveis, parece plausível inferir que a antiga Metrópole, por meio de seu representante diplomático, encontrou solo fértil nas reivindicações pela criação de uma escola jurídica, responsável pela formação dos futuros grupos dirigentes locais, a oportunidade de (re)estabelecer novos laços culturais e vínculos políticos sobre sua mais longa colônia brasileira.

#### 1.4.2 A interdependência entre a faculdade jurídica e as estruturas de poder

Desta feita, em 28 de abril de 1918, em assembleia da Associação Organizadora da escola superior, reunida na Biblioteca Pública do Estado, presidida por seu diretor

Domingos Perdigão, foi fundada a Faculdade Livre de Direito do Maranhão, de natureza jurídica privada, iniciando suas atividades regulamentares a partir de 8 de julho daquele ano. A imprensa local não tardou em dar publicidade àquele momento histórico para a educação maranhense. No dia seguinte à fundação, o jornal *Pacotilha* assim noticiava, em sua terceira página, em matéria intitulada “Pelo ensino superior”:

Como noticiamos realizou-se ontem, na Biblioteca Pública, uma numerosa e seleta reunião para se decidir se convinha fundar, nesta capital, uma faculdade livre de direito.

O senhor Domingos de Castro Perdigão, diretor daquele estabelecimento e autor da iniciativa, propôs que presidisse o dr. Henrique José Couto, secretário do Interior e da Instrução, a quem ladearam os senhores drs. Alfredo de Assis e Fran Paxeco (PACOTILHA, ano XXXVIII, n. 100, Maranhão, 29 de abril de 1918, p. 3 apud DINO, 2014, p. 44).

Além de Domingos Perdigão e Fran Paxeco, compunham a Associação Organizadora fundante os bacharéis Alfredo de Assis Castro, José de Almeida Nunes e Antônio Lopes da Cunha que, em conjunto, escolheram para primeiro diretor José Viana Vaz (1918-1922), o primeiro juiz federal do Maranhão, e para vice-diretor o desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão Henrique José Couto. Após a morte de Viana Vaz, em 1922, Henrique Couto assume a diretoria da faculdade, função que ocupará até o seu fechamento em 1939, tendo como vice-diretor o também desembargador Arthur Bezerra de Menezes.

Durante a reunião, coube a Fran Paxeco a leitura do projeto do Estatuto elaborado pela Associação que constituía a base jurídica de fundação da escola jurídica, onde se lê, em seu Art. 1º.: “Fica fundada uma associação, nesta capital, com o fim de organizar um instituto superior de estudos sociais, econômicos e jurídicos, que se denominará Faculdade de Direito do Maranhão” (PACOTILHA, ano XXXVIII, n. 100, Maranhão, 29 de abril de 1918, p. 3 apud DINO, 2014, p. 44).

Nos dois artigos seguintes do referido Estatuto, fica expressa a estrutura orgânica e administrativa da Associação:

Art. 3º. – Na primeira das suas reuniões, a mesma assembleia elegerá uma diretoria provisória da sociedade, que se comporá de um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro.

Art. 4º. – Competirá a essa diretoria fazer o estatuto da corporação, e o regulamento da faculdade, elaborando-os de acordo com as leis



federais do ensino, em vigor. Assim que estejam prontos, submetê-los à **voto da assembleia geral, que elegerá a diretoria bienal e o corpo docente.** (DINO, 2014, p. 44). **(Grifo nosso)**

Apesar de constar no Estatuto de sua Associação Organizadora a previsibilidade de um mandato de direção da faculdade com duração de dois anos, na prática o que ocorreu foi a hegemonia da figura do desembargador Henrique José Couto. Os dados biográficos disponíveis sobre sua trajetória no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), contido no acervo do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>59</sup>, informam que ele teve atuação inicial na magistratura do Estado do Piauí, sua terra natal, vindo a notabilizar-se na magistratura maranhense onde ocupou os mais altos postos da estrutura hierárquica do Judiciário estadual, chegando ao ápice de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 1926.

No governo do estado, Henrique Couto atuou nas pastas da Justiça, Segurança e do Interior, alcançando o cargo de secretário-geral do Maranhão. Foi professor catedrático de Direito Criminal e vice-diretor da Faculdade de Direito do Maranhão durante a gestão de José Viana Vaz (1918-1922), vindo a assumir a titularidade do cargo após o falecimento de seu predecessor, em eleição da Associação Organizadora da faculdade realizada no dia 19 de abril de 1922, e nele permaneceu até o fechamento da escola jurídica, em 1939, tornando-se assim um dos mais longevos dirigentes de instituições de ensino superior da história do Maranhão.

Na sequência do texto estatutário da Associação Organizadora é explicitada a natureza privada da faculdade:

**Art. 5º. – Os sócios fundadores contribuirão com a jóia que lhes aprouver e uma quota de vinte mil réis anuais, pagos por trimestre, ou duma única vez.**

**Art 6º. – Os sócios referidos terão o desconto de 50%, em todas as despesas letivas da faculdade, para ele, os seus filhos ou tutelados.** (DINO, 2014, p. 44). **(Grifo nosso)**

---

59 Criado em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas possui um dos mais valiosos acervos documentais sobre a história recente do país, totalizando cerca de 1,8 milhões de documentos, onde constam arquivos pessoais das mais destacadas figuras públicas brasileiras, reunidos e organizados em coletânea intitulada Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) que, por isso, se constitui numa das principais fontes de registros biográficos sobre as trajetórias dos agentes examinados neste estudo. O acervo digitalizado do DHBB pode ser consultado em seu endereço eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> . Acesso em: 16 jan. 2017.

Como estabelecido, a Faculdade sustentou-se inicialmente apenas através das contribuições de seus sócios-fundadores e das mensalidades pagas pelos alunos. A despeito dos descontos ofertados aos sócios e aos seus filhos e tutelados no tocante às despesas letivas, que diminuía pela metade os recursos arrecadados anualmente, e considerando-se que a primeira turma formada em 1922 continha apenas 7 bacharéis, há de se presumir a insuficiência de recursos privados angariados durante os primeiros anos de existência e a necessidade do socorro dos cofres públicos para a manutenção e o funcionamento da escola jurídica.

A carência e instabilidade dos recursos aparecem como preocupação nos artigos seguintes do Estatuto, onde não se determina, de imediato, os vencimentos a serem pagos aos docentes da faculdade pelos serviços prestados, condicionando-se tal retribuição material às possíveis subvenções do Poder Público:

**Art. 7º. – Logo que a sociedade possua rendas bastantes, ou que a faculdade obtenha subvenção dos poderes públicos, a diretoria determinará os vencimentos do magistério, sujeitando o seu ato à assembleia geral.**

**Art. 8º. – Se os meios da faculdade lhe permitirem sustentar-se por si própria, ou vier a ser mantida pelos cofres públicos, cessará a contribuição dos sócios (*id.*, *ibid.*). (Grifo nosso)**

Os recursos públicos só viriam a ser contabilizados após o primeiro ano de funcionamento da Faculdade, cujas dificuldades iniciais avolumaram-se ao ponto de se tornarem insustentáveis devido à instabilidade e insuficiência das contribuições. Desta feita, por intermédio de seus dirigentes e docentes influentes, ocupantes de cargos do alto escalão jurídico, o Poder Público estadual tratou de conferir à Faculdade de Direito respaldo e organicidade oficiais. Através da Lei Estadual No. 834, de 21 de março de 1919, a primeira escola superior do Maranhão, de natureza privada, foi reconhecida oficialmente como instituição de utilidade pública (MEIRELES, 1994, p. 64), cujas despesas passaram a constar no orçamento estadual para a obtenção de recursos públicos destinados ao subsidiamento de seu funcionamento dali em diante.

Além desse socorro financeiro oriundo do erário estadual, os dirigentes da Faculdade atuaram junto aos poderes políticos e econômicos para diversificar as fontes de recursos visando maior estabilidade e manutenção das atividades letivas e burocráticas, e, também, em busca da regularização de seus expedientes, tanto a nível

estadual quanto no plano federal. Nestes termos, diante do reconhecimento de sua utilidade pública, o Estado do Maranhão, por meio da Lei Estadual No. 963/1921, declarou válidos em todo o território maranhense os diplomas por ela conferidos (MEIRELES, 1994, p. 64), outorgando-lhe tanto os fundamentos legais de sua legitimidade e dos serviços oferecidos quanto exercendo sobre ela seu efeito de jurisdição.

Já em nível nacional, os dirigentes da Faculdade de Direito do Maranhão pleiteraram junto ao Departamento Nacional de Ensino sua equiparação aos estabelecimentos federais congêneres, com o objetivo de que os diplomas por ela expedidos tivessem certificação e validade em todo o território brasileiro. O ato de reconhecimento foi concedido pela Comissão de Ensino Superior em parecer de 15 de fevereiro de 1924, após minuciosa fiscalização operada pelo inspetor federal Raimundo Furtado da Silva que, em janeiro daquele ano, embasou a decisão favorável ao pleito relatando as condições de funcionamento da escola jurídica maranhense:

A Faculdade de Direito do Maranhão funciona regularmente desde 8 de julho de 1918, isto é, há mais de cinco anos; a sua direção obedeceu sempre aos mais severos princípios da moral: os professores, homens de responsabilidade, juízes, advogados, desembargadores não mantêm cursos particulares, e distribuem as notas de exames com o critério necessário e possível; as matérias dos programas são suficientes para o curso (...). Há exames vestibulares feitos com absoluto rigor; o corpo docente é escolhido pelo processo legal dos concursos; **a situação financeira é inegavelmente vantajosa porque a Faculdade dispõe de prédio próprio, na aquisição do qual empregou 100.000\$ que o governo do Estado lhe concedeu para patrimônio, e além da renda proveniente das matrículas, frequência e inscrição, recebe anualmente uma subvenção federal de 20.000\$, outra estadual de 24.000\$ e outra municipal de 6.000\$, no total de 50.000\$. O comércio da capital ofereceu-lhe o ano passado 10.000\$ para a remodelação do prédio e compra do mobiliário.** Uma lei do Estado considerou-a de utilidade pública e outra declarou válidos para todo o território maranhense os diplomas por ela conferidos. (PACOTILHA, 20 de fevereiro de 1924 apud DINO, 2014, p. 72-73). **(Grifo nosso)**

Como se pode observar neste trecho do relatório, em menos de seis anos de existência a escola jurídica maranhense conseguiu não apenas diversificar as fontes dos recursos públicos que a mantinham como também ampliar os valores do montante repassado, obtendo subvenções públicas nos três níveis federativos de governo (federal, estadual e municipal), além do recebimento das contribuições da classe comercial local.

Apesar da origem e do volume de recursos públicos para o custeio de seu funcionamento, a Faculdade de Direito não se converteu numa instituição pública. Pelo contrário, sua natureza jurídica privada permanecia inalterada, inclusive com a manutenção da cobrança de mensalidades de seus alunos.

Essa multiplicidade na captação dos recursos, a manutenção de sua natureza privada, bem como seu pioneirismo no ensino superior maranhense, reconhecido de “utilidade pública” por Lei estadual, possibilitaram que a escola jurídica gozasse de uma relativa autonomia administrativa e acadêmica face aos poderes políticos, econômicos e religiosos.

Tal autonomia reforçou-se com o recrutamento de “homens com responsabilidade, juízes, advogados, desembargadores” como professores da instituição de ensino jurídico que, por ocuparem posições elevadas na estrutura do Judiciário maranhense, não precisavam de manter outras atividades remuneradas ou “cursos particulares”, tampouco se subordinarem aos ditames do patronato político local, podendo aliar e conciliar as atividades do domínio jurídico com as do domínio acadêmico.

Para esses operadores do Direito, a função docente de nível superior era algo acessório, não buscavam os rendimentos pelo exercício do cargo, tão instáveis quanto escassos, mas as retribuições simbólicas oriundas da valorização crescente da educação superior como novo paradigma de afirmação e consagração intelectual, impondo-se como variável social legítima de distinção e hierarquização entre as frações cultas dominantes.

Vale dizer ainda que a imbricação entre as atividades jurídicas profissionais e as acadêmicas da escola jurídica evidenciaram essa tendência de inflexão no paradigma hegemônico intelectual, qual seja o literário, que se mantinha inalterado desde o período imperial em terras maranhenses, acarretando uma interdependência entre os *dominiuns* acadêmico e jurídico.

Se antes o padrão intelectual dominante se ancorava nas atividades literária e jornalística, transpassadas sobretudo pelos princípios filosóficos do iluminismo e por uma reprodução imagética e idílica da *Belle Époque* pelos intelectuais aristocráticos da

“Atenas Brasileira”, com o desenvolvimento da Faculdade de Direito e os saberes por ela transmitidos (economia, filosofia, geografia, história, estudos sociais etc., além das disciplinas específicas das sub-áreas do direito) consolidou-se um novo paradigma de afirmação e consagração intelectual, o estatuto da ciência.

Esse paradigma evocava e ecoava a lógica científica moderna, de base analítico-discursiva, ancorada no exame objetivo e na análise de dados sistematizados e verificáveis sobre as questões econômicas, políticas, sociais e educacionais do Maranhão. A produção escrita de autores como Antônio Lobo, José Ribeiro do Amaral, Raul Astolfo Marques, José do Nascimento Moraes e do próprio Fran Paxeco, entre outros, é ilustrativa dessa inflexão paradigmática na produção intelectual do e sobre o Maranhão, da literatura à ciência, conforme já destacado.

Em outras palavras, o paradigma científico se constitui como uma das principais características de identificação coletiva e de distinção intelectual dos “Novos Atenienses” em relação aos panteões literários do “Grupo Maranhense” e da “Segunda Geração” que os precederam. Conforme assinala Martins (2006, p. 85), num exame conjunto das obras e dos autores maranhenses acima referidos,

de modo geral, esses e inúmeros outros ‘operários da saudade’ problematizaram a decadência em suas obras objetivando apontar soluções para os impasses e tensões que calavam fundo na vida maranhense. Nesse sentido, **uma característica da obra desses intelectuais foi a definição do referente Maranhão como objeto privilegiado de análise. Essa postura distingue francamente esses letrados de seus pares de gerações anteriores. (Grifo nosso)**

Além do mais, a transformação da escola jurídica num polo cultural de atração das elites intelectuais e de circulação livre de ideias e ideais, diferentemente do controle que o Império estabelecia sobre a circulação de livros na ex-Colônia, conferiram-lhe um prestigioso *status* materializado num poder simbólico de alcance e influência sobre as demais frações sociais de elite, através da posição social elevada de seus dirigentes e docentes jurídicos.

Tal poder simbólico tinha ainda a dimensão de pautar o debate público através dos jornais, que davam ampla publicidade aos eventos realizados na e pela Faculdade. A solenidade de formatura da primeira turma de bacharéis, por exemplo, realizada na sede da Assembleia Legislativa, situada à época na rua do Egito, ilustra bem a mobilização

de grande parte das classes dominantes ludovicenses em função dos eventos relacionados à escola superior, com ampla repercussão na imprensa, nos meios jurídicos, econômicos, políticos e intelectuais. O acontecimento assim foi noticiado em um dos jornais de grande circulação na capital maranhense:

Era incalculável a multidão que se acotovelava no Salão Nobre e dependências do prédio em que funciona o Legislativo Estadual. Quase todas as associações locais fizeram-se representar; quase todos os estabelecimentos de ensino da capital lá estavam representados por professores e comissões de alunos. **Autoridades federais, civis e militares, funcionários públicos federais, estaduais e municipais, comerciantes, industriais, muitas Exmas. famílias, todo o Maranhão, enfim, se fez representar nessa festa** que incontestavelmente foi bem a celebração de uma das mais brilhantes vitórias mentais da nossa terra (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 31 de março de 1924 apud DINO, 2014, p. 75). **(Grifo nosso)**

A essa “multidão que se acotovelava no Salão Nobre” da Assembleia Legislativa para assistir à solenidade de formatura da primeira turma de alunos da Faculdade de Direito do Maranhão, realizada no dia 30 de março de 1924, aos quais foi concedido o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, somou-se a presença do governador do Estado Godofredo Mendes Viana, que também era professor da instituição, e do dirigente máximo da Igreja Católica no Maranhão, o então arcebispo metropolitano de São Luís, D. Otaviano Pereira de Albuquerque, evidenciando o prestígio obtido pela escola jurídica face à mobilização de praticamente todas as autoridades e membros das frações sociais dominantes maranhenses.

Presidiu a solenidade o Sr. desembargador Henrique José Couto, diretor da Faculdade, ladeado pelo Exmo. Sr. Dr. Godofredo Viana, presidente do Estado e por S.Exa. Revma. D. Otaviano Pereira de Albuquerque, arcebispo metropolitano.

Colaram grau os diplomados Francisco Santos, Astrolábio Caldas, Zildo Fábio Maciel, Valdemar de Souza Brito, Benedito Ricardo Salazar, José Cursino de Azevedo e Adelman Corrêa, este orador da turma.

(...) Uma orquestra, sob a batuta do maestro Pedro Gromwel, na sala contígua, executou música clássica, enquanto a banda do Batalhão Policial do Estado, na porta do edifício, tocava um vibrante dobrado.

(...) À Faculdade de Direito do Maranhão, vitoriosa, hoje, graças aos bons fados, mais do que outros que muito e muito por ela trabalharam, estão ligados **três nomes: Domingos Perdigão, de quem partiu a ideia** e que até agora tem empregado o melhor dos seus esforços para a manutenção da nossa escola jurídica; **Fran Paxeco, que logo e logo o secundou trabalhando inteligentemente** com uma atividade e um

desinteresse dignos de nota; e o Exmo. Sr. Dr. **Godofredo Viana, catedrático de Direito Constitucional e atual presidente do Estado**. Ninguém, no Maranhão, entre os que pontificam e os que recebem ensinamento no nosso instituto jurídico, ninguém, repetimos, ignora que sem a subvenção estadual e sem o patrimônio que lhe deu o atual presidente do Estado, a Faculdade não teria sido reconhecida pelo governo federal. (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 31 de março de 1924 apud DINO, 2014, p. 75). **(Grifo nosso)**

Os membros da elite jurídica que compunham a administração da faculdade também integravam o seu corpo docente pioneiro, organizado e distribuído através do sistema de cátedras, onde cada professor era responsável por uma única disciplina, para cujo posto se fazia necessário obter aprovação em “concurso público”. De acordo com Dino (2014, p. 89), além da seriedade e da pompa do certame para o posto de professor catedrático da Faculdade, “havia a preocupação de mostrar-se a transparência nesses concursos públicos, nos quais só eram realmente aprovados os candidatos portadores de notório saber jurídico”. Apesar disso, o jornal *Folha do Povo* noticiava, em sua edição de 29 de dezembro de 1928, como transcorriam esses “concursos”:

Realizou-se, ontem, a última prova do concurso para provimento da cadeira de Economia Política e Ciência das Finanças na nossa Faculdade de Direito.

Perante a Congregação, reunida especialmente para esse fim, sob a presidência do Sr. diretor, desembargador Henrique José Couto, e presentes os professores Luís Carvalho, vice-diretor, Carlos Augusto de Araújo Costa, Antônio Lopes da Cunha, João Hermógenes de Matos, Alcides Pereira, Tarquínio Lopes Filho, Antônio Bona e Raimundo Alexandre Vinhais, com assistência do Dr. Constâncio Carvalho, delegado do Departamento Nacional de Ensino junto à Faculdade, o Dr. Hermelindo de Gusmão Castelo Branco Filho dissertou fluentemente e com muita segurança sobre o ponto que lhe coube em sorte.

**O ilustre candidato, que não teve concorrente por ser o único inscrito**, soube expressar-se com uma linguagem clara, escorreita e elegante, mostrou-se abalizado conhecedor da matéria, ventilando e resolvendo, com facilidade e justeza, todas as questões que se relacionam com o tema da sua exposição. (FOLHA DO POVO, 29 de dezembro de 1928 apud DINO, 2014, p. 89-90). **(Grifo nosso)**

Todavia, as fontes disponíveis não informam sobre como foram os “concursos” para os “fundadores” das cátedras. De acordo com Dino (2014, p. 45), os primeiros anos da Faculdade tiveram como docentes José Viana Vaz, Henrique José Couto, Luís Carvalho, Carlos Augusto de Araújo Costa, Antônio Lopes da Cunha, João Hermógenes de Matos, Alcides Pereira, Tarquínio Lopes Filho, Antônio Bona, Raimundo Alexandre

Vinhais, Godofredo Mendes Viana, Fran Paxeco, Antônio Lopes da Cunha, Raul da Cunha Machado e Clodomir Cardoso. Inclusive, foram estes os responsáveis pelo primeiro processo seletivo de ingressantes, realizado no dia 08 de junho de 1918, cujos candidatos procediam exclusivamente das classes dominantes maranhenses.

Pela ausência de informações sobre o recrutamento e seleção dos professores das cátedras pioneiras não é possível inferir quais os critérios subjacentes à lógica seletiva de classificação e desclassificação dos pretendentes aos cargos docentes. Contudo, considerando-se os dados disponíveis sobre a ocupação profissional dos bacharéis e magistrados supracitados, é possível supor que aos mais diligentes notáveis *nomos* fossem reservadas as vagas de professores, implicando-se numa homologia estruturante entre carreiras jurídicas e cargos docentes. Tal lógica implícita, posto que tácita, reforçava a interdependência entre a esfera jurídica e o *dominium* intelectual acadêmico, formador das gerações de maranhenses para a manutenção regular da composição dos postos das carreiras jurídicas e reproduzidor dos modos de dominação exercidos pelo poder jurídico.

Por sua vez, os candidatos a uma vaga na escola jurídica faziam um preparatório anexo à Faculdade onde prestavam o exame de ingresso, já à época nomeado pela imprensa de “vestibular”, conforme se pode ler na notícia a seguir:

Foi nomeada a meza para os exames vestibulares que se realizarão ainda este mez, conforme o edital publicado, a qual ficou assim composta: Presidente, e diretor da Faculdade, dr. José Vianna Vaz, dr. Antonio Lopes da Cunha, dr. Godofredo Mendes Vianna, Manuel Francisco Paxeco e dr. Herbert Jansen Ferreira.

O horário do curso anexo ficou assim organizado: Álgebra e Geometria, às terças, quintas e sábados, das 17 às 18 horas; História Universal, às segundas e sextas-feiras, das 19 às 20 horas; História do Brasil, às quartas-feiras, das 19 às 20 horas e aos sábados, das 20 às 21 horas; História Natural, às quintas-feiras e sábados, das 18 às 19 horas; Inglês, às terças e quintas-feiras, das 20 às 21 horas; Latim, às segundas e sextas-feiras, das 20 às 21 horas; Física, às quartas e sextas-feiras, das 20 às 21 horas; Química, às terças e aos sábados, das 19 às 20 horas; Lógica, Psicologia e História da Filosofia, às segundas-feiras, das 20 às 21 horas, e às quartas-feiras, das 19 às 20. (O JORNAL, ano IV, n. 1.085, Maranhão, 11 de junho de 1918, p. 4 apud DINO, 2014, p. 50)

Como se pode observar, vista inicialmente como “inviável” pelas elites políticas e jurídicas locais, não tardou para que a faculdade jurídica adquirisse prestígio e



legitimidade suficientes a ponto de atrair o interesse de membros dos mesmos estratos sociais superiores que antes a renegavam em seu nascimento.

A participação efetiva de membros da alta classe jurídica estadual parece ter sido preponderante para o estabelecimento das condições de ingresso a uma vaga na Faculdade de Direito. Os critérios de seleção do corpo discente aparentemente reservavam, de pronto, as vagas disponíveis aos estratos sociais dominantes do Maranhão, a julgar pela quantidade e pelo teor das disciplinas cobradas nos “exames vestibulares”, nos quais a seleção acadêmica via capital cultural funcionava como um duplo mecanismo de seleção e eliminação social, elegendo-se os já nascidos “eleitos” pelo acesso e posse privilegiados do capital cultural desigualmente distribuído conforme os privilégios de classe e excluindo-se os desfavorecidos de origem pelo desapossamento desse tipo de capital desigualmente acessível às classes materialmente desafortunadas.

Em que pese o perfil elitista de seus quadros dirigentes e docentes e o acesso restrito aos herdeiros das famílias que poderiam pagar por sua formação, o êxito logrado pela criação da Faculdade de Direito reanimou a vida cultural do Maranhão, fomentando o surgimento de outros cursos práticos de nível técnico-profissional e, também, de ensino superior. São exemplos nítidos a criação da Escola Técnica de Enfermagem, em 1919, por iniciativa de Fran Paxeco e dos médicos Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras, bem como a inauguração da Escola de Belas-Artes, em 1922, que, mesmo de curta existência, também tinha como “pai fundador” o cônsul português (MEIRELES, 1994, p. 64), às quais seguiram-se o surgimento dos cursos superiores de Farmácia (1922) e Odontologia (1925).

#### 1.4.3 A emergência dos profissionais de saúde e a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia

Paralelamente à preocupação dos dirigentes políticos do Estado do Maranhão com a formação de quadros nativos que servissem como “operadores da máquina jurisdicional, do Poder Legislativo e da Administração Pública” (DINO, 2014, p. 67),

irrompia a necessidade cada vez mais urgente da capacitação de recursos humanos voltados para o atendimento clínico de saúde à população, que crescia e padecia sob o infortúnio das enfermidades que assolavam o estado, especialmente a capital São Luís, devido às precárias condições sanitárias e de higiene pública registradas a partir do início do período republicano. Conforme assinala Salgado Filho (2016, p. 17), “São Luís era fustigada por seguidas ondas epidêmicas de varíola, sarampo, cólera etc., deixando a *urbe* mais parecida com uma grande enfermaria, tamanha a quantidade de doentes sob o efeito das pestes”.

No final do século XIX, o Maranhão tinha uma população de aproximadamente 500 mil a 600 mil habitantes, de cujo montante cerca de 10% (50 mil a 60 mil habitantes) vivia em São Luís. Todavia, de acordo com Meireles (1994, p. 185), amparado por dados estatísticos publicados em **O Estado do Maranhão em 1896**, de José Ribeiro do Amaral, “haveria em todo o território da Província apenas 28 estabelecimentos farmacêuticos”, o que representava “uma farmácia ou botica para cada 20.000 habitantes, percentagem que em São Luís baixava para 1 por 6.000!”.

Ainda segundo Meireles (*ibid.*), essas 28 farmácias ou drogeries estavam assim distribuídas pelo território maranhense:

em São Luís, apenas oito farmácias; em cada uma das cidades de Barra do Corda, Brejo e Caxias e das vilas de Guimarães e São Bento, duas farmácias (10); e em cada uma das cidades de Alcântara, Picos (Colinas), Grajaú e Viana e das vilas de Alto Parnaíba, Baixo Mearim (Vitória), Cururupu, Vargem Grande, Rosário e Santo Antônio de Balsas, uma botica (10).

Apesar da insuficiência do número de farmácias e drogeries para atender a demanda de uma população de mais de meio milhão de habitantes, elas formavam em conjunto um incipiente parque industrial farmacêutico privado que, mesmo antes da fundação da Faculdade de Farmácia, contribuiu para a difusão, o fortalecimento e a valorização dos saberes médico-científicos.

Ao mesmo tempo, por outro lado, a distribuição geográfica dessas farmácias por boa parte do território maranhense favoreceu a diminuição da influência e do carisma de curandeiros e “farmacêuticos práticos”, figuras típicas predominantes em sociedades com baixa escolarização e carentes de políticas públicas de saúde. Esses curandeiros, concorrentes com médicos e padres pelo monopólio do poder simbólico sobre “os

segredos da vida e da morte” (NUNES, 2000, p. 57), voltados, a um só tempo, para a cura da alma e do corpo, caracterizavam-se pela aplicação tópica de saberes práticos comuns, sem comprovação científica, no tratamento de infecções e enfermidades. Portadores de uma “mentalidade mágica” e de uma linguagem acessível ao nível de instrução das classes populares (BOLTANKI, 2004, p. 49), a atuação de curandeiros e “farmacêuticos práticos”, cujo *savoir-faire* baseia-se em costumes e tradições transmitidas socialmente pela oralidade e pelas práticas culturais, era significativamente valorizada e prestigiada do ponto de vista simbólico, e, “em umas poucas localidades interioranas, o povo humilde confiava mais do que em qualquer médico” (MEIRELES, 1994, p. 189).

Somado a isso, outras iniciativas foram adotadas pelo governo estadual, de modo pontual, para combater as epidemias que se alastravam pelo Maranhão. Entre essas medidas, destacam-se a contratação de “missões sanitárias” chefiadas por médicos oriundos dos institutos científicos do Rio de Janeiro e de São Paulo e a criação do Serviço Extraordinário de Higiene, em 1904, para a organização e implementação de campanhas de vacinação, especialmente contra a peste bubônica que afetava e assustava a população ludovicense.

Na década seguinte, como consequência dos efeitos devastadores da “Gripe Espanhola”, disseminada em escala global pela Primeira Grande Guerra (1914-1918), que assombrou o mundo com um saldo trágico estimado em cerca de 50 milhões de mortos<sup>60</sup>, novas medidas relativas à saúde pública foram tomadas no Maranhão. No início de 1919, fora criado o Serviço de Profilaxia Rural e Urbana e inaugurara-se, em São Luís, a Seção maranhense do Instituto Osvaldo Cruz, com sede no Rio de Janeiro. Em setembro desse mesmo ano, foi instaurado o primeiro Curso de Enfermagem de nível técnico do Maranhão, mantido pelo Instituto de Assistência à Infância. O somatório dessas ações públicas e dos empreendimentos privados, enredados pelo morticínio pandêmico mundial, impulsionou o início do estudo sistemático da ciência farmacêutica em solo maranhense (MEIRELES, 1994, p. 189)

---

60 Registrada inicialmente nos EUA, a partir de março de 1918, com duração até setembro de 1920, calcula-se que a “Gripe Espanhola” tenha afetado cerca de 50% da população mundial da época, com um número total de mortos superior ao da própria Primeira Guerra (cerca de 15 milhões de vítimas) (cf. **Atlas Histórico do Brasil da Primeira República**, CPDOC/FGV). Por isso, foi considerada a mais grave e letal pandemia de todos os tempos, comparável apenas à atual crise sanitária global provocada pela pandemia da Covid-19.

Em face de tais circunstâncias sanitárias e da atuação, ainda que diminuta, de laboratórios e de estabelecimentos farmacêuticos como produtores e exportadores de medicamentos (*id.*, *ibid.*, p. 188), no ano de 1922, após a criação da Escola Técnica de Enfermagem, fundava-se a segunda instituição de ensino superior do estado, a Faculdade Livre de Farmácia do Maranhão. Fundada por nova iniciativa dos “neoatenienses” Fran Paxeco e Domingos Perdigão, estes contaram, desta feita, com o apoio fulgurante dos médicos Luís Viana e Cesário Veras e dos demais integrantes da Academia Maranhense de Letras.

Oriundos das famílias abastadas maranhenses, esses médicos conseguiram obter formação intelectual e profissional fora do estado e, ao retornarem imbuídos de nova mentalidade científica, trataram de pôr em prática os conhecimentos adquiridos tanto no exercício da profissão médica quanto nos debates públicos, por meio dos jornais, sobre a realidade sanitária local, pautando assim a necessidade de criação de instituições de saúde no estado (SALGADO FILHO, 2016, p. 18).

Na esteira dessa nova ordem de prioridades sociais e sanitárias, em que a saúde pública orbitou o centro das discussões, criou-se o curso de Odontologia, em 1925, para resolver “outro grande problema, qual fosse o da carência de cirurgiões-dentistas formados, mesmo porque, ao tempo, não eram muitos os cursos dessa especialidade no Brasil” (MEIRELES, 1994, p. 65). Sob a gestão do médico Achilles de Faria Lisboa, primeiro diretor da Faculdade de Farmácia, decidiu-se integrar a esta o recém-criado curso odontológico, originando-se assim a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, também de natureza jurídica privada, onde apenas os filhos das famílias bem aquinhoadas tinham condições de estudar.

Da mesma forma como sucedeu com a escola jurídica, a Faculdade de Farmácia adquiriu reconhecimento e subsídio do governo estadual apenas um ano depois de entrar em funcionamento, dependendo inicialmente das expensas de seus “sócios-fundadores”, da Associação Comercial do Maranhão e da cobrança de mensalidades dos alunos. Através da Lei estadual No. 1.121/1923, o Governo do Maranhão reconheceu a utilidade pública da instituição superior de ensino, destinando-lhe recursos oriundos do orçamento estadual para subsidiar seu funcionamento e, em abril de 1924, chancelou

por meio de lei a validade dos diplomas por ela conferidos em todo o território maranhense (MEIRELES, 1994, p. 64-65).

No ano seguinte ao da fusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1926, uma outra escola superior na área da saúde chegou a ser aventada, a Faculdade de Medicina do Maranhão, animada principalmente pelo farmacêutico Roberto Gonçalves e pelos médicos Adail Couto, Genésio do Rêgo, Lino Machado e Tarquínio Lopes Filho. Apesar de ter sido alardeada pela imprensa, com a realização de solenidade de inauguração e até eleição de uma diretoria composta pelos supracitados agentes, a mencionada faculdade médica não saiu do papel. Sobre o assunto, Salgado Filho (2016, p. 23) observa que “as ações para a criação da tão almejada faculdade não passaram senão de uma bem orquestrada pressão junto às autoridades estaduais e municipais”, diante de um quadro de grave crise financeira por que passava o governo estadual de José Magalhães de Almeida (1926-1930).

Além dos problemas econômicos, o autor elenca ainda as disputas políticas, recorrentemente evocadas pelas fontes e pela historiografia regional como padrão explicativo para os entraves na solução de questões sociais do período, como o principal fator prejudicial à materialização da escola superior de Medicina:

Pesou, também, na balança política ligada aos episódios de criação da faculdade, o fato de que o recém-nomeado diretor da instituição, o médico, professor, jornalista e deputado estadual Tarquínio Lopes Filho era inimigo político figadal do presidente [da Província do Maranhão] Magalhães de Almeida, a quem lancetava, quase que diariamente, pelas páginas de seu jornal, a *Folha do Povo*, nominando o gestor público de incompetente, inepto, e de outros tantos qualificativos desonrosos. **Aparentemente, o fracasso da instalação da faculdade prejudicava politicamente o presidente do Estado, e convinha a seu adversário, Tarquínio Lopes Filho, o maior entusiasta da implantação da faculdade. Novamente, as disputas políticas prejudicaram os interesses maiores da sociedade.** (SALGADO FILHO, 2016, p. 23). (Grifo nosso)

De fato, a instabilidade política do Maranhão na Primeira República é flagrantemente evidenciada pela sucessiva alternância dos líderes oligárquicos no comando político-administrativo do Estado. Num intervalo de apenas 10 anos, de 1908 a 1918, ou seja, entre a fundação da Academia Maranhense de Letras e a criação da Faculdade de Direito, o Maranhão teve 12 governadores (média de mais de um por ano), o que dificultava substancialmente quaisquer iniciativas de formulação e implementação

de políticas públicas estruturantes e regulares voltadas para o desenvolvimento social da população maranhense, especialmente nos setores da educação e da saúde, que, pela própria “ausência” da figura do Estado, ficaram mais suscetíveis à atuação de um mecenato cultural privado, cuja ressonância incidiu na criação das agremiações literárias, das escolas superiores e das instituições científicas.

Esse cenário de constante instabilidade política possibilitava, ainda, uma maior margem de ação e independência aos intelectuais “neo-atenienses” em relação às forças políticas incrustadas na máquina estatal, encontrando assim no Consulado de Portugal e na elite comercial local (amplamente lusitana) o apoio necessário para a consecução de seus empreendimentos culturais, educacionais e científicos.

Em verdade, as contribuições das elites políticas e econômicas para o custeio da estruturação, manutenção e consolidação das duas primeiras escolas superiores do Maranhão se materializaram apenas nos anos seguintes às suas respectivas fundações, depois de já instaladas e em pleno funcionamento, num prédio alugado na Praça João Lisboa, esquina com a antiga Rua de Nazaré, que, nos idos de 1923, foi destruído por um incêndio de grandes proporções, criando-se a necessidade de uma sede própria.

Gozando de reconhecimento político, do subsídio do Poder Público e de legitimidade social, os dirigentes das faculdades, representantes das frações cultas dominantes, passaram a reivindicar junto às autoridades públicas e ao mecenato cultural privado – composto sobretudo por funcionários públicos ocupantes de cargos comissionados, profissionais liberais e donos das lojas de comércio reunidos em torno da ACM, apontados pelas fontes como “empresariado local” –, a aquisição de um prédio definitivo que pudesse abrigar novamente as duas faculdades juntas. Nesse sentido,

a Associação Comercial e o Governo do Estado ajudaram a transformar em realidade o sonho. Numa grande transação comercial, em que o Governo do Estado colaborou com elevada soma em dinheiro, foi adquirido dos herdeiros do professor Inácio Xavier de Carvalho o palacete de n. 21, situado na Rua Nina Rodrigues (hoje Rua do Sol) (DINO, 2014, p. 64).

A estruturação e consolidação das escolas superiores de Direito e de Farmácia e Odontologia em São Luís, subsidiadas em conjunto pelo Poder Público e pelo mecenato privado, após suas fundações terem sido concretizadas pela iniciativa do Consulado de

Portugal e das elites econômicas locais, conferiram um novo grau de desenvolvimento ao *dominium* intelectual maranhense. A criação de um corpo docente de formação superior, a qualificação educacional e cultural dos herdeiros das elites sob uma nova mentalidade acadêmico-científica e a chancela estatal aos diplomas expedidos pelas faculdades possibilitaram maior autonomização da produção intelectual acadêmica e da difusão da cultura letrada local em relação às gerações anteriores dos literatos, à medida em que se ofertava às carreiras intelectuais (professor e escritor, principalmente) as retribuições materiais e simbólicas como complemento de subsistência e reputação aos agentes a elas dedicados.

Com efeito, em torno da Faculdade de Farmácia e Odontologia começou a orbitar uma nova classe emergente, a dos profissionais de saúde, sobretudo médicos e farmacêuticos formados em outras regiões do país, que diferia da então classe hegemônica, a dos operadores do Direito. O nascimento da Faculdade favoreceu a valorização desses profissionais e contribuiu para o aumento de seu prestígio e influência, tanto no polo cultural quanto no polo político.

Durante os quase vinte anos de sua precária existência, a direção do novo estabelecimento de ensino superior ficou a cargo de alguns dos mais destacados nomes do setor da Saúde Pública do Maranhão do período, sobretudo dos médicos “neoatenienses”. De acordo com Meireles (1994, p. 190), foram eles: “Achilles de Faria Lisboa, médico e farmacêutico; Cesário dos Santos Veras e Luís Lobato Viana, médicos ambos; e Bernardo Pedrosa Caldas e João Marcelino da Silva Teixeira, farmacêuticos os dois”.

Além disso, muitos desses professores-escritores ocupavam, paralelamente, cargos na Administração Pública, no Judiciário e, eventualmente, no Poder Legislativo, exercendo mandatos eletivos (vereadores e deputados, principalmente). Por isso mesmo, as gerações de intelectuais que se seguiram delinearão sua atuação a partir da pedra angular estabelecida pelos “Novos Atenienses”, não se ressentindo da necessidade de consagração de seus *nomos literários* em nível nacional, envidando investimentos para a ocupação dos postos culturais e políticos disponíveis em âmbito regional e conferindo prestígio cada vez maior, por exemplo, a uma nascente carreira de professor do ensino

superior, em fase crescente de valorização e reconhecimento devido à inflexão paradigmática do intelectual literato para o intelectual acadêmico-científico.

Protagonistas dos debates públicos pela necessidade de criação das escolas superiores, cujos objetivos consistiam na “estadualização” da elite dirigente da burocracia estatal e na formação de profissionais de saúde para o combate às endemias que assolavam o Maranhão, constrangidos pelas transformações históricas e estruturais e pelas reconfigurações de poder que demandaram um perfil de intelectual engajado nas questões sociais e educacionais, os “Novos Atenienses” importaram as lógicas do pensamento acadêmico-científico europeu e criaram as condições materiais e simbólicas que elevaram a valorização da ciência e o prestígio das instituições maranhenses de ensino superior fundadas por eles mesmos.

Através da realização de seus empreendimentos culturais, educacionais e científicos, e, ombreados nos panteões literários do período gonçalvino e na evocação do epíteto da “Atenas Brasileira”, acionados enquanto principal estratégia de afirmação social e intelectual de seu “grupo” e/ou “geração”, os “Novos Atenienses” conseguiram acumular um volumoso capital simbólico, de notório reconhecimento público e de prestígio intelectual, chegando mesmo a rivalizar em termos de relevância social com a constelação de literatos das gerações anteriores. Ao fazerem isso, produziram um legado que marcou de modo indelével a história, a cultura, a literatura, a ciência, a política, o sistema educacional e o ensino superior do Maranhão.

Até o fim da década de 1940, quando a Igreja começa a investir na montagem das faculdades católicas, as faculdades livres de Direito e de Farmácia e Odontologia eram as duas únicas instituições superiores de ensino funcionando em solo maranhense. Seu fechamento durante o Estado Novo varguista e a reabertura pós-Segunda Guerra sob uma nova natureza jurídico-institucional são reveladores dos efeitos sintomáticos que as transformações históricas e políticas impingiram ao processo de formação e estruturação da educação superior maranhense.



### 1.5 A Interventoria Federal de Paulo Ramos e o controle das escolas superiores

Com a consolidação das faculdades livres de Direito e de Farmácia e Odontologia, o Maranhão adentra a década de 1930 dotado de um espaço intelectual acadêmico de nível superior estável e interdependente aos poderes político e econômico. Todavia, tal estágio de desenvolvimento sofrerá uma forte guinada que levará à sua estagnação em decorrência das profundas transformações históricas e estruturais, sobretudo nas esferas política, cultural e educacional, com a ascensão de Getúlio Vargas ao comando político-administrativo do Brasil.

Com efeito, o processo de enquadramento institucional das elites intelectuais (MICELI, 2009) por parte do Estado autoritário começa a ter seus contornos delineados mais nitidamente a partir da consolidação das primeiras faculdades isoladas, já no fim da República Velha. Este é o momento em que os grupos dirigentes incrustados na estrutura burocrática estatal mobilizam recursos e direcionam esforços na tentativa de estabelecer um controle maior e de impor ao nascente *dominium* acadêmico-científico maranhense princípios de visão e de divisão, bem como ditar suas regras de funcionamento. Para isso, lançaram mão de laços de amizade com diretores, fundadores e organizadores desses estabelecimentos privados de ensino superior, a ponto de direcionar parte de seus membros e funcionários do alto escalão para a composição dos quadros dirigentes e docentes dos mesmos, expediente que a Igreja também não se furtará de utilizar-se (NUNES, 2000, p. 210-212).

Evidentemente, a partir da “Revolução de 1930” liderada pelo militar gaúcho Getúlio Vargas, que não aceitou a vitória eleitoral do civil paulista Washington Luís para a Presidência da República, inaugura-se no Brasil um Estado centralizador, nacionalista, de feição militar, ancorado nas Forças Armadas, nas elites econômicas e na classe trabalhadora, marcando o início da chamada “Era Vargas” (FAUSTO, 1997).

Vargas é o agente que confere ao Estado brasileiro a condição de árbitro autoritário e disciplinador das clivagens que marcaram, notadamente, as disputas entre os grupos dirigentes do eixo Sul-Sudeste pelo controle político do país, como as

exemplificam o Movimento Tenentista e a Revolução Constitucionalista de 1932 (SCHWARTZMAN, 1984, 2015b).

Se é fato que a Primeira República pode ser caracterizada pela descentralização política e pela centralidade da educação e da ciência, a partir de 1930 há um crescimento na centralização do poder político pelo Estado nacional varguista e, também, uma intensa preocupação com o desenvolvimento educacional e científico brasileiro, para o qual a montagem do sistema universitário integrado nacional era concebida como vetor principal (MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 2006). Encapsulados pelo contexto de irrupção do nazifascismo e dos nacionalismos europeu, asiático e americano, tais condicionantes políticos e concepções educacionais se espraiaram por todas as regiões do país, até a deflagração ditatorial do Estado Novo, em 1937.

Para consolidar seu poder e aumentar sua influência nas esferas estaduais e municipais, aumentando o centralismo político em torno de si, Getúlio Vargas extinguiu as eleições diretas para governadores e prefeitos, que passaram a ser eleitos indiretamente pelas respectivas Casas Legislativas de suas localidades. Com a irrupção do Estado Novo, esses governantes foram confirmados ou alçados ao poder por nomeação direta de Vargas, transformando-se em interventores federais.

É factível asseverar, portanto, que o crescente centralismo autoritário varguista coadunava-se com a profunda instabilidade política do país, reverberando nas cinco regiões brasileiras, sobretudo no Nordeste. Em apenas seis anos, de 1930 a 1936, o Maranhão teve dez governadores, todos eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa estadual. Esse cenário regional mudou concomitantemente à chegada ao poder de Paulo Martins de Souza Ramos<sup>61</sup> que, de governador eleito indiretamente, em 1936, passou a interventor federal por nomeação, em 1937, posto em que permaneceu até o ocaso de Vargas com o fim da Segunda Guerra Mundial.

---

61 Nascido em Caxias-MA, em 4 de maio de 1896, Paulo Ramos concluiu os estudos primários em São Luís e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Anchieta de Nova Friburgo. Por problemas de saúde, regressou a São Luís e concluiu o curso secundário no Liceu Maranhense. Depois disso, ingressou na Faculdade de Direito do Recife mas, transferindo-se para Belém/PA, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Pará. Aprovado em concurso para o Ministério da Fazenda, prestou serviços em Recife e no Rio de Janeiro, onde obteve projeção ocupando cargos de destaque no Tesouro Nacional, através dos quais estabeleceu amizade com o então ministro da Fazenda de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha. Indicado por este para conciliar os grupos políticos que se digladiavam no Maranhão, Paulo Ramos foi eleito governador pela Assembleia Legislativa em 17 de julho de 1936, a qual viria fechar após ser nomeado interventor federal, em 3 de dezembro de 1937, assumindo poderes excepcionais no Maranhão durante a ditadura do Estado Novo. Para outras informações, cf. Buzar (2001, p. 357-363).

Em pouco tempo, Paulo Ramos tornou-se uma figura dominante no cenário político, cultural e educacional do Maranhão. Logo de início, tratou de afastar-se das antigas oligarquias políticas de núcleo familiar “tradicional” e de isolá-las dos aparelhos de estado. Paralelamente, expandiu a máquina burocrática estatal com a instalação do Departamento de Serviço Público, a criação do Instituto de Educação do Maranhão, a fundação do Diretório Regional de Estatística, a inauguração do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão etc. (CORRÊA, 2017, p. 273-276), favorecendo a emergência de um mercado de trabalho intelectual estruturado e regulado pelo Estado autoritário.

A partir desse conjunto de realizações institucionais de natureza pública, o interventor federal desenvolveu uma política de aproximação junto aos estratos sociais médios e da pequena burguesia, nas quais encontraria o material humano necessário para a ocupação dos postos disponíveis e o apoio necessário para formatar sua governança. Seguindo a lógica operacional de Gustavo Capanema à testa do Ministério da Educação, a qual tratou de enquadrar institucionalmente as elites intelectuais (sobretudo escritores consagrados na cena literária nacional) para dar cabo da confecção e difusão dos estatutos ideológicos e doutrinários do regime ditatorial varguista (SCHWARTZMAN, 1984; MICELI, 2012), Paulo Ramos utilizou-se do mesmo expediente junto à intelectualidade maranhense e recorreu à Academia de Letras para recrutar seus “soldados intelectuais” designados às funções públicas dirigentes. Conforme assinala Corrêa (2017, p. 277-278),

sob o fascismo estado-novista, numerosos intelectuais maranhenses confirmaram-se e destacaram-se no exercício de atividade pública, como Agnello Costa (Diretor da Imprensa Oficial do Maranhão); Clodoaldo Cardoso (Diretor da Fazenda do Estado); Ribamar Pinheiro (Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda); Astolfo Serra (Diretor da Junta Comercial e orador do Sindicato Maranhense de Imprensa); Luso Torres (Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças); Oliveira Roma (diretor da Escola de Agronomia); Armando Vieira da Silva (Presidente do Sindicato Maranhense de Imprensa) e Nascimento Moraes (catedrático do Liceu Maranhense, Presidente da Academia Maranhense de Letras e intelectual designado pelo interventor federal para completar o livro *Pantheon Maranhense*, de Antônio Henriques Leal).

A política cultural da Interventoria de Paulo Ramos incluiu, ainda, a doação de prédios à AML, ao IHGM e à Sociedade Musical Maranhense, a ordem para a reedição do clássico **Pantheon Maranhense**, de Henriques Leal, e até a indicação e patrocínio

do ingresso de intelectuais regionais à Academia Brasileira de Letras, como ilustra o caso do escritor Viriato Corrêa (*id.*, *ibid.*).

Foram esses “soldados intelectuais” a serviço do Estado Novo no Maranhão de Paulo Ramos, compromissados com a política e com a doutrina do regime ditatorial, que trataram de esculpir sua imagem enquanto revitalizadora da economia regional e responsável pelo “levantamento do Maranhão Mental”, como escreve o jornalista e poeta Ribamar Pinheiro sobre a figura do interventor maranhense:

Firmado nas convicções políticas, convulsionou os elementos incapazes e de ganho de causa à inteligência construtiva, desde que ela aparecesse.

E foi assim que, rompeu com todos os preconceitos, se impôs ao meio de todas as classes.

[...] E é por isso que, **para mim, a obra mais extraordinária do seu governo é o levantamento do Maranhão Mental que, felizmente, já se está manifestando exuberante, com o desenvolvimento do Maranhão econômico** (CORRÊA, 2017, p. 279). (Grifo nosso)

A necessidade da mão-de-obra intelectual da *intelligentsia* regional para a Administração Paulo Ramos não apenas serviu para exprimir-lhe características benéficas à sua imagem e gestão, mas também para conferir ao Maranhão um *status* de “estabilidade” em meio à conflagração bélica mundial e ao autoritarismo que grassava em todo o país. A despeito disso, Corrêa é preciso em seu argumento:

Às ditaduras, com efeito, interessa promover os cooperadores, que lhes conquistaram, nas atividades de legitimação e de colaboração, a mais vigilante confiança, posto que a máquina pública concentracionária e totalitária, respirando sobre espírito policial de controle, necessita de atores moleculares de sustentação, sem o concurso dos quais o sistema tentacular não opera, caminha e funciona, deixando de gerar a sensação que mais lhe interessa: a da inexpugnável estabilidade (CORRÊA, 2017, p. 286).

É nesse contexto de autoritarismo, de expansão da malha burocrática estatal e de cooptação de uma parcela dos intelectuais acadêmicos responsáveis por traçar as linhas da hipotética “estabilidade” estadual que as duas únicas escolas superiores do Maranhão são sumariamente fechadas. As poucas fontes que tratam do assunto são uníssonas em seu silêncio, o que se compreende face ao aliciamento institucional dos profissionais da escrita e de sua consequente subordinação ao mandatário político, compelidos à pré-fabricação das letras elogiosas e, inexpugnavelmente, ao ocultamento complacente de

fatos noticiosos críticos ao regime. Não por acaso, este é o período da história do Maranhão sobre o qual se tem menos fontes disponíveis e estudos realizados.

Contudo, do silêncio unísono das fontes escassas sobre o fechamento das faculdades livres é possível exprimir, paradoxalmente, alguns indícios factíveis de inteligibilidade. O primeiro deles é a justificação do ato sob um aspecto meramente técnico, versão propagada pela imprensa e homologada pela historiografia oficial. Como atesta a notícia do dia 12 de setembro de 1939, publicada na primeira página do jornal *O Imparcial*:

**Um telegrama ontem chegado do Rio informou que o Conselho de Ensino Superior havia aprovado um parecer desequiparando a nossa Faculdade de Direito.**

Às 20 horas, no edifício do nosso tradicional estabelecimento de ensino superior, houve uma reunião dos professores da Faculdade e outra dos acadêmicos.

O corpo docente nomeou uma comissão composta dos catedráticos Luiz Carvalho, Tarquínio Filho e Oliveira Roma para procurar o chefe do governo maranhense, a fim de S. Exa. defendesse junto às autoridades do país a causa da Faculdade.

O corpo discente, por intermédio do Diretório Acadêmico, resolveu telegrafar ao diretor do Departamento de Ensino, pleiteando que seja mantida a equiparação da Faculdade (*O IMPARCIAL*, 12 de setembro de 1939 apud DINO, 2014, p. 109-110). **(Grifo nosso)**

Mário Meireles, uma das fontes principais sobre os eventos que marcaram a montagem do Ensino Superior do Maranhão, ao longo de todo o seu livro, menciona o fato apenas uma vez, em um único parágrafo e despido de quaisquer tentativas de lancetar dúvidas, instigar reflexões ou erigir observações críticas:

[...] o então Departamento Nacional de Ensino cassaria a equiparação daquelas nossas duas únicas escolas superiores, isso por motivo de graves e lamentáveis irregularidades apuradas pela fiscalização a que submetidas. Em consequência, foram ambas forçadas a fechar definitivamente suas portas, sendo seus arquivos recolhidos também ao Ministério [da Educação] e garantido, igualmente, a seus alunos, que se transferissem para escolas similares em outros Estados (MEIRELES, 1994, p. 67).

O próprio autor de *A Faculdade de Direito do Maranhão*, Sálvio Dino é quem relata um testemunho flagrado no ato de contactar, no Rio de Janeiro, o ex-diretor e emérito professor da escola jurídica Fernando Perdigão em busca de informações para a

feitura de seu livro. Especificamente sobre o fechamento da faculdade, da qual Perdigão era diretor na época, Dino narra como foi sua conversa:

**Perquirido sobre o episódio, ele fez um ligeiro sorriso e virou a “página do livro”. Diante de insistentes indagações, o saudoso professor disse-nos que a Faculdade teve o seu reconhecimento cassado em virtude de irregularidades administrativas detectadas pelo Ministério da Educação. De maneira diplomática, não quis mais alongar conversa a respeito do assunto (DINO, 2014, p. 111). (Grifo nosso)**

E prossegue o seu relato testemunhal sobre o episódio, no tocante à pesquisa empreendida em busca de fontes que esclarecessem essa página obnubilada da história do Ensino Superior maranhense:

**Em pesquisas que fizemos nos arquivos da UFMA, não encontramos quaisquer elementos esclarecedores das razões que levaram o governo federal a cassar o reconhecimento da Faculdade de Direito do Maranhão.**

No tocante ao arquivo da vetusta escola jurídica, ao que se sabe por informações oficiais, o dr. Soares de Quadros, então fiscal do ensino federal, quando do seu fechamento, houve por bem de empacotar toda a papelada burocrática e a remeter de navio para o Ministério da Educação no Rio de Janeiro. **Na mudança do MEC para Brasília, os pacotes e mais pacotes referentes à vida da velha Salamanca foram extraviados ou incinerados.**

O certo é que, **no MEC**, já em Brasília, apesar de incessantes tentativas, **jamais conseguimos obter qualquer informação satisfatória a respeito** (DINO, 2014, p. 111). **(Grifo nosso)**

O silêncio e/ou insuficiência das fontes, orais e documentais, sobre o assunto deixa entrever os bastidores de produção da memória e da história ditas oficiais. Seja através de um “sorriso ligeiro” do ex-diretor da Faculdade quando ela foi fechada ante ao questionamento sobre o episódio do fechamento, seja nos arquivos institucionais da Universidade, ou ainda na sede do próprio MEC, as tentativas de silenciar o assunto não falando dele escancaram as sutis relações de poder que se movem nos subterrâneos da produção historiográfica. São elas que definem, por fim, o *status* das fontes, sua disponibilidade pública, sua natureza informativa, ou seu silêncio e esquecimento.

Há que se lançar luzes ainda sobre dois fatos curiosos relativos ao fechamento das instituições superiores de ensino no Maranhão. O primeiro trata do autor do relatório, João Soares de Quadros, que embasou a decisão pela extinção. Quadros fora nomeado por Gustavo Capanema para a Inspeção Federal do Ensino Superior no

Maranhão por recomendação do próprio Paulo Ramos, como se pode ler na notícia que segue:

Rio, 6 – **Interventor Paulo Ramos. Tenho o prazer de comunicar a V. Exa. a nomeação do seu recomendado, Dr. João Soares de Quadros**, para inspetor da Faculdade de Direito do Maranhão. Saudações cordiais, Gustavo Capanema. (O IMPARCIAL, 8 de janeiro de 1939 apud DINO, 2014, p. 141-142). **(Grifo nosso)**

A nomeação de um aliado escolhido pelo próprio interventor maranhense para elaborar um relatório sobre o funcionamento das faculdades livres no Maranhão no mesmo ano em que elas foram fechadas constitui-se num forte indício de que as pretensões de Paulo Ramos sobre a educação superior eram, de todo, alinhadas ao centralismo autoritário da ditadura varguista, que concebia a educação, em todos os níveis e em todas as esferas, como uma ferramenta de difusão e doutrinação ideológica dos preceitos políticos do Estado Novo. De acordo com Rodrigues (1993, p. 106), na nova ordem social imposta pelo Golpe de 1937, para além da mera transmissão de conhecimentos, “a prática educacional deveria se constituir como formadora de mentalidade, entendida como algo que dependia da construção de certas práticas disciplinares de vida que, pouco a pouco, fossem introjetadas no quotidiano dos indivíduos: (...) a consciência cívica”.

Essa pretensa “consciência cívica” almejada pelo estado-novismo em todo o país aclara o segundo ponto a ser destacado. No mesmo ano de emissão do parecer favorável ao fechamento das escolas superiores, foi fundado o Instituto de Educação do Maranhão – IEMA<sup>62</sup>, como entidade pública estadual voltada para a formação de docentes do ensino fundamental e secundário. Através do Instituto, que chancelou a validação do diploma de professor habilitado para atuar no magistério em qualquer escola do país e permitiu a transferência de alunos de uma escola normal para outra em qualquer estado brasileiro, Paulo Ramos atendeu à “centralização napoleônica” do ensino pretendida por Vargas. A observação crítica de Rodrigues (1993, p. 106) é certa neste aspecto:

---

62 Criado pelo Decreto-Lei Estadual No. 186 de 19 de janeiro de 1939, com fulcro na Reforma Francisco Campos, de 1932, o IEMA vicejou por mais de três décadas, de 1939 a 1973, quando foi extinto pelo Decreto-Lei Estadual No. 5.094 de 10 de agosto daquele ano. Além da formação de professores de nível fundamental e secundário, a criação do Instituto atendia também ao propósito de equivalência do ensino através do qual estabelecia a unificação nacional da Educação e, conseqüentemente, a nacionalização do diploma de professor, tendo como modelo a ser seguido pelas escolas normais o Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

**A interferência direta do Estado nas questões educacionais, em todas as esferas (nacional, estadual e municipal) e em todos os níveis (primário, secundário e superior), tomando para si a incumbência de direcionar os rumos da educação brasileira (predominantemente para a formação cívico-patriótica), deu-se o direito de organizá-la, e como fez de fato, de modo autoritário, vindo o governo central a homogeneizar e controlar o ensino desenvolvido em todo o país.** Foi exatamente para a formação de caráter patriótico que a educação, no período do Estado-Novo, foi utilizada em todos os graus e níveis, e por meio de toda e qualquer instituição que pudesse ir a transmitir os princípios, valores e padrões. Enfim, a visão de mundo do Estado autoritário a todos os brasileiros, nos mais diferentes recantos do país, sob a execução do Ministério da Educação e dos respectivos órgãos federais de controle e fiscalização. **(Grifo nosso)**

Destarte, as escassas tentativas e os raros esforços dispendidos por professores e alunos não foram suficientes e as duas únicas escolas superiores do Maranhão tiveram seu registro de funcionamento cassado naquele mesmo ano. Sua reabertura deu-se apenas em 1945, já com outras nomenclaturas e sob o controle direto da Fundação Paulo Ramos<sup>63</sup>. Esta fora criada exclusivamente para subsidiar e administrar as faculdades, agora denominadas de Faculdade de Direito de São Luís e Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, sem o designativo “Maranhão”, sob a justificativa de que não fossem confundidas com as anteriores (MEIRELES, 1994, p. 68).

Com o controle da atividade intelectual de uma parcela atuante dos escritores filiados à Academia de Letras por meio da concessão de sinecuras e prebendas retribuídas pela construção positiva da imagem do regime e de seu dirigente estadual nos folhetins e demais periódicos, a criação de um Instituto de Educação submetido à função ideológica do Estado-Novo e a subordinação administrativa e pedagógica das novas escolas superiores à sua fundação, Paulo Ramos consolidava sua dominação nos âmbitos político, cultural e educacional do Maranhão.

Com o fim da Segunda Guerra e a saída de Getúlio Vargas do comando do Brasil, Paulo Ramos foi defenestrado do poder político no Maranhão e as duas faculdades foram federalizadas, “com o que deixaram de ser escolas superiores de natureza particular (...) para se transformarem em órgãos da Administração Pública”

---

63 Criada a 19 de julho de 1944, a Fundação Paulo Ramos tinha a “finalidade de manter o ensino superior no Estado, e à qual foi atribuída a incumbência imediata, sob a responsabilidade maior do então Diretor Geral da Instrução Pública e que era o Presidente nato da Fundação, Prof. Luiz de Moraes Rêgo” (MEIRELES, op. cit., p. 68).



(MEIRELES, 1994, p. 68). Desta feita, passaram ao controle do Ministério da Educação e Cultura, tornando-se os únicos cursos mantidos pelo Governo Federal até a criação da Universidade Federal, marco inaugural da ação do Poder Público no desenvolvimento do Ensino Superior no Maranhão.

Convém sublinhar que mesmo com a mudança de natureza jurídica e de suas nomenclaturas, deixando de ser “do Maranhão” para ser “de São Luís”, as escolas superiores federalizadas usufruíam das mesmas instalações privadas de outrora, lançando mão inclusive dos mesmos recursos humanos. Conforme assinala Meireles (*ibid.*), “seus corpos docente e administrativo passaram a integrar os quadros de pessoal do funcionalismo público civil da União, e seus diretores passaram a ser nomeados, em comissão, pelo Presidente da República”.

Durante os seis anos em que ficaram fechadas, o Maranhão perdeu muito de seu dinamismo cultural e de sua vibração intelectual. Os silêncios impostos naqueles tempos, devido às tentativas de Ramos de livrar-se dos herdeiros das oligarquias que controlavam a máquina burocrática estatal desde o período imperial e, ao mesmo tempo, subjugar sob os moldes tutelares do estado-novismo o ensino superior do qual esses mesmos herdeiros se serviam, evidenciaram o autoritarismo do Estado varguista e suas ramificações políticas, culturais e educacionais na esfera estadual.

Não obstante, o fechamento das faculdades maranhenses abriu uma janela de oportunidades para um rearranjo das forças atuantes no nível superior de ensino sobre o qual a atuação da Arquidiocese de São Luís erigiu-se de modo significativo e irretorquível, reestruturando e reconfigurando o *dominium* acadêmico-científico estadual a partir do estabelecimento do paradigma universal da Ciência “em nome de Deus”.

## CAPÍTULO 2

### DAS FACULDADES CATÓLICAS À UNIVERSIDADE FEDERAL: a estruturação do *dominium* universitário no Maranhão

*Essa é a primeira vez que o Governo Federal se une a uma unidade confessional para fazer surgir uma universidade.*

Marechal Humberto de Alencar Castello Branco

*A Universidade Católica se deixa morrer para dar vida a outra Universidade.*

D. João José da Mota e Albuquerque

#### 2.1 A Igreja maranhense no espaço de formação das elites

As transformações históricas e sociais por que passou o Maranhão entre os anos de 1940 e 1970 propiciaram o surgimento dos condicionantes que sedimentaram uma atuação mais decisiva e incisiva da Igreja Católica na vida cultural maranhense. Se a figura do Estado pode ser entendida como uma espécie de “metacampo” estruturante dos demais campos e sub-campos do poder, conforme análise de Pierre Bourdieu (2014), a Igreja parece assumir esse feitiço em relação ao *dominium* universitário estadual ao dispor de seus próprios recursos (humanos, financeiros e materiais) para a formação de um espaço intelectual em concorrência com o próprio Estado e as faculdades livres federalizadas, dando cabo de um projeto de ensino superior concebido como sua principal estratégia de produção e reprodução de novas “vocações sacerdotais”, de dominação cultural sobre o debate público regional e de direcionamento de carreiras políticas e burocráticas promissoras por meio da formação de elites intelectuais voltadas à ocupação de posições sociais dominantes.

Em contrapartida aos vultosos investimentos despendidos pelo Estado brasileiro a partir da década de 1930 para a criação de universidades públicas e de centros de pesquisa não alinhados ao ensino superior, principais veios institucionais e intelectuais desenvolvidos no país (MICELI, 2001, p. 91), é a Igreja quem funda, estrutura, organiza

e conduz o processo de institucionalização da primeira Universidade do Maranhão e, posteriormente, quem outorga ao Governo Central sua federalização, constituindo-se como uma das principais estruturas estruturantes do Ensino Superior maranhense.

A prodigiosa atuação eclesiástica no âmbito de produção e formação intelectual das elites e das camadas médias maranhenses, cimentada na presença ativa de sacerdotes nas agremiações literárias, nos jornais, nas instituições científicas e culturais, nas escolas primárias e secundárias, bem como na sua conhecida e reconhecida produção intelectual (sobretudo de livros), atuando enquanto mediadores culturais e porta-vozes de causas sociais, conforme se pôde observar em outros estudos (MELO, 2013, 2017; NERIS, 2014), atesta o grau de importância que a ciência, educação e cultura adquirem para o episcopado local em termos de composição de novas estratégias evangelizadoras articuladas com a expansão e o *aggionamento* nacional e internacional do catolicismo (BEOZZO, 2005; DELLA CAVA, 1975; HOORNAERT, 1992; MAINWARING, 2004).

Com efeito, os esforços empregados pela cúpula da Igreja maranhense no tocante à criação da Universidade estão condicionados a uma configuração histórica específica, isto é, a um estado do espaço intelectual em que se estabelece à “cultura letrada de nível superior” uma centralidade na formação das classes dominantes, ainda que relativamente tardia, que disputam entre si o monopólio legítimo da produção simbólica no e do Maranhão.

Tais estratégias de dominação eclesiástica sobre o ensino superior, calcadas sobretudo no recrutamento, seleção e formação de quadros intelectuais, desembocaram na fundação da Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), em 29/01/1956, por iniciativa da Arquidiocese Metropolitana de São Luís. Sua finalidade era a de promover o desenvolvimento da cultura superior com a intenção deliberada de criação de uma universidade católica em terras maranhenses.

Dirigida pelo então arcebispo D. José de Medeiros Delgado<sup>64</sup>, tal objetivo se concretiza com a fundação da Universidade do Maranhão, em 18/01/1958, sem a designação “católica”. Será a SOMACS, ainda, a responsável pela criação e manutenção da Faculdade de Ciências Médicas (1957), de onde provirá boa parte dos grupos dirigentes da política contemporânea maranhense<sup>65</sup>, rivalizando assim com as elites leigas jurídicas, cujo eixo gravitacional é a Faculdade de Direito, e com as frações médicas emergentes não religiosas que orbitavam, até então, em torno da Escola de Farmácia e Odontologia<sup>66</sup>.

Essa constatação de disputas políticas e simbólicas inter e intra frações sociais dominantes, hegemônicas principalmente entre médicos e bacharéis que monopolizam os espaços de atuação política e de produção cultural, torna-se ainda mais flagrante com a própria organização da Universidade do Maranhão, que reunira originalmente apenas as faculdades existentes de matriz religiosa. A saber, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (1948), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1953), a Escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1957), todas criadas e/ou controladas pela Igreja e mantidas pelos recursos captados a partir da atuação dos dirigentes da SOMACS (FARIA; MONTENEGRO, 2005, p. 18). Ficaram de fora dessa primeira estruturação universitária, portanto, a Faculdade de Direito de São Luís e a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, reabertas ainda como instituições particulares em 1945 pela Fundação Paulo Ramos e federalizadas pelo Governo Central em 1950.

---

64 A partir de sua chegada ao Maranhão, em 1951, oriundo da Arquidiocese do Rio Grande do Norte, Dom Delgado se torna o principal responsável por concretizar a fundação da primeira universidade maranhense, em meio a inúmeros outros projetos educacionais e culturais formulados e implementados durante seu comando da Igreja Católica do Maranhão (1951-1963) e da Somacs, fundação mantenedora e responsável pela aglutinação posterior das faculdades católicas em torno do que viria ser a Universidade do Maranhão.

65 Para uma análise sociológica sobre as imbricações das relações entre a Medicina e o espaço de atuação política no Maranhão, cf. Nunes (2000).

66 A Escola de Farmácia, criada em 1922, e o Curso de Odontologia, de 1925, cuja fusão deu origem à Faculdade de Farmácia e Odontologia, eram controladas pela elite médica leiga. Junto com a Faculdade de Direito, expressavam a dominação intelectual e política exercida pelas frações de classe socialmente dominantes, cuja posse do diploma não só confere distinção social e intelectual às elites, como serve de base para a hierarquização das diferenças sociais por meio da elevação de suas posições no bojo da regularização das profissões no país.

Nesse contexto, a primeira Universidade do Maranhão apresentava grande parte de seus quadros dirigentes e docentes pertencentes à esfera eclesiástica, o que a fez ser popularmente conhecida como “universidade católica”. Somente em 21/10/1966, por meio da Lei N. 5.152, foi instituída a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), com a finalidade de manter a instituição superior com recursos federais, passando então a denominar-se Universidade Federal do Maranhão (MEIRELES, 1994, p. 79-80).

Ao adotar o protagonismo nesse processo de enquadramento eclesiástico das elites intelectuais, a meu ver, por meio da criação de um espaço privilegiado e socialmente legitimado da atividade intelectual por excelência, a Igreja e seus líderes não apenas erigem um anteparo às dissensões religiosas oriundas da concorrência direta de outras religiões (de matriz protestante e afro-brasileiras, principalmente), como também condiciona a produção acadêmico-científica maranhense a uma visão de mundo orientada e ordenada pelos princípios do catolicismo.

Apesar de algumas regiões do Brasil viverem o avanço do desenvolvimento industrial, da urbanização, da secularização de instituições sociais, principalmente no eixo Sul-Sudeste, e mesmo contando com algum sopro de urbanização e dinamização da atividade econômica experimentados sobretudo na capital São Luís no início do período republicano, a estrutura socioeconômica do Maranhão ainda assentava-se essencialmente na atividade agrícola de exportação, dominada por latifundiários e senhores de terra, cujos herdeiros controlavam os postos políticos e os cargos da burocracia estatal e, por meio do poder exercido sobre as agremiações literárias e educacionais existentes, a produção e a difusão da cultura letrada estadual.

Nesse sentido, a criação da Universidade (Católica) do Maranhão parece ser, também, uma espécie de resposta “modernizante” da Igreja ao *status quo* baseado na tradição agrária e “oligárquica” dominante, com vistas à superação desse “atraso” por meio de um movimento reformista conservador de feição híbrido, a meu ver, que equalizava, a um só termo, novas estratégias de evangelização com vistas à atualização da doutrina cristã e novas formas de atuação eclesiástica no mundo social. Para tanto, o setor da educação – tão precário e carente de recursos materiais e humanos qualificados – foi concebido como ponto nevrálgico desse *aggiornamento* de práticas sócio-religiosas em contextos periféricos, resultando assim no fortalecimento da Igreja

Católica no Maranhão por meio do entrecruzamento de novos modos de dominação, sobretudo científico e educacional.

## **2.2 A divisão social do trabalho religioso: a natureza missionária das faculdades católicas dirigidas por congregações femininas**

### 2.2.1 O pioneirismo da Escola de Enfermagem

A Escola de Enfermagem São Francisco de Assis foi a instituição educacional confessional que inaugurou formalmente a entrada do catolicismo no âmbito do Ensino Superior do Maranhão. Criada em 15 de julho de 1948, por iniciativa da ordem feminina cristã Irmãs Terceiras Capuchinhas<sup>67</sup>, ramificação da Ordem dos Franciscanos no Brasil, a primeira faculdade católica maranhense tornou-se a terceira instituição superior de ensino no estado, num momento em que as faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia haviam sido reabertas sob a batuta da Fundação Paulo Ramos.

Vale dizer que a história da Enfermagem no Brasil se confunde com a própria história da atuação das ordens religiosas no país, sobretudo as congregações femininas. A institucionalização da atividade profissional da Enfermagem consubstancia-se com a inauguração da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, de 1923, criada com o objetivo de formar profissionais aptas tanto para os serviços relativos à saúde pública e hospitalar quanto para as funções pedagógicas da educação em saúde. Essa escola nacional pioneira estimulou a criação e o desenvolvimento de novas unidades de ensino de Enfermagem espalhadas pelo país, para cuja expansão e funcionamento foi fundamental a participação das ordens cristãs femininas, ao ponto de, em dez anos, saltarem de sete escolas, em 1939, para vinte e três, em 1949 (VAZ e DIAS, 2010, p. 100).

---

67 Fundada em 1904, em Belém do Pará, pelo frei capuchinho italiano João Pedro Recalcati, a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas tornou-se a oitava ordem religiosa feminina cristã criada no Brasil. Para outras informações sobre a atuação dessas missionárias no âmbito de formação das elites e classes médias regionais, c.f. Custódio (2017).

Impulsionadas por esse desenvolvimento da Enfermagem em escala nacional, as Irmãs Capuchinhas desembarcaram no Maranhão em meados da década de 1920 e instalaram-se primeiramente no Hospital Português, situado na capital, onde dedicaram-se à assistência aos enfermos. Na década seguinte, o Governo do Maranhão delegou a seus cuidados a administração do Hospital Geral Dr. Tarquínio Lopes Filho<sup>68</sup>, *locus* originário da escola prática de Enfermagem no estado.

As experiências e socializações vividas e desenvolvidas nessas duas unidades hospitalares constituíram nas Irmãs Capuchinhas um conjunto de disposições que não apenas aperfeiçoaram as práticas de assistência à saúde, mas despertaram-lhes um olhar crítico e holístico sobre as deficiências da Saúde Pública no Maranhão, exercida de modo precário por pessoal sem qualificação adequada (LEITE, 1982, p. 26).

Convém sublinhar, no entanto, que tal visão de mundo, ancorada na concepção da educação enquanto ferramenta de transformação social, tem seu fundamento na própria origem da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Para as capuchinhas, a educação formal era o “chão de sua missão evangelizadora”, ou seja, a missão educativa constituía-se como a “função concreta que cada religiosa desempenha na Igreja e na sociedade” (CUSTÓDIO, 2017, p. 170).

É possível inferir, pois, que a necessidade de criação de uma escola de nível superior que ofertasse formação técnica, pedagógica e científica para o exercício profissional das enfermeiras erigi-se através de uma ação articulada, unificada e deliberada das Irmãs Capuchinhas enquanto um projeto missionário evangelizador ancorado na prestação de serviços educacionais e de assistência à Saúde Pública, face às condições sanitárias deficientes do Maranhão e à escassez de escolas de formação superior.

Custódio (2017, p. 171) assinala que, em âmbito nacional, as escolas capuchinhas tornaram-se “um centro irradiador de formação intelectual, moral, social,

---

68 É a unidade de saúde hospitalar mais antiga de todo o Estado do Maranhão. Fundada em 1730 pelos jesuítas como Casa de Exercícios e Recreação Religiosa, o vasto prédio de dois pavimentos, situado na região do Bacanga, também era conhecido como Casa da Madre de Deus. De acordo com Meireles (1994, p. 201), durante a administração provincial de Joaquim de Melo e Póvoas, em 1771, ela foi adaptada para tornar-se provisoriamente a sede da Governadoria do Estado enquanto realizavam-se obras de recuperação no Palácio dos Leões, condição tal que permaneceu por trinta e sete anos, quando a sede do Governo retornou aos Leões em 1811 e o antigo prédio foi transformado no Hospital-Geral Dr. Tarquínio Lopes Filho.

política e religiosa; um campo de missão para a vivência do carisma franciscano; uma fraternidade aberta aos problemas do homem, da Igreja e do mundo, à luz do evangelho, das orientações da Igreja e das leis educacionais”. Gozando desse prestígio e do reconhecimento nacional das Irmãs Capuchinhas, a Escola de Enfermagem fora criada no Maranhão colocando em evidência, na esfera pública estadual, a natureza missionária e a relevância da atuação da ordem religiosa para o setor socioeducacional.

Não à toa, a criação da faculdade foi encabeçada pelas dirigentes capuchinhas num processo apoiado pela Arquidiocese de São Luís, pelo governo estadual e pelos representantes da elite médica maranhense, que despontava como fração socioprofissional dominante no espaço acadêmico-científico. Meireles (1994, p. 69) relata que a Escola de Enfermagem chegou a ter um médico como diretor, Carlos Gomes Macieira, porém “praticamente honorário”, face à direção técnica exercida efetivamente pela Irmã Metildes Maria.

Essa constatação das relações colaborativas estabelecidas entre as frações sociais e culturais dominantes no Maranhão está registrada na Ata de fundação da faculdade confessional:

Aos dezenove dias do mês de julho de 1948, no Hospital Tarquínio Lopes Filho à praça Madre Deus em São Luiz do Maranhão, reunidos Dr. Carlos Macieira, Diretor de Assistência Médica e Hospitalar; Madre Josefa Maria de Aquiraz, Superiora Geral; Irmã Metildes Maria de Pentecostes, **enfermeira diplomada pelo padrão Ana Neri**; Dr. Eleyson Cardoso, Representante do Delegado Federal de Saúde da 3<sup>a</sup>. Região; Dr. Geraldo Melo, Chefe da Clínica Cirúrgica do Hospital Tarquínio Lopes Filho; Dr. Francisco Távora Teixeira Leite, cirurgião do Pronto-Socorro e Dr. Raimundo Matos Serrão, do Hospital Infantil, **foi discutida e aprovada a fundação da Escola de Enfermagem que se denominaria “S. Francisco de Assis” em homenagem ao patrono da Ordem Franciscana.** (...) Em seguida, foi apresentado o estatuto da referida Escola que, discutido e aprovado, estabeleceu-se que esta ministraria o **ensino de Enfermagem de alto padrão, seguindo as normas usadas na Escola Ana Neri** e de acordo com a legislação federal referente aos cursos de Enfermagem (Ata de Fundação da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis apud MEMORIAL “CRISTO REI”, Caixa 21 B, Estante 1, Arquivo do Palácio Cristo Rei). **(Grifo nosso)**

O batismo da Escola de Enfermagem em homenagem ao patrono mundial da Ordem Franciscana, São Francisco de Assis, bem como a adoção do “padrão Ana Neri”<sup>69</sup>

69 De acordo com Vaz e Dias (op. cit., *id*), a Escola Anna Nery, situada no Rio de Janeiro, “funcionou como padrão oficial de ensino de enfermagem moderna para o país” entre as décadas de 1930 e 1940,



como referência de qualidade de ensino dessa profissão, evidenciam que o surgimento da escola superior não se deu de forma açodada, mas sim com planejamento, organização e suporte estrutural e financeiro tanto da Arquidiocese de São Luís quanto do Poder Público estadual. Tais evidências estão expressas na Ata de Inauguração da faculdade:

Aos vinte oito dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e oito (...) foi pelo Exmo. Sr. Governador do Estado cortada a fita simbólica colocada à entrada da Escola de Enfermagem S. Francisco de Assis. Em seguida, falou o Cônego Frederico Pires Chaves em nome de S. Excia. Revdma. o Sr. Arcebispo dizendo que (...) enviava-o como representante para transmitir aos presentes todos os seus sentimentos para com a primorosa instituição que se inaugurava, **assim pedia ao Deus Misericordioso para abençoar, fortalecer e conservar a semente de cultura e de Ação Social Católica que mãos franciscanas juntamente com outros corações caridosos lançaram, com aplauso e satisfação de todos em nosso querido Maranhão.** Considerava ainda a Escola como um dos elos que une a Igreja à Sociedade, sendo a juventude um dos princípios da Cristandade. Seguindo-se falou o Ilmo. Sr. Dr. Carlos Macieira demonstrando a necessidade das obras de assistência médico-social no Maranhão, que apesar da bôa vontade e dos esforços dos seus dirigentes permanecem ainda em estado rudimentar (...), dirigindo-se para os atuais dirigentes da Administração e da Política do Estado, demonstra a necessidade de construir um hospital moderno, principalmente após a fundação da Escola de Enfermagem. **Falou depois o Senador Vitorino Freire, em nome do Governador de Estado e dos seus companheiros, dando à Escola todo o apoio que estivesse ao seu alcance para que a Escola de Enfermagem tenha o êxito que merece.** (Ata de Inauguração da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, 1948, apud VAZ e DIAS, 2010, p. 100). **(Grifo nosso)**

A título de ilustração, à outorga do Governo do Estado às Irmãs Capuchinhas do Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho, primeiro local da escola prática da Faculdade de Enfermagem, somou-se a doação, também pelo Poder Público estadual, do prédio situado na Rua Rio Branco, no Centro de São Luís, local que abrigaria o funcionamento da escola superior até sua integração à Universidade Federal do Maranhão, em 1967.

Se tais condicionantes estruturais ratificam, por um lado, o suporte ofertado pelo governo estadual para a organização, funcionamento e consolidação das atividades da Escola de Enfermagem, por outro certificam as alianças costuradas entre Igreja, Estado e membros das frações sociais dominantes no processo de montagem do Ensino

---

cujo reconhecimento impulsionou a criação e expansão de novas escolas sob tal insígnia de qualidade.

Superior católico no Maranhão. Enquanto a direção da faculdade ficou sob responsabilidade da Congregação das Irmãs Capuchinhas, os postos docentes foram ocupados por sacerdotes e integrantes da elite médica estadual, numa quadra histórica em que o saber médico concorria ao do ofício sacerdotal (e ao dos curandeiros) pelo monopólio da produção legítima dos bens simbólicos sobre a vida e a morte, em que ao poder de cura dos corpos impunha-se a disputa pelo poder de cura das almas.

Não obstante, os baixos efetivos discentes formados pela Escola de Enfermagem apontam para as dificuldades de acesso das camadas médias urbanas, restringindo-se, inicialmente, às filhas das famílias abastadas com condições de custear seus estudos, já que a faculdade impunha o pagamento de mensalidades aos alunos. Na primeira turma iniciada em 02 de agosto de 1948, constavam 11 matrículas, todas do sexo feminino, das quais somente 7 concluíram o curso. Na segunda turma, composta em março de 1949, das 11 matriculadas, apenas 4 seguiram até o fim do curso, sendo diplomadas juntamente com as 7 primeiras concludentes em 18 de maio de 1952, autodenominadas de “Pioneiras de 1952” (VAZ e DIAS, 2010, p. 101).

Além da flagrante elitização do ensino superior católico maranhense em seu processo originário de organização e funcionamento, tal como vimos na Faculdade de Direito e na de Farmácia e Odontologia, o baixo número de alunas matriculadas nas primeiras turmas da Escola de Enfermagem<sup>70</sup> sinaliza também para uma baixa qualidade do ensino secundário, face à precarização do setor educacional em todo o estado.

Por um lado, isso reafirma a dominação cultural das frações socialmente dominantes, sobretudo do efetivo masculino herdeiro da nobreza rural, através da aquisição privilegiada de capital escolar. Se, como vimos, o acesso desigual do público masculino às primeiras escolas superiores se dava de forma precária e diminuta, é de se supor que para o contingente feminino tal situação se potencializava com o agravante da exclusão histórica das mulheres do acesso à instrução formal secular. Tal condição começou a ser revertida apenas a partir da década de 1930, com a conquista do voto feminino, abrindo-se com isso o mercado escolar e acadêmico para as mulheres que, de

---

70 O número de alunas variou para baixo nos anos subsequentes ao funcionamento das primeiras turmas. Vaz e Dias (2010, p. 105) assinalam que entre os anos de 1950 e 1955 a média de alunas matriculadas era de apenas sete, tendência que dificultou o custeio dos serviços educacionais prestados pela Escola de Enfermagem nos anos seguintes e chancelou sua integração à Universidade Federal.

posse dos diplomas superiores, puderam também inserir-se no mercado de trabalho em plena expansão no Maranhão de meados do século XX.

Por outro lado, o fato das matrículas serem todas de mulheres, visto que, inicialmente, o curso era direcionado exclusivamente às mulheres, ressalta o caráter feminino da formação e, conseqüentemente, da profissão de enfermeira. Isso fica bem evidente no processo de recrutamento para a formação da turma do ano de 1950. Em edital de seleção publicado no *Jornal do Maranhão*, no dia 26 de março daquele ano, constam os critérios prévios que deviam ser atendidos pelas candidatas e comprovados através de documentos:

De acordo com os dispositivos da Lei N. 775 de 6 de agosto de 1949 e do Regulamento baixado com o Decreto 27.426 de 14 de Novembro de 1949, estão abertas, de 1 a 20 do corrente, as **matrículas à 1ª. série do Curso de Enfermagem devendo as candidatas** apresentarem os seguintes documentos:

- 1) certificado do curso ginásial ou normal;
- 2) certidão de idade provando ter idade mínima de 16 anos e máxima de 38 anos;
- 3) atestado de sanidade física e mental;
- 4) atestado de vacina;
- 5) atestado de idoneidade moral dado por 2 pessoas idôneas;
- 6) recibo de taxa de inscrição – Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Para outros esclarecimentos poderão **as candidatas** se dirigirem à secretaria da Escola à rua Rio Branco, 308.

S. Luiz, 1 de fevereiro de 1950. (JORNAL DO MARANHÃO, edição de 26 de março de 1950) (**Grifo nosso**)

No documento, está expresso o perfil requerido pela Escola de Enfermagem: mulheres jovens, na faixa etária dos 16 aos 38 anos, comprovadamente sãs física e mentalmente, com as vacinas em dias e portadoras de um “atestado de idoneidade moral dado por 2 pessoas idôneas”, além do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

A comprovação de “idoneidade moral” por pessoas igualmente “idôneas”, de antemão, estabelece a requisição de características sociais socialmente “aceitáveis” reconvertidas em critérios objetivos de seleção. A direção da faculdade das Irmãs Capuchinhas parece preocupar-se em estabelecer um filtro social e moral das aspirantes ao Curso de Enfermagem, restringindo o acesso ao ensino superior àquelas de “boa

reputação”, o que em termos sociológicos significa dizer portadoras de capital de socializações e de capital simbólico de alto valor, posto que condicionadas à certificação social daqueles que já desfrutavam de tal legitimação, implicando tacitamente na predileção pelas filhas de famílias abastadas e possuidoras de prestígio e reconhecimento social.

Outrossim, essa exclusividade feminina no ramo da Enfermagem, capitaneada pela Escola Anna Nery em nível nacional e, a partir dela, reverberada para as demais escolas do setor em todo o país, reflete a representação religiosa do papel feminino nas sociedades ocidentais, talhada e reproduzida pela (di)visão de mundo do catolicismo, religião liderada globalmente por homens, qual seja o da associação da constituição biológica das mulheres (especialmente da condição de gerar e “cuidar” dos filhos) à naturalização do discurso religioso que as concebe enquanto “vocacionadas” ao ensino e à assistência à saúde.

Numa configuração sócio-histórica enredada em meados do século XX em que o acesso às profissões hegemônicas do Direito, da Medicina e da Engenharia era reservado predominantemente aos homens, às mulheres destinavam-se essencialmente o magistério infantil e a assistência hospitalar como porta de entrada num mercado de trabalho ainda em vias de desenvolvimento. A parca diferenciação e a conseqüente escassez de especializações desse incipiente espaço local de circulação de serviços e de oferta de empregos concentravam e hierarquizavam as profissões por gênero, reforçadas pela hierarquização simbólica dos cursos superiores, contribuindo assim para a manutenção e a reprodução da dominação masculina.

Essa divisão do trabalho social por gênero fortalecia-se com a atuação das ordens religiosas femininas, sobretudo das Irmãs Capuchinhas, ao reproduzirem em seu *modus operandi* religioso e educacional os papéis sociais das mulheres socialmente constituídos nas sociedades patriarcais (caso do Brasil de um modo geral). Tal operação realizava-se sob a caução biologizante do discurso dominante que associa características naturais femininas às disposições sociais femininas, transplantando para o universo social as diferenças biológicas entre os sexos e hierarquizando, por conseguinte, o mercado escolar e o mercado das profissões sob critérios naturais que naturalizam a

distinção social por gênero, mascarando e reproduzindo as desigualdades sociais e estruturais entre homens e mulheres.

Tal (di)visão religiosa do mundo social reverberava-se a partir da própria concepção fundante da missão evangelizadora da Congregação franciscana. Conforme já dito, as capuchinhas compreendiam a educação como “um campo de missão para a vivência do carisma franciscano”, isto é, base e instrumento de sua atividade missionária “aberta aos problemas do homem, da Igreja e do mundo, à luz do evangelho” (*id., ibid.*), visando à transformação social dos estratos sociais mais precarizados. Imbuída destes preceitos doutrinários, a ordem feminina imprimia na formação da profissão de enfermeira as imagens da bondade, do carisma e da caridade, características associadas à feminilidade e à representação da mulher no mundo social.

Evidencia-se, portanto, um grau elevado de homologia estrutural entre a profissionalização da Enfermagem, a feminilização da profissão e a condição da mulher no Brasil, para cuja afirmação e reprodução as ordens religiosas femininas tiveram um papel inegável e crucial através da realização de serviços educacionais e de assistência hospitalar encapsulados pela lógica religiosa da missão salvífica e das novas bases sociais de difusão do catolicismo, sobretudo através da atuação eclesial no âmbito do ensino superior.

Tal tendência espalhou-se para outros ramos de atividades especializadas sob influência da Igreja Católica, condicionando sintomaticamente a emergência de profissões correlatas, como a assistência social.

### 2.2.2 A Faculdade de Serviço Social do Maranhão

Diferentemente da Escola de Enfermagem, fundada pelas Irmãs Capuchinhas, a Faculdade de Serviço Social do Maranhão é fruto da atuação direta da Arquidiocese de São Luís. Criada pelo Decreto Episcopal N. 5, de 10/02/1953, sob o báculo do arcebispo D. Delgado, a fundação da então chamada Escola Maranhense de Serviço Social integrava um conjunto de medidas que compunham a Ação Social Católica Arquidiocesana no Maranhão, cujo objetivo em articulação com o poder central da

Santa Sé no Brasil era intensificar a atuação e a presença da Igreja junto aos estratos mais pobres da população maranhense. Inicialmente, através da prestação de assistência espiritual e material às camadas sociais dos bairros precarizados de São Luís e, posteriormente, aos trabalhadores rurais dos municípios menos desenvolvidos.

Outros projetos de significativo impacto social, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a própria Universidade (Católica), nascem das realizações da Ação Social Católica encabeçada pela Arquidiocese de São Luís:

Surgem os movimentos de jovens – JAC, JEC, JOC e JUC; a Ação Católica Operária (ACO); a Cooperativa Banco Rural do Maranhão; a União Agropecuária Ltda. (UNAPE); a Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA); o Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro e o Movimento Familiar Cristão; amplia-se o número de faculdades e funda-se a Universidade Católica do Maranhão (SILVA, 1995, p. 63 apud SILVA, 2008, p. 5).

É nesse enredo sócio-histórico de valorização das ações sociais do catolicismo direcionadas aos desfavorecidos e de preocupação eclesial com a formatação de instituições voltadas à formação de mão-de-obra especializada na produção de bens simbólicos (culturais, educacionais, científicos), recrutada junto às elites e às classes médias urbanas, que se configuram os condicionantes de possibilidades da emergência das faculdades confessionais de natureza missionária católica. Para dar cabo de tal projeto, a Igreja não se furtou em apropriar-se também das estruturas educacionais já existentes no Maranhão. A Escola de Serviço Social, por exemplo, nasce a partir da atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), instalada em território maranhense desde 1943 e que já havia criado uma primeira Escola de Assistência Social em parceria com o governo estadual e a própria Arquidiocese.

Todavia, tal unidade educacional não conseguiu sobreviver ao não reconhecimento pela União, o que implicaria na habilitação para o recebimento de subsídios governamentais. Desta não autorização de funcionamento pelo Governo Central da escola da LBA, abriu-se a possibilidade de realocação dos recursos prediais e materiais investidos nesta para a faculdade congênere fundada pela Arquidiocese de São Luís que, tão logo fora criada, prontamente obteve o reconhecimento de utilidade pública pelo Governo do Maranhão, sinalizando-se o grau de interconexões estabelecidas entre os dirigentes da Igreja e do Estado. Conforme destaca Meireles (1994, p. 70), “reconhecida de utilidade pública, pelo Estado, através da Lei N. 1.114,

de 31/12/1953, fundir-se-ia com aquela anterior Escola de Assistência Social da L.B.A., em data de 15/3/1954, passando de então a denominar-se Escola de Serviço Social do Maranhão”.

Se a principal diferença entre a escola superior de Serviço Social e a antecessora Escola de Enfermagem São Francisco de Assis incide sobre a natureza de suas fundações – esta, de origem secular, e aquela, diocesana, o que, em tese, resultaria numa maior destinação de capital econômico e de capital simbólico pela Igreja para seu pleno funcionamento – a intersecção entre elas ocorre justamente na fusão dos polos pedagógico e administrativo, já que ambas instituições superiores de ensino foram dirigidas exclusivamente por congregações religiosas femininas até sua integração à Universidade (Católica). Isso permitiu que ambas as faculdades se tornassem redutos de atração de novas “vocacionadas”, especializadas na formação acadêmica e profissional voltadas para as mulheres que, de posse dos diplomas superiores expedidos pelas instituições e investidas nos postos de trabalho a que se direcionavam, tratariam de exercer suas profissões no mundo social segundo os esquemas de pensamento do mundo religioso difundidos pelas congregações femininas.

Meireles (1994, p. 70) assinala que a outorga da administração da Escola Maranhense de Serviço Social criada pela Arquidiocese de São Luís a uma ordem religiosa feminina foi conferida pelo próprio chefe da Igreja Católica no estado:

O Arcebispo D. José de Medeiros Delgado confiou-a às Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que a manteriam por conta da Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, sediada em Campinas, São Paulo, e vinculada à referida congregação religiosa, que também nessa cidade paulista tinham sua Casa Generalícia. Sua primeira diretora seria a Irmã Altiva Pantoja da Paixão.

A delegação da gestão da primeira escola de ensino superior fundada por iniciativa da cúpula eclesiástica maranhense à Congregação das Irmãs de Jesus Crucificado aponta para alguns indícios. O primeiro tem a ver com o aparente sucesso da experiência pioneira da Escola de Enfermagem dirigida pelas capuchinhas que, ao prestarem um serviço especializado e dedicado ao ensino e à formação de profissionais de saúde, angariaram para si prestígio e reconhecimento junto às autoridades do estado, capitais simbólicos pleiteados pelas dirigentes da faculdade co-irmã recém-criada.

O segundo indício diz respeito à estrutura material e financeira da ordem das Irmãs de Jesus Crucificado, cuja entidade mantenedora, a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, estava sediada na cidade de Campinas, em São Paulo, que despontava no cenário nacional como o estado mais rico da federação e um dos principais líderes políticos do país. Ao mesmo tempo, isso evidenciava a envergadura da Congregação e a ressonância do alcance de sua atuação nos âmbitos da educação e da assistência social.

O terceiro aspecto que parece justificar a outorga da direção da Escola de Serviço Social às Irmãs de Jesus Crucificado concerne ao reforço da imagem da mulher como afeita “naturalmente” às atividades caritativas às populações pobres e desassistidas, reproduzidas *ad hoc* pelas ordens femininas. Estas constituíam-se como um corpo de especialistas responsáveis pela operacionalização e reprodução da divisão do trabalho religioso por gênero, através do qual realiza-se a transfiguração da posição religiosa da mulher no universo do catolicismo à definição e hierarquização de seus papéis sociais no mundo social.

A especificidade dessa natureza missionária da Escola de Serviço Social do Maranhão junto aos estratos sociais menos favorecidos do campo e da cidade estava muito bem tipificada nos seus documentos normativos. No Decreto Episcopal de sua criação, publicado na edição do jornal *O Imparcial*, de 10 de fevereiro de 1953, consta que “**o curso terá cadeira de especialização ruralista** e interessar-se-á pelos problemas de imigração e emigração, sem prejuízo de sua natureza específica” (SILVA, 2008, p. 5) (**grifo nosso**).

A preocupação com a prestação de um serviço educacional direcionado a públicos específicos que estão na base da pirâmide social, conforme os objetivos missionários da ordem religiosa, revela o grau de especialização a que se submeteram as Irmãs de Jesus Crucificado (como a “especialização ruralista”, por exemplo) para compreender o sistema de forças e de relações que se travam no setor do campo brasileiro como um todo, sobretudo na região Nordeste, bem como os investimentos materiais e intelectuais que realizaram tanto para formular as concepções fundante e organizacional do curso superior quanto para ministrar os conteúdos curriculares acadêmicos.



Tais investimentos incidem ainda sobre a apreensão do mundo social do ponto de vista da “salvação religiosa” e a explicitação das desigualdades que o conformam, visando a sua superação. Em seu Regimento Interno, a faculdade confessional estipulava seus objetivos:

Promover a formação de pessoal técnico habilitado para execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos;

Aperfeiçoar e propagar os conhecimentos técnicos relativos ao Serviço Social;

Contribuir para **criar ambiente esclarecido que proporcione a solução dos problemas sociais** (SILVA, 2008, p. 6). **(Grifo nosso)**

Essa apreensão da realidade social do ponto de vista da salvação religiosa, sob a égide do discurso da “transformação social” e da “solução dos problemas sociais” dos mais vulneráveis, constituiu-se no sustentáculo doutrinário sobre o qual erigiram-se tanto as bases sociais de legitimação das ações missionárias da Igreja quanto do desenvolvimento do ensino superior católico. Capitaneada sobretudo pelas ordens religiosas femininas, tal vertente de atuação do catolicismo direcionava-se às elites e às classes médias com vistas ao recrutamento, formação intelectual e profissional e encaminhamento de efetivos de mulheres qualificadas para os postos de trabalho disponíveis e aptas a cumprir tais desígnios missionários “em nome de Deus”.

Isso contribuiu significativamente para o fortalecimento, a um só golpe, da posição social e do poder cultural da Igreja Católica no Maranhão, bem como das lutas de reivindicação junto ao Estado pela delimitação de um espaço legítimo de atuação social eclesial junto às populações menos favorecidas.

### 2.2.3 A “mão esquerda feminina” da Igreja

Analisando-as em conjunto, tanto a Escola de Enfermagem quanto a Escola de Serviço Social evidenciaram o poder e as características da “mão esquerda da Igreja”, a meu ver, preocupada com a “solução dos problemas sociais” junto às camadas em situação de vulnerabilidade, com atenção particular aos setores da educação e da saúde pública, através da concepção e da implementação de uma ação missionária

evangelizadora executada por ordens religiosas femininas cujos efeitos práticos endossaram os preceitos doutrinários do ensino superior católico e reafirmaram o poder do catolicismo global em solo maranhense.

A atuação dessa “mão esquerda feminina” da Igreja parece ter sido cunhada em obediência a uma espécie de divisão social por gênero do trabalho religioso imposto pela cúpula eclesiástica através da atuação específica das congregações femininas. Estas tornaram-se, através do acúmulo de capital escolar, da expertise pedagógica e de seu poder econômico, as principais produtoras e difusoras dos bens simbólicos responsáveis pela confecção de uma vestimenta de “salvação religiosa” para a execução dos serviços educacionais e caritativos, conferindo, idiossincraticamente, um feitio neoconservador feminino às ações de matiz “progressista” da Igreja.

Por essa ótica, as ordens religiosas femininas especializaram-se na formação profissional de mão-de-obra qualificada de enfermeiras e assistentes sociais que, direcionadas aos postos de trabalho em expansão, especialmente na rede escolar (pública e privada) e no atendimento hospitalar e ambulatorial, contribuíram para a feminilização dessas profissões e, a um só termo, para a reprodução das representações sobre o papel da mulher no espaço público.

Tais representações reverberaram também no mercado escolar, no espaço de formação das profissões, no mercado de trabalho e nos cargos de poder, já que sua ascensão às posições de comando do ensino superior, por exemplo, concentraram-se inadvertidamente nestes mesmos cursos, como veremos no capítulo seguinte. Isso contribuiu para a reafirmação imbricada dos dogmas da Igreja e da dominação masculina, tanto no mundo religioso quanto no mundo social.

Com efeito, o papel feminino no ensino superior católico maranhense está irremediavelmente atrelado à posição da mulher no universo do catolicismo. O fato das congregações das Irmãs Capuchinhas e das Irmãs de Jesus Crucificado dirigirem e lecionarem exclusivamente nas faculdades de Enfermagem e Serviço Social destinadas, a priori, ao público feminino contribuiu não apenas para a produção e a reprodução da feminilização das profissões de enfermeira e assistente social, como também legitimou a divisão por gênero do trabalho missionário católico.

Tal perspectiva tornar-se-á ainda mais nítida ao ser confrontada, a seguir, com o universo masculino que deu cabo da organização e do funcionamento das faculdades de Filosofia e de Ciências Médicas.

### 2.3 A divisão social do trabalho intelectual

Se a presença da Igreja Católica nos setores da educação e da assistência social, isto é, da práxis religiosa, foi marcada pela atuação incisiva e decisiva de mulheres, sobretudo na formação de enfermeiras e assistentes sociais através das ordens religiosas femininas, o mesmo não sucedeu com as faculdades responsáveis pela formação intelectual e científica *stricto sensu* das frações cultas do Maranhão. Tanto a Faculdade de Filosofia quanto a Faculdade de Ciências Médicas, criadas pela Arquidiocese de São Luís, tiveram em suas administrações e em seus quadros docentes a presença hegemônica de homens, evidenciando o outro polo da divisão social do trabalho intelectual operado pela Igreja e reproduzido por estas faculdades.

#### 2.3.1 A Faculdade de Filosofia: disputas políticas pelo monopólio legítimo da produção simbólica

A Faculdade de Filosofia de São Luís foi fundada em 1952 por iniciativa conjunta da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Essa união tripartite deu-se a partir do estado de obsolescência em que se encontrava a fundação privada do ex-interventor federal face à federalização da Faculdade de Direito e da Faculdade de Farmácia e Odontologia. De acordo com Meireles (1994, p. 70), a federalização das duas faculdades isoladas

roubava a esta instituição [a Fundação Paulo Ramos] seu próprio objetivo estatutário, condenando-a, portanto, ao desaparecimento e obrigando à restituição de seu patrimônio a seus instituidores, ou seja, na prática totalidade dele, ao Estado, e **o que estaria apenas na dependência do ato legislativo que formalizasse sua extinção. (Grifo nosso)**

Contando com a negligência da administração estadual face à exigência formal legislativa para a extinção da Fundação Ramos, que continuou em funcionamento após a federalização das faculdades livres, os próprios professores dessas escolas superiores, muitos deles membros da Fundação e da AML, começaram a esboçar um projeto de criação de uma nova unidade de ensino superior utilizando-se do patrimônio remanescente daquela.

As discussões iniciais polarizaram-se em torno de duas correntes que se constituíram prontamente: uma que defendia a criação de uma escola superior de Agronomia, ligada aos interesses dos intelectuais representantes da “nobreza rural”, e a outra que advogava a necessidade de uma faculdade de Filosofia, mediante a precariedade da educação maranhense, sobretudo do magistério secundário, “haja vista a decadência progressiva e alarmante do ensino do segundo grau que anualmente se demonstrava e confirmava nos exames vestibulares” (MEIRELES, 1994, p. 70-71).

A balança da disputa concorrencial pendeu favoravelmente para a corrente defensora da escola de Filosofia – da qual destacaram-se Luiz Moraes Rego, Odilon Soares, Mário Martins Meireles, João Bacelar Portela, Pedro Neiva de Santana e Clodoaldo Cardoso, presidente da AML à época –, contando com o apoio de peso do então Arcebispo de São Luís, D. Adalberto Acioli Sobral (1947-1951). O dirigente eclesiástico nutria o desejo da criação de uma Escola Normal Superior desde o início de sua gestão à frente da Igreja maranhense. Todavia, sua morte em 24 de maio de 1951 por motivo de doença adiou o projeto acordado entre os dirigentes da Academia, da Fundação e da Arquidiocese, até a eleição e posse do novo arcebispo, D. José de Medeiros Delgado (1951-1963).

Com a assunção de D. Delgado ao comando da Igreja Católica no Maranhão, o acordo celebrado por seu antecessor foi ratificado. O arcebispo concedeu em termo de comodato o Palácio Cristo Rei para a instalação e funcionamento da futura escola superior de Filosofia, cuja manutenção financeira ficaria sob a responsabilidade da Fundação Ramos. Desta feita, em 15 de agosto de 1952, em sessão solene deliberativa realizada na sede da Academia Maranhense de Letras, foi fundada a Faculdade de Filosofia de São Luís, com quatro cursos superiores: Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia e História e o de Pedagogia.

Apesar da tríplice aliança (Arquidiocese, Academia de Letras e Fundação Paulo Ramos) ter logrado êxito na criação da nova unidade de ensino superior, as divergências entre os representantes das instituições envolvidas começaram a se tornar mais flagrantes a partir das disputas pelo controle dos postos docentes e dos cargos de direção da faculdade. Meireles (1994, p. 71) esclarece que “num acordo de cavalheiros, assentou-se informalmente que o corpo docente seria inicialmente indicado metade pela Igreja e metade pela Academia, e que na mesma proporção se constituiria o primeiro Conselho Técnico-Administrativo”. À época, essa instância decisória, equivalente ao atual Conselho Universitário deliberativo da UFMA, deveria ser composto por seis membros, três da Academia e três da Arquidiocese, e sua direção seria exercida de forma paritária e alternada por um representante dessas duas instituições, com mandato de dois anos, cada.

Na prática, o que houve foi uma hegemonia dos membros da Igreja no comando da Faculdade, a partir do descumprimento de um “acordo verbal” selado entre a Academia e a Arquidiocese, conforme se pode observar no relato do próprio Mário Meireles, em entrevista sobre sua atuação no processo de formação do ensino superior maranhense:

Como nós da Academia achávamos que, não fora a ajuda do Arcebispado, não teríamos conseguido o nosso intento, qual fosse o de fundar a Faculdade de Filosofia, em retribuição demos ao Arcebispado a primeira diretoria e elegemos, na Academia, o monsenhor Luís Alves Madureira. **Esse acordo foi verbal – penso que os seus termos não poderiam constar no estatuto. (...) O fato é que selamos o acordo.** E Madureira tomou posse lá na Academia (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 436). **(Grifo nosso)**

A fragilidade de um acordo selado apenas na forma “verbal” (oral), posto que não escrito nem registrado oficialmente no estatuto da escola superior, parece ter sido a janela de oportunidades da qual se beneficiou o Arcebispado para colocar em prática seus anseios ambiciosos, quais sejam “ficar com a Faculdade de Filosofia visando à fundação da Universidade Católica” (*id., ibid*, p. 435).

A sequência do relato de Meireles escancara as intenções subterrâneas dos dirigentes eclesiais, bem como os movimentos de oposição dos acadêmicos a tais ingerências, acirrando os ânimos e as disputas políticas pelo controle dos cargos de direção.

Estava tudo funcionando direitinho, mas começamos a perceber que havia qualquer coisa contra nós da Academia. (...) **Começaram a surgir atritos, e tão violentos, que uma vez, o professor Jerônimo de Viveiros saiu de maca de uma reunião do Conselho. As relações entre o clero e a Academia azedaram de vez. Nas reuniões, não chegávamos nunca a um acordo.** Bem, quando o monsenhor Madureira concluiu o mandato dele, de dois anos, tínhamos que, segundo o acordo, eleger um diretor, agora do lado da Academia. Eu chefiava uma ala que queria eleger Odilon Soares, pelos imensuráveis serviços prestados desde o Rio de Janeiro (...), já que era deputado federal.

**Soubemos que o arcebispo queria que se reelegesse o monsenhor Madureira, que era o vigário-geral. Nós não queríamos, não por sermos contra o monsenhor, mas porque desejávamos, isto sim, que, em cumprimento ao acordo firmado pelas partes, fosse um dos nossos** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 436). **(Grifo nosso)**

Tensões, conflitos, atritos violentos, quebra de acordos, tudo isso endossou o grau de animosidade inerente às disputas entre a Arquidiocese e a Academia pelo controle da Faculdade de Filosofia. O próprio Mário Meireles protagonizou um desses conflitos com o chefe do clero maranhense, como ele mesmo narra a seguir:

Chegou ao ponto de a Academia decidir ter um entendimento com eles [clero]. Como eu era muito saliente, fui, como delegado, em companhia do cônego Osmar Palhano de Jesus, que era o arcediogo, a segunda autoridade da Igreja no Maranhão, para me entender com D. Delgado. O cônego Osmar (...) era muito meu amigo, de jantar na minha casa todo dia. Pedi a ele: “Cônego Osmar, marque lá com seu chefe, o arcebispo, uma audiência para nós nos entendermos, que a Academia me deu essa delegação”. **Fomos. E foi uma desgraça, porque quase fomos aos tapas.** Ele, o bispo, queria que a gente dissesse o motivo de não querer a reeleição do monsenhor Madureira. **Nós exigíamos tão somente o cumprimento do acordo verbal.** A infelicidade do cônego Osmar foi quando lhe pedi que dissesse ao arcebispo o que pensava a respeito. E este, de barriga empinada, falou: “Os padres não pensam, quem pensa é o arcebispo”. **Aí foi uma coisa horrorosa. Parti para cima dele, não sei como não me excomungou. Porque ele ouviu o que queria e o que não queria. Nem posso narrar aqui** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 436). **(Grifo nosso)**

Estavam em jogo nessa calorosa disputa não apenas a posse *stricto sensu* dos cargos dirigentes e docentes, mas sobretudo a imposição dos esquemas de pensamento dos grupos contendores, dos princípios norteadores da escola superior e das regras de seu funcionamento. A Faculdade de Filosofia foi a primeira instituição superior de ensino do Maranhão com quatro cursos em funcionamento, o que implicava maior número de docentes e de funcionários, assim como maior número de alunos e, portanto,

maior número de profissionais formados e, conseqüentemente, maior alcance social da educação católica.

Fato é que a Igreja não pretendia abrir mão da direção de sua principal unidade superior de ensino e fez de tudo para que, na disputa com os acadêmicos, prevalecesse a soberania de seus interesses. Nessa tônica, D. Delgado abandonou o projeto de reeleição do monsenhor Luís Alves Madureira, que ficou no cargo de diretor de 1953 a 1955, e adotou uma postura “conciliadora” buscando um nome que apaziguasse os ânimos, porém mantendo a determinação de ser alguém de dentro da Igreja. O escolhido foi o padre paranaense Aloísio Deina Gosch (1955-1957) que, ao endosso de seu nome pelos acadêmicos para a direção da Faculdade de Filosofia, retribuiu-lhes com a distribuição de cargos administrativos do segundo escalão, contemplando inclusive Mário Meireles, que assim se expressou sobre o referido sacerdote:

**Padre Aluísio foi um companheiro, um grande amigo que tive. Para acabar com a briga, nós o elegemos diretor.** Eu era membro do Conselho Diretor, **ele me fez subdiretor e eu o substituí diversas na direção da Faculdade.** Ele se enojou tanto daquela sujeira, que pediu à Ordem, ele era Lazarista, de Santo Antônio, para ir embora do Maranhão (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 437). **(Grifo nosso)**

Desse relato de Mário Meireles, torna-se perceptível como a construção de relações de amizade em torno dos agentes no exercício de cargos de comando era um valioso passaporte para o acesso e/ou manutenção nos postos de poder. Se as relações com o clero, antes “azedadas de vez”, foram “adocicadas” com a distribuição de cargos que contemplassem ou arrefecessem o ímpeto dos acadêmicos pela cobrança do cumprimento do “acordo verbal” por parte da Igreja, aos escolhidos a esses cargos fazia-se necessária a posse de um certo volume de capital de socializações que, reconhecido socialmente seu valor, garantiria não apenas o apaziguamento dos ânimos contendores, mas também o estabelecimento das relações informais como força motriz para conferir organicidade a uma instituição de ensino superior fragilmente autonomizada, posto que interdependente às forças exógenas, sobretudo da Igreja e do Estado, que garantiam sua existência e funcionalidade, segundo e seguindo as lógicas impostas pelos representantes dessas forças.

A entrada em cena do cônego José de Ribamar Carvalho recrudescer as disputas na arena político-religiosa pelo comando da Faculdade de Filosofia e acelerou a decisão

da Arquidiocese de tomar posse por completo da mesma, concebida agora como parte integrante e fundamental de um projeto maior da Igreja, a Universidade Católica.

Cotado como o mais indicado pelos acadêmicos para a sucessão do padre Aloísio Deina Gosch no comando da Faculdade, ainda que supostamente a contragosto, e gozando de apoio tanto na esfera política quanto entre os membros do clero maranhense, o “nome de peso” de Mário Meireles parece ter provocado certa preocupação na cúpula episcopal. A candidatura e eleição de Ribamar Carvalho ao cargo de diretor, sustentada pelo arcebispo D. Delgado, selou definitivamente as tensões entre a Academia e a Arquidiocese, resultando na integração da Faculdade de Filosofia ao projeto pioneiro de modalidade do ensino superior sob o báculo da Igreja maranhense, qual seja o da instituição universitária católica.

Segundo o relato de Meireles, construído pela ótica do protagonismo exercido como representante de um dos grupos em conflito, a Igreja recorreu ao poder político e a expedientes escusos para fazer valer seus interesses na arena concorrencial.

Assim que soube que D. Delgado tinha levantado a candidatura de Ribamar contra a minha, procurei este e perguntei-lhe se era verdade. Disse-lhe: **“Ribamar, qualquer pessoa pode ser candidata; agora, contra mim – e eu não quero ser –, eu não admito”**. E ele: **“Não, Mário, é mentira”**. Disse que não podia ser diretor, porque era secretário do Arcebispado, parece que também secretário de Educação, além de ser vigário da Conceição. **E era mentira, pois ele era candidato. E ganhou a eleição**, que foi realizada pela Congregação. E partiram, então, pra tomar a Faculdade e incorporá-la à Universidade Católica (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 437). **(Grifo nosso)**

Conforme se pode depreender do relato acima, as relações de poder externas ao ambiente acadêmico perpassavam as disputas internas pelo controle da Faculdade. Tanto Mário Meireles (delegado regional do Ministério da Fazenda no Maranhão, vice-presidente da Academia Maranhense de Letras, amigo de políticos) quanto Ribamar Carvalho (secretário do Arcebispado, secretário de Educação, amigo de políticos e do chefe da Igreja no Maranhão) dispunham de recursos e propriedades sociais de relativo peso para disputar o acesso e o controle dos cargos de direção da faculdade confessional.

Nessas circunstâncias, Meireles e Carvalho representavam o recrudescimento dos embates entre a Academia e a Arquidiocese pela imposição de seus princípios e



esquemas de pensamento para o direcionamento das linhas-mestras de atuação da Faculdade de Filosofia. Esta emergiu como “um celeiro de professores de Ensino Médio e Superior” (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993), *locus* central e legítimo da produção e reprodução simbólica por excelência no Maranhão, haja vista que sua função estatutária era formar professores direcionados tanto para o ensino nas escolas secundárias quanto para as faculdades existentes.

**Tabela 3** – Diplomados no Maranhão até 1960.

Instituições de Ensino Superior		Número de formados
Faculdades Federais	Direito	321 bacharéis
	Farmácia e Odontologia	209 dentistas
		129 farmacêuticos
Faculdades Católicas	Filosofia	143 bacharéis
		73 licenciados
	Enfermagem	64 enfermeiras
	Serviço Social	45 assistentes sociais
	Ciências Médicas	Cursando o 4º. ano

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados coletados no MEMORIAL “CRISTO REI”. **Documentos históricos da Universidade Católica e da Fundação Universidade do Maranhão.** Caixa 21 B, Estante 1, Arquivo do Palácio Cristo Rei. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1993.

Como se pode observar na **Tabela 3**, até o ano de 1960, somando-se os quatro cursos que a integravam, a Faculdade de Filosofia já havia diplomado 143 bacharéis e 73 licenciados, num total de 216 profissionais aptos a atuarem no sistema educacional maranhense. Um contingente bastante expressivo quando comparado ao número de formados no mesmo período pelas outras faculdades católicas: 64 enfermeiras e 45 assistentes sociais.

Todavia, o total de diplomados pelas faculdades católicas é bastante diminuto quando comparado ao número de formados pelas faculdades federalizadas no mesmo período. A Faculdade de Direito de São Luís diplomou 312 bacharéis e a Faculdade de

Farmácia e Odontologia formou 129 farmacêuticos e 209 dentistas. Isso sinalizava para um aumento demográfico da população maranhense e da procura crescente pela educação superior pública como mecanismo de obtenção de formação profissional e de ingresso no mercado de trabalho, uma vez que as faculdades federalizadas eram gratuitas e as confessionais exigiam contribuições anuais (anuidades), assim especificadas: Filosofia (Cr\$ 5.000,00); Ciências Médicas (Cr\$ 14.000,00); Enfermagem (Cr\$ 6.000,00); e Serviço Social (Cr\$ 2.500,00) (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993).

A cobrança de tais anuidades pelas faculdades privadas católicas em detrimento da natureza pública e gratuita das faculdades federais tipifica a qual público se destinava o ensino superior católico, isto é, aos filhos e filhas das famílias mais abastadas, ao mesmo tempo em que reforçava o peso das lutas políticas pelo controle da principal unidade de produção simbólica, a Faculdade de Filosofia.

Em face às disputas concorrenciais entre a Arquidiocese e a Academia pelo monopólio legítimo da produção simbólica de bens culturais e científicos, D. Delgado criou, em 29 de janeiro de 1955, a Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, com o objetivo estatutariamente definido de promover o desenvolvimento da cultura e da educação superior no Estado, “propondo-se, com esse fim, a criar uma biblioteca, um museu, um teatro e, principalmente, uma universidade” (MEIRELES, 1994, p. 77).

A criação da SOMACS, fundação congênere à do ex-interventor Paulo Ramos que mantinha a Faculdade de Filosofia, atestava o interesse explícito da Igreja Católica de desenvolver um espaço de atividade intelectual subordinado aos seus dogmas doutrinários como anteparo às faculdades federalizadas controladas pela União. Inicialmente valendo-se dos recursos oriundos da Fundação Paulo Ramos, isso mudou drasticamente com a promulgação da Lei Estadual N. 1976, de 31 de dezembro de 1959, que chancelou o desligamento da Faculdade daquela entidade mantenedora. Assim, abriram-se as portas jurídicas para que a escola filosófica passasse a integrar o patrimônio da Arquidiocese de São Luís e fosse custeada pelos recursos captados pela SOMACS.

Com efeito, a criação e a consolidação da Faculdade de Filosofia promoveram a emergência de um mercado intelectual de matiz religioso especializado na formação docente das camadas sociais com acesso à escolarização que não mais se restringia ao aparato burocrático estatal, capitaneado pela Fundação Ramos.

Tal mercado intelectual religioso, nascido em oposição às faculdades federalizadas e subordinado aos interesses da Igreja, evidenciava o que estava em disputa contra os acadêmicos: o monopólio legítimo da produção simbólica, o qual se traduzia nas lutas pela imposição das lógicas religiosa e acadêmica à formulação e aplicação das leis de funcionamento do universo intelectual propriamente dito.

Para o cumprimento desse trabalho intelectual religioso de formação docente operado a partir da Faculdade de Filosofia, a Igreja Católica reservou as atribuições de ensino e gestão ao seu plantel masculino. Tanto os postos docentes quanto os cargos de direção da escola filosófica foram ocupados majoritariamente por homens, num nítido contraste em relação às faculdades de Enfermagem e de Serviço Social administradas e lecionadas exclusivamente pelas ordens religiosas femininas.

Essa divisão escancarada do trabalho religioso por gênero evidencia as lógicas de hierarquização presentes na atuação da Igreja no âmbito do ensino superior maranhense. Nessa lógica ideológica católica, enquanto às mulheres foi delegada a formação de profissionais aptas a exercerem o “trabalho braçal” da assistência hospitalar e social, de menor prestígio e atrelado ao “campo progressista”, o que chamei de “a mão esquerda feminina da Igreja”, aos homens foi reservado o “trabalho intelectual” *strictu senso*, relativo à reflexão, ao pensamento crítico, ao mundo contemplativo das letras e ao universo da ciência sem aplicação imediata, mais próximo do “campo conservador” e de maior crédito social, o qual denomino aqui de “a mão direita masculina da Igreja”. O exame da criação da Faculdade de Ciências Médicas, como veremos em seguida, realçará ainda mais essa perspectiva analítica.

Se, num primeiro momento, o surgimento da Faculdade de Filosofia contribuiu para um relativo avanço em termos de desenvolvimento da educação superior maranhense, com a abrangência de quatro cursos concernentes à esfera intelectual das “humanidades”, por outro lado evidenciou-se a subordinação da mesma aos ditames da Arquidiocese de São Luís. Esta, ao fundar a SOMACS e lançar mão de recursos

próprios para pôr em funcionamento as escolas superiores católicas, estabeleceu um novo estágio de estruturação do *dominium* acadêmico-científico no Maranhão, transpassado pela lógica religiosa de produção de bens simbólicos, reforçando a sua fraca institucionalização e sua aguda interdependência ao poder eclesiástico.

### 2.3.2 A institucionalização religiosa da produção científica no Maranhão: a Faculdade de Ciências Médicas

Com efeito, a criação da SOMACS pela Arquidiocese de São Luís contribuiu para a consolidação e expansão da estrutura educacional superior que a Igreja Católica construía no Maranhão. Dispondo de recursos próprios e de outros captados junto ao Poder Público e à iniciativa privada<sup>71</sup>, a SOMACS viabilizou a concretização do antigo sonho acalentado pelos “Novos Atenienses” e, finalmente, em 28 de fevereiro de 1957, foi fundada a Faculdade de Ciências Médicas, a última escola superior isolada católica instalada no Maranhão.

Se a fundação da Faculdade de Filosofia pela Igreja confirmou a imbricação entre as esferas religiosa e intelectual acadêmica, a inauguração da escola superior de Ciências Médicas promoveu o estreitamento entre religião e ciência, entre fé e conhecimento científico no Maranhão. Isso está expresso nas palavras do arcebispo metropolitano de São Luís, D. José de Medeiros Delgado, então presidente da SOMACS, em pronunciamento feito na sessão solene de instalação da faculdade médica, realizada na sede da Faculdade de Farmácia e Odontologia:

**Deus determinou**, meus senhores, que estivesse eu à frente dos destinos espirituais de vossa terra [...] **E em nome desta fé e a serviço desta Igreja** que vos convidei e, perante vós e contando com a vossa cooperação, **venho declarar fundada a Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão** (SALGADO FILHO, 2016, p. 64) **(Grifo nosso)**.

---

71 No exercício financeiro de 1959, a SOMACS dispunha de uma receita total de Cr\$ 12.417.057,90, composta por auxílios e subvenções, campanhas financeiras, doações e legados, além de juros bancários. Apenas os custos de manutenção com as instalações, equipamentos e materiais da Faculdade de Ciências Médicas consumiam dos cofres da entidade mantenedora o montante de Cr\$ 1.124.582,40 (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993).

A intenção deliberada do representante máximo do poder da Igreja Católica no Maranhão de investir e de atuar no âmbito da produção do conhecimento científico através da criação do curso superior de Ciências Médicas certifica o desejo manifesto do clero estadual de organizar e controlar o espaço de formação da classe médica maranhense, que despontara como categoria sócio-profissional relevante no Maranhão desde a fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, com o início da dispersão dos profissionais de saúde pelas cidades e vilas do interior do estado, bem como de sua presença crescente nos postos dirigentes da burocracia estatal e nos cargos de representação política dos municípios maranhenses. Nunes (2000, p. 222-223) considera que

a criação desta agência abre a possibilidade para a produção de conhecimento científico, referido à medicina, de certo modo autônomo, dada a própria continuidade territorial. Isto é, uma vez referida ao campo intelectual regional, a produção de conhecimento médico-científico pode integrar temas e problemas concernentes à especificidade regional.

Com efeito, tais investimentos eclesiásticos no *dominium* acadêmico-científico local evidencia o *aggiornamento* dos modos de dominação do catolicismo em dinâmicas sociais e culturais periféricas, ancorado na produção e difusão de saberes médico-científicos elaborados sob o espectro da doutrina cristã e voltados para o atendimento às demandas sociais específicas da população maranhense. Em carta endereçada ao presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), o arcebispo D. Delgado assim se manifestou sobre as condições sociais e sanitárias do Maranhão para justificar a criação da Faculdade de Ciências Médicas e solicitar o apoio necessário do referido instituto:

É o Estado do Maranhão uma das unidades da Federação que mais se resente de escola superior, posto que só ultimamente é que vem sendo dada a atenção a esse ramo da cultura. Além disso, **na imensidão de sua área territorial, nota-se uma absoluta falta de assistência médica às populações, quer pela falta de transportes que impossibilitam o acesso fácil às diversas regiões do Estado, quer pela escassez dos profissionais de Medicina.**

Estes fatores, além da dificuldade de intercâmbio científico e social, vem influenciando sobremodo na localização e radicação de médicos nas diversas cidades e vilas do interior, justamente onde mais necessária se torna a presença do médico para uma assistência permanente. [...]

Como se vê, **essa dispersão da população dificulta ainda mais uma assistência médica permanente, deixando o sertanejo à mercê de curandeiros e charlatães que infestam o interlande** (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). **(Grifo nosso)**

Tal como sucedeu à Faculdade de Farmácia, com a faculdade médica a Igreja enfraquecia, por um lado, as crenças e os saberes populares do misticismo e do curandeirismo, ao mesmo tempo em que fortalecia, por outro lado, a ciência através da produção e da difusão da atividade médico-científica. Essa justificativa de combate ao “curandeirismo” foi utilizada de modo recorrente pela cúpula eclesiástica como mecanismo de legitimação da faculdade médica pela lógica católica, isto é, da imposição da visão religiosa à ciência universal contra o universo dos saberes não-especializados praticados pelas camadas populares. Isso fica novamente expresso numa carta enviada por D. Delgado ao então presidente da República, Juscelino Kubitschek, em 15 de maio de 1957, solicitando ajuda financeira para a instalação da unidade de ensino superior:

Senhor Presidente,

A Arquidiocese de São Luís tomou a iniciativa de fundar no dia 28 de fevereiro do presente ano a Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão. Fê-lo através da Sociedade Maranhense de Cultura Superior e em prolongamento de sua atividade no campo do ensino primário, médio e universitário. **Compeliu-nos a tamanha empresa a dolorosa situação das cidades e dos campos sem assistência médica, sujeitos ao curandeirismo que atrasa o Estado na saúde e na religião** (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). **(Grifo nosso)**

Dessa forma, a Igreja endossava a sua atuação social e religiosa por meio da cooptação cultural e educacional das elites maranhenses, do controle de sua formação profissional e intelectual e da transmissão dos saberes médico-científicos “em nome de Deus”, contribuindo para a valorização da ciência e da profissão médica sob a orientação religiosa do ofício sacerdotal, isto é, alinhando à “cura do corpo” a “salvação da alma”.

Não por acaso, a primeira diretoria da faculdade médica foi confiada a João Bacelar Portela<sup>72</sup>, “médico-cientista” reconhecido também como “intelectual

72 Natural de Santa Quitéria-MA, Bacelar Portela nasceu em 16 de junho de 1906. Antes de se formar na Escola Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1932, cursou Engenharia por um ano e Farmácia por dois anos. Além de primeiro diretor, foi professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas, associando suas atividades profissionais como médico à ocupação de cargos políticos [secretário de Saúde do Governo Newton Bello (1961-1966)], da esfera religiosa (diretor da Santa Casa de Misericórdia) e do âmbito literário (membro da Academia Maranhense de Letras).

humanista” e “católico praticante”, devido à realização de parte de seus estudos no Seminário de Santo Antônio (SALGADO FILHO, 2006, p. 37), principal instância de formação e ordenação de sacerdotes no Maranhão. A essas competências técnicas e intelectuais de Bacelar Portela somaram-se as relações estabelecidas com D. Delgado, tidas como “cruciais” para sua escolha como primeiro diretor (NUNES, 2000, p. 233).

A amizade com o dirigente da Igreja Católica no Maranhão rendeu a Bacelar Portela não apenas a ocupação pioneira da direção da faculdade médica, mas também lhe favoreceu a obtenção de prestígio, reconhecimento e distinção junto à classe médica, à classe política e ao grupo de intelectuais da Academia de Letras, da qual tornou-se membro, constituindo-se num dos exemplos mais notáveis para se aferir o grau de indistinção e de interdependência entre os *dominiuns* acadêmico-científico, literário, religioso e político no Maranhão.

Convém frisar, ainda, a escassez de médicos residentes em território maranhense como um dos vetores apontados como justificativa para a criação da faculdade médica. De fato, já naquele tempo, a concentração destes profissionais se dava essencialmente nas capitais. Enquanto em São Luís havia pouco mais de 60 médicos residentes (SALGADO FILHO, 2006, p. 35) para uma população de 200.503 habitantes, num universo demográfico registrado em todo o Estado do Maranhão de 2.492.139 habitantes (CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE, 1960), nos outros 88 municípios maranhenses somavam-se 16 médicos em apenas 12 cidades, assim distribuídos: Caxias (3), Codó (2) e Pedreiras (2), Bacabal, Turiaçu, Cururupú, Balsas, Carolina, Pinheiro, Barra do Corda, Coroatá e Colinas, 1 médico cada. Todos os demais 76 municípios estavam sem nenhuma assistência médica (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). Verifica-se, assim, que, no início da década de 1960, o Maranhão dispunha de apenas um médico para cada 10.490 habitantes, excluindo-se a população da capital.

Em face desse cenário demográfico, da precariedade das condições sanitárias e da escassez de profissionais da Medicina, reflexo da ausência de políticas de saúde pública e da figura do Estado no interior do Maranhão, a Igreja visava reforçar sua presença e atuação através da formação profissional e do direcionamento de médicos para as localidades carentes desse serviço. Tal intento está documentado em outro trecho da supracitada carta de D. Delgado ao presidente do IAPC:

Não havendo no Estado uma Escola de Medicina, os rapazes que estudam medicina o fazem em Escolas de outras unidades da Federação e na quase totalidade se deixam ficar nos Estados onde estudam, vindo em reduzido número para seu Estado Natal. [...]

Pelo que ficou acima explanado, **nada mais oportuna do que a criação da Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão, que, dando ensino médico a maranhenses, faria com que ao se formarem, fossem se instalar nas localidades do interior do Estado** (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). (Grifo nosso)

Apesar da euforia do clero maranhense com a fundação da Faculdade de Ciências Médicas, seu funcionamento, de fato, foi transpassado por inúmeras dificuldades de ordem financeira, material e de recursos humanos. Não havia, de início, local específico para as aulas, faltavam equipamentos e aparelhos médicos e a quantidade de professores aptos a lecionar era insuficiente para atender todas as 38 disciplinas distribuídas numa grade curricular ao longo de 5 anos de duração do curso.

Esse volume de dificuldades estruturais e operacionais interpôs a D. Delgado a necessidade do acionamento de um conjunto de estratégias e da mobilização de seu capital de socializações junto às instâncias de poder político, sobretudo na esfera federal, para socorrer-lhe em prol de garantir a sobrevivência da faculdade médica. De acordo com Salgado Filho (*ibid.*, p. 38),

para viabilizar a instalação da faculdade, o governo Juscelino Kubitschek cedeu, a título provisório, um andar do Hospital Presidente Dutra, cuja construção foi iniciada em 1951, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) que também o administrava naquele momento. Esta concessão teve o prazo de três anos. Além disso, o presidente da República autorizou um empréstimo de Cr\$ 15.000.000,00 a ser concedido pelo mesmo instituto à SOMACS, a fim de suprir as despesas para a construção de sede própria para o curso de Medicina e, por fim, a autorização para utilizar a Tômbola Universidade em todo o território nacional.

Vale frisar que o IAPC, instituto que comandava o referido Hospital Dutra, tinha como membros os principais representantes da classe empresarial de São Luís, o que reforçou a interdependência das atividades culturais e educacionais da Igreja ao Estado, aos grupos políticos e às frações sociais economicamente dominantes, evidenciando, conseqüentemente e uma vez mais, a baixa autonomização do *dominium* acadêmico-científico maranhense e de sua sub-especialização médica.



A despeito de todos esses obstáculos financeiros, de infra-estrutura e de recursos humanos, a Faculdade de Ciências Médicas iniciou suas atividades em 28 de julho de 1958. A primeira turma, que contou com vinte e cinco alunos, sendo dez mulheres, foi diplomada em 20 de dezembro de 1963. Todavia, em apenas três anos de existência, quadruplicou-se esse efetivo discente, conforme pode-se observar na Tabela a seguir:

**Tabela 4** – Matrículas efetuadas nas escolas superiores do Maranhão em 1961.

<b>Instituições de Ensino Superior</b>		<b>Matrículas</b>
<b>Faculdades Federais</b>	Direito	205 alunos
	Farmácia e Odontologia	92 alunos
<b>Faculdades Católicas</b>	Filosofia	181 alunos
	Ciências Médicas	101 alunos
	Serviço Social	47 alunos
	Enfermagem	28 alunos
<b>TOTAL</b>		<b>654 alunos</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados coletados do MEMORIAL “CRISTO REI”. **Documentos históricos da Universidade Católica e da Fundação Universidade do Maranhão**. Caixa 21 B, Estante 1, Arquivo do Palácio Cristo Rei. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1993.

De acordo com os dados apresentados na **Tabela 4**, no ano de 1961, a Faculdade de Ciências Médicas contava 101 matrículas efetivadas, o segundo maior registro de inscritos numa unidade confessional de ensino superior, atrás apenas da Faculdade de Filosofia, com 181 matrículas, e o terceiro maior entre todas as faculdades maranhenses no período.

Num cômputo total de 654 alunos matriculados nas seis faculdades existentes no Maranhão, Direito, Filosofia e Ciências Médicas (seguida de perto por Farmácia e Odontologia) lideravam a preferência do público discente. Isso implica dimensionar ao menos dois aspectos analíticos. Primeiro, observa-se ainda a dominação exercida pelos bacharéis, mas não mais com a mesma hegemonia de outrora, face ao aumento da oferta e da variedade de cursos superiores, sobretudo à relevância social que os docentes e os

profissionais de saúde adquiriram mediante a precariedade do sistema educacional e da saúde pública maranhenses e da escassez de recursos humanos qualificados.

O segundo ponto a ser salientado refere-se ao fato de que, articulado ao aumento da oferta de cursos superiores e da demanda por professores, médicos e demais profissionais de saúde, tanto o Estado quanto a Igreja criaram as condições estruturantes para a formação, absorção e fixação das frações sociais “nativas” médias e de elite nos postos de trabalho disponíveis e nas localidades mais carentes desses serviços em território maranhense.

Assim, com o desenvolvimento e diversificação desse mercado de trabalho local, as profissões liberais não mais se concentraram em torno da estrutura de postos da máquina burocrática estatal, cada vez mais inchada. Isso explica, em parte, a posição social da Faculdade de Filosofia situada entre Direito e Medicina e, conseqüentemente, a profissão de docente concorrendo com a dos bacharéis e médicos pela preferência dos estudantes maranhenses.

### 2.3.3 A “mão direita masculina” da Igreja: o *aggiornamento* dos modos de dominação do catolicismo

No que respeita à direção da Faculdade de Ciências Médicas e ao seu quadro de docentes, novamente observou-se a hegemonia da dominação masculina, reproduzida e chancelada pela Igreja Católica e umbilicalmente enredada às estruturas de poder político. Desde 1957 a 1992, todos os ocupantes do cargo de direção da faculdade médica foram pessoas do sexo masculino<sup>73</sup>.

---

73 Somente a partir de 1993, já como Coordenadora de Curso (mudança de nomenclatura do cargo de direção das faculdades, ocorrida em 1978), a médica Rose Marie de Jácome Castelo Gomes tornou-se a primeira mulher a dirigir a referida unidade de ensino dentro do modelo institucional universitário.

**Tabela 5** – Gestores do Curso de Medicina desde a sua fundação até os anos 2000.

<b>Diretores</b>	<b>Período no cargo</b>
João Bacelar Portela	1957-1959 (1º. Diretor)
José Pires de Saboia Filho	1959-1965
José de Andrade Melo	1966-1967
Francisco Távora Teixeira Leite	1967-1970
Orlando Araújo	1970-1973
José de Ribamar da Silva Ferreira	1973-1985
Carlos Alberto Salgado Borges	1985-1987
João Damasceno Serra Figueiredo	1987-1989
Antonio Rafael da Silva	1989-1992
Rose Marie de J. Jácome Castelo Gomes	1993-1997
José de Macedo Bezerra	1997-2002

Fonte: SALGADO FILHO, Natalino. *A Faculdade de Medicina do Maranhão: uma história de 59 anos*. São Luís: EdUFMA, 2016, p. 75.

Os dois primeiros diretores antes de sua integração à Universidade Federal do Maranhão foram o já citado João Bacelar Portela (1957-1959) e José Pires de Saboia Filho (1959-1966), ambos médicos e figuras de proa no processo que levou à federalização da instituição superior de ensino.

Em relação aos professores da faculdade médica, o efetivo atuante desde a sua fundação até à federalização era integralmente composto por homens, tanto os que receberam o título de catedráticos quanto os que foram indicados como assistentes.

**Tabela 6** – Professores catedráticos da Faculdade de Ciências Médicas até 1966.

Alfredo Salim Duailibe	Clodomir Teixeira Millet
Antônio Pires Ferreira	Sebastião José Ferreira
Carlos dos Reis Gomes Macieira	João Maranhão Aires

Cesário dos Santos Veras	Expedito Aguiar Bacelar
Cloves Eugênio de V. Chaves	José Carlos de Azevedo Ribeiro
Francisco Távora Teixeira Leite	Guilherme dos Reis Gomes Macieira
Geraldo de Oliveira Melo	Cônego José de Ribamar Carvalho
João Bacelar Portela (1º. Diretor)	João Maranhão Aires
José de Mattos Carvalho	Pedro Braga Filho
José de Ribamar Waquim	Benedito Clementino de S. Moura
Lourival Gomes Bogéa	João Damasceno Serra Figueirero
Salomão Mettre Fiquene	Crisanto Azevedo
Zilo Pires	Edison Otetto Teixeira

Fonte: SALGADO FILHO, op. cit., p. 65.

Do total de vinte e seis docentes catedráticos, apenas o cônego José de Ribamar Carvalho pertencia às fileiras da Igreja e lecionava a cadeira de Filosofia e Religião. Todos os demais integravam a elite médica maranhense, sem vínculos eclesiásticos com a Arquidiocese, assim como os professores assistentes listados na Tabela seguinte:

**Tabela 7** – Professores assistentes da Faculdade de Ciências Médicas até 1966.

Antenor Abreu	João Antonio Gomes dos S. Neto
Antonio Nilo Costa Filho	Joaquim Serra Martins Menezes
Antonio Hadade	José Carneiro Belfort
Benedito Sebastião dos Santos Pinho	José Martins de Oliveira e Sousa
Benedito Murad	Joel Lurine Guimarães Júnior
Egídio Viana de Carvalho	José Ribeiro Quadros
Eraldo Costa Vidigal	Moacyr Penha
Iran Maya Rosa	Orlando de Araújo
Ivaldo Perdigão Freire	Paulo de Tarso Brandão
José Carlos Macieira	Rossini Lopes Mouzinho

Jefferson Rodrigues Moreira	Raimundo Martins de Araújo
-----------------------------	----------------------------

Fonte: SALGADO FILHO, op. cit, p. 65.

Além do pertencimento às frações sociais dominantes da população maranhense, muitos desses médicos-professores possuíam fortes vínculos políticos com mandatários de cargos eletivos ou exerciam, eles mesmos, mandatos políticos. “Tinha-se, por exemplo, como integrante do quadro de professores o Dr. Alfredo [Salim] Duailibe, então suplente do senador Vitorino Freire (1955-1963), os Deputados Federais Clodomir [Teixeira] Millet e Pedro Braga Filho (Suplente Efetivo)” (NUNES, 2000, p. 235).

Essa intersecção entre a esfera do saber médico e da esfera política contribuiu, ao mesmo tempo, tanto para o aumento da interdependência do *dominium* acadêmico-científico às estruturas do poder político quanto fortaleceu a presença da Igreja no *dominium* político *stricto sensu*, através da imposição da lógica religiosa sobre o *modus operatum* da classe profissional dos médicos que, uma vez empossados em cargos políticos, poderiam direcionar projetos de lei e votações orçamentárias em benefício da Arquidiocese e, assim, fortalecer sua atuação no ensino superior estadual face à concorrência das faculdades federais isoladas.

Tal perspectiva evidencia a existência no Maranhão daquilo que já foi observado em outros estudos (MICELI, 2009, 2012; ARDUINI, 2014), qual seja a da implementação de um projeto deliberado da Igreja Católica de ampliação de seu campo de atuação e de influência política, através da “criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos” (MICELI, 2012, p. 127). Elencando um rol de organismos, entidades, instituições culturais e educacionais, periódicos de difusão do pensamento leigo católico como exemplos do “enquadramento institucional dos intelectuais” feito pela Igreja, Miceli acrescenta:

Sentindo-se ameaçadas pelas reformas governamentais, pela importação dos métodos pedagógicos norte-americanos (...) e pela “infiltração” dos educadores profissionais nos cargos de gestão em todos os níveis do sistema de ensino, **as autoridades eclesiásticas empenharam-se em defender seus interesses mediante a criação de um circuito de instituições (...) capazes de fazer frente à concorrência movida pelos educadores profissionais recrutados**

**pelo Estado**, cujas pretensões hegemônicas em matéria de doutrina pedagógica tiveram a contrapartida de uma prolixa literatura de proselitismo subsidiada pela Igreja (*id., ibid.*, p. 129). **(Grifo nosso)**

Se na escala nacional o “enquadramento institucional” das elites intelectuais leigas deu-se por meio de organismos de produção e difusão do pensamento católico criados pela Igreja, em âmbito regional operou-se o *aggiornamento* do catolicismo por meio da oferta de formação intelectual, científica e profissional das frações sociais universitárias maranhenses através do ensino superior das faculdades confessionais.

Umbilicalmente atreladas às estruturas de poder, tanto pelas subvenções e doações de prédios e terrenos do Poder Público à Arquidiocese de São Luís quanto pela captação de outras fontes de recursos junto aos setores empresariais e comerciantes através da SOMACS, as faculdades católicas representavam no Maranhão o recrutamento religioso das elites intelectuais leigas operado a nível nacional pelas já estruturadas e consolidadas Pontifícias Universidades Católicas, as PUCs.

Como vimos nas tabelas acima, para a realização dessa formação médico-científica de orientação religiosa a Igreja dispôs de um plantel exclusivamente masculino, recrutado e selecionado junto às famílias mais bem aquinhoadas do Maranhão que representavam a elite médica local. A despeito disso, é plausível asseverar que a Igreja não apenas endossou, como reproduziu a dominação masculina no *dominium* acadêmico-científico, ao lançar mão de quadros dirigentes e docentes formados apenas por homens para a realização do trabalho de formação intelectual e profissional da clientela universitária.

Diferentemente das faculdades de Enfermagem e de Serviço Social controladas administrativa e pedagogicamente pelas ordens religiosas femininas, a Faculdade de Ciências Médicas teve como diretores e professores um efetivo hegemonicamente composto por homens integrantes da elite médica leiga. Somado aos dirigentes e docentes da Faculdade de Filosofia, ambos os contingentes compunham uma fração importante das elites intelectuais maranhenses responsáveis pelo trabalho de imposição dos princípios de visão e de divisão do mundo religioso católico através da produção legítima dos bens simbólicos, sobretudo culturais, educacionais e científicos.

Se, de um lado, tinha-se um corpo de especialistas recrutadas entre as integrantes das ordens religiosas para realizar o trabalho “missionário” evangelizador

por meio do ensino profissional de nível superior da Enfermagem e do Serviço Social, a qual chamei de “a mão esquerda feminina” da Igreja, do outro lado operou-se uma arregimentação religiosa das elites intelectuais leigas composta majoritariamente pelas frações sociais dominantes e, por isso mesmo, mais próximas do pólo do poder político, através da distribuição de postos dirigentes e docentes das faculdades de Filosofia e de Ciências Médicas, responsáveis pela formação intelectual e científica da clientela universitária sob os moldes doutrinários do catolicismo, a qual denominei de “a mão direita masculina” da Igreja.

Essa constituição de um “espírito de corpo” religioso realizado por meio da intersecção entre a “mão esquerda feminina” e a “mão direita masculina” da Igreja representava, em conjunto, a dupla face da atuação estratégica da Arquidiocese de São Luís no tocante às tentativas de controle e de ampliação de sua influência sobre o *dominium* acadêmico-científico maranhense, em concorrência com os profissionais recrutados pelo Estado e atuantes nas faculdades públicas federais.

Ademais, tais investimentos eclesiásticos no âmbito da educação superior consistiam, portanto, em promover o *aggiornamento* dos modos de dominação do catolicismo global numa região periférica do Nordeste brasileiro, conciliando o recrutamento da clientela universitária junto às camadas médias urbanas e às elites e direcionando-as aos postos de trabalho disponíveis, especialmente nas cidades do interior do Maranhão, onde se ressentia, de modo mais sintomático, a ausência de políticas públicas do Estado, sobretudo nas áreas da Educação e da Saúde pública.

#### **2.4 A Universidade “Católica” e a federalização do Ensino Superior: lutas de concorrência entre Igreja e Estado pelo controle do *dominium* universitário**

Com efeito, a significativa atuação da Igreja Católica no âmbito do Ensino Superior maranhense através de suas quatro faculdades confessionais livres, voltadas para a formação profissional, cultural e científica da clientela universitária oriunda tanto dos estratos sociais dominantes quanto das classes médias urbanas, levou à consumação dos objetivos da Arquidiocese de São Luís de fundar a primeira universidade no Estado

do Maranhão. No dia 18 de janeiro de 1958, por meio de seu presidente e autoridade máxima da Igreja maranhense, D. Delgado, a SOMACS criou a “Universidade do Maranhão”, sem a adjetivação católica, reunindo as faculdades de Enfermagem, Serviço Social, Filosofia e Ciências Médicas.

Além disso, a Universidade “Católica” integrou, como órgãos complementares, a Rádio Educadora do Maranhão Rural Ltda. e a Tipografia São José Ltda., com o objetivo de constituir um Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro – DURIL, agregando ainda à sua estrutura o Instituto de Líderes Rurais e a Escola Normal Rural de Morros.

Essa constituição orgânica da Universidade do Maranhão compreendia a integração das unidades de ensino que a compunham em três categorias: as Incorporadas, mantidas pela SOMACS; as Agregadas, reconhecidas ou autorizadas a funcionar pelo Governo Federal, dispondo de autonomia financeira, ou mantidas por outra entidade; e as Complementares, de caráter pedagógico, cultural, técnico, religioso, ligados à vida e objetivos da Universidade do Maranhão.

A mobilização de toda essa estrutura visava atender as diretrizes traçadas pela SOMACS em relação ao ensino superior católico. Assim constam as finalidades da Universidade do Maranhão no Art. 2º. do Título I de seu Estatuto:

- 1 – **Promover e incentivar a pesquisa e a cultura científica, filosófica, literária e artística;**
- 2 – Manter e desenvolver o ensino nos institutos que a compõem;
- 3 – **Cuidar da formação de profissionais e técnicos habilitados para as necessidades do país e promover a Educação e bem-estar rurais (através do Rádio e de Equipes Volantes);**
- 4 – Contribuir para a divulgação da Cultura;
- 5 – **Consolidar a formação integral da pessoa humana, segundo os princípios da Doutrina da Igreja Católica.** (MEMORIAL “CRISTO REI”, Estatuto da Universidade do Maranhão, 1993). **(Grifo nosso)**

O foco da Igreja na promoção e incentivo à pesquisa e à cultura científica no Maranhão estava de par com as “necessidades do país” e com a promoção da “Educação e bem-estar rurais”. Para este último propósito, a instituição eclesial dispunha de um Departamento específico de comunicação via Rádio, o que atenderia tanto os estratos



sociais urbanos quanto as populações rurais mais afastadas dos pólos das principais cidades maranhenses.

Lançando mão desses meios materiais e imbuída da preocupação com a formação das elites maranhenses e com o fortalecimento de sua presença nos rincões mais longínquos do estado, a cúpula clerical impunha “os princípios da Doutrina da Igreja Católica” à sua clientela universitária legitimando suas ações no *dominium* acadêmico-científico por meio dos esforços de consolidação da “formação integral da pessoa humana”. A esse objetivo de integralidade na formação dos indivíduos correspondia, de modo subjaz, a tentativa de ampliar e difundir o poder e a influência da Igreja em todo o tecido social e territorial maranhense.

Vale dizer que constava, ainda, no projeto original da Universidade do Maranhão, a previsão de criação de outras unidades de ensino, tais como: uma Faculdade de Engenharia, à qual se vincularia um Instituto de Física Nuclear; um Instituto Agrotécnico, em convênio com a Escola Técnica de Agricultura mantida pelo Ministério da Agricultura; e uma Faculdade Católica de Direito, a qual disporia de um Instituto de Criminologia (MEMORIAL “CRISTO REI”, Estatuto da Universidade do Maranhão, 1993).

A tentativa explícita da Arquidiocese de criar uma nova faculdade jurídica em oposição à Faculdade federal de Direito refletia as lutas de concorrência entre a Igreja e o Estado pelo controle do espaço de formação profissional e intelectual dos estratos sociais maranhenses e pela imposição dos princípios e leis de funcionamento do *dominium* acadêmico-científico. A esse respeito, Meireles (1994, p. 77) assinala que até um diretor chegou a ser escolhido para coordenar a Faculdade Católica de Direito, mas que a unidade de ensino “não chegou a existir porque o próprio Ministério [da Educação] achou que o Estado não comportaria uma segunda escola da mesma natureza, haja vista que estava em funcionamento a já então federalizada Faculdade de Direito de São Luís”.

Seja como for, coube à Igreja a concretização do sonho idealizado pioneiramente pelos “Novos Atenienses”. Foi a própria instituição eclesiástica quem evocou o simbolismo do mito da “antiga Atenas Brasileira”, apontando a “veleidade” das gerações anteriores e o analfabetismo corrente, para legitimar a importância de seu feito

histórico e cumprir no presente os anseios dos antepassados que legaram tal epíteto de deferência e distinção de que se nutre a *intelligentsia* maranhense.

**É antigo o anseio dos maranhenses por uma Universidade. Nem se diga fôsse uma veleidade dos filhos da antiga Atenas Brasileira. Tendo conhecido tempos de esplendor, correspondentes a uma euforia econômica, viu o grande Estado do Norte a fartura desertar os seus campos e o analfabetismo caminhar a passos largos.** Como não é possível verdadeiro desenvolvimento sem educação, à falta desta, sentiu-se a carência daquele: o Maranhão é um estado subdesenvolvido mesmo em relação ao subdesenvolvimento geral do Norte e Nordeste. Como, também, **sem um mínimo de condições humanas, não é possível plantar a semente evangélica, viu cedo a Igreja que era necessário fazer alguma coisa, secundando em algumas partes e em outras substituindo a ação estatal**, para pôr fim a tal estado de coisas (MEMORIAL “CRISTO REI”, Plano Quinquenal da Universidade do Maranhão, 1993). **(Grifo nosso)**

Ao buscar amarrar as pontas soltas do passado com o presente, no que concerne à concretização do desejo antigo dos maranhenses por uma Universidade, a Igreja criou, simbolicamente, um elo de continuação dos feitos culturais e científicos dos “Novos Atenienses”, encontrando na não realização dos intentos destes de fundação da primeira universidade, num período histórico de “euforia econômica” do Maranhão, a brecha para reivindicar às ações educacionais e sociais da Arquidiocese o reconhecimento e o prestígio obtidos pelos intelectuais de outrora.

Tal intento fica ainda mais nítido numa carta enviada pelo presidente da SOMACS à direção da Faculdade de Farmácia e Odontologia, onde consta:

Em todos os Estados em que se têm fundado universidades, sustentadas pelo Poder Público, ou mantidas pela iniciativa privada, operou-se um esplêndido reflorescimento cultural, abrindo novas perspectivas de investigação e aprimoramento ao conhecimento humano.

O Maranhão, em nosso país, frui a fama, que nos ufana, de Estado onde a cultura alcançou etapa culminante. **Esse prestígio deve-se àquela plêiade de maranhenses que**, seja no domínio do Direito, seja nos setores da literatura, do humanismo, da filologia e de outras manifestações do saber, **conquistaram para esta terra o glorioso cognome de Atenas Brasileira.**

**Esse prestígio, essa fama, devem ser conservados. E a Universidade Católica é criada com o objetivo de assegurar para o Maranhão aquela honrosa denominação dos tempos idos** (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). **(Grifo nosso)**

Ao agir dessa forma, visando assegurar para o Maranhão “o glorioso cognome de Atenas Brasileira”, a cúpula eclesiástica não buscou apenas angariar o capital simbólico dos “Novos Atenienses”, ombreando-se naquela “honrosa denominação dos tempos idos” para conferir legitimidade às suas ações no âmbito do ensino superior, mas também acirrar as disputas concorrenciais com o Estado pela imposição das leis de funcionamento do *dominium* intelectual, já que, em algumas partes, “substituíu a ação estatal”, sobretudo no tocante à formação dos professores atuantes na rede pública de ensino e dos profissionais de saúde da rede hospitalar.

Os dirigentes da Universidade do Maranhão seriam sempre os arcebispos de São Luís, exercendo a autoridade suprema como “Grão-Chanceler”, a quem cabiam as obrigações de velar pela ortodoxia e integridade da doutrina cristã, escolher e nomear o reitor da Universidade e assinar os diplomas de professores e os títulos honoríficos conferidos pela instituição.

No que diz respeito à Reitoria, órgão executivo e o segundo na estrutura hierárquica de comando da Universidade do Maranhão, seria exercida por um reitor, assistido por um vice-reitor. Na sequência, viriam o Conselho Universitário, o Conselho de Administração e a Assembleia Universitária. Cada uma dessas unidades teria ainda um diretor, um vice-diretor, um Conselho Técnico-Administrativo e suas respectivas congregações (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993; MEIRELES, 1994, p. 78).

De acordo com o Estatuto da Universidade, o mandato do reitor teria duração de três anos, com a possibilidade de uma recondução. Entre as exigências estabelecidas no código jurídico da instituição para a ocupação do cargo, o reitor deveria ser brasileiro nato ou naturalizado e pertencer ao professorado superior, cabendo-lhe entre as suas principais atribuições dirigir, administrar e representar a Universidade, em juízo e fora dele; convocar e presidir a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário e o Conselho de Administração, com direito de voto, além do desempate; e nomear e dar posse aos diretores das unidades universitárias e aos professores concursados e/ou contratados (MEMORIAL “CRISTO REI”, Estatuto da Universidade do Maranhão, 1993).

Apesar da função suprema da Universidade, a de Grão-Chanceler, ter sido estatutariamente designada ao chefe da Igreja Católica no Maranhão, cumulativo ao de

presidente da SOMACS, conferindo-lhe plenos poderes para atuar no *dominium* acadêmico-científico, o cargo de reitor detinha muitas atribuições e responsabilidades, o que propiciava bastante destaque ao seu ocupante, tanto no espaço intelectual propriamente dito, quanto no espaço de poder mais geral.

Não por acaso, nos curtos oito anos de sua existência, a Universidade do Maranhão teve como reitores apenas D. Antônio Batista Fragoso, bispo auxiliar da Arquidiocese, e o cônego José de Ribamar Carvalho que, além de secretário do arcebispo, já havia sido diretor da Faculdade de Filosofia (1957-1959), vice-reitor na administração de D. Fragoso (1958-1961) e, paralelamente ao exercício do cargo de reitor da Universidade “Católica” (1961-1966), foi secretário estadual de Educação do Governo Newton Bello (1961-1966), tornando-se, em seguida, o primeiro e último membro da cúpula eclesiástica a assumir a Reitoria da Universidade Federal do Maranhão (1968-1972).

O cargo de reitor da Universidade “Católica” era, portanto, um dos principais vetores de intersecção e de aferição do grau de interdependência e de parca autonomização entre os *dominiuns* religioso, político e acadêmico-científico no Maranhão. Os poderes atribuídos a essa função dirigente universitária possibilitou a emergência de um campo gravitacional de poder onde orbitava um conjunto de relações de forças que se espalharam sobre os demais *dominiuns* sociais, contribuindo para o posicionamento da Igreja e da Universidade no centro dos debates públicos travados na imprensa, na literatura e na própria comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que elevaram a Universidade “Católica” à condição de núcleo principal da atividade intelectual e científica no Maranhão.

#### 2.4.1 A tentativa de “catequização” das faculdades federais

Os esforços da Igreja pela ampliação de seus poderes no âmbito do ensino superior não se detiveram com a criação da Universidade “Católica”. O passo seguinte do clero foi tentar integrar as duas faculdades federais maranhenses à instituição universitária religiosa. Em carta enviada ao diretor da Faculdade de Farmácia e

Odontologia de São Luís pelo presidente da SOMACS, o intento de cooptação eclesial da unidade federal de ensino fora apresentado nos seguintes termos:

Deseja a SOMACS que no projetado organismo cultural figure como instituto componente uma Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Já existindo em nosso Estado a Faculdade de Farmácia e Odontologia de S. Luís, tradicional centro de educação superior, **muito nos sentiríamos confortados com sua inclusão no referido agrupamento universitário, ao lado da Faculdade de Ciências Médicas, da Faculdade de Filosofia, da Faculdade de Serviço Social e da Escola de Enfermagem (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). (Grifo nosso)**

Na sequência da carta, a SOMACS expõe a forma como seria feita essa integração, mantendo-se a natureza federal da unidade de ensino e sua autonomia pedagógica:

Nada obsta a essa inclusão o fato de estar a Faculdade de Farmácia e Odontologia de S. Luís sob regime federal de ensino, ao passo que a Universidade Católica será de natureza privada.

Os precedentes universitários de Pernambuco e Ceará estão a mostrar a perfeita compatibilidade da participação de institutos federais, estaduais e particulares em Universidades sob regime diferente do de uma daquelas unidades culturais.

Assim, embora particular seja a Universidade Católica do Maranhão, pode nela ingressar a Faculdade de Farmácia e Odontologia de S. Luís. Se federal fôsse a Universidade e particular a Faculdade, ainda assim seria viável o ingresso desta naquela, como tem acontecido em outros Estados.

Nem se diga que a participação desejada redunde na alteração do regime dêste estabelecimento. **Continuará êle como instituto federal e seus professores e funcionários não terão modificada sua condição atual nem diminuídas suas vantagens de servidores da União.**

**Ser-lhe-á, por outro lado, respeitada a autonomia**, uma vez que, conforme se está explicando, **não se registrará qualquer modificação na estrutura atual, prevalecendo, pois, o regime administrativo, pedagógico e cultural de agora (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). (Grifo nosso)**

Conforme se pode observar no documento da SOMACS, o objetivo da Igreja era tão somente cooptar ideologicamente a faculdade federal submetendo-a aos preceitos doutrinários da fé cristã através da integração à Universidade “Católica”, ainda que, para isso, abrisse mão de transformar a natureza jurídica daquela em favor desta. Tal perspectiva ganha contornos de nitidez num outro trecho da referida carta:

**O afeiçoamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia ao regime da Universidade Católica operar-se-á com a instituição, no seu curso de farmacêutico e odontólogo, de uma cadeira de Filosofia e Teologia e outra de Ética e Deontologia.**

**A inclusão dessas duas disciplinas será feita sob a responsabilidade e à custa da Universidade, a quem caberá a escolha, nomeação e manutenção dos respectivos professores e aprovação de programas e escolha de textos oficiais.**

Tal alteração, que é didaticamente diminuta no conjunto das disciplinas estudadas nessa Faculdade, corresponde à própria natureza de uma Universidade Católica (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993).  
**(Grifo nosso)**

Desse modo, a Igreja intentava com o enquadramento institucional universitário da Faculdade de Farmácia e Odontologia o direcionamento religioso do ensino e da produção de conhecimento científico nela desenvolvidos, num esforço de submeter à lógica católica as atividades realizadas num espaço intelectual livre, isolado, laico, público e de natureza jurídica federal. O mesmo sucedeu em relação à Faculdade de Direito de São Luís. Em carta de mesmo teor, com modificação apenas do nome do estabelecimento de ensino e de seu diretor, o presidente da SOMACS expôs a mesma sorte de justificativas, razões e procedimentos para submeter a faculdade jurídica federal aos ditames doutrinários da Universidade “Católica”, inclusive com a inauguração das mesmas cadeiras pleiteadas junto à Faculdade de Farmácia e Odontologia.

A essas duas tentativas da Igreja de subordinar as faculdades federais livres soma-se o desejo de D. Delgado de integrar, ainda, à Universidade do Maranhão a Escola Técnica federal de Agricultura, mantida pelo Ministério da Agricultura e administrada pelo Governo do Maranhão. Em carta direcionada ao governador Newton Belo, o arcebispo metropolitano diligencia seu intento:

Valho-me destas linhas para expor a V. Exa. o assunto infra e solicitar para o mesmo sua proverbial atenção.

**Desde há dois anos, vimos pensando em estabelecer convênio com o Ministério da Agricultura, no sentido de ser incorporada a Escola Agro-Técnica do Maranhão à nossa futura Universidade.**

**As vantagens de tal incorporação se fundam na possibilidade de irradiar, através daquele estabelecimento e ao homem do campo, a ação educativa da “Universidade do Maranhão” (...).**

Apresentando o assunto à alta apreciação de V. Exa., tenho a intenção de consultar se o Governo teria outros planos em relação à referida Escola e, em caso negativo, se está de acordo com o projeto que

pretendemos concretizar, para o qual peço ainda o apoio moral de V. Exa. (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). **(Grifo nosso)**

Como vimos, os esforços incontidos e dispendidos pela Arquidiocese de São Luís de integrar os estabelecimentos federais de ensino superior e técnico à Universidade (Católica) do Maranhão colocam o acento sobre as lutas concorrenciais entre Igreja e Estado pela imposição dos princípios de visão e das leis de funcionamento às instituições de formação profissional e de produção do conhecimento científico.

Ademais, tal conjunto de estratégias da ação cultural e educacional arquidiocesana revela o *aggiornamento* das práticas evangelizadoras da Igreja no Maranhão e dos modos de dominação do catolicismo global em contextos periféricos, evidenciando, por fim, a frouxidão da autonomia do *dominium* intelectual maranhense.

#### 2.4.2 A federalização da Universidade “Católica”

Mesmo diante de tantas ações, esforços e investimentos realizados pela Arquidiocese de São Luís, através da SOMACS, para impôr sua visão de mundo sobre os princípios e leis de funcionamento do espaço de produção e transmissão do conhecimento científico no Maranhão, em concorrência direta com as faculdades federais mantidas pelo Estado, a Igreja não conseguiu sustentar por muito tempo a manutenção das atividades exercidas pela Universidade (Católica) do Maranhão. Segundo informa a principal fonte sobre este assunto, “as dificuldades financeiras cada vez mais crescentes, com que passou a lutar a SOMACS para manter a Universidade, pois que carecia de um patrimônio mais rentável e também porque não lograria haver dos poderes públicos subvenções bastantes, mostraram-se por fim insuperáveis” (MEIRELES, 1994, p. 78).

O arcebispo D. Delgado, em virtude das dificuldades financeiras que se interpunham à continuação das ações da SOMACS no âmbito do ensino superior, pôs-se a buscar auxílio junto às mais variadas fontes de recursos para garantir a existência e o funcionamento da Universidade “Católica”. O chefe da Igreja no Maranhão recorreu tanto ao Poder Público federal e estadual, acionando seu capital de socializações

políticas, quanto à iniciativa privada e às instituições financeiras locais, chegando mesmo a lançar mão de uma Tômbola Universitária, espécie de loteria, com a qual julgava adquirir os recursos urgentemente necessários.

Em depoimento realizado em fevereiro de 1993 para compor o acervo documental do Memorial “Cristo Rei” sobre a história da UFMA, consumida pelo grave incêndio que atingiu o Palácio Cristo Rei dois anos antes, então sede da Reitoria, o prof. Mário Meireles, na condição de “memória viva” dos acontecimentos sobre o surgimento do ensino universitário no Maranhão e de ex-secretário da SOMACS, relatou o estado de “desespero” em que se encontrava o arcebispo e a solução encontrada para evitar o fechamento da Universidade:

D. Delgado, desesperadamente empenhado em salvá-la, instituiu uma tómbola, de âmbito nacional, e viajou para o Sul, levando como garota propaganda da Universidade a jovem universitária Ida do Brasil Valente, então eleita Miss Maranhão, na esperança de, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, angariar os recursos que lhe permitissem constituir um patrimônio que assegurasse a sobrevivência da instituição.

**Os fundos levantados, porém, ficaram muito aquém do quanto almejado e o arcebispo, cansado de bater às portas do Ministério da Educação e Cultura para pleitear maior largueza na subvenção concebida, acabaria por reconhecer que a única maneira de salvar sua Universidade, como sugerido pelo próprio Diretor do Ensino Superior, Dr. Dumerval Figueiredo Mendes, [seria] oferecê-la ao Governo [Federal] para que, juntamente com suas duas unidades federais, instituisse uma Fundação que criasse e pudesse manter uma nova Universidade (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). (Grifo nosso)**

Diante da insuficiência dos recursos angariados pela SOMACS e das despesas crescentes com a Universidade “Católica”, orçadas no ano de 1963 em cerca de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões) para um patrimônio total da instituição inventariado no mesmo ano de Cr\$ 467.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões), a autoridade suprema da Igreja, da SOMACS e da Universidade teve de resignar-se, a contragosto, e nada pôde fazer para evitar que “seus inimigos” tomassem-lhe das mãos a “sua Universidade” (*id., ibid.*).

Vencido, assim, na luta desesperada pela sobrevivência da instituição que tanto lhe custara, ou antes por não deixá-la escapar-se de suas mãos, do controle eclesiástico, convenceu-se, afinal, embora muito a contragosto, de que não tinha outra alternativa (...): oferecer à União, como único meio de salvá-la, a Universidade que fundara, propondo a



criação de uma fundação que passasse a mantê-la (MEIRELES, 1994, p. 79)

Escassas são as fontes que abordam os episódios que levaram à federalização da Universidade (Católica) do Maranhão. Mário Meireles constitui-se numa das raras testemunhas oculares dos acontecimentos por ele narrados já que, no período retratado, ocupava os cargos de secretário da SOMACS, de vice-presidente da Academia Maranhense de Letras e era membro do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia, além da condição de ser servidor público federal e sócio-presidente do Grêmio Littero Recreativo Português, associação de comerciantes lusitanos responsável pela doação do acervo do Gabinete Literário Português que possibilitou a criação da escola filosófica e que integra, atualmente, a Biblioteca Central da UFMA.

Condicionado por esses marcadores sociais, cujos vínculos daí resultantes compõem o substrato do seu capital de socializações, erigido em torno do polo do poder político no estado, Meireles relata a história da formação da primeira Universidade do Maranhão e de seu processo de federalização sem enfatizar o peso do golpe militar de 1964 sobre o desenvolvimento dos acontecimentos. Sua narrativa é destituída de indagações e de reflexões críticas que lhe permitam observar, de modo equidistante, a mão-de-ferro do regime ditatorial agindo e sobredeterminando o desenrolar dos fatos, tal como examinado no tocante ao processo de fechamento e de reabertura das faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia durante o Estado Novo. O relato sobre a saída de D. Delgado do posto de líder da Igreja no Maranhão e da chegada de seu sucessor expressa um pouco dessa visão complacente de quem transitava nos círculos mais altos do poder:

D. Delgado, porém, que fôra vencido pelas circunstâncias, seria poupado de ter, com suas próprias mãos, de entregar a seus “inimigos”, como dizia, a “sua” Universidade. É que, pouco antes eleito Arcebispo de Fortaleza, Ceará, retirar-se-ia de São Luís, quase anonimamente, no dia 05.09.1963.

**Caberia a D. João José da Mota e Albuquerque, seu sucessor desde 19.07.1964, fazê-lo sem constrangimento e com simpática cortezia (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). (Grifo nosso)**

Em que pese o teor das narrativas presentes em seu livro e em seu depoimento sobre o surgimento do Ensino Superior do Maranhão, Meireles deixa antever, sem se dar conta, os efeitos do centralismo autoritário militar de 1964 consubstanciado na

montagem, em escala nacional, da rede federal universitária. O ato do chefe da Igreja ceder a Universidade “Católica” ao Governo Federal, “sem constrangimento e com simpática cortesia”, traz à superfície da análise sociológica as agruras de um período histórico que deu nova feição institucional, amplitude política e um novo estágio de desenvolvimento e estruturação ao *dominium* acadêmico-científico no Maranhão.

E foi o que aconteceu. O Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964/1967), que sancionaria a lei que transformou em realidade essa sugestão, ao receber, em São Luís, o título de Doutor *Honoris Causa*, com que o agraciaria ainda a Universidade Católica, acentuaria, em suas palavras de agradecimento, que era essa “*a primeira vez que o Governo Federal se unia a uma unidade confessional para fazer surgir uma universidade*”. (...) D. João José da Mota e Albuquerque [sucessor de D. Delgado] diria então em seu discurso – “a Universidade Católica se deixa morrer para dar vida a outra Universidade..., mas não pretendemos aplausos a este gesto de despojamento total (MEIRELES, 1994, p. 79).

A “morte” da Universidade “Católica” deu vida à Fundação Universidade do Maranhão (FUM), entidade de direito público nascida com a finalidade de implantar progressivamente a nova Universidade Federal do Maranhão, constituindo-se fato único na história do Brasil a transformação de um estabelecimento eclesiástico de ensino superior numa instituição pública federal universitária.

Com o apoio decisivo dos senadores maranhenses – Vitorino Freire, Sebastião Archer e Eugênio Barros –, foi promulgada a Lei N. 5.152, de 21 de outubro de 1966, que instituía a FUM e estabelecia a integração universitária das quatro faculdades católicas, das duas faculdades federais e da Faculdade de Ciências Econômicas, de natureza privada e isolada, fundada em 11 de fevereiro de 1958 pela Associação Comercial do Maranhão, por iniciativa de Waldemar Carvalho, seu diretor.

A federalização da Universidade “Católica” pôs fim às lutas concorrenciais entre Igreja e Estado pelo controle hegemônico do espaço intelectual, unificando e centralizando a formação profissional e a produção científica em torno da nova Universidade Federal. Isso conferiu ao *dominium* universitário maranhense um estado financeiramente mais estável com a garantia orçamentária de recursos públicos da União para sua manutenção, ao mesmo tempo em que se buscou, na esfera político-administrativa da UFMA, a conciliação dos interesses dos dirigentes eclesiásticos aos

dos grupos políticos leigos ligados ao regime militar. As composições do primeiro Conselho Diretor e da Reitoria da UFMA expressam bem esse esforço conciliatório das forças em disputa.

Finalmente, em cerimônia realizada no Palácio dos Leões, sob a presidência do governador José Sarney Costa, no dia 10.04.1967, o Dr. Josué Montelo, como representante do Ministério da Educação e Cultura, daria posse aos membros do primeiro Conselho Diretor (...).

Foram eles o Dr. Clodoaldo Cardoso, representante da Faculdade de Direito, o Dr. Raimundo de Matos Serrão, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, o Cônego José de Ribamar Carvalho e o Dr. José Maria Cabral Marques, os últimos Reitor e Vice-Reitor da Universidade Católica, representantes da SOMACS, e o Dr. José Antonio Martins Itapari, Presidente da Associação Comercial, e Francisco Guimarães e Sousa, Presidente da Federação do Comércio do Maranhão (que logo renunciaria e seria substituído pelo prof. Orlando Lopes de Medeiros), os de livre escolha. E aqueles dois primeiros seriam, por seus pares, eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Colegiado (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993).

A composição heterogênea desse primeiro Conselho Diretor refletia, a um só tempo, as tentativas de conciliação dos interesses envolvidos nos processos decisórios sobre a gestão da vida universitária, bem como os grupos socialmente dominantes nela inseridos, a exemplo da manutenção dos representantes do clero nas instâncias de poder da Universidade e da presença dos dirigentes estaduais das entidades de classe dos empresários e comerciantes. Não por acaso, foram eleitos para os cargos da primeira Reitoria da UFMA o médico Pedro Neiva de Santana (reitor), o cônego José de Ribamar Carvalho (vice-reitor pedagógico) e o vice-presidente da AML, inspetor federal do Ministério da Fazenda e presidente do Grêmio Líteo Português, Mário Martins Meireles.

Como vimos, a eclosão da ditadura militar e o centralismo político autoritário nacional impactaram significativamente na estrutura e nas leis de funcionamento do *dominium* acadêmico-científico maranhense. A extinção da Universidade “Católica”, a integração entre as faculdades confessionais e as faculdades federais sob o molde institucional universitário imposto pelo regime de exceção, bem como o autoritarismo e a violenta repressão ditatorial contribuíram para o arrefecimento dos conflitos político-administrativos entre Igreja e Estado pelo controle do espaço da produção e difusão do conhecimento pautado em critérios de cientificidade.

### 2.4.3 A estadualização das universidades

Por outro lado, essa nova ordem política favoreceu a estabilização dos recursos necessários à manutenção das atividades intelectuais por excelência, demarcando um novo estágio de desenvolvimento ao Ensino Superior local, ao passo em que promoveu a “estadualização” das universidades em todas as regiões do país sob a justificativa impulsionadora de uma “modernização nacional-desenvolvimentista”, com impacto também no Maranhão.

Com efeito, essa “modernização autoritária” do Brasil (MOTTA, 2014, p. 65) se ramificou do plano federal aos governos estaduais com o fim das eleições diretas para cargos do Executivo nas três esferas administrativas e com a escolha indireta de dirigentes regionais feita por um pequeno colegiado de generais. No Maranhão, o então deputado federal José Sarney foi o representante do regime de exceção para levar “desenvolvimento regional” através da implementação de vultosos empreendimentos “faraônicos” na cidade de São Luís, seguidos de uma série de reformas estruturais, urbanísticas e “modernizantes”.

Tais ações implementaram a “política de desenvolvimento” adotada e acionada por Sarney e o grupo de literatos não-acadêmicos que integraram seu governo, representantes da “poesia no poder” (BORRALHO, 2011, p. 131), como trunfo para a elaboração de uma nova identidade regional ao Maranhão, um “Maranhão Novo”, “moderno” e “culto”, em oposição ao “atraso” e “ignorância” detratados no perfil de seus adversários e predecessores (GONÇALVES, 2000, p. 110-120).

Para conferir consistência e delinear os traços desse “novo Maranhão” em vias de ser esculpido, a educação superior estadual seria de fundamental importância, sobretudo na formação de profissionais de qualidade técnica, com a transmissão de conhecimentos aplicáveis voltados ao mercado local de trabalho em expansão.

Essa mudança na perspectiva sobre a definição de “intelectual” de nível superior, do perfil erudito ao técnico especializado, se fez sentir no processo de recrutamento dos novos quadros dirigentes para as funções político-burocráticas estatais e manifestou-se

na composição dos perfis sociais que comandaram as primeiras faculdades públicas e isoladas do Maranhão fundadas no Governo Sarney (1966-1970).

Foram elas: a Escola de Administração Pública do Maranhão, criada pela Lei estadual N. 2.728, de 22 de dezembro de 1966, tendo como seu primeiro diretor João Geraldo Bugarin; a Escola de Engenharia do Maranhão, criada pela Lei estadual N. 2.740, de 8 de junho de 1967, dirigida pioneiramente pelo engenheiro Haroldo Olímpio Lisboa Tavares, então secretário estadual de Viação e Obras Públicas; e a Escola de Agronomia do Maranhão, criada pela Lei estadual N. 3.003, de 3 de março de 1969, cuja direção foi exercida de modo pioneiro pelo engenheiro-agrônomo Lourenço José Tavares Vieira da Silva.

Desse modo, é possível inferir que a federalização do Ensino Superior no Maranhão imposta pelo regime ditatorial através da extinção da Universidade “Católica” e da fundação da Universidade Federal, determinou a instituição de novos critérios de intelectualidade. A formação intelectual e profissional “clássica”, mais “humanista”, contemplativa e especulativa, de caráter erudito e enciclopédico, que favorecia a seleção dos dirigentes das escolas superiores com perfis atrelados a tais contingências, num contexto de montagem, estruturação e organização do *dominium* acadêmico-científico no Maranhão, perde espaço para uma nova definição de “intelectual”, aquele portador de conhecimentos técnicos, aplicáveis e voltados para as exigências de especialização impostas pelo mercado de trabalho. Daí compreende-se que os perfis sócio-profissionais mais valorizados política e simbolicamente no Maranhão antes do regime militar dizem respeito aos operadores do Direito e aos profissionais de saúde, sobretudo os médicos.

Por seu turno, a política nacional-desenvolvimentista do regime de exceção, salientada pelo estreitamento das relações culturais e educacionais entre Brasil e Estados Unidos através dos acordos MEC-Usaid e regulamentada pela Reforma Universitária de 1968, impulsionou a estadualização das universidades nas cinco regiões brasileiras, sobretudo nas capitais. Apesar dos fortes vínculos entre a política externa norte-americana e os generais no comando do Brasil, os governantes estaduais cumpriram na esfera regional os desígnios emanados do Planalto Central.

Na esteira dos projetos de “modernização autoritária”, passou-se à valorização da formação profissional de nível superior, de perfil “técnico” e especializado, voltado às exigências de um mercado de trabalho mais diversificado e competitivo, atinente às contingências estruturais difundidas em todo o país.

Se, para Miceli (2012), as transformações históricas e estruturais no processo de recrutamento dos intelectuais para o setor público deu-se a partir do Governo Vargas, com um impulso à diversificação do mercado das profissões no Brasil, numa quadra histórica em que o acesso aos cargos e postos políticos e burocráticos do aparato estatal concentrava-se em torno dos profissionais do Direito e da Medicina, no Maranhão tais mudanças são operadas a partir da Ditadura Militar. Com a emergência do regime de exceção, outras profissões passam a concorrer com essas formações “tradicionais” no processo de recrutamento dos intelectuais para a ocupação dos cargos da máquina estatal, tais como engenharia, agronomia, economia, administração, dentre outras.

Trocando em miúdos, a reconfiguração estrutural das relações de poder, sobretudo no âmbito político e econômico, impôs novos princípios de definição da atividade intelectual, saindo-se da hegemonia histórica de uma educação erudita e enciclopédica para a valorização de uma formação técnica, especializada, atomizada, direcionada para a resolução de problemas práticos.

Com a irrupção e valorização desse novo paradigma intelectual, há uma maior diversificação no mercado das profissões no Brasil em geral, e no Maranhão, em particular, atrelado à reestruturação das relações de poder e do recrutamento dos efetivos para os cargos da máquina estatal. Perde espaço o “intelectual total” e entra em cena o “intelectual especialista”.

Se, por um lado, é inegável a contribuição do regime militar para a estruturação, consolidação e expansão das universidades federais e estaduais por todo o território nacional, tidas como os motores principais na formação de quadros qualificados para tocar a política nacional de “desenvolvimento modernizante”, por outro tornou-se visível o aumento da interdependência das instituições superiores de ensino aos poderes de Estado, seja na escala nacional ou em âmbito estadual, possibilitando, por conseguinte, a imposição ao *dominium* universitário das lógicas e forças sociais exógenas à esfera especializada na produção científica por excelência.

### CAPÍTULO 3

## MORFOLOGIA DOS GRUPOS DIRIGENTES DO ENSINO SUPERIOR MARANHENSE

Neste capítulo, analisamos a morfologia dos grupos sociais que presidiram o processo de constituição do Ensino Superior no Maranhão. O objetivo é explicitar o perfil social preponderante dos ocupantes das posições destacadas nesse processo, examinando-se as regularidades e discrepâncias de suas propriedades sociais e de seus recursos culturais, acionados em distintos momentos de suas respectivas trajetórias, e, analisando-se em perspectiva comparada, dentro do recorte temporal focalizado, as continuidades e/ou variações nos critérios de admissão dessas frações sociais aos postos dirigentes das instituições maranhenses de educação superior.

Nessa perspectiva, a pesquisa mapeou o total de trinta agentes que ocuparam os postos elevados na estrutura hierárquica do emergente *dominium* intelectual acadêmico-científico do Maranhão, das faculdades livres à Universidade, e catalogou os registros sociográficos disponíveis sobre vinte personagens, possibilitando a realização de um exame clínico sobre distintos marcadores e variáveis, tais como origem social, pertencimento geográfico, gênero, percurso escolar, formação acadêmica e/ou profissional, itinerário ocupacional, cargos e postos de poder, agências de consagração intelectual, deslocamentos regionais e nacionais, em correspondência analítica às transformações históricas e estruturais por que passou o Maranhão, da Primeira República à Ditadura Militar.

Para tanto, recorreu-se à elaboração de quadros sinóticos contendo os dados sociográficos coletados nas diversas fontes aqui mobilizadas (trabalhos acadêmicos, livros comemorativos, revistas, entrevistas, recortes de jornais, vídeos, documentários, sítios pessoais e institucionais), além de dados biográficos disponibilizados para consulta pública no sítio do Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC-FGV/RJ e no acervo documental do Memorial “Cristo Rei”, da Universidade Federal do Maranhão.

Assim, foram evidenciadas mutações nos critérios de admissão aos postos dirigentes, bem como a emergência e consolidação de uma nova categoria

socioprofissional dominante *pari passu* com a estruturação do *dominium* universitário maranhense, a dos médicos.

Ao mesmo tempo, revelou-se a atualização do peso do capital de socializações mediado pelas instituições educacionais, universitárias e científicas em combinação com um conjunto de saberes e práticas valorizados enquanto critérios de “competência”, não necessariamente acadêmico-científicos, acionados estrategicamente como passaporte aos cargos de comando, sinalizando-se para o grau de homologia entre posições sociais e postos de poder e a hibridização entre *dominiuns* sociais em configurações periféricas.

### **3.1 Composição dos postos dirigentes**

A composição e análise dos quadros contidos neste capítulo prioriza dois aspectos centrais para a compreensão do processo de montagem do Ensino Superior no Maranhão: primeiro, as agências e os postos de comando existentes que estruturam e organizam o *dominium* acadêmico-científico num dado estágio de seu desenvolvimento; e, segundo, as características e os capitais (políticos, culturais, simbólicos, de socializações) de que dispunham os agentes ocupantes das posições elevadas na estrutura hierárquica de cargos das instituições compulsadas.

A partir dessa relação estruturante e estruturada entre agentes e agências, visa-se estabelecer as conexões sincrônica e diacrônica entre propriedades sociais, recursos culturais e postos de poder no *dominium* intelectual especializado, com ênfase nos trajetos e nas múltiplas disposições adquiridas pelos grupos dirigentes em diferentes momentos e imbricados espaços de socialização.

O Quadro a seguir explicita a quantidade existente e a diferenciação histórica entre as instituições superiores de ensino no tocante às modalidades de institucionalização a que foram submetidas, seus fundadores instituídos (individuais e coletivos) e o total de agentes investidos nos cargos de comando que contribuíram para sua organização, funcionamento e consolidação ao longo de seu processo constitutivo.



**Quadro 4** – Dirigentes das instituições de ensino superior por ordem cronológica.

<b>Instituição</b>	<b>Fundadores</b>	<b>Diretores</b>
<b>Faculdade de Direito do Maranhão</b> (1918-1941)	Domingos de Castro Perdigão e Fran Paxeco	<b>José Viana Vaz</b> (1918-1922)
		<b>Henrique José Couto</b> (1922-1939)
<b>Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão</b> (1922-1941)	Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras	<b>Achilles de Faria Lisboa</b> (1922-1925)
		<b>Luís Lobato Viana</b> (1925-1936)
		<b>Cesário dos Santos Veras</b> (1936-1939)
<b>Faculdade de Direito de São Luís</b> (1945-1966)	Fundação Paulo Ramos	<b>Luís Carvalho</b> (1945-1947)
		<b>Alberto Correia Lima</b> (1947-1949)
		<b>Acrísio Rebelo</b> (1949-1951)
		<b>João Hermógenes de Matos</b> (1951-1966)
<b>Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís</b> (1945-1966)	Fundação Paulo Ramos	<b>Salomão Mettre Fiquene</b> (1945-1950)
		<b>Alarico Nunes Pachêco</b> (1951-1953)
		<b>João Bacelar Portela</b> (1954-1956)
		<b>Luís Pinho Rodrigues</b> (1957-1960)
		<b>José de Andrade Mello</b> (1961-1963)
		<b>Salomão Mettre Fiquene</b> (1964-1968)
<b>Escola de Enfermagem São Francisco de Assis</b>	Irmãs Terceiras Capuchinhas	<b>Irmã Metildes Maria de Pentecostes</b> (1948-1961)

(1948-1966)		
<b>Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Maranhão</b> (1952-1966)	Arquidiocese de São Luís	<b>Monsenhor Luís Alves Madureira</b> (1953-1955)
		<b>Padre Aloísio Deina Gosch</b> (1955-1957)
		<b>Cônego José de Ribamar Carvalho</b> (1957-1959)
		<b>Cônego Antônio Bezerra de Bonfim</b> (1959-1961)
<b>Faculdade de Serviço Social do Maranhão</b> (1953-1966)	Arquidiocese de São Luís	<b>Irmã Altiva Pantoja da Paixão</b> (1953-1956)
		<b>Madre Superiora Josefa Maria de Aquiraz</b> (1956-1961)
<b>Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão</b> (1957-1966)	Arquidiocese de São Luís	<b>João Bacelar Portela</b> (1957-1959)
		<b>José Pires de Saboia Filho</b> (1959-1966)
<b>Faculdade de Ciências Econômicas do Maranhão</b> (1958-1967)	Associação Comercial do Maranhão	<b>Waldemar da Silva Carvalho</b> (1958-1967)
<b>Universidade (Católica) do Maranhão</b> (1958-1966)	Arquidiocese de São Luís	<b>Cônego José de Ribamar Carvalho</b> – reitor (1961-1966)
		<b>José Maria Cabral Marques</b> – vice-reitor (1961-1966)
<b>Universidade Federal do Maranhão</b> (1966-1970)	Governo Federal	<b>Pedro Neiva de Santana</b> (1967-1968)
		<b>Mário Martins Meireles</b> – vice-reitor administrativo (1967-1968)
		<b>Cônego José de Ribamar Carvalho</b> – vice-reitor pedagógico (1967-1968) e reitor

		(1968-1972)
		<b>Dagmar Desterro e Silva</b> – vice-reitora (1968-1972)
<b>Escola de Administração Pública do Maranhão</b> (1966-1972)	Governo do Maranhão	<b>João Geraldo Bugarin</b> (1966-1968)
<b>Escola de Engenharia do Maranhão</b> (1967-1972)	Governo do Maranhão	<b>Haroldo Olímpio Lisboa Tavares</b> (1967-1972)
<b>Escola de Agronomia do Maranhão</b> (1969-1972)	Governo do Maranhão	<b>Lourenço José Tavares Vieira da Silva</b> (1969-1972)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

Conforme pode-se observar no **Quadro 4**, as escolas superiores do Maranhão passaram por distintas modalidades de institucionalização ao longo de sua formação, atreladas às mutações históricas, políticas e culturais ocorridas em todo o país. O modelo organizacional e institucional prevalecente durante a Primeira República foi o das faculdades livres isoladas, exemplificadas pela Faculdade de Direito e pela Faculdade de Farmácia e Odontologia, fundadas pela iniciativa privada de agentes individuais portadores de significativo capital político e de socializações, entre 1918 e 1925, sob o efeito da descentralização política promovida pelo advento da República.

Vale frisar que dos “pais fundadores” dessas duas escolas superiores pioneiras no Maranhão, apenas Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras ocuparam também o cargo de diretor, ambos da Faculdade de Farmácia e Odontologia, evidenciando um grau menor de divisão do trabalho social de gestão em comparação à Faculdade de Direito, já que nesta nenhum dos fundadores ocupou postos de direção. Em contrapartida, houve uma significativa hegemonia da figura de Henrique José Couto, que ficou no comando da escola jurídica por 17 anos (1922-1939), tornando-se o mais longo dirigente da história do Ensino Superior maranhense.

Já no que concerne às novas faculdades jurídica e farmacêutica criadas no período de reabertura democrática do pós-guerra, suas inaugurações demarcam o estabelecimento do controle político e cultural exercido pelo interventor Paulo Ramos durante a ditadura do Estado Novo. A Fundação Paulo Ramos foi a instituição privada responsável pela recriação das escolas superiores, retirando-as do controle dos “Novos Atenienses”, herdeiros dos grupos sociais dominantes de outrora, então representantes da nobreza rural maranhense, e submetendo-as ao jugo autoritário da Interventoria Federal de Paulo Ramos.

Ao mesmo tempo, a Fundação Ramos torna-se a responsável pelo início do processo de federalização do Ensino Superior maranhense, a partir de 1950, passando à União a responsabilidade pelo custeio e gestão das faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia. Com isso, implementou-se o acesso à estrutura de postos docentes e cargos administrativos nas duas instituições de ensino através de processos seletivos regidos por concurso público federal, o que, de imediato, levou à extinção da própria Fundação Ramos e ao fim do controle das escolas superiores pela figura centralizadora de Paulo Ramos, conferindo-se ao *dominium* acadêmico-científico um sopro de autonomia.

Constata-se ainda que há uma maior rotatividade no comando das faculdades no período imediatamente ao pós-guerra e ao fim do Estado Novo, com a assunção de nove dirigentes aos postos de poder, cada um exercendo mandatos de dois anos de duração em média. As exceções que confirmam essa tendência de maior autonomização do *dominium* intelectual após a federalização das escolas superiores incidem sobre as figuras de João Hermógenes de Matos, último diretor da Faculdade de Direito de São Luís, permanecendo no cargo por quinze anos (1951-1966), e de Salomão Mettre Fiquene, que esteve na direção da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís em duas oportunidades (1945-1950 e 1964-1968), computando nove anos no comando da instituição. Tanto João Matos quanto Salomão Fiquene ocupavam a direção das respectivas escolas superiores quando de sua integração à Universidade Federal do Maranhão.

Certificando a diversificação da iniciativa privada no tocante à estruturação da educação superior no Maranhão, tem-se também a atuação das ordens religiosas e, de

maneira mais direta, da Igreja Católica. A ordem feminina cristã Irmãs Terceiras Capuchinhas foi a responsável pela criação, custeio e funcionamento da primeira instituição superior de ensino católico do estado, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, demarcando a multiplicidade de atividades socioeducacionais integradas a um conjunto variado de ações evangelizadoras, bem como a expansão do campo de atuação da própria ordem, tanto no aspecto técnico e pedagógico relativo às esferas da saúde e da educação quanto na de gestão do ensino, contribuindo significativamente para a formação educacional, cultural e profissional das classes médias e das elites maranhenses<sup>74</sup>. A primeira mulher a assumir o comando de uma escola superior foi a Irmã Metildes Maria de Pentecostes (1948-1961), membro da Congregação das Capuchinhas, permanecendo na direção da Escola de Enfermagem por treze anos, até a sua integração à Universidade (Católica) do Maranhão.

Não obstante, a entrada oficial da Igreja nesse emergente mercado educacional universitário concretizou-se através da atuação direta da Arquidiocese de São Luís com a criação das faculdades de Filosofia, Serviço Social, Ciências Médicas e, por fim, com a fundação da Universidade (Católica) do Maranhão, edificando um novo estágio de estruturação e de desenvolvimento do *dominium* acadêmico-científico maranhense.

A dominação cultural católica tornou-se hegemônica na esfera do ensino superior com a presença de agentes eclesiais e de religiosas no comando das instituições criadas pela Igreja, sendo quatro sacerdotes alternando-se na direção da Faculdade de Filosofia, com um mandato de dois anos cada, e dois membros da ordem das Irmãs Capuchinhas no comando da Faculdade de Serviço Social. A exceção pontua-se na Faculdade de Ciências Médicas, cuja direção coube a médicos leigos (não ordenados), porém escolhidos e nomeados pelo arcebispo D. Delgado, na condição cumulativa de poderes de presidente da SOMACS e de Grão-Chanceler da Universidade “Católica”.

É curioso observar como a mesma instituição transnacional milenar, a Igreja Católica, cuja estrutura hierárquica de comando é histórica e hegemonicamente dominada por homens, foi a promotora da ascensão das mulheres aos postos dirigentes das faculdades confessionais criadas no Maranhão. Seguiram o exemplo da Irmã

---

74 Sobre o trabalho educacional realizado no Maranhão pela Congregação das Irmãs Capuchinhas enquanto parte integrante de suas atividades missionárias religiosas, impactando pioneiramente no processo de escolarização das frações sociais médias e altas, sobretudo da clientela feminina, ver Custódio (2017, p. 169-203).

Metildes, primeira e única diretora da Escola de Enfermagem, as Irmãs Altiva Pantoja da Paixão (1953-1956) e a Madre Superiora Josefa Maria de Aquiraz (1956-1961), chefe da ordem das Irmãs Capuchinhas, respectiva e sucessivamente diretoras da Faculdade de Serviço Social do Maranhão.

Vale ressaltar, no entanto, a delimitação dos papéis masculino e feminino e a lógica presente na distribuição desigual dos postos dirigentes das faculdades católicas. Enquanto aos homens coube exclusivamente a direção da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Ciências Médicas, isto é, a práxis filosófica e científica enquanto atividades intelectuais por excelência, às mulheres destinou-se o comando da Escola de Enfermagem e da Faculdade de Serviço Social, responsáveis pela transmissão dos saberes e técnicas voltados à aplicação imediata no trato da saúde e assistência social.

Dito de outro modo, a distribuição dos cargos de direção das escolas superiores confessionais reproduz a lógica da representação dos papéis masculino e feminino, imposta de forma arbitrária, posto que tácita e estruturalmente reproduzida, pela hierarquização simbólica dos próprios cursos, na qual a natureza sociocultural de produção e reprodução do masculino impõe aos homens o cultivo “natural” da ciência e das letras, enquanto às mulheres delimita-se “naturalmente” o cuidado “materno” com os enfermos e necessitados, tal qual a natureza sociocultural de produção e reprodução da condição feminina, implicitamente evidenciada pela (di)visão de mundo da hierarquia eclesiástica.

Apesar disso e diante da ascensão da participação feminina nos postos de comando das faculdades católicas, com três mulheres assumindo a direção de cursos concentrados nas áreas da saúde e da assistência social, pouco se tem registrado sobre suas biografias e trajetórias. Comparativamente à quantidade de fontes disponíveis sobre a atuação masculina no *dominium* universitário, a existência de dados sobre a presença feminina nessa esfera intelectual reduz-se a um microcosmo que gravita em torno das relações de poder. Não por acaso, as informações mais robustas coligidas sobre esse microcosmo feminino restringem-se à primeira mulher que alcançou o cargo de vice-reitora da UFMA, Dagmar Desterro e Silva (1968-1972), ao tempo em que o comando da Universidade Federal estava nas mãos da Igreja Católica por meio da Reitoria do cônego José de Ribamar Carvalho.

Se é fato que durante a Primeira República a descentralização política favoreceu a criação de escolas superiores livres pela ação isolada dos herdeiros da nobreza rural maranhense em “decadência”, pode-se dizer que a reabertura democrática do pós-Vargas possibilitou a diversificação e a maior concorrência entre agentes da iniciativa privada (individuais e coletivos) pela oferta dos serviços educacionais de nível superior, em cuja disputa a Igreja teve um relativo êxito, ainda que não duradouro. A fundação da Universidade (Católica) do Maranhão através da reunião das faculdades confessionais isoladas, assim como sua breve existência, cuja Reitoria também foi exercida por José de Ribamar Carvalho (1961-1966), demonstram o grau de estruturação e de desenvolvimento e as modalidades de institucionalização por que passou o *dominium* universitário maranhense sob o báculo da Arquidiocese de São Luís.

Da mesma forma, porém por outro lado, a federalização das escolas superiores após sua recriação pela Fundação Paulo Ramos, assim como a fundação da Universidade Federal do Maranhão são subprodutos dos respectivos períodos de autoritarismo do Estado Novo e da Ditadura Militar. As mutações históricas que levaram à conflagração de novas configurações políticas e culturais sedimentaram os condicionantes de recrudescimento das disputas de poder, tanto materiais quanto simbólicas.

As preocupações do Poder Central com a educação superior, seja na ditadura varguista ou no regime militar, refletiram-se nas tentativas de controle das escolas superiores através da elaboração e implementação de modelos institucionais centralizadores amparados por um aparato jurídico de leis e reformas para assegurar-lhe sua legitimidade. Isso tornou-se ainda mais evidente durante os anos 1960-1970, após os protestos dos universitários contra a desnacionalização da educação em favor dos acordos MEC-Usaid e a repressão e censura da Ditadura Militar, agudizados pelo AI-5 e pela Reforma Universitária de 1968 (MOTTA, 2014, p. 95-109). No que respeita ao Maranhão, o processo de implementação dessas medidas teve ampla participação da Igreja, culminando inclusive com a chegada pioneira e singular de um sacerdote ao cargo de reitor da Universidade Federal do Maranhão.

Nessa esteira de condicionantes históricos e estruturais, observa-se que a federalização do Ensino Superior maranhense consubstanciada com a criação da UFMA

durante o regime de exceção impulsionou, por seu turno, a estadualização dessa esfera educacional, ampliando e diversificando novamente a concorrência pela oferta de formação profissional e intelectual, conforme examinamos no Capítulo anterior. Se antes o protagonismo das disputas pela clientela universitária mantinha-se cerrado entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar, agora era o Governo do Maranhão, por meio da administração José Sarney (1966-1970), sustentada política e economicamente pelos generais no poder, quem entrava na arena do ensino superior suscitando um novo patamar de estruturação e de expansão do *dominium* acadêmico-científico estadual.

Não é coincidência que a emergência das primeiras faculdades públicas isoladas de iniciativa do governo maranhense trouxe consigo a oferta de cursos de perfil mais técnico e gerencial direcionados ao mercado de trabalho industrial e agropecuário e, também, de estímulo ao empreendedorismo, conforme as exigências contidas nos acordos MEC-Usaid.

Com efeito, houve um aumento da oferta e da procura por esses cursos em todo o país e maior valorização de profissionais fora do eixo gravitacional das formações clássicas em Direito e Medicina, enfraquecendo relativamente o poder simbólico dos bacharéis e médicos e favorecendo aquilo o que Dezalay e Garth (2000) chamaram de a “dolarização do conhecimento técnico profissional”; no caso em questão, sobretudo dos engenheiros. Tal inflexão é retratada na própria composição inicial dos postos dirigentes das faculdades estaduais, tanto na Escola de Administração Pública, quanto nas de Engenharia e de Agronomia, com predomínio da formação superior técnica profissional.

Findo esse mosaico estrutural relativo à quantidade de instituições superiores de ensino existentes no Maranhão dentro do recorte temporal operado e ao efetivo de agentes que historicamente ocuparam os cargos de direção disponíveis, passemos à seção seguinte em que examinamos as propriedades sociais e os recursos culturais dos casos específicos investigados.

### **3.2 Retrato social de uma elite em formação**



A feitura dos quadros sinóticos a seguir baseou-se na organização sistemática dos dados sociográficos referentes aos vinte agentes selecionados conforme a consistência dos registros objetivos disponíveis, sobretudo no tocante às variáveis como ano de nascimento, cidade de origem, pertencimento familiar, grau de escolarização, formação acadêmica, trajetória ocupacional, postos e cargos de poder ocupados e inscrição em agências de consagração intelectual.

Dessa forma, observou-se a incidência de regularidades e variantes, convergências e divergências sociais, econômicas, culturais, educacionais e políticas que possibilitaram a apreensão de padrões sociais historicamente situados dos grupos dirigentes do ensino superior maranhense no decurso de sua construção.

A partir disso, traçou-se um retrato de corpo inteiro das frações sociais dominantes de modo que fosse evidenciada a correlação entre o montante de recursos acumulados e os critérios de admissão aos cargos de direção, estruturas estruturantes e estruturadas dos condicionantes de atuação que modularam, com diferentes matizes e variados graus de ressonância, sua contribuição para o desenvolvimento e consolidação do *dominium* intelectual acadêmico-científico no Maranhão.

**Quadro 5** – Propriedades sociais e recursos culturais.

<b>Nome</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Origem geográfica</b>	<b>Pertencimento familiar</b>	<b>Estudos secundários</b>	<b>Estudos superiores</b>
José Viana Vaz	1852	São Luís/MA	Família de militar e político (pai coronel do Exército, foi presidente da Província do Maranhão)	Instituto de Humanidades (escola particular em São Luís )	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1878)
Henrique José Couto	1875	Teresina/PI	Família de proprietários de terra	Liceu Piauiense (escola	Bacharel pela Faculdade de Direito do

				pública de Teresina)	Recife (1898)
Achilles de Faria Lisboa	1876	Cururupu/MA	Família de proprietários de terra	Liceu Maranhense (escola pública de São Luís)	Farmacêutico pela Faculdade de Farmácia da Bahia; médico pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1912)
Luís Carvalho	1880	Oeiras/PI	Família de proprietários de terras	Liceu Maranhense (escola pública de São Luís)	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1906)
Luís Lobato Viana	1889	São Bento/MA	—	Escola particular em São Luís	Médico pela Faculdade de Medicina da Bahia
Alberto Correia Lima	—	Crateús/CE	—	—	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1910)
Alarico Nunes Pachêco	1893	Iguaratinga/MA (atual São Francisco do Maranhão)	Órfão de mãe, criado pelos avós maternos	Liceu Piauiense (escola pública de Teresina)	Médico pela Faculdade de Medicina da Bahia (1912)

João Hermógenes de Matos	1898	São Bento/MA	—	—	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife
João Bacelar Portela	1906	Santa Quitéria/MA	—	—	Médico pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro
Salomão Mettre Fiquene	1907	Itapecuru-Mirim/MA	Família de libaneses comerciantes	Instituto Gomes de Souza (escola particular em São Luís )	Médico pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1929)
Pedro Neiva de Santana	1907	Nova Iorque/MA	Família de grandes proprietários de terras e de militares (pai Coronel do Exército)	Liceu Maranhense (escola pública de São Luís)	Médico pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1934)
Mário Martins Meireles	1915	São Luís/MA	Família de funcionários públicos (pai Auditor Fiscal da Fazenda Estadual)	Instituto Viveiros (escola particular em São Luís )	“Autodidata” em História
José Pires de Saboia Filho	1916	Independência /CE	—	—	Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1943)
Cônego José de	1923	Codó/MA	Família de	Não se aplica	Ordenação

Ribamar Carvalho			trabalhadores rurais		sacerdotal pelo Seminário de Santo Antônio/MA (1944)
Cônego Antônio Bezerra de Bonfim	1923	Colinas/MA	—	Não se aplica	Ordenação sacerdotal pelo Seminário da Prainha de Fortaleza/CE (1950); pós- graduação em Sociologia das Religiões pela Sorbonne (Paris/FRA) (1959)
Dagmar Desterro e Silva	1925	São Luís/MA	Família de funcionários públicos (pai Auditor Fiscal da Fazenda Estadual e mãe diretora pedagógica da rede escolar municipal de São Luís)	Colégio Santa Teresa (escola particular em São Luís)	Pedagoga pela Faculdade de Filosofia do Maranhão (1957); bacharel pela Faculdade de Direito de São Luís (1963)
Waldemar da Silva Carvalho	1926	Caxias/MA	Família de grandes proprietários de	Liceu Maranhense (1º. ano,	Bacharel pela Faculdade de Direito de São

			terras (pai pecuarista e dono de engenho de açúcar	escola pública de São Luís) e Centro Caixeiral (escola particular em São Luís)	Luís
José Maria Cabral Marques	1929	São Luís/MA	—	—	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Luís; bacharel pela Faculdade de Serviço Social do Maranhão; mestrado em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco
Haroldo Olímpio Lisboa Tavares	1932	Salvador/BA	Família de políticos (pai	—	Engenheiro pela

			engenheiro e prefeito de São Luís, 1926-1929)		Faculdade de Engenharia Civil de Minas Gerais
Lourenço José Tavares Vieira da Silva	1942	São Luís/MA	Família de proprietários de terras	—	Agrônomo pela Universidade Federal da Amazônia; mestrado em Agronomia pela Universidade Rural do Estado de Pernambuco

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

A primeira característica a ser examinada diz respeito ao ano de nascimento dos dirigentes. Há uma maior incidência dos natalícios entre 1875 e 1932, com concentração nos decênios de 1900 (3 dos 20 casos) e 1920 (5/20), correspondendo a 40% do total de agentes investigados nascidos nesse período. Os demais registros de nascença mantêm-se na média de 2/20 nas décadas de 1870, 1880, 1890 e 1910.

As exceções que destoam desse padrão são sublinhadas nos extremos desse recorte temporal por José Viana Vaz, o mais antigo diretor de uma instituição de ensino superior no Maranhão, nascido em 1852, e por Lourenço José Tavares Vieira da Silva, o mais novo, nascido em 1942.

A recorrência de dirigentes das escolas superiores nascidos no entresséculos coaduna-se com as transformações políticas, sociais e culturais em curso no Brasil face à desagregação do Império e à irrupção da República, havendo no novo regime político

um aumento na criação de faculdades livres pela iniciativa privada e um fomento deliberado do Poder Central pela criação das universidades.

Essa configuração histórica delimitava as condições de possibilidades dos agentes, sinalizando-se a um processo de escolarização que permitia aos alunos vislumbrarem no horizonte de oportunidades tanto a obtenção de uma formação acadêmica mediante o aumento da oferta de faculdades e universidades em todo o país, quanto a atuação profissional no ensino superior frente à abertura de cargos docentes e à expansão dos postos administrativos.

No que concerne à origem geográfica dos agentes, os dados apontam para o predomínio de nascidos no Maranhão. Com 15 representantes dos 20 casos examinados, os maranhenses correspondem a 75% do total de dirigentes em relação aos demais agentes do Piauí (2), Ceará (2) e Bahia (1).

Tal constatação evidencia a regionalização da *intelligentsia* local, fomentada pelo regresso do efetivo que se graduou fora do Maranhão, sobretudo os herdeiros das famílias dominantes “tradicionais decadentistas”, para a ocupação dos postos disponíveis com a ampliação da oferta de cargos no funcionalismo estatal e de empregos no crescente mercado de trabalho interno consoante ao desenvolvimento da rede escolar pública e privada, do setor cultural, da imprensa e do comércio.

Vale dizer ainda que, deste percentual de maranhenses, 5 nasceram na capital São Luís e 10 em outras cidades do estado, tais como São Bento, que registra dois nascimentos, além de Cururupu, Itapecuru-Mirim, São Francisco do Maranhão, Santa Quitéria, Codó, Colinas, Caxias e Nova Iorque, todas com um filho da terra cada.

A incidência de dirigentes do ensino superior nascidos no “interior” do estado corrobora o poder político e econômico dos grandes proprietários de terra, componentes da nobreza rural, que residiam nos principais polos agrícolas do Maranhão. Ao mesmo tempo, assevera a reconversão desses capitais político e econômico em acúmulo de capital escolar e cultural, cuja legitimidade associada a uma crescente valorização dos diplomas superiores transformou o investimento na formação acadêmica dos herdeiros em rendimentos materiais e simbólicos que, no limite, certificavam a reprodução dos privilégios sociais dos grupos dominantes através da conquista de posições elevadas na

estrutura burocrática estatal, nas agremiações culturais e nas instituições superiores de ensino, cimentando a dominação cultural de seus descendentes bem-educados.

Tal perspectiva torna-se ainda mais evidente à luz do exame da origem familiar dos dirigentes. Apesar de não dispormos de dados relativos às famílias de 7 agentes, dos 13 casos em que se obteve tais registros 6 constam como pertencentes a famílias de grandes proprietários de terra. Isso corresponde a quase 50% do total analisado, o que, associado aos 67% dos nascidos em cidades do “interior” do estado, atestam o grau de reconversão dos capitais econômicos da nobreza rural maranhense em investimentos na aquisição de capital escolar por parte de seus herdeiros, transubstanciando por fim a hegemonia econômica em dominação cultural e política.

Ademais, considerando-se a identificação familiar dos agentes fornecida pelas fontes consultadas, observa-se uma constante proporcional de 2/13 relativa ao pertencimento a “família de políticos”, “família de militares” e “família de funcionários públicos” e de 1/13 para “família de comerciantes” e “família de trabalhadores rurais”. Registra-se ainda uma dupla incidência de origem nos casos de José Viana Vaz, cujo pai foi coronel do Exército e presidente da Província do Maranhão (atual cargo de governador de Estado), e de Pedro Neiva de Santana, já que seu pai também foi coronel do Exército e possuía grandes propriedades de terra.

Embora seja sintomática a dominação cultural exercida pelos descendentes da aristocracia rural no emergente *dominium* acadêmico-científico maranhense, tais variações nos registros familiares dos agentes, considerando-se o marco temporal em que se constituem, sinalizam para as demais frações sociais que disputavam o acesso aos postos de poder no espaço considerado. Enquanto o pertencimento a “família de proprietários de terra” incide com maior frequência entre os decênios de 1870 a 1920, com 5 dos 13 casos arrolados, precisamente no período histórico em que se configura a perda do poder econômico da nobreza rural com o colapso do sistema agroexportador, observa-se o surgimento de outros ramos familiares com matizes sociais distintos na arena de disputas concorrenciais, à medida que o Maranhão vai se estruturando enquanto unidade federativa da República.

São ilustrativas as ocorrências dos agentes nascidos em “família de militares” e “família de comerciantes” em 1907, em “família de funcionários públicos” nos anos de



1915 e 1925, em “família de trabalhadores rurais” em 1923 e em “família de políticos” em 1932. Tomados em conjunto, tais registros ressaltam a tendência de ascensão de novas frações sociais e de diversificação dos grupos dominantes a partir da “ruína” das elites econômicas rurais e da formatação de novos modos de dominação, sobretudo através da conquista e do controle da máquina administrativa estatal, das instituições educacionais e do mercado de produção, difusão e circulação de bens culturais.

Em relação aos estudos secundários, obtivemos informações de apenas 11 dos 20 casos investigados, considerando-se a não aplicação desta variável aos dois agentes com formação seminarística e ordenação sacerdotal. Apesar desse baixo índice de representação da amostra de escolarização, correspondente a 55% do total, é válido pontuar uma quase paridade entre aqueles que cursaram o ensino médio em escolas particulares (6/11) e os que estudaram em escola pública (5/11).

Destes últimos, destaca-se a realização do curso secundário em duas escolas públicas prestigiosas, o Liceu Maranhense (3 casos) e o Liceu Piauiense (2 casos), ambas instituições de ensino de alto padrão de qualidade e principais redutos de escolarização das elites locais dos respectivos estados nordestinos. A exceção pontua-se em torno de Waldemar da Silva Carvalho, que cursou o primeiro ano secundarista no Liceu Maranhense e transferiu-se posteriormente para o Centro Caixeiral, uma das principais unidades particulares de ensino de São Luís, onde concluiu seus estudos.

Convém frisar ainda que em termos de localização geográfica das escolas, há uma hegemonia da cidade de São Luís, onde situam-se as 6 escolas particulares e a principal escola pública estadual, o Liceu Maranhense. Isto implica asseverar que, comparativamente à incidência dos nascidos no “interior” do estado (10 dos 15 dirigentes maranhenses), a capital tornou-se o principal destino educacional dos herdeiros da aristocracia rural após o colapso do sistema agroexportador, onde concentrava-se a maior quantidade de estabelecimentos de ensino, o que contribuiu para o aumento da dinamização do modo de vida em São Luís, constituindo-se num espaço geográfico de circulação, socialização e formação cultural das frações sociais dominantes, conforme vimos no Capítulo 1.

No que respeita à realização de estudos de nível superior, os registros ressaltam o predomínio do Direito e da Medicina, ao mesmo tempo em que sinalizam para o

surgimento de outras formações socioprofissionais. 9 dos 20 casos são bacharéis em Direito e 6/20 formaram-se médicos, números que correspondem a 75% dos títulos superiores obtidos pelos grupos dirigentes, evidenciando a reprodução de sua dominação cultural e simbólica exercida estruturalmente pelo acesso privilegiado às instituições formadoras das “profissões imperiais”.

Observa-se ainda que do total de bacharéis, 5 estudaram na Faculdade de Direito do Recife, com frequência de conclusão dos estudos entre as décadas de 1890 e 1910, período em que a escola jurídica pernambucana constituía-se como a principal instituição de formação acadêmica, intelectual, cultural e científica do eixo Norte-Nordeste, sob influência do darwinismo social e de sua adaptação ao direito aplicado à realidade brasileira (SCHWARCZ, 2016, p. 197).

Outros 3 dirigentes estudaram na Faculdade de Direito de São Luís, recriada no pós-guerra, e 1 na Faculdade de Direito do Ceará. Vale dizer que os bacharéis formados na capital maranhense (Waldemar Carvalho, José Maria Marques e Dagmar Desterro) são nascidos em meados da década de 1920, o que implica na obtenção dos diplomas entre os anos de 1950 e 1960, coincidindo com o período em que dirigiram instituições superiores de ensino. Ao mesmo tempo, isso sinaliza para a tendência de concentração da formação de bacharéis em solo maranhense, evidenciando, por fim e uma vez mais, a regionalização e/ou estadualização da *intelligentsia* local.

Enquanto a formação em Direito é obtida de modo mais frequente na escala regional, face à proeminência da escola jurídica pernambucana durante a Primeira República e, posteriormente, com a consolidação da Faculdade de Direito de São Luís no pós-Vargas, a formação médica concentrava-se em âmbito nacional, mais especificamente na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, então capital da República. Dos 6 médicos que ocuparam cargos de direção no Ensino Superior maranhense, 4 estudaram na prestigiosa faculdade carioca e 2 na Faculdade de Medicina da Bahia, com frequência de conclusão dos estudos entre as décadas de 1910 e 1930.

Essa migração dos maranhenses aspirantes a médicos para o Rio de Janeiro deve-se, sobretudo, à ausência do curso de Medicina no Maranhão. As primeiras tentativas de criação de uma instituição superior de formação médica no estado durante a década de 1920 não lograram êxito (MEIRELES, 1994; SALGADO FILHO, 2016). A

Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão era a única alternativa para os interessados na obtenção de uma formação profissional na área da saúde, condição que se manteve por mais de três décadas.

Tal gargalo só foi desentelado com a fundação da Faculdade de Ciências Médicas, em 1957, pela Arquidiocese de São Luís durante o bispado de Dom Delgado (1952-1963), a partir da qual estrutura-se a ascensão e a reprodução da categoria socioprofissional dos médicos não apenas nos postos de poder da esfera da educação superior, com a presença frequente de médicos no cargo de reitor da UFMA (como ilustra o atual dirigente universitário, Natalino Salgado Filho), mas também nos *dominiuns* da cultura e da política propriamente dita (partidária e eleitoral). Afinal, numa região periférica em que à imagem do médico é associada a de um portador de conhecimento enciclopédico e de “saberes curativos”, é compreensível que “o conhecimento médico funciona de certo modo como critério que habilita ao exercício da política” (NUNES, 2000, p. 275).

As demais formações acadêmicas e/ou profissionais obtidas pelos dirigentes do Ensino Superior maranhense dizem respeito à Teologia, base curricular da ordenação sacerdotal, com 2 dos 20 casos, além de Engenharia Civil e de Agronomia, com um registro cada. Como se pode vislumbrar, a formação sobretudo em Direito e Medicina e, com menor incidência, em Teologia, constitui não apenas um aspecto nítido da dominação intelectual e cultural das frações sociais socialmente dominantes, já que eram as que possuíam as condições de acesso à educação superior, mas também conforma a estruturação do *dominium* acadêmico-científico em torno da posse do diploma universitário.

A exceção dissonante a esse padrão dominante diz respeito à figura de Mário Martins Meireles, referenciado pelas fontes como “autodidata em História” e considerado um dos maiores “historiadores” do Maranhão. Meireles é um caso raro entre todos os dirigentes do ensino superior, pois é o único que se tornou professor universitário após a institucionalização da Universidade Federal e ocupou o cargo de vice-reitor da UFMA sem possuir nenhum diploma superior. Neste caso, manteve-se a lógica do autodidatismo e da ativação do capital de socializações que caracterizaram todo o processo de gestação das faculdades livres isoladas durante a Primeira República.

Para efeito de análise sobre esse registro desviante, cabe o exame detalhado de sua trajetória no Capítulo 4, dedicado aos casos exemplares que representam os perfis socioprofissionais preponderantes, tais como Direito, Medicina e Teologia.

### **3.3 Posição social e posições de poder**

No Quadro a seguir, explicitamos os registros sociográficos relativos ao itinerário ocupacional dos agentes investigados, os cargos e postos ocupados na estrutura do poder antes e/ou depois da função dirigente exercida no ensino superior, bem como a multiplicidade de inscrições em agências de consagração intelectual.

Objetiva-se analisar a correlação sincrônica e diacrônica entre posição social, posições de poder e reconhecimento intelectual enquanto gradientes do efeito de homologia e do grau de hibridização dos *dominiuns* especializados de atuação em contextos periféricos, especialmente político, cultural e acadêmico-científico.

Dessa forma, pode-se exprimir aquilo o que Lahire (2004) definiu como “patrimônio de disposições” adquirido e incorporado pelos agentes enquanto um repertório variado de *expertise* que potencializa o acesso às funções dirigentes das instituições superiores de ensino no Maranhão. A resultante desse patrimônio de disposições combinado aos capitais acumulados ao longo de percursos ocupacionais múltiplos e díspares, que, em conjunto e a um só golpe, ditam os padrões sociais historicamente situados e deles distam à medida em que avultam as disputas concorrenciais pelos cargos e postos na estrutura de poder, sinaliza uma tendência de variação nos perfis socioprofissionais e, contraditoriamente, um aumento da concentração de poder pelos grupos dominantes num esforço pela manutenção de sua dominação.

**Quadro 6** – Itinerário ocupacional, poder político e consagração intelectual.

<b>Nome</b>	<b>Itinerário ocupacional</b>	<b>Cargos e postos de poder</b>	<b>Função dirigente no ensino superior</b>	<b>Agências de consagração intelectual</b>
José Viana Vaz	Político (filiado ao PL-MA); articulista na imprensa; juiz federal; professor do ensino superior	Diretor da Instrução Pública do Estado; Delegado de Polícia de São Luís; Deputado federal (1882-1888); Deputado estadual (1889-1890); Vice-Governador do Maranhão (1890); Governador do Maranhão (1890-1891)	Diretor da Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1922)	Jornais; professor da Faculdade de Direito do Maranhão
Henrique José Couto	Professor do Liceu Piauiense e do ensino superior; articulista na imprensa piauiense; político (um dos fundadores do PSD-MA); advogado; promotor estadual e juiz estadual no Piauí; promotor	Procurador-Geral do Estado do Maranhão; Secretário do Interior, Justiça e Segurança do Maranhão; Secretário-Geral do Estado do Maranhão; Deputado federal (1934-1937)	Vice-diretor da Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1922); Diretor da Faculdade de Direito do Maranhão (1922-1939)	Jornais; professor da Faculdade de Direito do Maranhão

	estadual e juiz estadual no Maranhão; juiz federal substituto; desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão			
Achilles de Faria Lisboa	Farmacêutico; médico; cientista; técnico da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Maranhão (1912); auxiliar-técnico do Jardim Botânico/RJ (1912-1916); político (filiação ao PR-MA); articulista na imprensa; funcionário público federal; professor do ensino superior	Diretor-Chefe da Estação Experimental de Coroatá/MA (1919); Prefeito de Cururupu/MA (1925); Diretor do Jardim Botânico/RJ (1931); Governador do Maranhão (1935-1936); Assistente-Chefe do Museu Nacional (1940)	Diretor da Faculdade de Farmácia do Maranhão (1922-1925)	Jornais; professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 14); membro do IHGM (Patrono da Cadeira N. 32); membro da AMC (Patrono da Cadeira N. 14); membro da Academia Maranhense de Medicina (Patrono da Cadeira N. 6)
Luís Carvalho	Advogado; funcionário	Diretor-geral do jornal <i>Diário da</i>	Diretor da Faculdade de	Jornais; membro-fundador da

	<p>público federal; articulista na imprensa; político (filiado ao PSD-MA); Fiscal Federal de Ensino no Maranhão (1907); membro do Conselho Provisório fundador da OAB-MA (1932); professor do ensino superior</p>	<p><i>Manhã</i>; Deputado estadual (1907-1909, 1910-1912, 1913-1915 e 1916-1918); Deputado federal (1915-1917, 1918-1921 e 1946-1951)</p>	<p>Direito de São Luís (1945-1947)</p>	<p>“Oficina dos Novos”; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 1); professor da Faculdade de Direito de São Luís</p>
<p>Luís Lobato Viana</p>	<p>Médico; cientista; articulista na imprensa; funcionário público federal; professor do ensino superior</p>	<p>Diretor do Liceu Maranhense; Diretor da Instrução Pública do Estado</p>	<p>Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão (1925-1936)</p>	<p>Jornais; professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 37); membro da Academia Maranhense de Medicina (Patrono da Cadeira N. 28); membro da</p>

				Academia Sambentuense de Letras (Patrono da Cadeira N. 22)
Alberto Correia Lima	Advogado; professor do ensino superior; juiz estadual	Procurador-Geral do Estado do Maranhão (1930); Presidente do TRE-MA (1932-1935)	Diretor da Faculdade de Direito de São Luís (1947-1949)	Professor da Faculdade de Direito do Maranhão
Alarico Nunes Pachêco	Médico; professor do Liceu Maranhense e do ensino superior; político; inspetor sanitário; capitão-médico do Exército durante a 1ª. Guerra Mundial; inspetor do Conselho de Ensino do Maranhão	Diretor do IML do Maranhão; Chefe do Serviço Médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Maranhão; Diretor da Maternidade Benedito Leite; Deputado estadual (1925-1927 e 1928-1930); Deputado federal (1946-1950); Secretário de Saúde do Maranhão (1960-1962)	Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís (1951-1953)	Professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão e de São Luís
João Hermógenes de Matos	Advogado; membro do Conselho Provisório fundador da	Procurador da Fazenda do Estado do Maranhão; Secretário-Geral da OAB/MA (1932);	Diretor da Faculdade de Direito de São Luís (1951-1966)	Jornais; professor da Faculdade de Direito do Maranhão;



	OAB-MA (1932); articulista na imprensa; professor do ensino superior; promotor estadual; juiz estadual	Presidente da OAB/MA (1936-1941)		membro da Academia Sambentuense de Letras (Patrono da Cadeira N. 19)
João Bacelar Portela	Médico; cientista; professor do ensino superior	Secretário de Saúde do Maranhão (1962-1966)	Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís (1954-56); Diretor da Faculdade de Ciências Médicas (1957-1959)	Professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís; professor da Faculdade de Filosofia; professor da Faculdade de Ciências Médicas; membro da AML (fundador da Cadeira N. 36); sócio-efetivo do IHGM; membro da AMC (Patrono da Cadeira N. 34); membro da Academia Maranhense de

				Medicina (Patrono da Cadeira N. 19)
Salomão Mette Fiquene	Médico; cientista; professor do ensino técnico e superior; membro do 1º. Conselho Diretor da Universidade (Católica) do Maranhão; funcionário público federal; Inspetor Federal do Ensino Superior no Maranhão; membro do Conselho Estadual de Cultura	Diretor do Instituto Oswaldo Cruz/RJ (1936); Diretor do Instituto Oswaldo Cruz/MA (1936- 1960)	Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís (1945- 1950 e 1964- 1968)	Professor da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1936); membro da AML (ocupou a Cadeira N. 21); membro do IHGM (ocupou a Cadeira N. 24); membro da AMC (Patrono da Cadeira N. 31); membro da Academia Maranhense de Medicina (Patrono da Cadeira N. 38); membro correspondente da Academia Nacional de Medicina
Pedro Neiva de Santana	Médico; político (filiação à ARENA-MA); professor do	Diretor do Instituto Médico-Legal do Maranhão; Prefeito de São Luís (1937-	Reitor da UFMA (1967-1968)	Professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de

	<p>ensino superior; membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões – Maranhão; membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia; membro da Sociedade Brasileira de Oftalmologia; membro da Sociedade de Medicina Legal</p>	<p>1945); Secretário da Fazenda do Maranhão (1966-1970); Governador do Maranhão (1971-75)</p>		<p>São Luís; professor da Faculdade de Ciências Médicas; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 39); membro da Academia Maranhense de Medicina (Patrono da Cadeira N. 36)</p>
<p>Mário Martins Meireles</p>	<p>Funcionário público federal (Auditor Fiscal do Ministério da Fazenda); sócio-proprietário do Grêmio Lútero Recreativo Português; secretário da SOMACS; professor do ensino superior; membro do Conselho</p>	<p>Diretor do Banco do Estado do Maranhão (1967); Chefe da Casa Civil do Maranhão (1971-75)</p>	<p>Membro do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia (1953-1961); membro do Conselho Diretor da UFMA (1966-1967); Vice-Reitor Administrativo da UFMA (1967-1968)</p>	<p>Professor da Faculdade de Filosofia; Presidente da AML (ocupou a Cadeira N. 9); sócio-efetivo do IHGM (ocupou a Cadeira N. 11); membro da AMC (Patrono da Cadeira N. 7)</p>

	Estadual de Cultura do Maranhão			
José Pires de Saboia Filho	Jornalista; repórter do <i>Correio do Ceará</i> ; secretário de redação do jornal <i>Unitário</i> ; advogado; escritor; professor do ensino superior; político; consultor jurídico do <i>Diários Associados</i> (1980-2000)	Diretor-geral do jornal <i>O Imparcial</i> ; Deputado federal (1967-1970 e 1971-1975); Secretário do Interior e Justiça do Maranhão (1975-1978)	Diretor da Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão (1959-1965)	Jornais; professor da Faculdade de Direito de São Luís; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 39)
Cônego José de Ribamar Carvalho	Sacerdote; professor do ensino superior; escritor; articulista em periódico católico; assistente eclesial da JIC, JOC e JUC; secretário do Arcebispado de São Luís	Secretário de Educação do Maranhão (1961-1966)	Diretor da Faculdade de Filosofia (1957-1959); Reitor da Universidade (Católica) do Maranhão (1961-1966); Vice-Reitor Pedagógico da UFMA (1966-1968); Reitor da UFMA (1968-1972)	Jornais; professor da Faculdade de Filosofia; professor da Faculdade de Ciências Médicas; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 19); membro do IHGM (Patrono da Cadeira N.

				60); membro da AMC (Patrono da Cadeira N. 22)
Cônego Antônio Bezerra de Bonfim	Sacerdote; professor do Seminário de Santo Antônio; professor da Escola Técnica Federal; professor do ensino superior; articulista em periódico católico	Diretor-geral do “Jornal do Maranhão”; Diretor da Juventude Universitária Católica (JUC); Diretor da Juventude Estudantil Católica (JEC)	Diretor da Faculdade de Filosofia de São Luís (1959-1961)	Jornais; professor da Faculdade de Filosofia de São Luís
Dagmar Desterro e Silva	Professora do ensino infantil e superior; funcionária pública municipal e federal; diretora do Jardim de Infância da rede municipal de São Luís; técnica de Ensino Infantil; Orientadora Pedagógica do Município de São Luís;	Procuradora da Fazenda do Estado do Maranhão	Vice-Reitora Administrativa da UFMA (1968-1972)	Professora do Curso de Filosofia da Universidade (Católica) do Maranhão; professora do Curso de Pedagogia da UFMA; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 24)

	escriturária do Ministério da Fazenda (RJ e MA)			
Waldemar da Silva Carvalho	Contador em empresa privada; funcionário público federal; contabilista do IAPE (1942); delegado Regional do IAPETEC (1948-1958); professor do ensino médio, técnico e superior; político	Diretor da Academia de Comércio do Maranhão (1951-1958); Vereador de São Luís (1962-1966); Vice-Prefeito de São Luís (1966-1969)	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas (1958-1967)	Professor da Faculdade de Ciências Econômicas
José Maria Cabral Marques	Escriturário do IAPI de São Luís/MA; advogado; promotor estadual; juiz estadual; professor do ensino superior	Secretário de Administração do Estado do Maranhão (1966-1970); Secretário de Educação e Cultura do Maranhão; Secretário do Trabalho e Ação Social do Maranhão	Vice-Reitor da Universidade (Católica) do Maranhão (1961-1966); membro titular do 1º Conselho Diretor da UFMA (1966-67); Reitor da UFMA (1979-1988); Presidente (interino), vice-presidente e membro do Diretório	Professor do Curso de Direito da UFMA; membro da AML (ocupou a Cadeira N. 38)

			Executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB/Brasília); Diretor-Geral do Ceuma e Reitor do Uniceuma	
Haroldo Olímpio Lisboa Tavares	Engenheiro civil; professor do ensino superior; funcionário público estadual; político	Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado do Maranhão (1966-1970); Prefeito de São Luís (1971-1975)	Diretor da Escola de Engenharia do Maranhão (1967-1972)	Professor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Lourenço José Tavares Vieira da Silva	Engenheiro-agrônomo; professor do ensino superior; funcionário público estadual e federal	Secretário de Agricultura do Estado do Maranhão (1967-1970); Chefe de Assessoria do Ministério de Minas e Energia (1969-1971); Presidente Nacional do INCRA (1974-1979); Secretário-executivo do Ministério da Agricultura (1989-	Diretor da Escola de Agronomia do Maranhão (1969-1972)	Professor da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

		1991); Coordenador de Projetos Especiais do Ministério da Infra-estrutura (1991-1992); Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (1992-1994); Chefe da Casa Civil do Maranhão (2005-2006); Secretário de Minas e Energia do Estado do Maranhão (2006); Secretário de Educação do Maranhão (2006-2009)		
--	--	---	--	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

Observa-se uma pluralidade multifacetada de atividades profissionais, funções e cargos exercidos ao longo desses itinerários ocupacionais, cujo liame condiciona-se às variações permitidas pelas formações acadêmicas adquiridas. É o caso, por exemplo, dos bacharéis em Direito que exerceram atividades relacionadas *stricto sensu* ao seu eixo profissional, da advocacia à magistratura, concentrando sua atuação sobretudo na estrutura de postos do funcionalismo jurídico e da burocracia estatal, mas não se detendo a tais limites, com registros de atividades no magistério superior e na publicação de artigos em jornais.



Vale destacar que do total de agentes investigados, 100% deles (20 dos 20 casos) exerceram a docência no ensino superior, com pouca variação entre a formação obtida e a área de atuação escolhida. Esse registro de investimentos dos dirigentes na atividade docente sinaliza, por um lado, para a escassez de professores qualificados disponíveis num emergente mercado de trabalho com baixa densidade e diversidade de profissões, face à organização e estruturação das faculdades e universidades, em vias de consolidação.

Ao mesmo tempo, isso evidencia também as limitações no acesso mais abrangente das frações sociais urbanas médias e baixas às instituições de formação superior, ainda restritas aos estratos dominantes e seus herdeiros, principal composição social da clientela universitária dos cursos de Direito e Medicina, o que obstaculizava a produção e reprodução de efetivos docentes em larga escala.

Por outro lado, o fato de dirigentes atuarem como docentes aponta para a busca por legitimação e reconhecimento da aura de “intelectual” e das retribuições sociais e simbólicas daí advindas, haja vista o montante de capital escolar e de capital cultural acumulado pelas frações dominantes, o que os distinguia das demais frações sociais e os autorizava a atuar com autoridade no exercício de transmissão desses capitais no nível superior de ensino, marcado por um estágio de parca autonomização do *dominium* acadêmico-científico no Maranhão.

Isso fica bem evidente se compararmos as principais incidências de inscrições dos agentes nas agências de consagração intelectual até então hegemônicas. A filiação das frações cultas às faculdades e universidades ultrapassa o pertencimento às demais instâncias de reconhecimento intelectual, como os jornais, a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Enquanto a amostra registra 100% dos dirigentes atuando como docentes nas instituições superiores de ensino – com frequências também em escolas de nível médio e técnico-profissional –, a filiação na AML apresenta índice de 55% (11 dos 20 casos), seguida por 45% (9/20) de participação em jornais e de 25% (5/20) de inscrição no IHGM<sup>75</sup>.

---

75 Os demais registros dizem respeito a agremiações fundadas mais recentemente, como a Academia Maranhense de Medicina, criada em 1988, e a Academia Maranhense de Ciências, instituída em 2008, sinalizando-se para os usos sociais das trajetórias exitosas e da memória desses protagonistas do processo de organização, estruturação e consolidação do *domínio* acadêmico-científico do Maranhão enquanto estratégias de legitimação simbólica das referidas Academias.

Com efeito, essa constatação da totalidade de filiações dos grupos dirigentes aos cargos docentes das faculdades e universidades demonstra o grau de legitimação e de prestígio obtidos pelas instituições superiores de ensino, ao mesmo tempo em que certifica o enfraquecimento do poder simbólico das demais instâncias de consagração intelectual, como os jornais e as academias de letras.

Em outras palavras, evidencia-se a inflexão paradigmática dos literatos e publicistas pelos acadêmicos cientistas, isto é, pelo aumento da valorização da produção de conhecimento científico e do conjunto de retribuições materiais e simbólicas que ela evoca em função da diminuição do poder de outrora de outorga intelectual dos folhetins e das agremiações literárias enquanto principais instâncias de concessão de reconhecimento e prestígio existentes.

Seja como for, o envolvimento direto das frações dominantes no exercício das atividades docentes contribuiu sobremaneira tanto para a valorização da carreira de professor quanto para sua posterior institucionalização e profissionalização com a federalização do ensino superior, a partir da qual edifica-se um conjunto de leis e normas específicas que irão regular e regulamentar a atividade docente universitária, constituindo-se num importante indicador de aferição do efeito de homologia entre posições sociais, recursos culturais e posições de poder.

A segunda atividade com maior índice registrado de envolvimento dos grupos dirigentes do Ensino Superior do Maranhão trata-se do desempenho de mandatos políticos eleitorais. Dos 20 casos, 9 se envolveram, em algum momento de seus itinerários, com a esfera política propriamente dita, seja cumprindo as funções administrativas dos cargos majoritários no âmbito do Poder Executivo, seja exercendo mandatos políticos representativos conferidos por sufrágio universal na esfera do Poder Legislativo.

Em relação aos cargos situados no topo da estrutura hierárquica dos governos estadual e municipal ocupados pelos dirigentes universitários, pontua-se 3 governadores do Maranhão, 3 prefeitos (sendo 2 da capital São Luís) e 1 vice-prefeito (também da capital). O fato das instituições superiores de ensino terem sido administradas por agentes que exerceram o cargo máximo de Governador do Estado – casos de José Viana Vaz (1890-1891), Achilles de Faria Lisboa (1935-1936) e Pedro Neiva de Santana

(1971-1975) –, e de Prefeito de São Luís – casos do mesmo Pedro Neiva de Santana (1937-1945) e de Haroldo Olímpio Lisboa Tavares (1971-1975) –, em diferentes períodos, salienta a relação histórica e interdependente dos postos de gestão de ensino com o polo do poder estatal, contribuindo fortemente tanto para a produção da “nobreza de estado” através das escolas superiores (BOURDIEU, 1989) quanto para a reprodução das “elites da República” nos cargos governamentais (CHARLE, 2006).

Os demais cargos políticos exercidos na esfera do Poder Legislativo são os de deputado federal, com 5 registros, e de deputado estadual, com 3, contando-se ainda 1 caso de vereador. Sem dúvidas, o exercício destes mandatos de representação política possibilitou aos agentes a aquisição de um conjunto de disposições múltiplas consoantes à práxis política (saber falar em público, argumentar, debater ideias, propor soluções etc.) constitutivas de um repertório de ação mobilizado tanto para facilitar o acesso aos postos de comando da educação superior quanto para circunscrever, de antemão, as chances de triunfo no exercício das funções dirigentes elencadas.

Esse terreno social arenoso de aquisição de disposições múltiplas em distintos espaços de socialização e de distribuição desigual de capitais respalda-se ainda pela ressonância de registros referentes à composição dos cargos do primeiro escalão da estrutura burocrática estatal. Dos 20 casos examinados, 14 ocuparam o comando das secretarias administrativas em distintos governos do Maranhão, correspondendo a 70% do total investigado.

Se o exercício de mandatos eletivos no Executivo e no Legislativo conferiu aos agentes a aquilatação de um repertório de hábitos e práticas relativas à dimensão política dos postos dirigentes, operada na artilosa arte de representação individual dos interesses coletivos, a experiência obtida em cargos administrativos nas pastas governamentais certamente revestiu as frações dominantes de uma *expertise* burocrática acionada nas lides do cotidiano de rotinas de gestão propriamente ditas. Não por acaso, o exercício de cargos de comando nas pastas administrativas dos governos estaduais constituiu-se num dos principais trunfos de acesso dos agentes aos postos dirigentes do Ensino Superior no Maranhão.

Adensando-se as atividades desenvolvidas ao longo dos percursos ocupacionais examinados, observa-se também uma equivalência entre a condição de funcionário

público federal e os investimentos na produção escrita em jornais. Dos casos pesquisados, ambas ocupações registram 8 ocorrências, cada, correspondendo a 40% das atividades identificadas nos itinerários dos agentes.

Convém frisar que a conquista de uma posição no funcionalismo público, principalmente na esfera federal – seja por concursos ou através de nomeações políticas – conferia (e ainda confere) um suporte material (estabilidade profissional e remuneração prevista em lei) e simbólico (prestígio e acesso aos círculos sociais privilegiados) amplamente valorizado nos espaços de concorrência, condição tal ancorada na garantia de obtenção regular de rendimentos suficientes para a realização de investimentos em outras esferas de atividades, tais como a produção intelectual veiculada em jornais.

Dito de outro modo, o detentor de um cargo público federal possui condições privilegiadas de reconversão do capital econômico e social que a posição lhe confere na aquisição de capital simbólico (como o reconhecimento intelectual) distribuído pelas instâncias de consagração, como os jornais e as agremiações literárias. Os investimentos desses agentes na atividade da escrita são tidos, portanto, como “fator de distinção, atributo de notoriedade em relação aos demais agentes, tipo de capital amplamente valorizado à medida que o exercício de escrever é concebido como um dos principais atributos passíveis de reconhecimento intelectual” (MELO, 2017, p. 3-4).

Nesse sentido, é interessante assinalar também a ocupação de postos de direção de periódicos noticiosos. Dos 20 casos examinados, identificou-se 3 agentes como “diretor-geral” de jornais em algum momento de suas trajetórias. Foram eles Luís Carvalho, diretor do *Diário da Manhã*, José Pires de Sabóia Filho, diretor de *O Imparcial* e Cônego Antônio Bezerra de Bonfim, diretor do *Jornal do Maranhão*, periódico oficial da Igreja Católica no estado.

Todos esses jornais eram produzidos, editados e veiculados na capital São Luís, com tiragens para as principais cidades maranhenses, o que dá a dimensão dos investimentos feitos pelos agentes na conquista de postos de destaque na imprensa local, através dos quais obtinha-se um passaporte aos círculos intelectuais e políticos, seja por meio da publicação de artigos, ou pela responsabilidade editorial (onde se define o que será ou não publicado), ou ainda pela direção dos veículos midiáticos.

No que concerne especificamente ao âmbito de atuação dos profissionais do Direito, tem-se o registro de dirigentes universitários na ocupação dos mais altos e prestigiosos cargos da magistratura, o de juiz (abaixo apenas do de desembargador na hierarquia do funcionalismo jurídico). Dos 20 diretores das escolas superiores do Maranhão, 5 exerceram o cargo de Juiz de Direito, tanto no âmbito federal (1 dos 5 casos) quanto no estadual (4/5). Desses, apenas Henrique José Couto exerceu o ofício da magistratura nos dois níveis federativos, destacando-se na esfera estadual do Piauí e, posteriormente, do Maranhão, e ocupando o posto de juiz federal substituto neste último estado.

A atuação de juízes como membros integrantes dos quadros dirigentes e docentes das escolas superiores maranhenses, ainda que de modo acessório, já que muitas vezes não recebiam ou não cobravam proventos pelas atividades desenvolvidas face à estabilidade remuneratória percebida pelos cargos jurídicos, evidencia a variedade do cardápio ocupacional dos profissionais do Direito tanto no processo de formação do Ensino Superior propriamente dito, quanto nas esferas da política, da cultura, da literatura e de outros espaços de atividade intelectual, fenômeno observado não apenas no Maranhão, mas em todo o país de um modo geral (CUNHA, 2007; SCHWARTZMAN, 2015; SCHWARCZ, 2016).

Em verdade, a presença ativa de magistrados nas instituições maranhenses superiores de ensino certifica, pois, o peso, o poder e o prestígio obtidos pelos operadores do Direito nas diversas esferas sociais em que deixaram marcas indeléveis de sua participação, bem como aponta para o grau de reconversão desses atributos em trunfos de legitimação de sua atuação no espaço intelectual do magistério superior, sobretudo aqueles ocupantes das posições mais elevadas na estrutura de postos da carreira jurídica, constatando-se e dimensionando-se uma vez mais a profissão dos bacharéis enquanto elemento estruturante e estruturado do *dominium* acadêmico-científico no Maranhão.

Vale sublinhar também, no exame dos registros ocupacionais dos agentes, a identificação destes como “cientistas”. Dos 20 casos investigados, 4 apresentaram em seus currículos o desempenho de atividades em institutos de pesquisa científica ou em

instituições correlatas, com todos eles possuindo formação em Medicina e exercendo a função de cientistas paralelamente ao seu ofício de médico.

Os destaques ficam por conta dos personagens Achilles de Faria Lisboa e Salomão Mettre Fiquene. O primeiro apresenta em seus registros a atuação como Auxiliar-Técnico (1912-1916) e Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1931), além de ter sido Assistente-Chefe do Museu Nacional (1940). Além disso, Achilles Lisboa foi o primeiro Diretor da Faculdade de Farmácia do Maranhão (1922-1925), antes de sua fundição ao curso de Odontologia em 1925.

Essa materialização da condição efetiva de cientista de Achilles Lisboa foi endossada pelas retribuições simbólicas obtidas junto às agremiações e entidades associativas às quais esteve filiado ao longo da vida e pelas homenagens concedidas em seu *post mortem*. Os vínculos associativos mantidos em vida com a Academia Maranhense de Letras, na qual ocupou a Cadeira N. 14, e com o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, no qual foi Patrono da Cadeira N. 32, foram celebrados após sua morte com a edificação de seu nome entre os panteões da Academia Maranhense de Medicina, na qual se destaca como Patrono da Cadeira N. 6, e da Academia Maranhense de Ciências, onde consta como Patrono da Cadeira N. 32.

Da mesma forma, mas não com o mesmo itinerário, parece ter sucedido à figura de Salomão Mettre Fiquene. Com um percurso ocupacional também nucleado no Rio de Janeiro, assim como Achilles Lisboa, Salomão Fiquene dirigiu o Instituto Oswaldo Cruz (1936), sediado na então capital federal, no mesmo período em que se tornou professor da Faculdade Nacional de Medicina. Após transferir-se para o Maranhão, tornou-se diretor da filial estadual do referido Instituto, sediado em São Luís, posto que ocupou por mais de duas décadas (de 1936 a 1960). Nesse intervalo temporal, Fiquene ainda dirigiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís (1945-1950), função que assumiu novamente em outra oportunidade (1964-1968).

Sua trajetória de dedicação exclusiva à medicina e à ciência foi avalizada pelas agremiações literárias, culturais e científicas do Maranhão. Ainda em vida, Salomão Fiquene ocupou a Cadeira N. 21 da AML e a Cadeira N. 24 do IHGM. Após sua morte, foi entronizado como Patrono da Cadeira N. 38 da Academia Maranhense de Medicina, assim também como Patrono da Cadeira N. 31 da Academia Maranhense de Ciências.

De modo geral, o registro de dirigentes identificados como “cientistas” parece se constituir como uma variação da atividade médica, já que os 4 casos examinados possuem formação em Medicina – os outros dois são os médicos Luís Lobato Viana e João Bacelar Portela, cujas trajetórias centraram-se em âmbito regional.

Se a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, em meados da década de 1920, deu início ao processo de ascensão dos médicos nas arenas de disputa política, cultural e simbólica em âmbito regional, fomentada pelo seu regresso ao Maranhão após a obtenção da formação em Medicina nas escolas superiores do Rio de Janeiro e da Bahia, principalmente, habilitando-os tanto a exercerem o ofício médico quanto a atuarem em institutos científicos, a partir da organização e estruturação do curso de Ciências Médicas pela Arquidiocese de São Luís, via SOMACS, houve um aumento da valorização dos profissionais da medicina e da atividade de produção e transmissão do conhecimento científico, potencializando o poder e prestígio dessa categoria socioprofissional no emergente *dominium* universitário.

Por fim, é imperioso destacar o registro do ofício sacerdotal entre as atividades desenvolvidas pelos dirigentes universitários ao longo de seus trajetórias ocupacionais. A presença dos dois únicos sacerdotes que dirigiram as faculdades confessionais fundadas pela Arquidiocese de São Luís assinala os poderes materiais e simbólicos da Igreja Católica num determinado estágio de desenvolvimento dessa esfera especializada da atividade intelectual por excelência. Trata-se dos cônegos José de Ribamar Carvalho e de Antônio Bezerra de Bonfim, sendo que o percurso traçado pelo primeiro é representativo tanto do espaço dos possíveis de atuação dos sacerdotes, quanto das especificidades de seus registros sociográficos.

De origem familiar humilde, filho de trabalhadores rurais, José de Ribamar Carvalho apresenta registros variados ao longo do exercício do sacerdócio, indo desde a função de vigário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Monte Castelo, em São Luís, passando pela prática docente no Seminário de Santo Antônio (onde obteve a ordenação sacerdotal).

Consta ainda em seu trajeto a atuação em organismos leigos estudantis vinculados à Igreja, através do desempenho de funções administrativas na Juventude Operária Católica (JOC) e na Juventude Universitária Católica (JUC), ambas atividades

recobertas pelo reconhecimento intelectual concedido pelas instâncias de consagração das quais ele participava frequentemente, seja com a publicação de artigos em jornais, seja como membro ativo da AML.

Essa variedade de registros ocupacionais lhe possibilitaram chegar não só aos postos de comando das instituições superiores – José de Ribamar Carvalho foi Diretor da Faculdade de Filosofia (1957-1959), Reitor da Universidade (Católica) do Maranhão (1961-1966) e Reitor da Universidade Federal do Maranhão (1968-1972) –, como também às pastas governamentais de estado, tornando-se um dos raros sacerdotes de que se têm notícia no período republicano a ocupar o cargo de Secretário de Educação do Estado do Maranhão (1961-1966).

### **3.4 Os liames estruturais no interior dos grupos dirigentes**

Como se pôde observar na exposição desse mosaico social com foco angular panorâmico, a profusão de atividades desempenhadas pelos grupos dirigentes do Ensino Superior do Maranhão coaduna-se frequentemente com as formações acadêmicas e/ou profissionais obtidas pelos agentes, com algum grau de variação e/ou desdobramento no rol de especificidades possibilitadas por essas formações, especialmente as de Direito, Medicina e, com menor incidência, de Teologia.

Com efeito, as formações enciclopédicas desses ramos profissionais, obtidas sobretudo fora do Maranhão, contribuíram sobremaneira tanto para a feitura institucional das entidades superiores de ensino dentro do Maranhão quanto para a montagem de um aparato burocrático de cargos e postos propriamente intelectuais que privilegiou os privilegiados de nascimento, herdeiros das famílias mais abastadas e detentores de capital cultural e escolar desigualmente distribuído e do capital de socializações valorizado nos espaços em disputa.

Num estado marcado fortemente pela escassez de estabelecimentos públicos de ensino, com uma população majoritariamente pobre, negra e analfabeta, alijada do minguado processo de modernização, urbanização e escolarização por que passava a capital maranhense entre a Primeira República e o final da década de 1960, a obtenção



de um diploma superior conferia ao seu portador uma dupla condição de elite: social e “intelectual”.

Primeiro, porque demarcava objetivamente o seu pertencimento social de origem face às condições desiguais de acesso ao ensino superior, restritas às camadas dominantes e ainda mais raras àqueles que poderiam obter formação acadêmica e profissional fora do Estado. Cursar uma faculdade (pública ou privada), como vimos, era um privilégio predominantemente acessível aos filhos das “famílias de políticos”, “famílias de militares” e “famílias de proprietários de terras”, com poucas brechas de ingresso para os amplos segmentos populares.

Em segundo lugar, a condição de docente ou dirigente universitário, além de cancelar uma posição de elite intelectual endossada pela dominação cultural das faculdades e universidades, conferia distinção entre as demais frações sociais cultas. Evidentemente, isso explica, em parte, o fato de muitos diretores e professores ocuparem tais postos de modo acessório, sem recebimento de salários. Para estes, o que estava em jogo era a capitalização simbólica da condição de “intelectual universitário”, já que por serem de origem social privilegiada, ou ocuparem cargos estáveis na burocracia estatal, ou ainda por exercerem mandatos políticos, suas preocupações com as condições materiais de existência estavam sanadas. Diferentemente, por exemplo, daqueles que intentaram viver exclusivamente da atividade de escrita (literária ou em jornais), tal como os prógonos do panteão literário maranhense, e tiveram de arcar com a ausência de retribuições materiais regulares diante de um mercado incipiente de bens culturais.

Não obstante, conforme o conjunto dos registros examinados, apenas a posse do diploma superior não garantia, de imediato, o acesso aos cargos e postos disponíveis na estrutura burocrática das esferas de atuação consideradas. Diante de um espaço intelectual acadêmico-científico pouco institucionalizado, com variação de sua interdependência ao Estado, à Igreja e ao mecenato cultural privado conforme os períodos históricos e, por isso mesmo, transpassado por lógicas sociais exógenas à atividade de produção de conhecimento propriamente dito, esses agentes fizeram uso de outros capitais e trunfos adquiridos em múltiplas instâncias sociais para ampliarem suas chances de triunfo nas arenas de concorrência.

Disso decorre, por exemplo, a presença de personagens sem formação superior ocupando posições docentes e de gestão nas escolas superiores. Tais agentes, representantes do autodidatismo então vigente, buscaram em seu capital de socializações e em seu capital simbólico o *quantum* de força social necessária para romper as barreiras da dominação cultural, objetivada na posse do diploma superior, impostas pelo emergente academicismo. Quanto mais fracos eram os mecanismos que pudessem garantir maior grau de institucionalização ao espaço legítimo da atividade intelectual por excelência, maiores tornaram-se as forças que nele operavam para impor-lhe princípios e leis de funcionamento consoante aos interesses das camadas dominantes entrecruzando, assim, lógicas sociais externas à produção e difusão de conhecimento científico.

Não por acaso, entre os múltiplos registros ocupacionais dos dirigentes da educação superior, constam o exercício de mandatos políticos, a ocupação de cargos no funcionalismo público (sobretudo o federal), o desempenho de cargos da magistratura (especialmente juízes), a produção escrita veiculada em jornais, a inscrição em instituições de natureza científica e a atuação em agências de produção de bens culturais e religiosos.

Essa variedade na ocupação de cargos e postos de comando exercidos pelos membros das classes dirigentes do Ensino Superior maranhense, temperada pelas múltiplas inscrições em instituições científicas e agências culturais, revela, por fim, a frouxidão do credenciamento escolar e técnico, aferrado ao tipo e ao volume do capital de socializações, bem como acentua o peso das práticas e das relações políticas enquanto liames estruturais que determinam a distribuição desigual do poder.

Desse modo, a análise comparativa das propriedades sociais evidenciadas, dos recursos culturais acumulados e do patrimônio de disposições constituído, ressaltada pelo varejo detalhista dos casos e subgrupos examinados, revelou um retrato de corpo inteiro dos dirigentes universitários.

Através desse retrato coletivo, de frente e verso, fotografado em alto relevo pelas qualificações e predicados dominantes dos agentes, tornou-se possível observar o peso das estruturas estruturantes das posições sociais, objetivadas na posse de capitais raros e distintivos desigualmente distribuídos, bem como seu efeito de homologia às estruturas

estruturadas das posições de poder, evidenciando-se, destarte, o grau de interdependência entre as esferas política e intelectual, a baixa institucionalização da atividade acadêmico-científica e a parca (in)diferenciação dos indivíduos e coletivos nelas atuantes, características que, em conjunto, expressam e definem o *dominium* universitário em contextos e dinâmicas sociais periféricos.

## CAPÍTULO 4

### **PADRÕES DOMINANTES E PERFIS DISSONANTES: análise de trajetórias exemplares**

Neste último capítulo, examinaremos as trajetórias exitosas de dois personagens que representam os perfis sociais predominantes dos integrantes dos grupos dirigentes do Ensino Superior maranhense, bem como de dois casos específicos cujos itinerários são ilustrativos dos exemplos dissonantes do padrão hegemônico.

Convém salientar que devido às restrições de acesso aos registros sociográficos dos bispos e sacerdotes atuantes no espaço intelectual maranhense, sobretudo do cônego José de Ribamar Carvalho, e os dados escassos e esparsos contidos nas fontes disponíveis sobre este personagem, a análise de sua trajetória tornou-se a mais remissiva entre as quatro apresentadas, porém não menos importante para os propósitos deste capítulo.

Entende-se que os dados aqui examinados, analisados e interpretados sobre a trajetória de Ribamar Carvalho, um dos raros casos de um sacerdote oriundo das classes populares que chegou ao topo da hierarquia acadêmica das duas principais universidades do Maranhão, a “Católica” e a “Federal”, possam oferecer respostas, reflexões e iluminar a compreensão do sistema de relações sociais e políticas que marcou o período de atuação da Igreja no *dominium* universitário maranhense. Certamente, novos investimentos empíricos e novas angulações sobre o exame de seu itinerário e de outros protagonistas eclesiásticos contribuirão para o adensamento das formulações analíticas aqui apresentadas.

Vale dizer que a noção de *trajetória* adotada segue aquela definida por Bourdieu (2010b, p. 81) como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes, cuja única constância seria a nominal, isto é, o *nomos* que identifica os indivíduos no transcurso temporal.

Essa formulação conceitual foi cunhada em oposição crítica à ideia de “narrativa histórica”, produtora de uma “ilusão biográfica” (*id., ibid.*, p. 74) do itinerário dos agentes ao abordá-los do ponto de vista linear e constante dos fatos, cuja história de vida

é retratada do início ao fim buscando-se no desenvolvimento das narrativas os indícios que apontariam, desde a origem, os êxitos obtidos ao longo de toda uma existência, como se os indivíduos fossem “predestinados” aos trajetos percorridos.

Fugindo-se às armadilhas dessa “ilusão biográfica”, o foco analítico consiste em explicitar os condicionantes estruturais que possibilitaram a confecção de carreiras socioprofissionais dos agentes nascidos no Maranhão (75% dos casos examinados), filhos das famílias socialmente dominantes e mais abastadas, destacando-se com relativo sucesso no âmbito do Direito e da Medicina (correspondentes a 45% e 30%, respectivamente, dos registros analisados), e que, em algum momento de seus trajetos, ocuparam o comando das instituições superiores de ensino. Os casos arrolados tratam-se, respectivamente, do juiz federal e primeiro diretor da Faculdade de Direito do Maranhão, José Viana Vaz, e do médico e primeiro reitor da UFMA, Pedro Neiva de Santana. Em comum, o fato de ambos terem sido governadores do Maranhão em distintos períodos históricos marcados por profundas transformações estruturais, sociais e culturais.

Por outro lado, focaliza-se, também, à luz do exame dos itinerários de dois casos extremamente raros, os recursos e investimentos despendidos pelos agentes para triunfar nos espaços considerados, desviando-se dos padrões dominantes e, assim, representando os perfis dominados. O primeiro deles trata-se de Mário Martins Meireles, funcionário público federal que se tornou professor e vice-reitor da UFMA sem ter obtido um diploma superior. Meireles constitui-se como nítida ilustração do autodidatismo que vigejou ao longo dos processos de montagem, estruturação e institucionalização da educação superior maranhense.

O outro exemplo de trajetória singular é o do aludido cômego José de Ribamar Carvalho, sacerdote de origem dos estratos populares que se destacou tanto no exercício da burocracia eclesiástica quanto no espaço de atuação propriamente intelectual, elevando-se aos cargos máximos de reitor da Universidade “Católica” e, depois, reitor da Universidade Federal sem ascender à cúpula clerical maranhense como bispo ou arcebispo.

Destarte, o fio condutor analítico incide sobre os tipos, o volume e o peso dos capitais e trunfos mobilizados pelos agentes ao longo de seus percursos ocupacionais

como forma de objetivar o sistema de relações de forças sociais que estruturam as relações de poder e que lhes permitiram o acesso aos postos dirigentes do Ensino Superior maranhense em diferentes estágios de sua organização e desenvolvimento.

Além disso, exprime-se dos casos particulares os liames estruturais que possibilitam a compreensão dos efeitos coletivos que caracterizam a atuação conjunta dos grupos dirigentes, enquanto estratégias de reprodução dos modos de dominação perpetrados pelos estratos dominantes aos quais pertencem e representam, sobretudo nas esferas da cultura, ciência e educação.

Para tanto, recorreu-se às fontes específicas que contêm os dados sociográficos mais robustos sobre os quatro personagens investigados. Dos livros **Fran Paxeco e as figuras maranhenses** e **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**, extraímos as informações disponíveis sobre o político e magistrado José Viana Vaz; do Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC-FGV/RJ e do livro **Medicina, poder e produção intelectual**, examinamos os dados biográficos do médico Pedro Neiva de Santana; do livro-documento **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias**, obtivemos os registros sobre o professor autodidata Mário Martins Meireles; e, por fim, do acervo do Memorial “Cristo Rei” em combinação com as demais fontes mencionadas, coletamos as informações sobre o padre-reitor José de Ribamar Carvalho.

Desse modo, matizou-se o volume do capital simbólico e o peso do capital de socializações dos agentes, assim como os saberes, práticas e habilidades valorizados enquanto critérios de “competência”, de afirmação e de reconhecimento “intelectual”, estrategicamente mobilizados como ingresso aos postos dirigentes num *dominium* acadêmico-científico fragilmente institucionalizado e fortemente interdependente às estruturas de poder.

Nessa esteira analítica, evidenciou-se a posse (e a ausência) do diploma superior como principal troféu das lutas de classificação e desclassificação e como critério de distinção e de hierarquização na arena das disputas concorrenciais inter e intra-elites pela imposição dos princípios de legitimação da atividade intelectual por excelência.

Ao mesmo tempo, sublinhou-se o acesso aos postos de docência e de comando das instituições de ensino superior, de modo interseccionado aos cargos e postos de

poder do setor público, como estratégia de afirmação intelectual e de captação de capital simbólico, bem como um *quantum* de qualificação acadêmico-científica passível de ser reconvertido em trunfo para a confecção de carreiras exitosas noutras esferas sociais.

Salientam-se, por fim, as lutas de forças sociais pelo monopólio legítimo da dominação simbólica retraduzida nas disputas concorrenciais pelo controle e pelo acesso aos postos intelectuais de produção e difusão do conhecimento acadêmico-científico, operados pelos estratos dominantes enquanto produtores dos bens culturais e científicos que reproduzem, simbolicamente, a ordem social dominante através do reconhecimento do valor dos produtos disponíveis no mercado de diplomas superiores e do desconhecimento das relações estruturais e amalgamadas que distribuem, de maneira homóloga, as posições de poder no *dominium* universitário conforme as posições sociais no espaço do poder.

#### **4.1 José Viana Vaz: a legitimação intelectual de um político e magistrado**

José Viana Vaz nasceu em São Luís, em 22 de junho de 1852, e faleceu na mesma cidade na noite do dia 5 de janeiro de 1922, aos 69 anos de idade. Filho de José Caetano Vaz Jr., coronel do Exército e ex-presidente da Província do Maranhão em duas oportunidades (de abril a junho de 1865 e de novembro de 1878 a julho de 1879), ainda no período imperial, José Viana teve uma origem social duplamente privilegiada, representando o ponto de intersecção entre os perfis de alguns dos principais ramos familiares maranhenses socialmente dominantes, quais sejam, os de “família de políticos” e “família de militares”.

Seus primeiros estudos foram realizados no colégio particular Nossa Senhora dos Remédios, fundado em 1840 em São Luís. Depois, ele ingressou no Instituto de Humanidades, uma das escolas privadas mais destacadas da capital maranhense, onde concluiu o curso secundário.

Como se pode observar, a escolarização primária e secundária de José Viana Vaz foi realizada integralmente nos estabelecimentos de ensino privado de São Luís. Isso se constitui num forte marcador social de elite, tanto do ponto de vista da natureza jurídica

das unidades escolares quanto pela ótica da transmissão do capital cultural elevado, já que por ser de origem religiosa católica, a escola Nossa Senhora dos Remédios possuía o apoio financeiro e pedagógico da Igreja que, à época, detinha o monopólio da excelência educacional em todo o país.

No que diz respeito ao Instituto de Humanidades, situado também na capital, muitos dos membros das frações cultas maranhenses nele estudaram e, depois, nele vieram a lecionar. Entre os quais, destaca-se a figura conhecida e reconhecida de Jerônimo de Viveiros, professor do Instituto e um dos “intérpretes clássicos” da história do Maranhão (BORRALHO, 2011; MARTINS, 2006).

Assim como muitos herdeiros das “famílias tradicionais” do Nordeste, sobretudo do Maranhão, José Viana Vaz foi direcionado para a carreira jurídica e, tão logo concluído o curso secundário, transferiu-se para a Província de Pernambuco, onde cursou a Faculdade de Direito do Recife, obtendo o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1878.

Na prestigiosa faculdade pernambucana, além da formação profissional e intelectual obtida, de reconhecida qualidade e notoriedade, já enredada pelos novos pressupostos universais de produção e difusão do conhecimento em pilares científicos, José Viana construiu sólidas relações de amizade que o acompanharam até o fim da vida, especialmente com seus conterrâneos e aqueles oriundos do estado vizinho, o Piauí.

Em seu regresso ao Maranhão, foram estes bacharéis recém-formados os ocupantes dos cargos e postos disponíveis com a expansão de cargos na Administração Pública, no Judiciário e no Legislativo estadual face à emergência do novo regime político, constituindo-se posteriormente na elite do funcionalismo republicano maranhense.

O volume desse capital de socializações mediado pela Faculdade de Direito do Recife fica bem evidente em trecho do discurso proferido pelo ex-colega de faculdade, amigo e seu vice-diretor na Faculdade de Direito do Maranhão, o desembargador



Henrique José Couto<sup>76</sup>, em homenagem referente ao trigésimo dia de falecimento de José Viana Vaz:

Dos seus colegas das lidas acadêmicas, principalmente os do Maranhão e Piauí que, no seu dizer, se confundiam nos mesmos sentimentos de fraternidade, conservava gratas recordações e citava Casemiro Júnior, Celso Magalhães, João Cândido, Teodoro Pacheco, Jayme Rosa e outros. Dos seus contemporâneos, resta, neste Estado, o Des. Magalhães Braga, com quem vivia na mais cordial intimidade e que, comigo e outros amigos, assistiu aos seus últimos momentos (LUZ, 1957, p. 46).

Plenamente diplomado, ao retornar ao seu estado natal, José Vaz ingressou na esfera política atuando nas fileiras do Partido Liberal (PL-MA), à época liderado por seu pai, José Caetano Vaz Jr., que gozava de grande prestígio em todo o Nordeste e nas demais regiões brasileiras, tanto pelo exercício do cargo máximo de presidente da Província do Maranhão, quanto por sua atuação como coronel do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870). A participação do pai de José Viana Vaz no maior confronto bélico do Continente Sul-americano rendeu destaque e prestígio à família Vaz junto à Corte do imperador D. Pedro II. Assim nos relata Henrique Couto em sua peça oratória de homenagem póstuma:

Indo a uma das audiências imperiais no Paço de S. Cristóvão, em companhia do seu colega de bancada, Conselheiro Sinval Odorico de Moura, [José Viana Vaz] **foi apresentado a D. Pedro II que, pelo sobrenome, indagou se era parente do coronel Vaz.** Tendo resposta afirmativa, **o imperador lembrou que, na presidência do Maranhão, o pai do novel deputado prestou relevantes serviços à pátria por ocasião da guerra do Paraguai,** organizando e fazendo embarcar para o sul poderosos contingentes de voluntários (*id., ibid.*, p. 47). **(Grifo nosso)**

Dispondo do capital político do pai e do capital simbólico da família, cultivados como herança pelos chefes oligárquicos e transmissíveis aos seus herdeiros, a inserção de José Viana Vaz na vida pública exemplifica tanto o mandonismo patriarcal dos

---

<sup>76</sup> Nascido em Teresina, no Piauí, em 30 de junho de 1875, Henrique José Couto também estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde foi diplomado no ano de 1898. De volta ao seu estado natal, tornou-se promotor público e, depois, juiz de Direito na capital piauiense. Aliado à carreira jurídica, também exerceu atividades na advocacia e na imprensa local. Em 1903, mudou-se para o Maranhão para assumir o cargo de juiz substituto federal. Mais tarde, ascendeu a juiz de Direito em São Luís até se tornar desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Na esfera política, foi procurador-geral do Estado, secretário do Interior, Justiça e Segurança e secretário-geral do Estado. Foi vice-diretor da Faculdade de Direito do Maranhão na gestão chefiada por seu amigo José Viana Vaz e, com a morte deste, assumiu a titularidade do cargo, exercendo-o por dezessete anos ininterruptos (1922-1939), sendo até hoje o mais longo dirigente da história do Ensino Superior maranhense.

núcleos familiares “tradicionais” que pululavam em todos os rincões do país, quanto a reprodução dos modos de dominação familiar que lhe garantissem a manutenção de seus privilégios e a satisfação regular de seus interesses.

Tais famílias assenhoreavam tanto o acesso aos postos de poder político quanto o ingresso nas entidades de poder simbólico, caso das instituições culturais e das agremiações literárias, o que, para nosso personagem, constituíram-se num verdadeiro patrimônio material e simbólico de redes de alianças políticas privilegiadas e de contatos com os círculos intelectuais prestigiados.

Nessa perspectiva, alçado pelo capital de socializações políticas do pai e pela herança do capital simbólico transmitido pela família, não tardou para que José Vaz exercesse cargos administrativos importantes na estrutura burocrática do funcionalismo estatal maranhense, como o de diretor da Instrução Pública do Estado (atual Secretaria estadual de Educação) e o de delegado de Polícia de São Luís.

A ocupação desses cargos lhe possibilitou o gozo de certa visibilidade social e de algum prestígio político próprio, ao ponto de recusar uma nomeação para o cargo de juiz em Teresina/PI e de não se empenhar em ser indicado para um dos tribunais regionais recentemente criados. Neste período de sua vida, José Viana Vaz havia optado pela carreira política em detrimento da carreira jurídica.

Desse modo, trabalhando devotadamente em prol do partido liberal chefiado por seu pai, José Vaz foi eleito em 1882 para a Câmara dos Deputados Gerais, no Rio de Janeiro, como representante do sexto distrito da Província do Maranhão, mandato que exerceu até 1885. A esse respeito, Henrique Couto tenta, através de sua narrativa memorialística, descolar a imagem do filho da do pai, atribuindo àquele luz própria para fugir à sombra deste.

O jovem político não confiou exclusivamente no prestígio que realçava o seu venerando pai como um dos chefes mais populares e acatados do Partido Liberal: abalçou-se a excursionar por todos os municípios componentes do distrito eleitoral, visitando os chefes locais e o eleitorado e conquistando-lhes as simpatias e a confiança.

E a impressão que guardava dos nossos sertões era sempre relembrada com prazer, sendo frequente vê-lo citar localidades, distâncias, homens e fatos daqueles tempos em que a política se regia por outros moldes e em que as personalidades valiam pelo que significavam e não como reflexos de outras (LUZ, 1957, p. 46).

A atuação política do deputado provincial maranhense na então capital federal rendeu-lhe a ampliação de sua rede de vínculos e contatos que diversificaram e sopesaram seu capital de socializações políticas, abrindo-se-lhe as portas para a ocupação do cargo máximo no Poder Executivo, o de presidente provincial. Num outro episódio narrado por Henrique Couto, distinto daquele supracitado, ficaram escancaradas as negociatas que catapultavam determinados agentes ao topo dos cargos de poder.

Sincero admirador do Conselheiro Martinho de Campos, a cuja orientação política obedecia, era uma parcela dessa destemerosa e digna plêiade que cercava o valoroso chefe.

O senador mineiro contava substituir o Conselheiro Saraiva na presidência do Conselho de Ministros. **Verificando no Dr. Vaz inteligência e atividade, ofereceu-lhe a presidência da Província do Paraná**, uma das que serviam de aprendizagem dos que estreavam na administração pública. Ponderou-lhe o Dr. Vaz que precisava de pensar sobre o caso e, dias depois, participou ao Conselheiro que não lhe convinha a presidência oferecida, mas que, **para não regatear serviços à nação, preferia incumbir-se do governo de Mato Grosso**. Martinho de Campos estranhou muito a esquisita resolução, porque **Mato Grosso era a menos cobiçada das províncias pelo atraso e pela grande distância do Rio**, sendo longa e penosa a viagem. O Dr. Vaz explicou-se, dizendo ser mouro e não lhe faltar ânimo para dominar quaisquer dificuldades, além do que tinha desejo de percorrer uma zona tão rica quanto desconhecida. **Ficou assim assentada a nomeação do deputado maranhense para Mato Grosso**, mas deixou de efetuar-se porque caiu o partido liberal e o senador mineiro não foi ao poder (LUZ, 1957, p. 47). **(Grifo nosso)**

Com efeito, essa política de distribuição dos cargos de poder entre os membros das famílias que dominavam a esfera política brasileira e que tanto caracterizou a segunda metade do período imperial, espécie de legado inglório da divisão territorial do Brasil Colonial em Capitânicas Hereditárias entregues aos seus donatários, marcou também o limiar do regime republicano. Com a nova configuração de forças e as transformações estruturais colocadas em curso no país face à Proclamação da República, José Viana Vaz não apenas aderiu de imediato ao novo regime político, como também rearticulou-se para manter-se ocupando postos de comando na esfera do poder, cujo corolário lhe rendeu a elevação ao cargo de governador do Maranhão.

Proclamada a República, aderiu decididamente ao novo regime, crente de que vinha incrementar as liberdades públicas e objetivar as reformas por que a nação ansiava e que a monarquia retardara.

**Figura notável no Estado, o Dr. Vaz foi logo distinguido, pelo govêrno provisório, com algumas comissões e nomeações de alta significação e responsabilidade.** Em 5 de junho de 1890, o ministro da fazenda Ruy Barbosa nomeou-o fiscal do empréstimo à lavoura do Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão. Pelo ato de 16 de agosto do mesmo ano, **o generalíssimo Deodoro da Fonseca nomeou-o 1º. vice-governador, tendo tido ensejo de empossar-se da administração do Estado, desde outubro de 1890 até março do ano seguinte,** e exercendo o cargo com tolerância, inteligência, critério e proveito para as novas instituições (*id., ibid.*, p. 48). **(Grifo nosso)**

De fato, foi José Viana Vaz, na condição de governador de Estado em substituição ao titular, quem contribuiu para a integração do Maranhão ao sistema republicano federativo, sendo um dos colaboradores da primeira Constituição republicana maranhense, a qual serviu de referência para os demais estados em vias de organização jurídica e político-administrativa, numa quadra histórica em que a Constituição Federal ainda não existia.

Além disso, impulsionou o desenvolvimento econômico, social e educacional no Maranhão, estimulou a agricultura com a oferta de linhas de crédito, subsidiou a instalação de fábricas de tecidos e indústrias dos setores de papel e de bens de consumo, criou escolas de instrução primária e instituiu as cadeiras de história e corografia do Brasil no Liceu Maranhense. Esse conjunto de ações governamentais de cunho econômico e socioeducacional, realizado num intervalo temporal de apenas cinco meses, além da participação na elaboração da Carta Constitucional do Maranhão e de ter sido um dos referendários do Código Penal Brasileiro, favoreceu para que seu nome fosse conhecido e prestigiado dentro e fora do território estadual, fortalecendo os capitais de que já dispunha por sua origem “nobre”.

Após alcançar o ápice da carreira política na estrutura do Poder Executivo estadual, nosso personagem voltou-se para a carreira jurídica. Novamente por ato do presidente da República Deodoro da Fonseca, em atendimento à indicação conjunta feita por Prudente de Moraes, Ruy Barbosa e Campos Sales, dentre outros, José Viana Vaz foi nomeado o primeiro juiz seccional do Maranhão, tendo por objetivo organizar a Justiça Federal no estado. Assumiu o cargo em 3 de março de 1891 e nele permaneceu por trinta e um anos até o dia do seu falecimento.

Segundo a descrição de Henrique José Couto, foi no desempenho do cargo de juiz federal do Maranhão que José Vaz “revelou, com brilho inexcédível, o valor do seu

espírito culto, justiceiro e enérgico” (LUZ, 1957, p. 50), tornando-se uma das figuras de grande popularidade em todo o estado e uma das mais representativas da dominação exercida por grupos oligárquicos de núcleo familiar nas esferas do poder político e do poder judiciário.

Não por acaso, quando do surgimento da Faculdade de Direito do Maranhão, seu nome foi prontamente indicado para ser seu primeiro diretor. Os “Novos Atenienses” visavam com a sua indicação para o posto dirigente da escola jurídica tanto a obtenção do prestígio que lhe escudara quanto o acesso às condições materiais para a viabilização da instituição superior de ensino, que julgavam encontrar através do envolvimento do ex-governador e primeiro magistrado federal do Maranhão.

**Quando um grupo de intelectuais, rompendo a apatia do meio e suplantando o desdém de muitos, cogitou de fundar a Academia de Direito do Maranhão, foi logo apontado o nome do Dr. Vaz para diretor, como uma das condições de viabilizar o tentamen. E êle não relutou em aceder, sugerindo, embora, os nomes de outros que poderiam levar-lhe vantagem, pela saliência em que se achavam. Tivemos, pois, a honra de vê-lo na direção desta escola, que é hoje uma realidade e uma utilidade para a cultura e para as letras brasileiras (id., *ibid.*, p. 53). (Grifo nosso)**

O ingresso de José Viana Vaz no posto de dirigente da faculdade jurídica maranhense conferiu-lhe a nova via de legitimação e de distinção “intelectual” que almejava desde a fundação do periódico *O Democrata* quando ainda era estudante de Direito na faculdade do Recife, e, posteriormente, em 1886, após findo seu mandato de deputado geral provincial, quando esteve à frente da criação do periódico *O Liberal*.

Viana Vaz manteve uma intensa atividade de escrita paralelamente à sua carreira política, cõnscio de que a publicização de artigos em periódicos era a principal estratégia de afirmação e de reconhecimento intelectual daqueles que se lançavam a participar da então arena dos debates públicos.

Destarte, compreende-se o aspecto acessório das funções assumidas no comando da faculdade jurídica maranhense, quando a ausência de retribuições materiais era compensada pela certificação das retribuições simbólicas advindas da posição de “intelectual” de nível superior.

**Pelo desinterêsse com que desempenhou êste honroso cargo, é credor do nosso imperecível reconhecimento, porque, além do mais,**

**nunca auferiu daqui a mínima compensação monetária, chegando a sua generosidade ao ponto de desistir dos honorários, a que tinha direito**, em benefício dos estudantes pobres.

Se **nem sempre primou pela assiduidade**, não o fazia por esquivança aos serviços inerentes ao cargo, mas, me repetiu êle diversas vêzes, era que se sentia tocado de fundas recordações ao penetrar nesta casa, onde se havia casado e decorrido uma das fases mais felizes da sua existência.

**Rendendo-lhe hoje esta homenagem, nada mais fazemos que cumprir um dever cívico a um grande vulto** que, como maranhense, como cidadão, como magistrado, **como diretor de uma escola superior**, como patriota, como chefe de família e como amigo do povo há-de ter a sua memória abençoada e querida pelos que o conheceram e admiraram (LUZ, 1957, p. 53). **(Grifo nosso)**

Aos atributos angariados em vida como bacharel erudito, certificado pela formação clássica e enciclopédica em Direito, como político e como magistrado somou-se a distinção honorífica de ser diretor de uma escola superior, função esta que, associada à de professor universitário, tornaram-se os novos mecanismos de legitimação, de afirmação e de consagração intelectual face ao desenvolvimento do Ensino Superior no Maranhão, sombreando a perda de prestígio dos jornais.

Como vimos, a escolha de José Viana Vaz para a direção da Faculdade de Direito do Maranhão, de modo pioneiro, salientou a interdependência entre o nascente *dominium* acadêmico-científico e as estruturas de poder, numa quadra histórica em que a formação em Direito era tida como necessária para a organização político-administrativa dos estados republicanos, bem como para a elaboração jurídica de suas cartas constitucionais.

Dessa forma, compreende-se que a ocupação de cargos e postos de poder por operadores do Direito constituiu-se como um dos liames estruturais que legitimaram o acesso das frações sociais dominantes às posições destacadas no espaço propriamente intelectual, uma vez que se concebiam os bacharéis como intelectuais eruditos, de formação enciclopédica, habilitados à produção simbólica dos bens jurídicos de organização dos estados federativos republicanos, e, pelo desconhecimento da estrutura social arbitrária que condiciona tal produção simbólica, a reprodução da dominação política e cultural dos estratos socialmente dominantes.

Nesse sentido, a posição de diretor da primeira escola superior do Maranhão ocupada por um ex-governador e juiz federal legitimou a consagração intelectual do político e magistrado, ao passo que reconverteu para os postos do poder intelectual o prestígio oriundo da esfera política e jurídica, produzindo socialmente a valorização política da atividade intelectual acadêmica.

Assinala-se, portanto, a trajetória de José Viana Vaz como um dos casos mais exemplares da imbricação entre as esferas da política, do judiciário e do saber acadêmico, sinalizando-se, outrossim, o baixo grau de institucionalização do nascente espaço intelectual de produção e difusão do conhecimento de nível superior, a forte interdependência da faculdade jurídica às estruturas de poder e a falta de autonomia e de mecanismos de aferição da qualidade do ensino ofertado que caracterizam os *dominiuns* sociais em contextos periféricos.

#### **4.2 Pedro Neiva de Santana: uma via de mão dupla entre a consagração intelectual e a ascensão política**

Pedro Neiva de Santana nasceu em 27 de setembro de 1907, no município de Nova Iorque/MA, distante 568 km da capital, e faleceu em São Luís no dia 19 de janeiro de 1984. Foi casado com Enei Tavares Neiva de Santana, com quem teve um filho, Jaime Manoel Tavares Neiva de Santana

Sua origem social remete a uma família de grandes proprietários de terra, patrimônio material acumulado muito por conta da atuação de seu pai que, assim como o genitor de José Viana Vaz, foi coronel do Exército Brasileiro, mas que não chegou a ocupar cargos políticos de destaque como seu colega de farda.

Devido à distância geográfica entre Nova Iorque e São Luís e à proximidade de sua cidade natal com o vizinho estado do Piauí, de apenas 158 km, Pedro Neiva realizou seus estudos primários na cidade de Floriano (PI). Posteriormente, na adolescência, mudou-se para a capital, onde cursou o ensino secundário na tradicional e principal escola pública estadual, o Liceu Maranhense, reduto de escolarização das elites do Maranhão.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, ingressou em 1929 na Faculdade Nacional de Medicina, pela qual se diplomou em 1934, especializando-se em Medicina Legal. De volta ao Maranhão, trabalhou como médico da Saúde Pública e exerceu a chefia dos postos de higiene dos municípios maranhenses de Picos (atual Colinas) e de Pastos Bons.

Com a deflagração do Estado Novo e a reconfiguração do sistema de relações sociais em torno da estrutura de cargos e postos de poder do aparato estatal, Pedro Neiva foi indicado pelo amigo e interventor federal Paulo Ramos, que governava o Maranhão com mão-de-ferro, para ocupar o cargo de prefeito de São Luís, sendo eleito indiretamente em 1937, nele permanecendo até o fim do regime ditatorial de Vargas, em 1945.

**Quadro 7 – Prefeitos/Médicos de São Luís a partir de 1930.**

<b>Mandatos</b>	<b>Prefeitos/Médicos</b>
1931 -	Carlos Reis Gomes Macieira
1937-1945	Pedro Neiva de Santana
1948-1951	Costa Rodrigues
1963-1967	Costa Rodrigues
1988-1992	Jackson Lago
1996-2000	Jackson Lago

Fonte: Nunes (2000, p. 288).

Pedro Neiva de Santana foi o segundo médico a dirigir o Executivo municipal ludovicense e, mais tarde, se tornaria o terceiro profissional do setor da saúde a governar o Estado do Maranhão, conforme se pode observar no quadro abaixo sobre os governantes do estado, dispostos conforme a formação superior obtida por cada um deles.



**Quadro 8** – Governadores do Maranhão a partir de 1930.

<b>Mandatos</b>	<b>Governadores/ Médicos</b>	<b>Governadores/ Bacharéis</b>	<b>Governadores/ Outras formações</b>
09/10/1930		José Maria dos Reis Perdigão	
22/06/1935 a 16/06/1936	Aquiles Lisboa		
1936-1945			Paulo Ramos
14/04/1947 a 28/02/1951			Sebastião Archer da Silva
09/07/1957 a 31/01/1961	José de Matos Carvalho		
31/01/1961 a 26/06/1966		Newton de Barros Bello	
31/01/1966 a 14/05/1970		José Sarney	
15/03/1971 a 15/03/1975	Pedro Neiva de Santana		
31/03/1975 a 15/03/1979	Oswaldo Nunes Freire		
15/03/1979 a 14/05/1982		João Castelo	
15/03/1983 a 15/03/1987		Luís Rocha	
15/03/1987 a 02/04/1990		Epitácio Cafeteira	
15/03/1991 a 15/03/1994		Edison Lobão	
1994-1998			Roseana Sarney
1999-2002			Roseana Sarney
2003-2006			José Reinaldo Tavares
2007-2009	Jackson Lago		

2009-2010			Roseana Sarney
2011-2014			Roseana Sarney
2015-2018		Flávio Dino	
2019 -		Flávio Dino	

Fonte: Nunes (2000, p. 286), com informações acrescentadas pelo autor.

Convém salientar a esse respeito uma mudança no processo de recrutamento dos intelectuais para a ocupação dos postos dirigentes da burocracia de Estado. A partir do início do regime Vargas, a formação em Direito passa a sofrer maior concorrência dos profissionais da saúde, especialmente a partir do funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão (1925), que reuniu em torno de si os estratos sociais que pleiteavam e aqueles que já dispunham dessa formação, contribuindo para a organização e profissionalização da carreira desses agentes em todo o território estadual.

Nesse processo, os médicos tiveram participação decisiva, tidos como portadores de conhecimento técnico e aplicável e dotados da capacidade de exame, diagnóstico e prescrição. Em face da valorização desses atributos do saber médico parece ter havido uma espécie de transubstanciação das habilidades de cura do corpo para a “cura” dos organismos sociais, legitimando e credenciando sua inserção na esfera da política.

No que concerne a essa associação entre a medicina e a ordem política, Nunes (2000, p. 336) assinala que

estes atributos habilitam o médico ao desempenho das novas carreiras instituídas, intermediadas pela noção de planejamento. Isto é, pode-se considerar que o médico, em sendo técnico, e em possuindo as habilidades para o cálculo, a previsão e a eficácia assegura seu lugar nas estruturas referidas ao aparato de Estado.

Assim, compreende-se a relação estabelecida entre os saberes e as práticas médicas e a esfera do poder, na qual os médicos são tidos enquanto autoridade intelectual portadora de conhecimento científico, isto é, de caráter objetivo, “neutro” e especializado, autorizados pelo diploma para o exercício de funções no domínio próprio da burocracia estatal e, por conseguinte, de cargos e postos dirigentes no âmbito da política.

Se aos bacharéis em Direito, reconhecidos e valorizados como os intelectuais acadêmicos por excelência, portadores de uma formação profissional enciclopédica, erudita e “humanista”, coube a fundação das bases jurídicas do Estado brasileiro republicano e a montagem e organização da máquina administrativa dos estados na escala regional, aos profissionais da saúde, sobretudo aos médicos e farmacêuticos, impôs-se a concepção de que seriam dotados de saberes e práticas científicas, como previsibilidade, diagnóstico preciso e prescritibilidade medicamentosa, atributos que passam a ser valorizados na esfera burocrática e no âmbito político.

Não por acaso, Pedro Neiva de Santana tornou-se professor catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito de São Luís, em 1944, enquanto ainda exercia o cargo de prefeito da capital do Maranhão. Ele foi o único médico a lecionar na escola jurídica, o que evidencia tanto o prestígio político de que gozava, endossando uma vez mais a imbricação entre o espaço de formação profissional das elites e a esfera política, quanto a inflexão paradigmática da atividade intelectual corrente no *dominium* acadêmico-científico local, qual seja a de conciliação entre a formação erudita e aquela dotada dos critérios de cientificidade identificados nos cursos superiores da área da saúde, sobretudo de Farmácia e Medicina.

Após o término de sua gestão à frente da Prefeitura de São Luís, Pedro Neiva manteve-se como professor da faculdade jurídica e continuou investindo e desenvolvendo atividades no espaço propriamente intelectual. Com o fim do Estado Novo, houve uma nova reconfiguração estrutural dos condicionantes políticos e socioeducacionais que ensejou uma recomposição das forças atuantes no Maranhão, favorecendo a abertura de uma janela de oportunidades pela qual a Igreja Católica adentrou decidida e decisivamente no espaço de formação das elites, como vimos no segundo capítulo. Nesse contexto, Pedro Neiva apoiou a criação da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis por iniciativa das Irmãs Missionárias Capuchinhas e, em 1952, assumiu a cátedra de Sociologia na Faculdade de Filosofia criada pela Arquidiocese de São Luís.

Observa-se que a formação médica pautada nos pilares da ciência conferia aos portadores do diploma de Medicina um cardápio variado de atuações no espaço intelectual, reforçado pelo sistema de relações sociais que perpassa as estruturas de

poder. Os saberes médico-científicos de Pedro Neiva, associados ao seu volumoso capital de socializações, o habilitaram a lecionar tanto na faculdade jurídica, ainda sob o domínio da Fundação de seu amigo e “patrono político” Paulo Ramos, quanto na escola filosófica fundada pela Igreja sob o báculo do arcebispo D. Delgado, com quem manteve estreitas relações sociais.

Vale destacar, ainda, o fato de um médico exercer as atividades docentes da cátedra de Sociologia na Faculdade de Filosofia, disciplina que, na Europa, já havia se desenvolvido e consolidado desde o início do século XX, sob os critérios da cientificidade reinante no período.

No Brasil, todavia, enquanto a Sociologia ainda estava engatinhando em seu processo de institucionalização, a reboque das experiências pioneiras da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (MICELI, 2001), a valorização dos saberes médico-científicos junto à esfera burocrática e política parece ter credenciado esses profissionais a exercerem também a docência dessa disciplina universitária.

Na esteira dessa inserção cada vez mais acentuada no espaço propriamente intelectual, desempenhando suas atividades docentes no âmbito do Ensino Superior maranhense paralelamente ao exercício de sua profissão médica, Pedro Neiva de Santana assumiu a direção do Instituto Médico-Legal do Maranhão, em 1956, chefiando o Gabinete de Identificação, ingressou como médico na Legião Brasileira de Assistência (LBA) e atuou profissionalmente na Santa Casa de Misericórdia.

Essa trajetória profissional e acadêmica reforçou seus saberes, suas qualidades e habilidades médicas, esculpindo-se-lhe a imagem de “perito oficial”, caracterizado como portador de “habilidades referidas à observação detalhada e a consequente aplicação de técnicas seguras, exatas, que garantem a eficácia dos resultados”, coadunando-se aos “atributos que são valorizados no político e no burocrata” (NUNES, 2000, p. 341).

Tal representação típica do político burocrata é evidenciada na escala nacional a partir da deflagração do regime ditatorial de Vargas (MICELI, 2012, p. 115) e, de modo mais sintomático, em âmbito regional, tem como marco temporal a redemocratização

política do pós-Vargas, a reestruturação e expansão das máquinas burocráticas estaduais e a diversificação do mercado de diplomas de nível superior.

As retribuições materiais e simbólicas advindas da valorização desses atributos médico-científicos como credenciais ao exercício de cargos na estrutura burocrática estatal, somadas ao seu variado capital de socializações (políticas, intelectuais, familiares, acadêmicas), conferiram-lhe certa distinção intelectual entre as demais frações cultas dominantes. Pedro Neiva se estabelece e é reconhecido como um “cientista-perito” (NUNES, 2000, p. 343), isto é, uma espécie de “intelectual técnico” especializado de nível superior, em oposição ao “intelectual tradicional” de formação clássica, erudita e enciclopédica.

Contudo, tanto sua atuação profissional quanto o reconhecimento obtido no *dominium* acadêmico-científico não estão descurados do sistema de relações sociais e intelectuais que estruturam as relações de poder. Diferentemente da perspectiva de Patrícia Nunes (2000), que credita aos atributos intelectuais de “perito” de Pedro Neiva sua inserção na esfera política (p. 341), a qual denomina de “campo político”, negligenciando os condicionantes e as forças sociais que agem e interferem nas leis de funcionamento dos “campos” em contextos periféricos, como é o caso do Brasil em geral mediante a mobilização das relações sociais como estratégia de acesso aos cargos públicos (MICELI, 2012, p. 89), aqui adota-se a compreensão da existência de *dominiuns* sociais, interdependentes entre si, com variação de forças de empuxo consoante os períodos históricos determinados, caracterizados globalmente pela sua fraca institucionalização, baixa autonomização e parca (in)diferenciação dos agentes e coletivos que dominam estes espaços, exemplificados pelo controle dos cargos de poder e do acesso aos postos intelectuais docentes e dirigentes do Ensino Superior maranhense.

Nesse sentido, observa-se a imbricação entre o exercício do poder e a prática pedagógica da educação superior. Em 1958, Pedro Neiva tornou-se professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas em decorrência do estreitamento de seus vínculos com a elite eclesiástica maranhense, intermediada pelo arco de alianças e contatos políticos que sustentaram sua indicação junto ao chefe da Igreja no Maranhão, D. Delgado, autor de sua nomeação como docente da escola médica.

As transformações sócio-históricas e estruturais por que passava o Brasil no bojo da ruptura dos laços democráticos com a irrupção do Golpe Militar de 1964, desembocando na remodelação da organização do sistema universitário no país, reverberado no Maranhão com a extinção da Universidade “Católica” e o nascimento da Universidade Federal, não destituíram nosso personagem dos cargos de poder e dos postos intelectuais. Muito pelo contrário, tais condicionantes fortaleceram e ampliaram o capital político, o capital simbólico e o prestígio intelectual de Pedro Neiva. Em 1967, ele foi escolhido como o primeiro reitor da UFMA, cargo máximo do *dominium* universitário maranhense, que exerceu por dois anos (1967-1968), ao mesmo tempo em que foi alçado ao comando da Secretaria de Planejamento do Governo Sarney (1966-1970).

Vale frisar que José Sarney, com quem Pedro Neiva havia costurado boas relações sociais, intelectuais e políticas, representou no Maranhão os interesses da Ditadura Militar, tocando em âmbito estadual a política nacional desenvolvimentista de “modernização autoritária” imposta pelo regime, criando, assim, as bases políticas e ideológicas do seu propalado “Maranhão Novo” (GONÇALVES, 2000, p. 34).

Não custa reiterar que, assim como se tornou prefeito de São Luís no período autoritário do Estado Novo por indicação de Paulo Ramos, seu amigo e padrinho político, Pedro Neiva foi elevado ao cargo de reitor da UFMA numa quadra histórica de federalização do sistema universitário nacional imposto pelo autoritarismo do regime militar, desembocando no processo de estadualização do Ensino Superior tocado pelos governadores alinhados aos generais no comando do Poder Central (MOTTA, 2014). Vide os exemplos das faculdades públicas isoladas estaduais surgidas no Governo Sarney.

Dessa forma, como primeiro reitor da Universidade Federal e secretário estadual de Planejamento, cargos de grande visibilidade, de prestígio intelectual e de poder político, exercidos simultaneamente num período de renascimento das forças autoritárias que quebraram as regras democráticas e tomaram de assalto as rédeas do Estado brasileiro, Pedro Neiva de Santana pode ser compreendido como uma figura emblemática representativa das relações umbilicais e interdependentes entre as estruturas de poder e o *dominium* universitário maranhense, reforçando os indícios de

sua fraca institucionalização, parca autonomização e o entrecruzamento de lógicas sociais exógenas impostas ao funcionamento do espaço propriamente intelectual, num determinado estágio de seu desenvolvimento.

Uma vez alçado ao posto máximo da intelectualidade maranhense como dirigente universitário federal, Pedro Neiva não se fez de rogado e lançou mão de seu prestígio e reconhecimento intelectual para galgar novamente posições elevadas no *dominium* político. Tomando como justificativa os conflitos decorrentes do desentendimento com seu vice-reitor pedagógico, cônego José de Ribamar Carvalho, representante dos interesses da Igreja no acordo celebrado entre o clero e os militares para a distribuição dos postos de poder com a fundação da UFMA, nosso personagem renunciou ao cargo de reitor em 1968 para se dedicar exclusivamente ao comando da Secretaria de Planejamento do governo estadual, mirando a sucessão de José Sarney.

Em menos de dois anos após sua saída do posto máximo de poder da esfera intelectual, em outubro de 1970, como candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena-MA), partido situacionista liderado no Maranhão pelo ocupante da cadeira-mor do Palácio dos Leões, Pedro Neiva foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa estadual. De acordo com as informações constantes no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/CPDOC/FGV-RJ)<sup>77</sup>, sua indicação foi feita pelo presidente da República Emílio Garrastazu Médici para substituir o vice-governador Antônio Dino, que assumira o governo do Maranhão com a desincompatibilização de Sarney. Este concorreria ao Senado no pleito de novembro daquele ano.

Enredado por esse arco de alianças e acordos costurados no mundo subterrâneo das relações políticas, Pedro Neiva de Santana assumiu o Executivo maranhense em março de 1971, governando o Maranhão até o ano de 1975.

Observam-se nas entrelinhas das atividades e dos postos intelectuais exercidos pelo “médico-perito” os interesses subjacentes às tomadas de posição que o levaram à assunção de cargos políticos mais rentáveis material e simbolicamente. Uma vez empossado do capital simbólico e do prestígio intelectual que o cargo de reitor da UFMA confere ao seu ocupante, Pedro Neiva parece ter encontrado na renúncia ao posto dirigente universitário a oportunidade de ampliar seu capital político para

---

77 Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> . Acesso em: 16 jan. 2017.

ascender na esfera política, dedicando-se fervorosamente à pasta administrativa do governador José Sarney que, também de saída do cargo dirigente, vislumbrava voos mais altos em sua carreira política.

Nesse sentido, pode-se assinalar o acionamento de duas frentes de atuação estratégica adotada por Pedro Neiva em distintos períodos de sua trajetória. Num primeiro momento, destacam-se os usos sociais do capital econômico familiar, do capital político e do capital de socializações como trunfos distintivos para ascender aos postos intelectuais, sobretudo de professor catedrático do Ensino Superior maranhense.

Noutro momento, ressaltam-se os usos políticos de sua consagração intelectual para alcançar posições elevadas na hierarquia de cargos e postos de poder do setor público. Analisadas em conjunto, o êxito obtido com a eficácia de ambas as linhas de ação salienta os liames estruturais e interdependentes entre a atividade intelectual universitária e o sistema de relações de poder.

Não obstante, em 1974, visando garantir a escolha de seu sucessor, face ao controle que exercia sobre grande parte dos diretórios da Arena maranhense, Pedro Neiva elaborou uma lista de nomes a ser submetida ao presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979). Para sua infelicidade, a escolha recaiu sobre o nome de Osvaldo da Costa Nunes Freire, ligado a outro chefe político do Maranhão, Vitorino Freire.

Esse episódio marcou o desencantamento de Pedro Neiva com a vida política. Em março de 1975, findo seu mandato, ele deixou o governo e afastou-se das atividades partidárias, abrindo espaço para o filho Jaime de Santana que, usufruindo do espólio político do pai, tornou-se deputado federal pelo Maranhão de 1983 a 1999.

Afastado definitivamente da esfera política, Pedro Neiva reassumiu o cargo de professor de Medicina Legal do curso de Direito da UFMA e o posto de médico legista da Polícia Civil de São Luís, aí exercendo suas funções até a aposentadoria.

Já próximo do fim da vida, em 1979, foi eleito membro da Academia Maranhense de Letras, agremiação cultural que, tradicionalmente, chancelava os governadores do estado como seus integrantes, numa ação estratégica que visava manter o prestígio político e simbólico da Casa de Antônio Lobo. A escolha de Pedro Neiva para ocupar a Cadeira N. 39 deixa isso bem evidente, já que tal posição na estrutura de



postos da entidade literária evoca uma “regra de descendência específica” que remete à consagração obtida em vida no âmbito político (NUNES, 2000, p. 342).

Desse modo, face ao exame de sua trajetória, compreende-se o delineamento de uma via de mão dupla entre a consagração intelectual e a ascensão política, distinta daquela mais linear observada no itinerário de José Viana Vaz. Ao mesmo tempo em que Pedro Neiva de Santana utilizou-se das posições de poder (como prefeito da capital, por exemplo) e do capital de socializações políticas para ter acesso aos postos intelectuais de professor catedrático das faculdades livres, ele operou os “usos intelectuais”, por assim dizer, obtidos com o prestígio e o reconhecimento no espaço intelectual como docente de nível superior e primeiro dirigente da Universidade Federal do Maranhão para galgar posições mais elevadas na esfera política.

Essa dupla via amalgamada de consagração política do intelectual e de consagração intelectual do político assevera, por fim, o baixo grau de institucionalização e de autonomização dos *dominiuns* sociais periféricos, marcados pela forte dominação exercida pelos estratos sociais dominantes que estabelecem os princípios de hierarquização, as leis de funcionamento e os critérios de acesso tanto aos cargos políticos e burocráticos do setor público, quanto aos postos intelectuais do espaço propriamente de produção e transmissão do conhecimento científico.

#### **4.3 Mário Martins Meireles: um autodidata docente e dirigente universitário**

Mário Martins Meireles nasceu em São Luís, a 8 de março de 1915, e faleceu nesta mesma cidade em 10 de maio de 2003, aos 88 anos de idade. Filho dos maranhenses Maria Ermelinda de Sousa Martins e de Vertiniano Parga Leite Meireles, sendo este funcionário público federal da Alfândega (atual Receita Federal), Mário Meireles tem sua origem social numa família de classe média alta.

Pela natureza do cargo do sr. Vertiniano, cuja nomeação de 4º. escriturário da Alfândega de São Luís deu-se aos 20 anos de idade, a figura paterna proveu a família Meireles de todas as vantagens, benefícios e privilégios que as retribuições materiais e

simbólicas do funcionalismo federal ofereciam nos primeiros decênios do século passado.

Ao mesmo tempo, o próprio exercício do cargo, sobretudo a ascensão na estrutura de postos alfandegários, impunha aos Meireles a condição de se deslocarem de um estado a outro, conforme as exigências das funções assumidas pelo sr. Vertiniano, que chegou ao ápice como chefe de seção da Alfândega, após ter desempenhado cargos em comissão como inspetor alfandegário em Pernambuco, Santa Catarina, Santos (SP) e Manaus (AM), onde adoecera gravemente.

A morte prematura do pai, com apenas 38 anos, estabeleceu severas restrições econômicas à sua família, que, nas palavras do próprio Mário Meireles, em depoimento para a feitura do livro sobre a história da UFMA, “baixou repentinamente de nível de classe média alta para o de média baixa, e só não mais porque, chegando a São Luís, teve a ajuda de um seu primo, Hermenegildo de Lima Meireles, casado com uma irmã de minha mãe, a chamada tia Sinhá, que nos acudiu e recolheu” (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 409).

Por essas circunstâncias, a escolarização primária de Mário Meireles foi entrecortada por distintos modelos educacionais dos variados estabelecimentos de ensino onde estudou. Iniciou os estudos primários em Santos (SP), prosseguiu-os no Rio de Janeiro (RJ) e em Manaus (AM), e veio a concluí-los em São Luís, na unidade pública Escola Modelo Benedito Leite, já que, por ocasião da morte do pai, a família Meireles teve de reestabelecer-se em sua terra natal.

Já o curso secundário foi realizado integralmente em escolas particulares. Primeiramente, no Instituto Raimundo Cerveira e, depois, no Instituto de Humanidades, renomeado para “Instituto Viveiros”, cuja propriedade pertencia ao prestigiado professor Jerônimo de Viveiros, onde concluiu essa etapa de escolarização. De acordo com o depoimento de Mário Meireles, as relações familiares ajudaram-no a estudar gratuitamente nesta última unidade escolar, tida como referência de qualidade de ensino na capital.

**E porque o fiz e concluí num colégio particular, gratuitamente oferecido a minha mãe porque a esposa do professor Jerônimo de Viveiros, proprietário deste último, era uma fraterna prima, tive que fazê-lo com a obrigação, indiscutível e incondicional, de ser**

sempre um bom aluno, disciplinado. Por isso fui, sempre, o primeiro da turma e o primeiríssimo em História, pois essa era a matéria ensinada pelo professor Viveiros, de quem acabei por conquistar a amizade (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 410). **(Grifo nosso)**

Observa-se neste trecho de seu relato a mobilização do capital de socializações familiares não apenas para mitigar as dificuldades financeiras impostas pela morte do pai, mas também para tentar manter, através da educação, o capital simbólico da família. O ingresso gratuito de Meireles numa das mais destacadas escolas privadas da capital, tanto por sua qualidade pedagógica quanto pelo prestígio do professor Jerônimo de Viveiros, catedrático de História no Liceu Maranhense, exemplifica bem os investimentos sociais da mãe através das relações familiares com a prima, esposa do proprietário da escola, para conferir ao filho a melhor educação possível atinente à sua classe social de origem.

Sem dúvida, o capital escolar adquirido nessa unidade de ensino não apenas expandiu o capital cultural do jovem Meireles, como também despertou nele, quase que de modo impositivo, o “gosto” pela História, já que tinha a “obrigação, indiscutível e incondicional, de ser sempre um bom aluno, disciplinado” em compensação à gratuidade da educação oferecida. Ora, nada melhor do que cumprir tais exigências do que sendo o “primeiríssimo em História”, disciplina ministrada pelo dono da escola, de quem Meireles “conquistou a amizade”, reforçando os vínculos familiares.

Dispondo desses capitais cultural e escolar elevados, Mário Meireles não tardou em ser aprovado na Faculdade de Direito do Maranhão, onde estudavam os filhos das famílias abastadas de São Luís. Ele chegou a cursar o primeiro ano da faculdade jurídica, porém, em 1933, aos 18 anos de idade, foi admitido como funcionário público federal do Ministério da Fazenda, lotado na Divisão do Imposto de Renda, e teve de ser deslocado para a Bahia, ingressando na Faculdade de Direito daquele estado.

Devido à incompatibilidade de horários entre o trabalho e a vida acadêmica e à ausência de contatos locais que pudessem lhe ajudar, impôs-se a Meireles a necessidade de abandonar novamente o curso superior. Tendo de ajudar com o sustento da família em retribuição aos investimentos educacionais realizados pela mãe, ele não teve dúvidas em optar pela segurança do cargo federal em detrimento das dificuldades interpostas de cursar uma nova faculdade.

**Na Bahia, a Faculdade era particular e as aulas aconteciam de dez até uma da tarde. O expediente na minha repartição começava às onze horas. Não tive como compatibilizar as duas obrigações.** Além de tudo, meu chefe era rigoroso. Hoje, diferentemente daquela época, o funcionário-aluno tem direito a uma licença para poder estudar. **Tive que escolher: ou o trabalho ou a Faculdade. Abandonei a Faculdade; estava em terra estranha onde não tinha ninguém por mim** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 416-417). **(Grifo nosso)**

Tal como seu pai, Mário Meireles teve de viajar por muitos lugares em decorrência das obrigações do cargo. Ele serviu na Bahia, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, onde chegou a Delegado Seccional em Juiz de Fora (1942-1944), até ser transferido de volta ao Maranhão, reassumindo a Delegacia Regional do Ministério da Fazenda, posto que já havia ocupado entre 1939 e 1940 e no qual permaneceria de 1944 a 1965, quando se aposentou.

Essa “opção” pela estabilidade empregatícia e pela regularidade dos vencimentos, que trazia em seu bojo a inconstância residencial e a incompatibilidade de horários com a faculdade, o que muito contribuiu para que ele não tivesse obtido um diploma superior, parece ter despertado em Mário Meireles uma necessidade de suprir a ausência de formação acadêmica pela autoafirmação intelectual operada pela evocação renitente do autodidatismo e do exercício do magistério sem habilitação. Isso fica bem evidente num outro trecho de seu depoimento quando descreve o período em que foi professor de História e de Francês numa escola primária de São Luís.

Quando voltei da Bahia, em 1935, pedi ao professor Arimatéa Cisne uma cadeira de História em seu colégio só para não esquecer o que eu sabia. Fui lecionar História Universal e História do Brasil.

Não lembro bem se foi em 1939 ou 1940, quando eu tinha vinte e quatro ou vinte e cinco anos, estava dando uma aula de História do Brasil ao quinto ano e o velho Arimatéa, que fora padre, (...) chegou à porta da classe para falar comigo. Ele ensinava Português e Latim, da primeira à quinta série, e Francês, às três primeiras classes, no colégio dele. (...) Estava gravemente enfermo, era meio do ano e ele precisava viajar para o Rio [de Janeiro] a fim de se operar. Àquela altura do ano letivo, onde arranjar professor? Naquela época, não havia essa fábrica de professores que foi a Faculdade de Filosofia de hoje; **os professores, todos muito bons, eram autodidatas. Mas eram poucos.** Os professores eram bacharéis em Direito, padres, médicos (*id., ibid.*, 414-415). **(Grifo nosso)**

Observa-se, nesse relato, a ausência de critérios profissionais ou pedagógicos para o recrutamento do corpo docente das escolas de nível básico, principalmente nas

escolas particulares, onde prevaleciam o capital de socializações e o prestígio individual dos professores, numa quadra em que havia no Maranhão apenas as faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia.

A resultante desses condicionantes reforça o foco analítico sobre a frouxidão do credenciamento escolar, a ausência de exigência de formação superior para lecionar e, conseqüentemente, a valorização dos capitais de socializações familiares e o conjunto de relações sociais privilegiadas como trunfos para a inserção no mercado docente de nível básico.

Mário Meireles parece ter encontrado nessa estrutura de oportunidades propiciada pela fragilidade institucional do sistema educacional maranhense a fenda pela qual poderia conciliar o cargo público federal com a prática docente, através da qual visava preencher a lacuna do diploma acadêmico pela afirmação do autodidatismo como mecanismo de legitimação e reconhecimento intelectual.

O regresso definitivo ao Maranhão, em 1944, e a ascensão na carreira até aposentar-se no cargo de Agente Fiscal de Tributos Federais, em 1965, favoreceu o estreitamento das relações e dos vínculos de Mário Meireles com os estratos sociais dominantes, particularmente com a elite letrada de São Luís.

Desse volumoso capital de socializações com os membros das frações cultas da capital, mediado pela visibilidade e prestígio do cargo federal e reforçado pela condição de docente das escolas secundárias, veio o convite para integrar a Academia Maranhense de Letras, na qual foi eleito para a Cadeira N. 9, tomando posse no dia 3 de março de 1948, preenchendo a vaga aberta pelo falecimento do poeta Catulo da Paixão Cearense.

A respeito do convite para o ingresso na AML, considerada “inatingível” posto que não havia publicado nenhum livro sequer, Mário Meireles relata, com riqueza de detalhes, sua estupefação com o fato consumado:

Um dia, quando cheguei à repartição e abri o jornal, estava lá estampado: Morreu Catulo da Paixão Cearense. Eu tinha loucura por ele. Já possuía todos os seus livros. Plagiando o *Luar do Sertão*, fiz um necrológio dele em verso. Já estava terminando o necrológio, quando Mata Roma entrou no meu gabinete. Há, inclusive, uma particularidade a respeito do Roma: ele chamava todo mundo a quem

queria bem, aluno ou aluna, de “meu besta”. Bem, **ao entrar no meu gabinete – ele tinha liberdade para tal** – eu estava concluindo o necrológio. Ele se admirou: “Meu besta, eu não sabia que você era poeta”. E pegou o papel e foi embora – eu nem tenho esse poema. **Ele era diretor do Liceu** e, daí a alguns dias, fez uma homenagem a Catulo. Pegou o poema e o deu a Elimar Figueiredo, uma estudante que declamava que era uma coisa. Convidou-me, como delegado, para assistir. Quando vi a moça declamando o meu poema, nesse dia acreditei que era poeta. Realmente, ficara bonito o poema. Talvez, por isso, Mata Roma começou a me perseguir, querendo que lhe mostrasse outros versos. E praticamente eu não os tinha, embora já versejasse. (...)

Pois bem, **eu não tinha mesmo os poemas. Tive que produzi-los, porque Mata Roma cismou que eu os tinha**. De posse dos versos, indagou: “Por que você não se candidata à vaga de Catulo na Academia?”. Respondi-lhe: “Estás maluco?” Eu tinha a Academia na conta de uma coisa inatingível. **Um dia, ele chegou com uma carta e ordenou-me: “Assine aqui, meu besta”. Estava me candidatando à Academia. Assinei a carta e ele a levou**. Não estava ligando para aquilo. **E ele me elegeu. Foi assim que entrei na Academia** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 430). **(Grifo nosso)**

Convém sublinhar alguns pontos importantes desse relato para trazermos à luz da reflexão e da análise sociológica a cadeia de eventos que culminaram com a entrada de Mário Meireles na Academia Maranhense de Letras.

O primeiro deles remete ao grau de amizade e de intimidade entre Meireles e Mata Roma<sup>78</sup>. Não bastando a alcunha pitoresca de “meu besta” dirigida ao fiscal federal como tratamento “a quem queria bem”, Oliveira Roma gozava de total liberdade para adentrar o gabinete de Meireles, evidenciando a solidez dos laços de amizade que os uniam.

Tais vínculos só poderiam ter sido erigidos a partir da entrada de Mário Meireles no magistério das escolas secundárias e, através disso, sua inserção nos círculos intelectuais ludovicenses, endossada pela visibilidade do cargo de fiscal federal, já que, até então, ele não havia se dedicado à atividade da escrita nem possuía qualquer produção cultural que o legitimasse a ingressar numa entidade de consagração intelectual.

---

78 João da Mata de Oliveira Roma nasceu em 24 de fevereiro de 1894, no município de Chapadinha-MA, e faleceu em Caxias-MA, em 20 de setembro de 1959. Figura presente nos mais prestigiados círculos intelectuais da capital, Oliveira Roma (como também era conhecido) atuou em vários ramos da atividade da escrita, destacando-se na poesia, no teatro e no jornalismo. Formado em Direito, tornou-se professor da cátedra de Direito Civil da Faculdade de Direito do Maranhão e foi diretor do Liceu Maranhense. Na Academia Maranhense de Letras, foi o fundador da Cadeira N. 25, cujo patrono é o jurista Sá Viana.

Por sua vez, além de professor da Faculdade de Direito, Mata Roma também foi diretor do Liceu Maranhense e já gozava de reconhecimento e prestígio intelectual por sua vasta produção escrita, favorecendo a criação de um espaço dos possíveis para a construção desses laços de amizade e de intimidade com Meireles.

O segundo ponto em destaque consiste na fragilidade dos critérios de eleição dos membros da AML. Uma vez que Mário Meireles era despossuído de qualquer produção propriamente intelectual que abonasse sua candidatura à ocupação de uma Cadeira em vacância pelo falecimento de um dos grandes poetas maranhenses, como Catulo, e que, por isso mesmo, tenha sido instado por seu “padrinho intelectual” a produzi-los, nítido está que a produção escrita dos candidatos a uma vaga na agremiação literária não se constituía em critério de seleção de primeira ordem, mas sim a posição social dos agentes e os tipos e o volume dos capitais de que dispunham.

Vale dizer ainda que o prestígio da AML já não era mais o mesmo em meados do século XX, devido à concorrência no espaço intelectual estabelecida pelo surgimento das faculdades livres, que impuseram, através do incremento de um mercado de diplomas de ensino superior, novos critérios de legitimação da atividade intelectual calcada na inflexão paradigmática de valorização e difusão do conhecimento científico em detrimento do enfraquecimento do capital simbólico dos escritores e de sua produção literária.

Diante da montagem e organização da educação superior, para a qual a Academia muito contribuiu, que preconizava a produção de um conhecimento pautado nos pilares rigorosos de cientificidade, compreende-se a ausência de critérios mais rígidos de ingresso à AML como mecanismo de atração de novos pleiteantes que pudessem garantir através de sua posição e prestígio, com a consagração outorgada pela agremiação, a manutenção da posição e do prestígio desta como agência consagradora.

Seja como for, o ingresso de Mário Meireles na Academia de Letras despertou-lhe o desejo sincero de escrever e publicar trabalhos para legitimar sua permanência na agremiação. Assim, ele expressa tal preocupação:

A minha entrada na Academia, ao mesmo tempo, me motivou e não motivou, a começar uma produção literária. **O fato é que, estando lá, eu me sentia obrigado a mostrar aos acadêmicos que Mata Roma**

**não tinha cometido um absurdo, que eu não era analfabeto** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 431). (Grifo nosso)

Sua produção literária não se sobressaiu, mas sim uma produção historiográfica, de cunho memorialístico, isto é, voltada à memorização de grandes personagens, datas e eventos marcantes, fruto do seu “gosto” pela História, cultivado pela docência das disciplinas de História Universal e História do Brasil nas escolas onde trabalhou e reforçado pelas atividades burocráticas de seleção, organização e arquivamento de textos desempenhadas no cargo de fiscal de tributos federais. Foi sob esses condicionantes que ele publicou seu primeiro livro sobre os panteões literários do Maranhão.

Na Academia, de vez em quando, alguém perguntava: “Vem cá, e fulano de tal, tal, tal?” Respondia: “Eu sei”. Ia para casa, pesquisava e levava a resposta no outro dia. Começaram a ficar impressionados porque eu sabia tudo. (...) Um dia, de tanto perguntarem coisas, resolvi publicar um dos meus primeiros livros, *Panorama da literatura maranhense*, a partir das fichas e tomando como modelo o *Panorama da literatura brasileira*, de Afrânio Peixoto.

**Anotava tudo que lia sobre quem quer que fosse (...). O livro *Panorama da literatura maranhense* não é nada de mais, mas, como antes ninguém fizera algo igual, ele passou a ser uma “coisa” no Maranhão** (*id., ibid.*, p. 431). (Grifo nosso)

O pioneirismo de Mário Meireles em produzir trabalhos escritos que contemplassem e compilassem a história da literatura e dos eventos que marcaram o Maranhão o alçou ao reconhecimento dos pares e ao prestígio do público leitor que, até então, ele não sentia ser digno. O sucesso de vendas de seus livros foi instantâneo, sobretudo de *História do Maranhão*, sua obra mais conhecida em todo o território maranhense e além-fronteiras, face à crescente demanda estudantil dos mercados escolar e universitário, que se ressentiam da escassez de livros específicos sobre o Maranhão, como ele relata em outro episódio de sua narrativa:

**No SENAC, queriam que se ensinasse História do Maranhão, mas não existia nenhum livro.** Foi quando uma sobrinha de Odilon Soares, que se fez professora do SENAC e de nome Odila (...) me pediu que escrevesse uma História do Maranhão para o Primário. **Aí escrevi *Pequena História do Maranhão*, obra que foi impressa no Rio e teve uma segunda e terceira edição. Posteriormente, escrevi *História do Maranhão*, grande, para todo mundo** (*id., ibid.*, p. 432). (Grifo nosso)



Desse modo, Mário Meireles beneficiou-se do acesso restrito a editoras mediado pela Academia de Letras e começou a publicar livros sobre o Maranhão, conforme as demandas surgiam. Seu estilo de escrita baseado na concepção da história como *magistra vitae* reflete o modelo de ensino que vigorou durante boa parte da segunda metade do século passado, qual seja o da aprendizagem por repetição e memorização de conteúdos de cunho moralizante e exemplar (SILVA, 2008, p. 111) em detrimento da reflexão, da crítica e da visada epistemológica.

Devido às tiragens volumosas de seus livros, que circulavam em todos os espaços de leitura, na Biblioteca Pública, nas escolas, nas faculdades, nas entidades culturais, Mário Meireles tornou-se bastante conhecido em todo o Maranhão. Isso contribuiu para o fortalecimento de seu capital simbólico e para a ampliação de seu capital de socializações, através dos quais foi galgando posições mais elevadas na estrutura hierárquica de postos da AML, até chegar à presidência da agremiação.

**Fui eleito para a Academia em 1948. Seu presidente, Clodoaldo Cardoso, muito ligado a mim profissionalmente, era secretário de Estado da Fazenda. Eu era delegado da Fazenda Federal. Tínhamos muito contato. De maneira que, assim que fui eleito, logo no primeiro ano ele me colocou na diretoria. Entrei como segundo secretário.** Ele sabia que eu trabalhava como um maluco, que eu era realizador. E, de fato, comecei logo a revolucionar a Academia. Lá, eles não sabiam quantas cadeiras tinham, não tinham arquivo, não tinham sede, não tinham nada. Clodoaldo conseguiu uma sede e me encarregou de arrumar tudo.

Iniciei pelo arquivo. Era uma confusão. Peguei aquela papelada toda, li, li, li. Aí, eu, burocrata acostumado a tudo arrumadinho, fiz um relatório sobre a história da Academia, o qual foi discutido em plenário. A partir desse meu relatório, a Academia passou a ser organizada. E começou uma nova era para a Academia. **Clodoaldo me fez segundo secretário, depois, primeiro secretário, a seguir, vice-presidente, e, quando cansou de ser presidente, me disse: “Agora, Mário, você vai ser presidente, para continuar a arrumação”** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 432-433). **(Grifo nosso)**

Como se pode observar, o trabalho árduo de catalogação, sistematização e arquivamento dos acervos da AML, somado aos laços de amizade estreitados com o presidente da agremiação pela afinidade profissional dos cargos que exerciam, fizeram com que Mário Meireles chegasse à presidência da segunda agência mais prestigiada de consagração intelectual do Maranhão, atrás apenas das escolas superiores.

Nisso consiste assinalar que a mediação de ingresso na AML pela via da importância e da visibilidade do cargo federal ocupado por Meireles, que lhe rendeu uma *expertise* no exercício do trabalho burocrático, também favoreceu seu crescimento na agremiação pela reconhecida dedicação às funções burocráticas da entidade, cujo presidente Clodoaldo Cardoso viu no desempenho do colega acadêmico a oportunidade de “arrumar” a Casa de Antônio Lobo.

Isso reforça o entendimento sobre a fragilidade das relações institucionais nos *dominiuns* sociais periféricos e, conseqüentemente, o fortalecimento da lógica de mobilização do capital de socializações (políticas, intelectuais, de amizades) como estruturas estruturantes das posições de poder na esfera propriamente intelectual.

Todo esse conjunto de investimentos feitos por Mário Meireles no âmbito da AML e as retribuições políticas, materiais e simbólicas daí obtidas, objetivadas na ocupação de postos dirigentes da agremiação e no subsidiamento da publicação de seus livros, ampliaram o seu leque de atuação e expandiram seu arco de alianças. Ele já havia se tornado um acadêmico de destaque quando surgiu a possibilidade de não apenas participar, na condição de membro dirigente da AML, dos debates sobre a fundação da Faculdade de Filosofia planejada pela Arquidiocese de São Luís, como também de nela ingressar como professor.

Em meio às reuniões, discussões e esforços dispendidos para a concretização do empreendimento intelectual católico, que teria por objetivo fundamental a formação de professores qualificados para o ensino nas escolas primárias e secundárias, Meireles vislumbrou na frouxidão dos critérios de credenciamento escolar e de ingresso na AML a possibilidade de utilizar-se do mesmo expediente, isto é, do sistema de relações sociais privilegiadas que cultivava atrelado ao seu volumoso e valorizado capital simbólico, para inserir-se no magistério superior sem a posse de um diploma superior.

O trecho a seguir descreve como se processou a inserção de Mário Meireles como professor catedrático da Faculdade de Filosofia de São Luís.

**(...) o Ministério [da Educação] só autorizava o funcionamento da Faculdade se ela tivesse um quadro completo de professores aprovados mediante um concurso de títulos.** Ficou faltando um professor, exatamente o de História da América. Ficaram ensinando lá os professores maranhenses de História do Liceu e da Escola Normal:

Jerônimo de Viveiros, Flor de Liz, Jeferson Moreira. (...) Faltava, contudo, o professor de História da América.

Estávamos numa sessão lá na Academia e, dentre outros assuntos, discutimos o que deveríamos fazer para encontrar o tal professor. **Aí Clodoaldo lembrou: “Mário, você não foi professor de História no Colégio Cisne?” Confirmei: “Fui”. “Então você vai ser o professor de História da América”. (...) Eu não acreditava que o Ministério pudesse me aceitar.** Digo isso com sinceridade. Para não criar caso, concordei: “Está certo, pode me botar”. **Eles me colocaram como professor de História da América. E Clodoaldo ainda afirmou: “Deixe por nossa conta”.** E, para surpresa minha, **fui aprovado como catedrático fundador da cadeira de História da América no Curso de História e Geografia** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 434-435). (Grifo nosso)

Convém sublinhar que é através da posição dirigente ocupada na AML, de primeiro-secretário, que Mário Meireles participa do processo de autorização do funcionamento da Faculdade de Filosofia, no interior do qual surge o convite, prontamente aceito, para nela ingressar não apenas como professor, mas na condição de “catedrático-fundador” de uma disciplina universitária, a de História da América.

Uma vez que a AML seria uma das três forças a comandar a escola superior, em aliança tripartite com a Arquidiocese e a Fundação Paulo Ramos, como vimos no Capítulo 2, a ocupação de posições de poder na agremiação literária concedeu a Mário Meireles o acesso ao universo universitário que, pelos meios formais, estavam bloqueados a ele, até então, face à ausência de formação e do diploma superior.

Desse modo, o autodidata Mário Meireles, elevado à condição de professor catedrático do Curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, mediado por um sistema de relações de forças sociais e políticas entrecruzadas ao espaço intelectual, tornou-se um dos raríssimos casos de docente superior a assumir o cargo sem formação superior avalizado pelo próprio Ministério da Educação. Evidencia-se, assim, uma vez mais, a frágil institucionalização presente no processo de montagem, organização e consolidação do *dominium* universitário na periferia do mundo acadêmico-científico.

Gozando de uma dupla consagração intelectual, como acadêmico da AML e catedrático da Faculdade de Filosofia, cimentada num volumoso e variado capital de socializações políticas, profissionais, intelectuais, fraternais, familiares, Mário Meireles continuou sua escalada rumo às posições de poder mais elevadas no espaço intelectual literário e acadêmico-científico. Em 1955, ele se tornou o primeiro secretário-geral da

SOMACS, abaixo apenas do arcebispo, fundação criada pela Arquidiocese para manter e expandir a estrutura da educação superior católica que vinha sendo erigida gradativamente no Maranhão.

Em fevereiro de 1962, contando com o empenho pessoal do então presidente Clodoaldo Cardoso que visava passar o bastão a um sucessor de sua estrita confiança, Mário Meireles assumiu a presidência da Academia Maranhense de Letras, onde permaneceu até abril de 1966. Com a aposentadoria do cargo de auditor fiscal do Ministério da Fazenda em 1965, ele ficou ainda mais disponível ao consórcio de alianças que havia construído para o exercício de outras funções e cargos, tanto na esfera propriamente intelectual quanto no âmbito do poder político.

Nessas circunstâncias, em 1966, ele foi escolhido para presidir o Banco do Estado do Maranhão, designação que, novamente, segundo seu relato, o tomou sobressaltado.

Já tinha me aposentado na Fazenda. Estava em casa e, um dia, de manhã, Rui Abreu, todo de branco, entrou lá e me comunicou: **“Mário, Newton Bello<sup>79</sup> mandou elegê-lo diretor do Banco do Maranhão, está aqui a ata pronta e tal”**. Disse: “Só pode ser maluco. Não sei nem onde diabo é esse Banco do Maranhão”. Ele acrescentou: “Não, é porque houve uma briga lá no Rio de Janeiro, e ele quer acabar com essa briga. Não posso tirar o nome”. **Newton Bello gostava muito de mim. Aí, fui. Passei lá uns dois ou três anos como diretor-secretário**, mas não sabia, não entendia nada daquilo (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 448). **(Grifo nosso)**

A abnegação da vida política não o desmobilizava de todo a aceitar os cargos de natureza política oferecidos pela via política ou pelas relações de amizade com figuras políticas. Essa lógica discursiva em tom de “estupefação” diante dos convites e indicações para assumir posições de poder operada por Meireles ao longo de toda sua narrativa autobiográfica revela um certo “interesse no desinteresse” (BOURDIEU, 2010b) no tocante ao universo político, como forma de evidenciar suas qualidades e habilidades como credenciais de primeira ordem para a indicação aos postos ocupados e não por manifestação própria de sua vontade em ascender a tais posições.

Nesse sentido, a apresentação que faz de si, de seus feitos, de sua produção escrita e dos cargos de poder que exerceu nos *dominiuns* acadêmico-científico, da

---

79 O episódio refere-se ao governador Newton de Barros Bello, que administrou o Estado do Maranhão de 1961 a 1966.

burocracia estatal e propriamente do mundo da política visa, pois, demarcar aos olhos do entrevistador e do público leitor a relevância primeira de seus atributos pessoais em detrimento das relações de poder que o elevaram aos cargos de poder.

Não por acaso, conforme ocorriam mutações estruturais na arena das disputas políticas ou desentendimentos com figuras de peso detentoras de cargos de poder, seu prestígio intelectual aumentava ou diminuía. Isso fica bem evidente na descrição dos eventos que desembocaram na sua ascensão ao cargo de vice-reitor administrativo da Universidade Federal do Maranhão.

**Na Universidade Católica, perdi meu prestígio: passei de professor quarenta horas para T12. Não sei nem porque não me botaram para fora. Mas, a verdade é que, desde a criação da Católica, meu prestígio caiu.**

Eles tentaram, junto ao Governo, uma subvenção para manter a Católica, mas era tempo de regime militar, de ditadura, e não o conseguiram. Por sugestão de Demerval, diretor do Ensino Superior, entregaram-na ao Governo [Federal], que criou uma fundação (...). Não sei como isso se processou. **Sei que, aí, o meu prestígio voltou a subir. Passei a ser vice-reitor administrativo;** Ribamar Carvalho, o vice-reitor pedagógico; e Pedro Neiva, o reitor (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 442-443). **(Grifo nosso)**

Mário atribui, neste trecho de seu relato, à emergência da Universidade “Católica” a perda de seu prestígio, exemplificado no rebaixamento de sua classificação docente para T12, que reduziu drasticamente sua carga horária de trabalho semanal e, com ela, sua remuneração. Todavia, nosso personagem omite um fato importante que havia mencionado num episódio imediatamente anterior a esse supracitado, qual seja, que a desvalorização de seu capital simbólico tinha a ver com os desentendimentos entre ele e o chefe da Igreja no Maranhão, D. Delgado, que o levaram a demitir-se do cargo de secretário-geral da SOMACS, presidida pelo arcebispo.

Dom Delgado era um homem trabalhador, mas, esse era o mal dele, também muito prepotente. Os católicos o seguiam; os outros, não. Por isso, não teve o reconhecimento do seu esforço. Fui o primeiro secretário da SOMACS, mas abandonei, porque o que ele dizia – era do tipo *Magister dixit*<sup>80</sup> – não se discutia, e eu não aceitava (*id., ibid.*, p. 442).

Assim como fez muitos amigos e aliados ao longo de seu percurso ocupacional, Meireles colecionou também muitos desafetos e críticos. Suas desavenças com a

---

80 Expressão latina cujo significado “O Mestre disse” remete a uma autoridade tida como inquestionável.

autoridade máxima da Igreja maranhense e grão-Chanceler da Universidade “Católica”, onde lecionava História da América como professor catedrático, parecem se constituir em indícios suficientes à compreensão do rebaixamento de sua classificação docente e, por conseguinte, de sua percepção negativa sobre a “Católica”, atribuindo à instituição universitária e não aos conflitos com a autoridade eclesiástica a perda de seu prestígio.

Prestígio esse que “voltou a subir” com a saída de cena de D. Delgado, a extinção da universidade da Igreja e o nascimento da UFMA, para cuja primeira Reitoria foi escolhido seu amigo Pedro Neiva de Santana, que o indicou ao cargo de vice-reitor administrativo. Ao relatar o primeiro problema que teve de enfrentar no exercício do posto dirigente universitário, Meireles explicita as relações de poder acionadas para dar cumprimento às atividades burocráticas da UFMA.

Surgiu-me o primeiro problema, logo que assumi, em outubro, porque não tínhamos dinheiro para arrumar a casa. Isso porque o Governo [Federal] criou a Universidade em outubro [de 1966], esquecendo-se de que ela não estava prevista no orçamento, que é feito sempre no ano anterior, e de que, por isso mesmo, tinha que abrir um crédito especial. Não existia dinheiro para nada. **Para podermos começar a trabalhar, consegui – eu, nesse tempo, era diretor do Banco do Maranhão – que a diretoria do banco desse cinco contos de réis – não sei bem qual era a moeda da época – e que Pedro Neiva, que era o reitor e também secretário de Estado da Fazenda, obtivesse do Banco do Estado do Maranhão dez contos de réis**, o que perfazia a quantia de quinze contos de réis.

(...) Tive que partir para conseguir outros quinze contos de réis, uma vez que, até para bater um ofício, eu não tinha papel, tendo que pedi-lo à Faculdade de Direito. Pleiteei junto à SUDAM cinquenta contos de réis, mas não consegui (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 443).  
**(Grifo nosso)**

Em face aos graves problemas financeiros relatados que dificultavam o desenvolvimento das atividades administrativas da recém-fundada Universidade Federal, destituída de recursos orçamentários previamente destinados para sua manutenção, Mário Meireles deixa entrever os usos das posições de poder político e econômico dos dirigentes universitários para dar cabo do funcionamento da instituição federal.

Essa teia de poderes imbricada ao funcionamento da UFMA revela a lógica existente na distribuição dos postos dirigentes universitários. A composição da primeira Reitoria da Universidade Federal não fora fortuita. Afinal, a escolha do reitor recaiu

sobre o secretário de Estado da Fazenda, responsável pelos recursos estaduais oriundos dos impostos; a do vice-reitor administrativo, sobre o diretor do Banco do Estado, com acesso direto a linhas de crédito para custear parte do funcionamento inicial da Universidade; e a do vice-reitor pedagógico, sobre o representante da Igreja, que também exercia cumulativamente o cargo de secretário de Estado da Educação.

Dessa forma, compreende-se um duplo efeito dos modos de dominação operados pelos grupos dirigentes. Por um lado, sublinha-se que o *dominium* político estrutura a distribuição dos cargos de poder do *dominium* universitário, reverberando um efeito de homologia entre posições sociais dominantes e posições de poder intelectual. Isso implica dizer que há uma correspondência entre o grau de consagração intelectual e a ocupação de postos de poder, variando-se o prestígio intelectual para mais ou para menos conforme a ascensão ou o descenso nos postos de poder.

Assim sendo, é possível inferir que quanto maior a posição de poder, maiores as chances do cargo ser ocupado por membros dos estratos dominantes, e tanto maiores as condições de consagração intelectual, com mínimas brechas para a entrada na arena concorrencial de membros dos outros estratos sociais.

Por outro lado, ressalta-se também o poder simbólico dos indivíduos e/ou instituições estruturando as relações de poder político. Isso ocorre quando as transformações sócio-históricas e estruturais impõem modificações no sistema de retribuições simbólicas e materiais da atividade intelectual, fazendo com que as agências de consagração fiquem mais atreladas ao poder simbólico dos intelectuais, o que leva ao afrouxamento dos critérios de recrutamento e seleção de novos aspirantes à consagração e, conseqüentemente, a uma maior variedade na composição dos seus perfis sociais.

Com critérios menos explícitos e rigorosos do controle de entrada nos *dominiuns* sociais, prevalecem o tipo e o montante dos capitais e recursos dos agentes valorizados na arena concorrencial em detrimento da desvalorização das instituições fracamente institucionalizadas.

Nessa perspectiva, compreende-se o ingresso do autodidata Mário Meireles tanto no polo intelectual do magistério superior, como “catedrático-fundador” de uma

disciplina acadêmica sem a posse de um diploma acadêmico, quanto no polo político do poder universitário no cargo de vice-reitor administrativo da Universidade Federal do Maranhão, enquanto resultado da hiper-valorização do seu capital de socializações e de seu prestígio intelectual mediados pela carreira federal de auditor fiscal do Ministério da Fazenda, de presidente da Academia de Letras e de diretor do Banco do Estado do Maranhão. A ocupação desses postos e cargos de poder endossou sua notabilização intelectual como produtor de bens culturais e acadêmicos amplamente valorizados pela comunidade acadêmica, sobretudo os livros publicados referentes à história do Maranhão, numa quadra em que as elites intelectuais maranhenses se ressentiam da ausência e ansiavam por esses produtos.

#### **4.4 José de Ribamar Carvalho: um intelectual da Igreja no comando da Universidade Federal**

A escassez de registros e informações sobre o sacerdote José de Ribamar Carvalho impôs-se, ao longo de toda a pesquisa, como um desafio a ser superado, já que pela quantidade de postos de poder ocupados no *dominium* acadêmico-científico maranhense supunha-se a existência de dados mais robustos que pudessem melhor cimentar a análise sobre o percurso ocupacional traçado por nosso último personagem investigado com lentes de aumento.

Dos dados coletados, tem-se que José de Ribamar Carvalho nasceu em 6 de agosto de 1923, no município de Codó-MA, e faleceu em 27 de dezembro de 1972, em São Luís. De origem social caracterizada pelo pertencimento a uma família de trabalhadores rurais, o único com esse registro de nascimento dentre todos os dirigentes do Ensino Superior maranhense, desde cedo impuseram-se-lhe restrições educacionais que só foram suplantadas através da socialização familiar com a comunidade católica da cidade em que viveu sua infância.

Vale destacar que, no Maranhão do início do século XX, a Igreja mantinha-se presente em quase todas as cidades e vilas, o que demandava um incremento constante de efetivos sacerdotais suprido com a abertura periódica de ingresso de “novos



vocacionados” junto às escolas de orientação católica mantidas geralmente por ordens religiosas nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos.

Parece ter sido esse o caso de nosso personagem, já que as informações apontam que sua “entrada na Igreja” tenha se dado entre 9 e 12 anos de idade. Fato é que Ribamar Carvalho ordenou-se padre no ano de 1944, aos 21 anos, pelo Seminário de Santo Antônio<sup>81</sup>, em São Luís, principal centro de formação de sacerdotes do Maranhão e um dos mais antigos do país.

Essas primeiras informações sobre a origem social de Ribamar Carvalho sugerem que ele teve uma condição particular de ingresso no Seminário. Diferentemente de outros efetivos aspirantes ao sacerdócio, especialmente aqueles que integraram a mais alta hierarquia eclesiástica brasileira e que foram recrutados junto aos estratos sociais dominantes nos estados, inclusive membros de importantes clãs oligárquicos (MICELI, 2009, p. 81), a ordenação sacerdotal de um filho de camponeses, obtida com apenas 21 anos, no principal centro produtor de recursos humanos dignitários à Igreja aponta para uma provável condição de entrada como “oblato”, ou seja, aquele que dedica sua vida integralmente à instituição que, em contrapartida, lhe provém as condições materiais e educacionais de subsistência.

Seja como for, uma vez ordenado sacerdote, Ribamar Carvalho passou a desempenhar funções internas à burocracia eclesiástica e a se engajar nos movimentos leigos de juventude, sobretudo nos setores especializados da Ação Católica Brasileira (ACB)<sup>82</sup> no Maranhão, atuando como assistente eclesial da JIC, JOC e JUC<sup>83</sup>.

---

81 Inaugurado em 1 de fevereiro de 1625, o Seminário de Santo Antônio constituiu-se como um dos principais centros de formação sacerdotal do Norte-Nordeste, onde estudou e se ordenou boa parte da elite eclesiástica maranhense, recrutada e selecionada amplamente junto aos estratos sociais dominantes, sobretudo dos filhos das famílias ricas que podiam arcar com os altos custos da educação seminarística, vez que também é um estabelecimento de ensino religioso privado. Isso reforça a excepcionalidade da entrada de Ribamar Carvalho na instituição, bem como endossa a suspeita sobre sua condição de “oblato”.

82 A ACB consistia numa associação civil católica criada em 1935 pelo cardeal Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, em atendimento às determinações do Papa Pio IX para que fossem fundadas associações leigas vinculadas à Igreja em todo o mundo católico. Todavia, com as novas diretrizes emanadas do Concílio Vaticano II (1962-1965) e retraduzidas no país por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua existência chegou ao ocaso (BEOZZO, 2005; BRUNEAU, 1974; DELLA CAVA, 1975).

83 Esses movimentos leigos da juventude foram associações civis reconhecidas oficialmente pela hierarquia eclesiástica em 1950, em bases diferentes das adotadas no tempo do cardeal Leme, como setores especializados de atuação da ACB. O objetivo comum a todos consistia em demarcar a presença da Igreja nos setores específicos da sociedade. Daí surgiram a Juventude Agrária Católica (JAC), a

Essas experiências com os movimentos da juventude laica, especialmente com a Juventude Universitária Católica, contribuíram, de algum modo, para que Ribamar Carvalho se dedicasse fervorosamente às atividades intelectuais, já que nesses coletivos os sacerdotes realizavam atividades de leituras, debates e formação intelectual e religiosa dos jovens.

Não tardou para que ele realizasse novos investimentos educacionais, agora de abrangência internacional. Com o apoio e o subsidiamento total da Igreja do Maranhão, ele viajou por Paris (França), Milão (Itália) e Londres (Inglaterra) para a realização de estudos superiores nos Institutos Católicos desses respectivos países, granjeando, assim, um volumoso capital cultural e acadêmico.

De volta ao Maranhão, José de Ribamar Carvalho foi alçado ao cargo eclesiástico de secretário do Arcebispado de São Luís, cujas funções seriam desenvolvidas junto ao Gabinete do arcebispo, chefe da Igreja maranhense.

Dessa forma, vinculado pelo cargo ao polo político dominante da cúpula clerical, ele foi escalado pelo arcebispo para integrar o quadro docente da recém-fundada Faculdade de Filosofia, de propriedade da Arquidiocese de São Luís. Em 1953, Ribamar Carvalho foi empossado como professor catedrático de duas disciplinas na faculdade católica, Lógica e Introdução à Filosofia.

A partir desse ingresso no magistério superior, possibilitado pelo cargo ocupado na burocracia funcional eclesiástica e legitimado com a formação acadêmica de qualidade internacional, Ribamar Carvalho começou a transitar e a se destacar nos círculos intelectuais mais prestigiados da capital.

A posse como professor de duas cátedras na Faculdade de Filosofia, onde lecionava boa parte da intelectualidade maranhense, aliada ao reconhecimento intelectual que começava a gozar de seus pares acadêmicos parecem ter credenciado nosso personagem junto ao arcebispo para alçar voos mais altos. Ainda na década de

---

Juventude Estudantil Católica (JEC), relativa aos estudantes secundaristas, a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Destas, apenas a Juventude Independente Católica (JIC) não criou uma identidade própria, sendo a JEC e a JUC, de longe, as mais importantes (BRUNEAU, 1974, p. 180). Porém, todas desapareceram a partir de 1966 com o esvaziamento da ACB, após as novas orientações do Vaticano II e da CNBB.

1950, Ribamar Carvalho assumiu a direção do *Jornal do Maranhão*, periódico oficial da Igreja Católica com circulação impressa em todo o território maranhense.

Desta feita, foi nomeado pároco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, do Monte Castelo, uma das mais prestigiadas de São Luís, onde permaneceu por quinze anos, de 1956 a 1971, um ano antes de seu falecimento. Em seguida, foi indicado e nomeado pelo arcebispo D. Delgado para ser diretor da Faculdade de Filosofia, exercendo suas funções no biênio 1957-1959.

Seu prestígio intelectual aumentava à medida que ocupava funções de poder e de grande visibilidade cultural na estrutura de órgãos da Igreja. Com o desenvolvimento do ensino superior católico montado pela Arquidiocese de São Luís e dispoendo dessa *expertise* de gestão acumulada pelas funções que desempenhava, legitimado ainda por um patrimônio de disposições objetivadas em saberes e habilidades de escrita adquiridos com a formação superior obtida, José de Ribamar Carvalho foi escolhido para exercer o cargo de reitor da Universidade (Católica) do Maranhão. Tomou posse no dia 7 de outubro de 1961, em sessão solene realizada no Teatro Arthur Azevedo, permanecendo no cargo até a federalização do sistema universitário, consumada em 21 de outubro de 1966.

Os cinco anos que passou como reitor da Universidade “Católica” rendeu a Ribamar Carvalho a consagração intelectual no *dominium* acadêmico-científico e, com ela, o aumento de seu capital simbólico e a ampliação de seu capital de socializações políticas. No mesmo ano em que se tornou reitor e já na condição de cônego, Ribamar Carvalho foi convidado pelo governador Newton Bello (1961-1966) para administrar a Secretaria de Estado da Educação, a qual assumiu cumulativamente ao cargo de dirigente universitário.

Nota-se que a ascensão do sacerdote aos cargos de poder no espaço propriamente intelectual não se coadunou com sua elevação na hierarquia funcional da carreira eclesiástica. Ribamar Carvalho talvez tenha sido um dos únicos padres que se tornaram reitores de uma Universidade Católica sem pertencer à elite eclesiástica de seu

estado na posição de bispo ou arcebispo, alcançando tão somente a classificação funcional de cônego<sup>84</sup>.

Além desse ponto de observação, cumpre destacar também, por outro lado, o aumento do capital simbólico e do prestígio intelectual do padre-reitor, exemplificado pelo convite do governador para ser secretário estadual de Educação. Isso remete, uma vez mais, à imbricação reinante entre o sistema de relações de forças sociais e as estruturas de poder que estruturam as posições nos *dominiuns* sociais periféricos, sobretudo no *dominium* universitário, fracamente institucionalizado e fortemente interdependente à posição social dos agentes e à posse de capitais outros que não aqueles relativos às atividades propriamente intelectuais.

Nessa perspectiva, o cônego Ribamar Carvalho conseguiu manter-se no topo da hierarquia universitária após a federalização do Ensino Superior. Com o término de sua gestão na Secretaria de Educação do Governo Newton Bello, de par com o fim do mandato que lhe outorgava a ocupação do posto, ele foi escolhido para ser o vice-reitor pedagógico da UFMA, de 1966 a 1968 e, após a renúncia do reitor Pedro Neiva de Santana, assumiu a Reitoria da Universidade, nela permanecendo de 1968 a 1972.

Uma vez que o nascimento da Universidade Federal está irremediavelmente atrelado à extinção da Universidade “Católica”, processo levado a cabo em acordo costurado entre a cúpula da Igreja e os generais-presidentes do regime de exceção, a presença de um integrante do corpo administrativo da Arquidiocese no corpo administrativo da UFMA certificava a garantia do atendimento dos interesses eclesiais no espaço intelectual, ao passo que delimitava a distribuição das posições de poder no *dominium* universitário.

Tal perspectiva evidencia-se através de um trecho do relato da professora Dagmar Desterro sobre o período em que ela foi vice-reitora da UFMA na gestão do reitor Ribamar Carvalho:

O cônego Ribamar Carvalho era um reitor capaz, trabalhador, mas um pouco centralizador. A ideia dele tinha, geralmente, que prevalecer contra tudo e todos. Mas era brilhante como administrador, um

---

84 O cônego é o padre que integra o Cabido, um colegiado reunido em torno do bispo diocesano ou do arcebispo metropolitano. Sua função principal é de assegurar o funcionamento do serviço religioso na igreja ou na catedral a que pertence. Entre os vários ofícios desenvolvidos no Cabido Metropolitano, constam o teologal, penitenciário e o de secretário, caso de Ribamar Carvalho.

homem inteligente que impressionava. **Ele ainda era uma influência da Igreja na Universidade, dos tempos da Universidade Católica. Havia, por essa razão, uma interferência grande do arcebispo D. Delgado<sup>85</sup> nos assuntos da Universidade.**

Muitas vezes tomávamos certas decisões e na segunda-feira, **quando o reitor chegava, tudo tinha sido alterado porque o arcebispo tinha determinado: “Não pode ser assim, tem que ser assim”** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 86). **(Grifo nosso)**

Conforme se depreende do relato da professora Dagmar sobre a “grande interferência do arcebispo nos assuntos da Universidade”, feito em retrospectiva memorialística de quem, na condição de vice-reitora, observou os fatos como testemunha ocular e, mesmo, como protagonista de outros acontecimentos, Ribamar Carvalho representava, de fato, a “influência da Igreja na Universidade”. Considerando-se o seu vínculo funcional de secretário do Cabido Metropolitano, os cargos de poder e os postos intelectuais que ocupou por indicação direta e nomeação própria do arcebispo, ele possuía uma posição totalmente dominada no polo dominante da hierarquia eclesiástica, com pouca margem de autonomia.

Ainda assim, e talvez por isso mesmo, seu desempenho no magistério superior – chegou a acumular três disciplinas e ministrar aulas nas faculdades de Filosofia, Ciências Médicas e Serviço Social –, nas funções culturais e nos postos de poder que desempenhou, incluindo-se o de secretário de Estado da Educação, renderam-lhe a captação de um volumoso capital de socializações (políticas, acadêmicas, culturais) e de capital simbólico estreitamente ligados às estruturas de poder e a quem distribuía as cartas do jogo.

Não por acaso, foi durante a gestão do padre-reitor que a Universidade Federal do Maranhão estruturou-se fisicamente e organizou-se administrativamente, gozando de um período de crescimento e de desenvolvimento subsidiado por recursos orçamentários viabilizados pelo estreitamento das relações de forças entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar.

Em outro trecho de seu relato, Dagmar Desterro descreve a estruturação predial e a organização administrativa que estavam em curso na UFMA:

---

85 A professora Dagmar Desterro equivocou-se ao atribuir a subordinação do reitor Ribamar Carvalho ao arcebispo D. Delgado, pois este havia deixado o Arcebispado Metropolitano de São Luís em 1963, sendo transferido para assumir a Arquidiocese de Fortaleza-CE. Seu sucessor foi D. João José da Mota e Albuquerque, que comandou a Arquidiocese de São Luís por 20 anos, de abril de 1963 a março de 1984.

A época em que fui vice-reitora, e que tinha como reitor o cônego Ribamar Carvalho, foi também de renovação na Universidade. **As realizações fundamentais da Universidade, justiça seja feita, foram desse período. Primeiro, o Campus Universitário foi construído nessa época. Na inauguração da parte básica do campus teve, inclusive, a presença do ministro da Educação.** Criamos uma nova estrutura administrativa e humana da Universidade. Foram instituídas as Superintendências, que depois se transformaram nas Pró-Reitorias (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 85). **(Grifo nosso)**

A presença do ministro da Educação apenas para a inauguração da “parte básica” do Campus da Universidade revela tanto o prestígio pessoal do cônego Ribamar Carvalho quanto a solidez dos vínculos entre o clero e os militares. Isso fica bem nítido quando se observa mais de perto que a “parte básica” inaugurada no campus, em 1972, se tratava da primeira unidade da sede definitiva da UFMA, o prédio que abriga a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, batizado oportunamente de Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, popularmente conhecido como “Castelão”, primeiro presidente da Ditadura Militar que sancionou a lei que autorizava a existência e o funcionamento da Universidade Federal do Maranhão.

Se é notória a relação umbilical estabelecida entre a Igreja e a Ditadura Militar do ponto de vista material e simbólico no que concerne ao desenvolvimento da Universidade Federal e aos batismos de pedra em homenagem aos militares de 64, do ponto de vista político, isto é, das disputas internas pelo controle dos postos-chave de poder, esse estreitamento manifestou-se de modo mais contundente quando da ocorrência de graves conflitos entre o reitor e a vice-reitora. Tanto Ribamar Carvalho quanto Dagmar Desterro, cada um a seu modo e com os expedientes de que podiam lançar mão, buscaram no apoio das forças políticas nacionais a resolução dos contenciosos locais.

Dagmar assim manifestou-se sobre os conflitos com Ribamar, que culminaram com a abertura de um processo da vice-reitora contra o reitor, denunciando-o diretamente ao Ministério da Educação por supostas irregularidades cometidas à frente da Reitoria da UFMA:

(...) Mas eram, por exemplo, nomeações absurdas. Fazia-se concurso para uns... A família de uma determinada pessoa – que era de grande interesse dele – foi nomeada todinha por portas e travessas. (...) Uma outra coisa era a conta conjunta com essa empresa que foi contratada

para construir o Campus. Essa empresa fez coisas terríveis, e ele concordando com tudo (...).

Quando senti a pressão em cima de mim, organizei um processo contra o reitor e dei para ele não só tomar conhecimento como enviá-lo ao Ministério. Disse-lhe: “Vou enviar ao Ministério da Educação, examine para você se defender”. O correto era encaminhar pela Universidade, mas ele afirmou que por lá não iria, então decidi: “Vai por fora, mas vai”.

Nessa época, era ministro da Educação Dr. Jarbas Passarinho. **Amiga que sou da família Passarinho aqui, sendo, inclusive, madrinha de Dulce Passarinho Cella, logo tive ajuda deles, que solicitaram ao ministro a atenção devida a esse caso** (FARIA e MONTENEGRO, 2005, p. 86). (Grifo nosso)

O embate de forças entre a vice-reitora e o reitor trouxe à tona o sistema de relações sociais que entremeia os cargos de poder no espaço intelectual. A amizade de Dagmar Desterro com a família do ministro da Educação, fortalecida por laços familiares e/ou matrimoniais pela condição de ser madrinha de um membro da família Passarinho, revela o grau de imbricação entre os estratos sociais dominantes e a estrutura de poder, cuja intersecção reflete-se, de forma homóloga, na distribuição e na ocupação dos cargos e postos de poder no *dominium* universitário.

Todavia, a resposta do cônego Ribamar Carvalho à impetração do processo da professora Dagmar Desterro apresenta indícios que sugerem não apenas o uso do capital político do reitor contra a vice-reitora, mas o apelo ao discurso ideológico do regime militar para fazer valer-se contra seus desafetos. No Ofício N. 331/72, datado de 17 de junho de 1972, endereçado ao ministro Jarbas Passarinho e assinado pelo reitor, cônego Ribamar Carvalho demonstra seu apreço ideológico e seu alinhamento funcional às práticas persecutórias do regime.

Na informação em que dei ciência dos acontecimentos em curso na Universidade do Maranhão, quando a Vice-Reitora, insatisfeita com fatos que atingiram sua amiga Superintendente Administrativa, se voltara, primeiro contra o Chefe de Gabinete, depois contra o Consultor Jurídico e, por fim, contra o Reitor, **acrescentei estarem por trás da cortina conhecidos elementos perturbadores da ordem universitária. Disse mais que os mesmos, conluídos com a supracitada Vice-Reitora, já no ano passado haviam tentado perturbar a marcha da Universidade.**

Quem eram eles? Professores Jerônimo Pinheiro, Orlando Lopes de Medeiros, Antônio Pinheiro Gaspar e Carlos Alberto Salgado Borges (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). (Grifo nosso)

E continua o depoimento listando num documento oficial da Universidade, encaminhado ao ministro da Educação do regime militar, outros nomes “perturbadores da ordem universitária”:

**Há cerca de um mês, os mesmos elementos acrescidos do Sr. Raimundo de Matos Serrão, faziam reuniões sucessivas em casa da Vice-Reitora, tentando criar o clima propício a uma intervenção. A êsses juntou-se o Sr. Haroldo Lisboa Tavares, como o outro, membro do Conselho Diretor, conhecido por suas inclinações esquerdistas e que consegue, impunemente, contrariar a Constituição, acumulando dois (2) cargos administrativos, ambos exigindo tempo integral (a Prefeitura Municipal e a Diretoria da Faculdade de Engenharia), além do Conselho Diretor, onde raramente aparece (MEMORIAL “CRISTO REI”, 1993). (Grifo nosso)**

Ribamar Carvalho finaliza o Ofício, após ter citado outros “elementos” que haviam tentado “perturbar a marcha da Universidade”, concluindo seu depoimento da seguinte maneira:

**Como se depreende facilmente, há um plano, visando criar a confusão e perturbar a marcha tranquila da Universidade.**

**Para que êsse órgão possa fazer ideia da atuação de alguns dêsses mazorqueiros, estou anexando cópia do relatório entregue pelo Reitor em exercício, que assistiu a duas reuniões naquela Escola.**

**Identificou-se bem os pescadores das águas turvas, enquanto os outros se reuniam na esquina da residência do Dr. Antônio Hadade. (...)**

**Lamento que esses maus brasileiros e maranhenses trabalhem contra as instituições, quando os poderes constituídos fazem sacrifícios para dotar o país e o estado de uma Universidade moderna, eficiente e capaz.**

**Felizmente os universitários já os identificaram e o repúdio tem sido a constante, na sua tarefa inglória (*id.*, *ibid.*). (Grifo nosso)**

Do teor desse documento oficial, nota-se que à medida que os conflitos internos à Universidade agudizaram-se, houve uma tentativa deliberada do reitor-sacerdote em fortalecer sua autoridade apelando às forças autoritárias que comandavam o país. Ao demonstrar seu apreço ideológico pela Ditadura Militar, lançando mão do cargo de reitor para “identificar os maus brasileiros e maranhenses” e fazer da Universidade Federal a linha de frente das medidas persecutórias do regime em todo o país contra aqueles que “visam criar a confusão e perturbar a marcha tranquila da Universidade”, Ribamar Carvalho pôs os poderes constituídos do espaço legitimado da atividade intelectual como braço auxiliar do poder repressivo do regime.



Essa subordinação política e ideológica à Ditadura Militar de um representante do polo “conservador” dominante da Igreja Católica na condição de reitor da Universidade Federal do Maranhão reforça, uma vez mais, a posição totalmente dominada do cônego Ribamar Carvalho e a interdependência do *dominium* universitário às estruturas de poder, no qual o processo de produção simbólica dos intelectuais, isto é, de imposição da visão de mundo das forças sociais que representa, dá-se por meio da reprodução arbitrária dos esquemas de pensamento inculcados pelas instituições educacionais e reforçados pelos cargos de poder ocupados que conformam e legitimam as estruturas de dominação política.

Como vimos, os quatro agentes investigados detalhadamente neste capítulo, cuja riqueza e densidade dos dados sociográficos variou conforme a disponibilidade dos registros nas fontes consultadas, são exemplos constitutivos de trajetórias representativas dos padrões dominantes que se impõem de modo estrutural no sistema de relações de forças sociais definidoras das posições de poder no espaço intelectual.

Os dois primeiros casos ilustram a força do Direito e da Medicina em momentos distintos e historicamente bem delimitados, marcados por profundas transformações estruturais com impacto nos *dominiuns* sociais específicos, como o acadêmico-científico. A alteração daí decorrente nas relações de forças no espaço de poder mais geral levou à valorização do diploma de bacharel num momento de recrutamento ostensivo dos operadores do Direito pelo poder público para a montagem, organização e sistematização das bases jurídicas e político-administrativas dos estados federativos republicanos. Os condicionantes dessa quadra histórica estão presentes no exame da trajetória do primeiro diretor da Faculdade de Direito do Maranhão, o ex-governador do estado e juiz federal José Viana Vaz.

Posteriormente, supridas as necessidades de formação jurídico-administrativa dos estados republicanos da federação, passou-se à valorização dos profissionais de saúde, sobretudo dos médicos, tanto para o trabalho *stricto sensu* no setor da saúde pública quanto na ocupação de cargos burocráticos e políticos.

Creditou-se à inflexão paradigmática imposta pela emergência da concepção do “intelectual-perito”, surgido no contexto de diversificação do mercado de diplomas superiores a partir do regime Vargas, em detrimento do “intelectual erudito”, a

valorização dos médicos como aptos e habilitados pelo diploma de Medicina a exercerem tanto o ofício profissional quanto as funções burocráticas dos cargos públicos. Foi o caso do primeiro reitor da Universidade Federal do Maranhão, o médico e também ex-governador do estado, Pedro Neiva de Santana.

José Viana e Pedro Neiva representam, assim, o elevado grau do efeito de homologia entre as posições sociais dominantes e as posições de poder, transubstanciadas nos princípios de legitimação e nos critérios de hierarquização das posições do espaço intelectual como estruturas estruturantes e estruturadas do *dominium* acadêmico-científico periférico.

No que respeita ao polo dominado entre os dominantes, as trajetórias de Mário Martins Meireles e de José de Ribamar Carvalho demarcaram outras transformações estruturais e sócio-históricas bem definidas. No primeiro caso, tratou-se de compreender os liames estruturais que possibilitaram a um autodidata ingressar no magistério superior e chegar ao cargo de vice-reitor da Universidade Federal, sob o aval do Ministério da Educação.

O exame da vida e do percurso ocupacional de Mário Meireles possibilitou a compreensão do afrouxamento dos credenciamentos escolares e acadêmicos como indício da fraca institucionalização do *dominium* universitário em sua gênese constitutiva e de sua forte interdependência às estruturas de poder, onde o capital de socializações e o capital simbólico passam a ser mais valorizados em função do capital escolar impessoal objetivado na posse do diploma.

Por fim, a análise sobre a origem e o itinerário do cônego José de Ribamar Carvalho revelou as estratégias de manutenção dos modos de dominação política e ideológica da Igreja, face à federalização da educação superior brasileira que levou à morte da Universidade “Católica” e ao nascimento da Universidade Federal.

A saída prematura da Igreja do espaço de formação das elites maranhenses, após a realização de vultosos investimentos por parte da Arquidiocese para a montagem do ensino superior católico, impôs à cúpula eclesiástica a necessidade de reformulação de suas estratégias de atuação e a reconfiguração de seu sistema de relações políticas, sociais e intelectuais no espaço de poder. Daí compreende-se o estreitamento dos

vínculos institucionais, políticos e ideológicos da Igreja com a Ditadura Militar através da atuação figadal do padre-reitor Ribamar Carvalho, representante do polo dominado entre os dominantes da hierarquia eclesiástica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: a dupla face dos modos de dominação**

Se este estudo possui alguma intenção subjacente é a de que ele possa contribuir, à luz das lentes sociológicas importadas e ajustadas às especificidades dos contextos e dinâmicas periféricos examinados, para a oxigenação dos debates acerca do espaço de produção e transmissão do conhecimento científico enquanto arena de disputas políticas e simbólicas pela imposição dos princípios de legitimação e de hierarquização das posições e dos produtos intelectuais, no qual o Ensino Superior universitário é tomado como principal unidade empírica referencial.

Tal intenção revela-se a partir do título, fruto da interlocução estabelecida “com e contra Bourdieu”, como forma de evidenciar os condicionantes e os mecanismos que engendram os processos imbricados de produção política da dominação simbólica e de reprodução simbólica da dominação política e cultural. Essa dupla face dos modos de dominação irrompe no cerne das transformações sócio-históricas estruturais atinentes a configurações específicas caracterizadas por processos distintos e fragilizados de estruturação, institucionalização e autonomização das esferas especializadas de atuação, sobretudo no que respeita à (in)diferenciação das atividades propriamente intelectuais, fortemente interdependentes às estruturas de poder.

A emergência dessas configurações específicas só podem ser compreendidas enquanto “periféricas” em oposição às características de maior estabilidade e autonomia que definem os países e os contextos transnacionais como “centrais”. Nessa relação “centro/periferia”, as categorias analíticas aí compreendidas e mobilizadas enquanto tal também engendram lutas de classificação e desclassificação que, no limite, operam o funcionamento arbitrário de certas antinomias consagradoras e detradoras de determinados objetos de pesquisa, tanto mais valorizados quanto mais próximos do polo dominante do espaço acadêmico brasileiro estiverem situadas as instituições e os pesquisadores que as (re)produzem.

Como antídoto aos efeitos nocivos dessas lutas classificatórias impostas do “centro” à “periferia”, incidindo sobre a importação desmedida de conceitos talhados em distintos e, por vezes, diametrais processos históricos de diferenciação dos espaços

sociais especializados, optou-se por uma abordagem conceitual erigida num diálogo crítico com a sociologia dos campos sociais, de Pierre Bourdieu, tendo como suporte teórico a sociologia das estruturas de dominação, de Max Weber, e a sociologia da interdependência e das configurações de poder, de Norbert Elias.

Ao fim e ao cabo, dessa confluência teórica emergiu a proposição de uma nova formulação conceitual, a de *dominium* social e suas derivações específicas, como a de *dominium* universitário, com o intuito de oferecer explicações e reflexões mais pertinentes aos eventos ocorridos em contextos e configurações periféricos, evidenciando-se a natureza específica dos fenômenos sociais “nativos” sem descurar, no entanto, dos liames estruturais que lhe dão liga e inteligibilidade em função das mutações transcorridas nas escalas regional, nacional e transnacional. Vide a abrangência do conceito de *dominium* social cunhado em perspectiva comparada ao exame de processos históricos transnacionais ocorridos na Ásia, na África, nas Américas Central e do Sul, que, via de regra, apresentaram pontos em comum e/ou de aproximação com as dinâmicas periféricas referenciadas, tais como os efeitos deletérios globais do colonialismo, do imperialismo, da escravidão, do autoritarismo, do racismo, entre outros, conforme discutido na Introdução.

Nesse sentido, por oportuno, penso que o conceito proposto em latim, inédito nas Ciências Sociais do Brasil e do mundo, para além do peso da Igreja na montagem do aparato universitário no Maranhão, possui também essa pretensão universalizável de um alcance mais global como alternativa heurística à aplicação do conceito de “campo” em configurações periféricas transnacionais similares.

A formulação e aplicação do conceito de *dominium* neste estudo propiciou uma primeira elucidação. A pesquisa buscava no exame sócio-histórico das transformações estruturais por que passou o Maranhão no início do período republicano o mapeamento dos indícios que demarcassem em que momento houve a necessidade e o interesse na criação do Ensino Superior maranhense. A análise demonstrou que um desses primeiros indícios se deu na esfera simbólica, com a inflexão paradigmática da atividade intelectual literária para a adoção dos princípios universais da ciência.

A perspectiva adotada mostrou-se bastante frutífera, pois além dos vestígios da ocorrência dessa inflexão paradigmática no espaço intelectual, de descrédito da

literatura e de valorização da ciência, observou-se que as origens destes efeitos estavam aferradas à desestruturação do sistema agroexportador maranhense face à Abolição da escravidão, à desagregação do Império e à irrupção da República. Com a emergência do novo regime político e o rearranjo de forças dele decorrentes, passou-se à valorização das atividades dos intelectuais voltadas para a organização dos estados federativos e, com elas, a necessidade de formação de quadros nativos qualificados que dessem conta desses expedientes contingenciais.

Assim, no interior das preocupações com a produção simbólica de ordenação jurídica, política e administrativa do Estado brasileiro republicano e suas unidades federativas, educação e ciência adquiriram centralidade nos debates públicos nacionais e estaduais. No Maranhão, no bojo desses debates travados sobretudo nos jornais e nas agremiações literárias destacou-se um grupo de intelectuais determinados a produzirem essa ordenação simbólica do mundo material, relativo à burocracia estatal, aos códigos jurídicos e à divisão dos poderes de Estado.

Autointitulados de “Novos Atenienses” em alusão aos “Atenienses” que integram o panteão literário maranhense de envergadura nacional e internacional, esses intelectuais não só produziram os bens simbólicos necessários à organização dos estados republicanos, como também reproduziram, através da posição social que ocupavam no espaço de poder, a dominação outrora exercida pelos grupos familiares da aristocracia rural de onde descendiam, porém em novas bases políticas e culturais.

É na esteira da reconversão dos capitais econômicos e políticos dessas frações cultas “decadentistas” em investimentos na aquisição de capital cultural e escolar que nascem a Faculdade de Direito do Maranhão e, posteriormente, a Faculdade de Farmácia e Odontologia como principais agências de legitimação dessa nova ordem social.

Uma vez satisfeitas as necessidades de estruturação e organização dos estados federativos, as lutas travadas daí decorrentes passaram a orbitar em torno das lutas simbólicas de classificação e desclassificação pela posse dos diplomas acadêmicos e das disputas políticas pelo controle dos postos de poder das faculdades. Observou-se que a valorização dos postulados da ciência e à desvalorização da literatura correspondia, de

forma homóloga, a disputa pelo acesso aos postos docentes do Ensino Superior em detrimento do descrédito da atividade de escritor e de publicista nos jornais.

A mudança nos critérios de afirmação e de consagração intelectual refletia a luta de forças pela imposição dos critérios de definição e dos princípios de legitimação da atividade intelectual por excelência, não mais atrelados à produção literária dos escritores, membros ou representantes das famílias que compunham a “nobreza rural decadente”, mas à ocupação dos cargos públicos na estrutura do poder estatal e à atividade de produção e transmissão do conhecimento científico, operada, todavia, pelos herdeiros dessa aristocracia que saía de cena, conforme analisado no Capítulo 1.

O surgimento desses condicionantes a partir das disputas pelos cargos de poder político e pelos postos de poder intelectual das faculdades ensejou a dominação dos bacharéis, extensiva do nascimento da República Velha ao fim do Estado Novo. Essa dominação de dupla face, política e intelectual, evidenciou o surgimento de uma “nobreza de Estado” (BOURDIEU, 1989), legitimada pela posse dos diplomas acadêmicos e duplamente autorizada pelo capital político oriundo da ocupação de cargos de poder na burocracia estatal e pelos capitais cultural e simbólico endossados no interior da estrutura de distribuição dos postos docentes e dirigentes do Ensino Superior.

Ressalta-se como aditivo analítico que essa “nobreza de Estado” ao ingressar privilegiadamente nas posições de poder do funcionalismo estatal, estabelecendo-se como “as elites da República” (CHARLE, 2006) maranhense, e ao reconverter essa dominação política nutrida de cargos públicos em acesso aos postos de poder no *dominium* intelectual, acabou por constituir-se também na “nobreza intelectual acadêmico-científica” do Maranhão, portadora dos poderes e dos códigos sociais que lhe permitiu impor os princípios de legitimação da atividade intelectual e, em seu bojo, a valorização de novos atributos de certificação do prestígio intelectual.

Uma outra questão a ser discutida diz respeito à emergência da valorização dos profissionais de saúde, especialmente dos médicos, a partir da entrada da Igreja no espaço de formação das elites maranhenses e da montagem do aparato universitário do Ensino Superior católico, abordado no Capítulo 2. A estrutura de relações estabelecidas entre a Igreja e o ramo profissional da Medicina, para além da curiosidade pitoresca de

valorização da atividade médico-científica através da religião, organiza-se com o surgimento da Faculdade de Ciências Médicas, criada pela Arquidiocese de São Luís.

Com a faculdade médica, a Igreja promoveu o enquadramento eclesiástico dos profissionais de saúde, rivalizando diretamente com o Estado que exercia seu poder de formação das elites através das federalizadas faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia. A criação do curso de Medicina pela Igreja impôs, de modo mais decisivo, a estruturação e a organização dessa nova elite socioprofissional pautada numa lógica e numa práxis científica religiosa, isto é, numa “ciência em nome de Deus”, em oposição aos bacharéis eruditos com formação enciclopédica ofertada pelo Estado.

À guisa de inferência, coube à Igreja e não ao Estado a difusão em larga escala no Maranhão dos princípios e critérios de cientificidade através de uma espécie de “ideologia religiosa da ciência”, acirrando as lutas de concorrência entre médicos e bacharéis pelo monopólio legítimo da produção simbólica que, de forma homóloga, representavam as lutas de forças entre Igreja e Estado pelo controle do Ensino Superior.

Assim sendo, a fundação da Faculdade de Ciências Médicas ensejou um novo ponto nevrálgico entre Igreja e Estado, o da disputa pela imposição dos critérios de definição da atividade intelectual por excelência. Com a valorização crescente dos médicos e a difusão dos pilares da ciência nos espaços de atividade intelectual, impôs-se na arena de concorrência simbólica a concepção do médico enquanto um “especialista”, um “perito-cientista” que, dotado dos atributos tidos como afeitos à atividade científica propriamente dita (diagnóstico, previsibilidade, “neutralidade” etc.), passaram a ser valorizados como qualidades essenciais ao exercício das atividades burocráticas.

Endossou-se, então, o médico como um “cientista-burocrata” em oposição ao bacharel erudito, o “intelectual especialista” ao “intelectual enciclopédico”, apto a desempenhar seus saberes e práticas de cura dos indivíduos na “cura dos organismos políticos e sociais”. Todas essas antinomias refletiam, em última instância, as lutas de concorrência entre médicos e bacharéis, “modernidade” e “tradição”, ciência e erudição, em suma, as disputas simbólicas entre Igreja e Estado pela imposição da dominação simbólica legítima.



Outro aspecto a ser sublinhado concerne à homologia estrutural existente entre os *dominiuns* sociais. Nesses espaços, as posições sociais dos agentes estruturam e são estruturadas pelas posições de poder das instituições. Isso significa dizer que ao polo dominante dos *dominiuns* sociais correspondem as posições sociais dos estratos dominantes. Essa perspectiva ficou bem evidenciada no exame morfológico dos grupos dirigentes do Ensino Superior maranhense, realizado no Capítulo 3, onde a incidência do Direito e da Medicina enquanto formações acadêmicas predominantes ensejaram a ocupação dos postos de poder intelectual pelos estratos sociais ocupantes dos postos de poder político.

Por seu turno, no polo dominado entre os dominantes do *dominium* universitário, os estratos sociais de menor poder político e intelectual ocupavam os cargos de poder no Ensino Superior de maneira subordinada às figuras de grande capital político. A formação desse “patronato intelectual”, identificado pelo alto grau de pessoalização das relações estabelecidas nos espaços sociais, detentor dos mecanismos de acesso aos cargos e postos intelectuais no espaço acadêmico-científico, evidenciou o aumento da valorização dos capitais simbólico e de socializações e dos recursos dos agentes, bem como acentuou a fraca institucionalização, a forte interdependência entre os *dominiuns* sociais no espaço mais geral e a limitada autonomia do *dominium* universitário no microcosmo social específico.

Com efeito, essa dupla face dos modos de dominação, política e simbólica, sustentou a centralidade adquirida pelos intelectuais nos espaços propriamente de produção simbólica. Não por acaso, a própria definição da categoria de “elite intelectual” estabeleceu-se em torno da posse (ou da ausência) do diploma superior, bem como do acesso aos cargos de professor universitário ou de dirigente das instituições universitárias.

Soma-se a isso a valorização de saberes, práticas e habilidades que constituem o patrimônio das múltiplas disposições adquiridas pelos agentes nos espaços variados e imbricados pelos quais transitavam e nos quais estabeleciam trocas e aprendizados. São esses intelectuais que traduzem para o plano do simbólico as lutas de concorrência travadas no plano do político, dispondo dos esquemas de pensamento dominantes inculcados nas instituições educacionais, culturais e universitárias onde estudaram e/ou

atuaram, responsáveis pelo processo de produção da dominação simbólica legítima, e expondo-os à medida que ascendem ou despencam na estrutura hierárquica dos cargos públicos de poder, tal como examinado nas trajetórias exemplares do Capítulo 4.

Eis, portanto, a dupla face dos modos de dominação, política e simbólica. Se é o poder político quem estrutura as relações de poder no espaço de produção simbólica, por seu turno é o poder simbólico quem opera o trabalho de dominação intelectual do poder político. Daí a eficácia da reprodução arbitrária das engrenagens e dos mecanismos de dominação, posto que diante do reconhecimento e da valorização da atividade de produção legítima do conhecimento científico, é no desconhecimento das estruturas desiguais de distribuição dos poderes nos respectivos *dominiuns* sociais, sobretudo nos postos dirigentes do *dominium* universitário, que reside sua sustentação.

Os batismos de pedra operados pelos títeres dos religiosos e militares, de ontem e de hoje, dentro do espaço legítimo da atividade intelectual por excelência de produção e transmissão do conhecimento científico, num momento de recrudescimento das hostilidades dirigidas à ciência, aos professores, às universidades, em suma ao mundo intelectual, capitaneados precisamente por grupos e coletivos associados a entidades militares e religiosas, sugerem que a presença similar de mecanismos e engrenagens políticas que deram sustentação à dominação simbólica dos estratos dominantes ao longo da sociogênese do *dominium* universitário não estão, de todo modo, afastados tanto assim no retrovisor.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth S. De Normalistas a Doutoradas: a trajetória feminina de acesso ao ensino superior no Maranhão republicano. In: BARROS, Antonio E. A. et al (Orgs.). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Luís: Ed. UFMA; Jundiaí, SP: Paço Editorial, 2015.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Perfis acadêmicos**. Vol. 1. São Luís: Edições AML, 1986.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Antologia da Academia Maranhense de Letras (1908-1958)**. Edição fac-similar comemorativa do centenário de fundação da Academia Maranhense de Letras. São Luís: AML; Edições do Centenário, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª. ed. 3ª. Reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ALMEIDA, Ana Maria F. [et al.] (Orgs.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

ALMEIDA, Zafira da S. de. **Gênese da Academia Maranhense de Ciências**. São Luís: Ed. UEMA, 2010.

ARDUINI, Guilherme R. **Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo.** Coleção História Geral da Igreja na América Latina. Tomo II/3-2. Terceira época (1930-1964). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROS, Antonio E. A. [et al.] (Orgs.). **Histórias do Maranhão em tempos de República.** São Luís: Ed. UFMA; Jundiá, SP: Paço Editorial, 2015.

BARROS, Roque S. M. de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1986.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segredos e truques da pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira.** Vol. 11. São Paulo: Difel, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965).** São Paulo: Paulinas, 2005.

BITENCOURT, João B.; GALVES, Marcelo C. (Orgs.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos.** São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014.

BITENCOURT, João B. Um agitador nos trópicos: Fran Paxeco e o Maranhão: subsídios históricos e corográficos. In: \_\_\_\_\_.; GALVES, Marcelo C. (Orgs.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos.** São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BORRALHO, José Henrique de P. **Uma Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: Ed. FUNC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**: grandes écoles et sprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

\_\_\_\_\_. A causa da ciência: como a história social das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. In: **Revista Política & Sociedade**. Santa Catarina: Ed. UFSC, n. 01, set. 2002, p. 143-161.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 10<sup>a</sup> ed. Campinas: Papyrus, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2017.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. **La production de l'idéologie dominante**. Paris: Editions Démopolis, 2008.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BUZZAR, Benedito. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf, 1998.

\_\_\_\_\_. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.

CANGUILHEM, Georges. **Estudos de História e de Filosofia das Ciências: concernentes aos vivos e à vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CARDOSO, Irene. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTRO, César Augusto. Ler, plantar e colher: o ensino agrícola no Maranhão imperial. In: FARIA, Regina Helena M. de.; COELHO, Elizabeth Maria B. (Orgs.).

**Saberes e fazeres em construção:** Maranhão, séc. XIX-XXI. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

CAVAILLÈS, Jean. **Obras completas de Filosofia das Ciências.** Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CHAMPAGNE, Patrick [et al.] (Orgs.). **Iniciação à prática sociológica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARLE, Christophe. **Naissance des ‘intellectuels’ (1880-1900).** Paris: Éditions de Minuit, 1990.

\_\_\_\_\_. **La République des universitaires (1870-1940).** Paris: Éditions du Seuil, 1994.

\_\_\_\_\_. **Les intellectuels en Europe du XIX siècle.** Essai d’histoire comparée. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Les élites de la République (1880-1900).** 2<sup>a</sup>. ed. Paris: Fayard, 2006.

\_\_\_\_\_. **Homo historicus:** reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CHARLE, Christophe e VERGER, Jacques. **História das universidades.** São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996.

COE, Agostinho J. H. Higienizar para civilizar: a emergência de um discurso higienista em São Luís no século XIX. In: FARIA, Regina Helena M. de.; COELHO, Elizabeth Maria B. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção:** Maranhão, séc. XIX-XXI. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

COELHO, Edmundo C. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930).** Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, Elizabeth Maria B. As ciências sociais na UFMA. In: FARIA, Regina Helena M. de.; \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão, séc. XIX-XXI. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Leandro Augusto dos R. As “**escolas de elite**” de São Luís: escolhas, segregação e estratégias de distinção escolar. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

CRUZ, Mariléia dos S. Alunos escravos em escolas maranhenses do século XIX: uma contribuição para ampliação das abordagens em história da educação brasileira. In: FARIA, Regina Helena M. de.; COELHO, Elizabeth Maria B. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão, séc. XIX-XXI. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

CUSTÓDIO, Maria A. C. O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais. Dossiê: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos”. In: **Pro-posições**. Campinas, SP. Vol. 28, n. 3, set/dez. 2017, p. 169-203.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964). In: **Novos Estudos**, CEBRAP. São Paulo, n. 12, 1975.

DEZALAY, Yves e GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, n. 43, jun/2000, p. 163-176.

DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: Ed. UFMA, 2014.



ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. 2ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

FARIA, Regina Helena M. de. Demografia, escravidão africana e agroexportação no Maranhão Oitocentista. In: **Ciências Humanas em Revista**, UFMA, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2004, vol. 2, n. 2, p. 79-99.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: Ed. UFMA, 2012.

\_\_\_\_\_. O historiador Mário Martins Meireles. In: BITENCOURT, João B.; GALVES, Marcelo C. (Orgs.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014.

FARIA, Regina Helena M. de.; MONTENEGRO, Antonio T. (Orgs.). **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.

FARIA, Regina Helena M. de.; COELHO, Elizabeth Maria B. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séc. XIX-XXI**. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Revista Educar**. Curitiba, n. 28, 2006, p. 17-36.

GARCIA, Sylvia G. **Destino ímpar**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Coleção Antropologia. 14ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIRNOS, Emilia Cristina; MENDES, Grazielle A. T. O curso de ciências biológicas da UFMA: resgate e análise crítica de 25 anos de história. In: COELHO, Elizabeth Maria B. As ciências sociais na UFMA. In: FARIA, Regina Helena M. de.; COELHO, Elizabeth Maria B. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão, séc. XIX-XXI. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

GONÇALVES, Maria de F. da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA, PROIN – CS, 2000.

HERMANN, Jaqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: **Col. O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2007, p. 121-160.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**: a educação superior no Brasil. São Carlos, SP: Ed. UFSCar, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Coleção Campo Teórico. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 13ª. edição. 2ª. reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2018.

LACROIX, Maria de Lourdes L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 3ª. ed. São Luís: Ed. UEMA, 2008.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Retratos sociológicos**: disposição e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. Tomos I e II. Coleção Documentos Maranhenses. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LEÃO, Ricardo. **Os atenienses e a invenção do cânone nacional**. 2ª. ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

LEITE, H. M. L. **O Maranhão e o ensino na área de saúde (1919-1966)**. São Luís, UFMA, 1982.

LIMA, Alceu A. **Memorando dos 90: entrevistas e depoimentos coligidos**. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. 2ª. ed. São Paulo: Sumaré, 2001.

LOBO, Antônio. **Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão**. 3ª. ed. São Luís: AML/Ed. UEMA, 2008.

LUZ, Joaquim V. da. **Fran Paxeco e as figuras maranhenses**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, S.A. – Edições Dois Mundos, 1957.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: D.A.S.P., 1960.

\_\_\_\_\_. **História da Arquidiocese de São Luís**. São Luís: SIOGE, 1977.

\_\_\_\_\_. **Dez estudos históricos**. Coleção Documentos Maranhenses. São Luís: Alumar Cultura, 1994.

\_\_\_\_\_. **História de São Luís**. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2012.

MELO, Hugo F. de. **O ofício de sacerdote: mediação cultural, atuação política e produção intelectual de padres no Maranhão**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

\_\_\_\_\_. Igreja, intelectuais e o espaço de poder: perfis sociais e modalidades de atuação de sacerdotes na política e na cultura do Maranhão (1950-1980). Dossiê: Cultura Popular Hoje. In: **Revista Pós-Ciências Sociais**. São Luís: Ed. UFMA, vol. 14, n. 28, jul/dez. 2017, p. 241-261.

MEMORIAL “CRISTO REI”. **Documentos históricos da Universidade Católica e da Fundação Universidade do Maranhão**. Caixa 21 B, Estante 1, Arquivo do Palácio Cristo Rei. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1993.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 14, maio/ago. 2000, p. 131-150.

MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.

\_\_\_\_\_. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. 2ª. ed. São Paulo: Sumaré, 2001.

\_\_\_\_\_. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. 2ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOTTA, Diomar das G. A história da educação na historiografia maranhense. In: FARIA, Regina Helena M. de.; COELHO, Elizabeth Maria B. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séc. XIX-XXI**. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

MOTTA, Rodrigo P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Dorval do. Antônio Lobo, de Babilônia a Atenas: as estratégias de construção da Nova Atenas em Os Novos Atenienses. In: BITENCOURT, João B.; GALVES, Marcelo C. (Orgs.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014.

NERIS, Wheriston S. **Igreja e missão: religiosos e ação política no Brasil**. 404 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

NEVES, Diogo G. **Associação Comercial do Maranhão: recrutamento e atuação política da liderança empresarial, 1880/1940**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

NUNES, Iran de M. L. **Os irmãos maristas na educação do Maranhão (1908-1920)**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

NUNES, Patrícia Maria P. **Medicina, poder e produção intelectual: uma análise sociológica da medicina no Maranhão**. São Luís: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000.

OLIVEIRA, Antonio José S.; COSTA, Judite Eugênia B. Revista Maranhense: a linguagem científica do primeiro veículo de divulgação científica no estado do Maranhão. In: FARIA, Regina Helena M. de.; COELHO, Elizabeth Maria B. (Orgs.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séc. XIX-XXI**. São Luís: Ed. UFMA, 2011.

PACHECO, D. Felipe C. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1969.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PAUGAM, Serge (Org.). **A pesquisa sociológica**. Coleção Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PAULA, Maria de Fátima C. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. In: **Tempo Social**. São Paulo, vol. 14, n. 2, out. 2002, p. 147-161.

PAXECO, Fran. **O Maranhão**: subsídios históricos e corográficos. 3ª. ed. São Luís: AML/Ed. UEMA, 2008.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, Flávio Antonio M. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. São Luís: [s.n], 2007.

RIBEIRO, Emanuela S. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922)**. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RODRIGUES, Maria Regina N. **Maranhão, do europeísmo ao nacionalismo**: política e educação. São Luís: SIOGE, 1993.

RIUTORT, Philippe. **Compêndio de sociologia**. Coleção Ciências Sociais. São Paulo: Paulus, 2008.

SALGADO FILHO, Natalino. **Faculdade de Medicina do Maranhão**: uma história de 59 anos. São Luís: Ed. UFMA, 2016.

SANTOS, Lyndon de A. **As outras faces do sagrado**: protestantismo e cultura na Primeira República brasileira. São Luís: Ed. UFMA; São Paulo: Ed. ABHR, 2006.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. In: **Tempo Social**. São Paulo, vol. 16, n. 1, jun. 2004.

\_\_\_\_\_. A noção de campo de uma perspectiva transnacional: a teoria da diferenciação social sob o prisma da história global. In: **Revista Plural**. São Paulo, vol. 26.1, 2019, p. 233-265.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. 14ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Tempos de Capanema**. Coleção Estudos Brasileiros, vol. 81. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

\_\_\_\_\_. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. 4ª. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.

\_\_\_\_\_. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 5ª. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015b.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. 1ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERRY, Hervé. Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença. In: **Tempo Social**. São Paulo, vol. 16, n. 1, jun. 2004.

SILVA, Ana L. C. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles**. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Maria O. da S. e (et al.). **O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 95, ano XXIX, 2008, São Paulo: Cortez Editora.

SILVA, Renato K. M. **Academia Maranhense de Letras: produção literária e reconhecimento de escritoras maranhenses**. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Maria S. A. (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 2002.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, vol. 19, n. 39. p. 115-137, jun. 2011.

TEIXEIRA, Anísio. O manifesto dos pioneiros da educação nova. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, vol. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

\_\_\_\_\_. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Coleção Anísio Teixeira; vol. 10. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales**: Europe XVIIIe-XXe siècle. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

VASCONCELOS, Isamara M. **A federalização do Ensino Superior no Brasil**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VAZ, Francisca L. da C. e DIAS, Rosilda Silva. **Enfermagem maranhense**: um recorte histórico. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 18ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Vol. 2. 4ª. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012.



**Jornais pesquisados:**

JORNAL DO MARANHÃO. Arquidiocese de São Luís do Maranhão. São Luís, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1961.

**Sítios e vídeos consultados:**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Fundação**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academia/fundacao> . Acesso em: 03 jan. 2020.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Fundadores**. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/> . Acesso em: 05 jan. 2016.

ACADEMIA SAMBENTUENSE DE LETRAS. **Patronos**. Disponível em: <http://www.academiasambentuense.org.br/Patronos.html> . Acesso em: 07 jan. 2020.

ANTÔNIO LOBO. In: **Os Imortais**: Documentário. Direção: Beto Matuck. Fundação Nagib Haickel Produções. TV Assembleia, Canal Digital 51-2, São Luís, 2017 (19'00"). Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/noticias-tv/78> . Acesso em: 21 abr. 2019.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/> . Acesso em: 03 jan. 2017.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC/FGV/RJ. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais> . Acesso em: 15 jan. 2017.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – DHBB/CPDOC/FGV/RJ. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> . Acesso em: 16 jan. 2017.

FRAN PAXECO. In: **Os Imortais**: Documentário. Direção: Beto Matuck. Fundação Nagib Haickel Produções. TV Assembleia, Canal Digital 51-2, São Luís, 2019 (12'59"). Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/noticias-tv/5139> . Acesso em: 05 mai. 2019.

GODOFREDO VIANNA. In: **Os Imortais**: Documentário. Direção: Beto Matuck. Fundação Nagib Haickel Produções. TV Assembleia, Canal Digital 51-2, São Luís, 2019 (14'50"). Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/noticias-tv/4566> . Acesso em: 05 mai. 2019.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – IEB/USP. **Publicações**. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/category/publicacoes/> . Acesso em: 11 fev. 2017.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico.html> . Acesso em: 03 jan. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO – IHGM. **Fundadores**. Disponível em: <http://ihgm1.blogspot.com/p/fundadores.html> . Acesso em: 06 jan. 2016.

MÁRIO MEIRELES. In: **Os Imortais**: Documentário. Direção: Beto Matuck. Fundação Nagib Haickel Produções. TV Assembleia, Canal Digital 51-2, São Luís, 2017 (13'28"). Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/noticias-tv/1456> . Acesso em: 21 abr. 2019.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – MARANHÃO (OAB-MA). **Institucional: História.** Disponível em: <http://www.oabma.org.br/institucional/historia> . Acesso em: 24 jan. 2020.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS – PUC/Campinas. **Institucional**. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/institucional/> . Acesso em: 02 mai. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO. **Institucional**. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/home/institucional/> . Acesso em: 02 mai. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC/Minas. **A história da Universidade**: concretização do sonho de Dom Cabral. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/um-pouco-de-historia.aspx> . Acesso em: 01 mai. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUC/PR. **Centro de Memória PUC-PR**. Disponível em: <https://www.pucpr.br/a-universidade/sobre-a-pucpr/centro-de-memoria/> . Acesso em: 01 mai. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – PUC/Rio. **Núcleo de Memória da PUC-Rio**. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/> . Acesso em: 11 fev. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUC/RS. **Institucional, a Universidade**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/institucional/a-universidade/> . Acesso em: 12 fev. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP. **Sobre a Universidade**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/universidade/sobre-universidade> . Acesso em: 11 fev. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – TJ/MA. **Institucional: Histórico**. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/institucional/tj/historia/titulo-historia/150/9008> . Acesso: 05 abr. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO – TRE/MA. **Histórico dos Membros da Corte**. Disponível em: <http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/memoria-da-justica-eleitoral-do-maranhao/historico-dos-membros-da-corte-1> . Acesso em: 05 abr. 2020.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB. **A Católica**. Disponível em: <https://ucb.catolica.edu.br/portal/conheca/institucional/sobre-a-ies/> . Acesso em: 05 jan. 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS – UCPEL. **A UCPEL**. Disponível em: <https://www.ucpel.edu.br/sobre> . Acesso em: 05 jan. 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP. **Nossa História**. Disponível em: [https://www1.unicap.br/?page\\_id=230](https://www1.unicap.br/?page_id=230) . Acesso em: 03 jan. 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS – UCP. **Nossa História**. Disponível em: [http://www.ucp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=196&Itemid=648&lang=pt](http://www.ucp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=196&Itemid=648&lang=pt) . Acesso em: 04 jan. 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL. **História da UCSAL.** Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/institucional/historia-da-ucsal> . Acesso em: 03 jan. 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS. **Institucional.** Disponível em: <https://www.unisantos.br/universidade/institucional/> . Acesso em: 04 jan. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA. **Histórico.** Disponível em: <https://www.uema.br/historico/> . Acesso em: 03 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA. **Histórico da UFMA.** Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf> . Acesso em: 02 jul. 2016.